

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

“(Re)pensar a burocracia na Educação Especial: normas, procedimentos e documentos organizadores das respostas educativas”

Marília da Conceição Rodrigues Martins

Relatório do Trabalho de Projeto

Mestrado em Educação Especial

Especialidade no Domínio Cognitivo e Motor

Relatório de Projeto apresentado à Universidade do Algarve – Escola Superior de Educação e Comunicação para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

Trabalho efetuado sob a orientação científica da Professora Doutora Filomena Adelaide Pereira Sabino de Matos, Professora-Adjunta, Escola Superior de Saúde

2014

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

“(Re)pensar a burocracia na Educação Especial: normas, procedimentos e documentos organizadores das respostas educativas”

Marília da Conceição Rodrigues Martins

Relatório do Trabalho de Projeto

Mestrado em Educação Especial

Especialidade no Domínio Cognitivo e Motor

Relatório de Projeto apresentado à Universidade do Algarve – Escola Superior de Educação e Comunicação para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

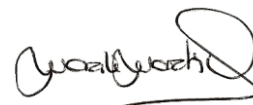
Trabalho efetuado sob a orientação científica da Professora Doutora Filomena Adelaide Pereira Sabino de Matos, Professora-Adjunta, Escola Superior de Saúde

2014

“(Re)pensar a burocracia na Educação Especial: normas, procedimentos e documentos organizadores das respostas educativas”

“Declaração de autoria do trabalho”

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.



“Copyright” em nome do estudante da UAlg, Marília da Conceição Rodrigues Martins: “A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor”.

*Dedico este trabalho
à Joana e ao Bernardo, os meus grandes tesouros e ao Zé Carlos,
pelo amor, compreensão e apoio incondicional.*

*Dedico-o também, com muito carinho, a todos
os que fazem da educação,
uma das suas paixões!*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de investigação representa o virar de mais uma página deste longo caminho que é a vida.

Quero exprimir o meu profundo agradecimento a todos os que, de uma forma mais ou menos direta colaboraram e permitiram que chegasse ao fim, apoiando-me das mais variadas formas. A sua concretização não teria sido possível sem a sua colaboração e generosidade.

Sem menosprezo para outras preciosas colaborações, gostaria de salientar, em primeiro lugar a Professora Doutora Filomena de Matos, pela confiança depositada e pela orientação que me proporcionou ao longo de todo o trabalho. À minha orientadora, devo-lhe o apoio e a sua disponibilidade, os seus comentários críticos, e o seu empenhamento para que o estudo chegasse a bom termo, o meu muitíssimo Obrigada.

De seguida o meu agradecimento vai para o Órgão de Gestão da Escola por ter aberto as suas portas para a concretização desta investigação e que, desde o primeiro momento, demonstrou muita abertura e cooperação, assim como a todos os professores que participaram neste estudo, contribuindo para a sua realização.

É ainda fundamental deixar aqui expresso um muito Obrigada a todos os professores e colegas do Mestrado, que proporcionaram, não só momentos de troca de saberes, mas também experiências e aprendizagens.

Finalmente um agradecimento muito especial à minha família próxima, em especial aos meus filhos, Bernardo e Joana por carregarem com a ausência da mãe, privando-os de carinho e de atenção, assim como ao meu companheiro de uma vida – Zé Carlos pela compreensão da minha ausência nas mais diversas ocasiões e ajuda nas situações mais difíceis que tive que passar, não esquecendo os meus pais e os meus irmãos que sempre depositaram confiança em mim.

A todos os que de alguma forma fizeram parte da minha vida, pois cada um deles contribuiu para me tornar na pessoa que sou hoje.

Muito Obrigada.

RESUMO

O Sistema Educativo Português encontra-se ancorado ao princípio democrático da igualdade de oportunidades, à semelhança dos sistemas de educação desenvolvidos noutros países europeus, pelo que deverá proporcionar a Todos, independentemente das suas diferenças os mesmos direitos de acesso a um ensino de qualidade.

A entrada em vigor do Decreto-Lei 3/2008, de 7 de Janeiro, acarretou mudanças significativas no âmbito da Educação Especial e apesar de já terem decorrido seis anos após a sua introdução, continuam a subsistir dúvidas e dificuldades, principalmente pelos professores não especializados na área.

Este projeto tem como objetivo apresentar um manual orientador de normas e procedimentos para a Educação Especial, com o intuito de facilitar a leitura, compreensão e aplicação da legislação em vigor, assim como uniformizar todos os documentos obrigatórios.

Assim sendo foi idealizado um plano de investigação-ação de modo a aferir as dificuldades sentidas pelos professores que se deparam com a aplicação da Educação Especial, para responder às necessidades decorrentes da aplicação da legislação, para que todos os professores adquiram os conhecimentos necessários para coordenar e/ou participar no processo educativo dos alunos com necessidades educativas especiais.

Palavras-Chave: Educação Especial; Burocracia; Intervenção Educativa; Cultura Organizacional.

ABSTRACT

The Portuguese educational system is anchored to the democratic principle of equal opportunities, similar to the education systems in other European countries. It should provide everyone, regardless of their differences, the same rights of access to quality education.

The introduction of Decree-Law 3/2008, on the 7th of January, caused significant changes to the framework of Special Education. Six years after its introduction, there is still uncertainty and challenges, predominantly by non-specialist teachers in the area.

This project aims to provide guidelines on standards and procedures in Special Education, in order to facilitate the reading, understanding, and application of existing legislation, as well as to standardize legally required documents.

Therefore, an investigation was carried out, and an action plan was created, in order to address the difficulties experienced by teachers that deal with students requiring Special Education, and to meet the needs arising from the challenges faced by teachers in adhering to the law. This plan would ensure that all teachers acquire the fundamental knowledge needed to coordinate and / or participate in the educational process of students with special educational needs.

Key words: Special Education; Bureaucracy; Educational Intervention; Organizational Culture

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento teórico-conceptual	5
1.1. Escola/ Organização	5
1.1.1. A cultura organizacional da Escola.....	6
1.1.1.1. O Projeto Educativo.....	7
1.1.2. Educação Especial – definição e enquadramento	8
1.2. Educação inclusiva	13
1.2.1. Papel do Educador Especial.....	15
2. Apresentação e descrição do projeto	17
2.1. Metodologia da investigação	17
2.1.1. Tipo de Estudo	17
2.1.2. Sujeitos do Estudo.....	22
2.1.3. Procedimentos Metodológicos.....	23
2.1.3.1. Recolha de Dados	23
2.1.3.2. Aplicação do questionário.....	25
2.1.4. Procedimentos Éticos.....	25
2.2. Apresentação e descrição do Projeto	26
2.2.1. Caracterização do Agrupamento.....	26
2.2.2. Caracterização, planificação e orientação da ação.....	28
2.2.2.1. Planificação e orientação da ação	28
2.2.2.2. Planeamento.....	32
3. Descrição e análise do trabalho desenvolvido e resultados obtidos	34
3.1. Descrição global do projeto	34
3.2. Apresentação dos resultados do questionário	35
3.2.1. Caracterização sociográfica dos inquiridos	36
3.2.1.1. Dados Profissionais – Experiência com alunos com NEE (Professores do Ensino Regular)	40

3.2.1.2.	Dados Profissionais – Experiência com alunos com NEE (Professores de EE)....	40
3.2.2.	Políticas Educativas	42
3.2.3.	Organização da Escola	47
3.3.	Intervenção	60
3.4.	Análise do trabalho desenvolvido	63
4.	Considerações Finais	64
	Referências Bibliográficas	68
	APÊNDICES	71
	<i>APÊNDICE I</i> - Proposta de Cronograma	72
	<i>APÊNDICE II</i> - <i>E-mail</i> enviado aos docentes do AEPRosa (prolongamento de prazo).....	73
	<i>APÊNDICE III</i> – Pré-inquérito por questionário	74
	<i>APÊNDICE IV</i> – Inquérito por questionário – Docentes do Ensino Regular	81
	<i>APÊNDICE V</i> – Inquérito por questionário – Docentes de Educação Especial.....	93
	<i>APÊNDICE VI</i> – Manual de normas e procedimentos.....	105
	<i>APÊNDICE VII</i> – Modelos de Documentos de Referência Reformulados.....	136
	<i>APÊNDICE VIII</i> – Modelos de Documentos de Referência Propostos	182
	<i>APÊNDICE IX</i> – Planificação da apresentação do projeto no AEPRosa.....	201
	ANEXOS	202
	<i>ANEXO I</i> – <i>E-mail</i> enviado aos docentes do AEPRosa	203
	<i>ANEXO II</i> – Modelos de Documentos de Referência da EE em vigor no AEPRosa.....	204
	<i>ANEXO III</i> – Base de dados de Referência (Respostas Docentes do Ensino Regular).....	252
	<i>ANEXO IV</i> – Base de dados (Respostas dos Docentes de Educação Especial)	265

Índice de Figuras

Figura nº 2.1 - Espiral de ciclos da Investigação-Ação (Coutinho, 2008, p.336)	19
Figura nº 2.2 - Fases da Investigação-ação apresentada por Kuhne, G., & Quigley, B.....	21
Figura nº 2.3 - Fases de desenvolvimento do projeto.....	28

Índice de Gráficos

Gráfico nº 3.1 – Teve alunos com NEE?	40
Gráfico nº 3.2 – É o primeiro ano que trabalha com NEE?	40
Gráfico nº 3.3 – Tipo de Apoio	41
Gráfico nº 3.4 – Tipo de problemáticas.....	41
Gráfico nº 3.5 – Fatores importantes para o exercício das funções docentes	46
Gráfico nº 3.6 – Participação em reuniões multidisciplinares.....	47
Gráfico nº 3.7 – Importância de reuniões regulares sem ser as obrigatórias.....	48
Gráfico nº 3.8 – Conhece os documentos de referência da EE em vigor no AEPRosa?	49
Gráfico nº 3.9 – Ao nível dos documentos de referência, considera que se deveria fazer alterações	49
Gráfico nº 3.10 – Importância da criação de um guia para uniformização de regras e procedimentos no AEPRosa.....	56

Índice de Quadros

Quadro nº 2.1 - Fase de diagnóstico.....	29
Quadro nº 2.2 - Modelo de documentos da EE utilizados no agrupamento.....	31
Quadro nº 2.3 - Fase de Planeamento e Resultados esperados	33
Quadro nº 3.1 - Características sociodemográficas dos sujeitos em estudo (A)	36
Quadro nº 3.2 - Características sociodemográficas dos sujeitos em estudo (B)	37
Quadro nº 3.3 - Características sociodemográficas dos sujeitos em estudo (C)	39
Quadro nº 3.4 - Políticas Educativas (A)	42
Quadro nº 3.5 - Políticas Educativas (B).....	43
Quadro nº 3.6 - Políticas Educativas (C).....	44
Quadro nº 3.7 - Avaliação das relações interpessoais	47
Quadro nº 3.8 - Avaliação de dificuldades ao nível do trabalho burocrático (A)	51
Quadro nº 3.9 - Avaliação de dificuldades ao nível do trabalho burocrático (B)	52
Quadro nº 3.10 – Avaliação de dificuldades ao nível de recursos materiais e humanos	53
Quadro nº 3.11 – Avaliação de dificuldades no relacionamento interpessoal com os professores de EE, técnicos e encarregados de educação.	54
Quadro nº 3.12 – Sugestões a incluir no guia.....	56

ABREVIATURAS E SIGLAS

AEPRosa – Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa

CAP – Comissão administrativa provisória

CIF – Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CIF-CJ - Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde de crianças e jovens

DL 3/2008 – Decreto-lei nº 3/2008 de 7 de janeiro

EE – Educação Especial

EP – Equipa pluridisciplinar

I-A – Investigação-ação

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social.

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

NEE – Necessidades Educativas Especiais

NEECP – Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente

OMS – Organização Mundial de Saúde

PE – Projeto Educativo

PEI – Programa Educativo Individual

QA – Quadro de agrupamento

QZP – Quadro de zona pedagógica

RTP – Relatório Técnico-Pedagógico

SPO – Serviço de Psicologia e Orientação

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

Introdução

... a Educação Especial em Portugal passou por grandes reformulações, como resultado das enormes convulsões sociais, de uma revisão gradual da teoria educativa e de uma série de decisões legais históricas.

Correia, 1999, p.14

Perante um mundo em permanentes mudanças, pleno de contrastes, de referências constantemente postas em causa na procura de novas soluções impõe-se, quase diariamente, uma nova forma de pensar, organizar e gerir a instituição escolar, destinando-lhe um papel fundamental na formação e educação do indivíduo.

Segundo Lopes (2000), os professores hoje em dia trabalham por vezes em condições bastante difíceis, nomeadamente a atribuição de turmas muito numerosas e heterogéneas, alunos com diferentes competências e capacidades (alunos com necessidades educativas especiais, com dificuldades de aprendizagem, com problemas de comportamento, etc.) o que se consubstancia num desafio constante.

A entrada em vigor do Decreto-Lei 3/2008, de 7 de Janeiro, acarretou mudanças significativas no âmbito da Educação Especial e apesar de já terem decorrido seis anos após a sua introdução, continuam a subsistir dúvidas e dificuldades, principalmente pelos professores não especializados na área. Assim, urge responder às necessidades decorrentes da aplicação da legislação, bem como analisar e alargar as práticas educativas, para que todos os professores adquiram os conhecimentos necessários para coordenar e/ou participar no processo educativo dos alunos com necessidades educativas especiais.

É fundamental que os Educadores de Infância, Professores do 1º Ciclo e Diretores de Turma dos vários níveis de ensino (2º, 3º ciclo e ensino secundário), responsáveis pela coordenação do Programa Educativo Individual, conheçam pormenorizadamente os modos de aplicação do Decreto-Lei 3/2008, os documentos organizadores das respostas educativas e a sua articulação com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

Nos últimos anos, a diversidade tem sido um dos temas mais recorrentes, tanto ao nível do discurso político como científico ou mesmo do cidadão comum. Efetivamente, uma “escola e uma sociedade que assumam a diversidade enriquecem-se com a diferença e

tornam-se mais justas ao responderem às necessidades efetivas de cada sujeito” (Miranda, Almeida, & Almeida, 2010, p. 67).

Assim sendo, quando se procura perceber quais as preocupações que existem no que diz respeito à sinalização, medidas educativas ou programas de intervenção, ou seja ao atendimento dos alunos com NEE, conclui-se que persistem ainda muitas dúvidas. Torna-se portanto necessário a promoção de uma cultura organizacional de forma a privilegiar a aquisição de conhecimentos gerais sobre educação Especial.

O paradigma da escola inclusiva e a atual diversidade de oferta formativa exige de todos os professores não só o conhecimento científico da sua área, mas formação específica para intervir de forma adequada com alunos com NEE.

Desta forma e tendo em conta o novo paradigma de escola inclusiva que se aplica a alunos com todos os tipos de necessidades educativas especiais, abordarei neste estudo o tema da **burocracia na educação especial**.

A justificação da relevância deste estudo consiste na motivação pela área a que está relacionado e por se tratar do fio condutor que regula a educação especial. Por outro lado, constatei através da pesquisa bibliográfica realizada, existir um desconhecimento significativo face à mesma por parte da maioria dos educadores e professores do ensino regular, intervenientes nos processos educativos destas crianças.

Assim sendo, decidi aprofundar os meus conhecimentos acerca deste assunto. Acresce ainda o facto de ter iniciado neste ano letivo a minha prática profissional na área e ter sentido várias dificuldades na efetivação de todo o processo burocrático verificando também que os outros professores de educação especial, assim como os professores do ensino regular partilhavam da minha opinião.

Deste modo e na sequência das dificuldades sentidas pelos professores, tanto do ensino regular como dos próprios docentes de educação especial, considereei que seria interessante que a dissertação de mestrado recaísse no desenvolvimento de um projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa em Faro, tendo como objetivo **contribuir para um melhor entendimento sobre a aplicação do Decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro**, encarando-o como o reflexo de um novo paradigma de intervenção e avaliação das NEE. Neste sentido, surgiu-me a ideia de **elaborar um manual de normas e procedimentos para a educação especial, de forma a facilitar e melhorar a intervenção de todos os agentes educativos**.

O manual irá contemplar as várias etapas que têm de ser seguidas, bem como os documentos necessários à elaboração dos Processos Educativos Individuais (PEI) dos alunos,

que irão ser utilizados no agrupamento, visando a uniformização de critérios e de formulários a aplicar em todos os níveis de ensino.

Considero que este tema tem grande pertinência na atualidade, uma vez que hoje muito se fala de inclusão e de escola inclusiva sem que se reflita sobre o seu verdadeiro significado. Segundo Leitão inclusão é “ um esforço de mudança e melhoria da própria escola, de forma a proporcionar a todos as melhores condições de aprendizagem, sucesso e participação, na base das circunstâncias específicas de cada um. Inclusão é, antes de tudo, uma questão de direitos e valores, é a condição da educação democrática.” (2010, p. 1)

Neste sentido, o presente estudo destina-se a **facilitar a leitura, compreensão e aplicação da lei que regula a educação especial, visando a uniformização de procedimentos entre todos os elementos da comunidade do agrupamento.**

Assim, em primeiro lugar apresentarei o **enquadramento teórico-conceitual** (capítulo 1) do tema começando com uma referência sobre a Escola como Organização, para de seguida contextualizar o processo através de uma apresentação clara do DL 3/2008, relacionando-o com o percurso legislativo anterior e simultaneamente farei um breve resumo sobre os caminhos da educação inclusiva, procedendo a uma revisão da literatura baseada em vários autores, explorando o papel da escola e do professor face a esta realidade.

Desta forma pretendo no que diz respeito ao quadro teórico focar-me sobre as conceções de autores como Mel Ainscow, Luís de Miranda Correia e David Rodrigues que em meu entender têm dado um grande contributo para a desmistificação do tema inclusão escolar e definição e orientação da escola inclusiva no geral. Os estudos realizados por estes autores e as suas conclusões caminham na direção de que é extremamente necessária uma verdadeira escola inclusiva mas que todos os intervenientes e agentes do meio educativo, nomeadamente a classe docente, têm um papel muito importante na sua realização. Terei ainda por base o Modelo Sistémico e Bioecológico de Bronfenbrenner e o Modelo da Escola Inclusiva, tendo como referência o documento político internacional a “Declaração de Salamanca” (UNESCO, Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994).

Assegurado o fio condutor da investigação, o segundo e terceiro capítulos serão dedicados ao desenvolvimento do projeto em si. No segundo capítulo será apresentada, embora de forma breve, a **metodologia** escolhida e a sua justificação, ou seja, do conjunto de métodos e técnicas selecionadas e utilizadas na operacionalização do objeto empírico, no que diz respeito às várias fases de realização do estudo. Farei referência aos instrumentos utilizados e procedimentos adotados, incluindo os éticos e depois será efetuada a

apresentação e descrição do projeto, onde farei uma breve caracterização do agrupamento onde foi realizado o estudo, bem como a planificação e respetiva calendarização das ações levadas a cabo ao longo da investigação.

Em seguida, o terceiro capítulo contemplará a **descrição e a análise do trabalho desenvolvido e resultados obtidos**. Serão apresentados os **resultados do questionário**, assim como a análise dos dados, provenientes da investigação e da aplicação dos questionários, bem como a discussão dos mesmos.

Por último, nas **considerações finais** (capítulo 4) apresentarei, por um lado, algumas ilações tendo por base a minha reflexão em torno das soluções/ recomendações apresentadas e dos dados obtidos e por outro uma síntese reflexiva com uma dimensão avaliativa relacionada com o desenvolvimento pessoal e profissional conseguidos com a elaboração deste projeto. Serão ainda apresentadas sugestões para **linhas futuras de investigação**, assim como as **limitações do estudo**.

1. Enquadramento teórico-conceptual

1.1. Escola/ Organização

Tendo em conta que toda a nossa vivência se desenvolve no seio de uma sociedade organizacional, Teixeira (1995, p. 5) sublinha a importância da escola enquanto organização, ao afirmar que “de entre as organizações que estruturam a nossa sociedade, a organização escola é uma das mais relevantes já que, de alguma maneira, irá ter influência sobre todas as outras”.

De acordo com Musgrave (1979, p. 156) "As escolas podem obviamente ser analisadas como organizações, embora se deva ter em mente que este conceito é, na terminologia de Weber, um tipo ideal (...)" ou seja, que a escola é uma organização específica com características muito próprias, que a tornam distinta de outras organizações. Assim, a escola compreende-se como uma organização diferente das empresas ou das instituições sociais, espaços em que os alunos irão prosseguir o desempenho dos seus papéis adultos, a partir de um constructo fundado em culturas organizacionais distintas. Por seu turno, Formozinho (2005, p. 28), refere que a escola difere das outras organizações porque “ (...) é uma *people processing organization*, isto é, uma organização cuja natureza é essencialmente a de transformar pessoas (...) que ainda estão num estágio de desenvolvimento (...)”.

Neste âmbito poder-se-á referir que cada organização e neste caso particular, a escola, detém uma cultura organizacional específica, que irá influenciar quer o estatuto, quer o papel dos vários atores, o que poderá determinar diferentes modos de interação entre os sujeitos, intensificando ou relativizando esse sistema de interação.

Assim sendo e ao assumir-se a escola como uma organização, embora dotada de especificidade muito própria, como já foi referido, tem que se ter presente os seus princípios base - constitui-se para atingir determinados fins ou objetivos, que logicamente se encontram sujeitos a modificações/atualizações que no percurso evolutivo da sociedade se julguem pertinentes, com vista à sua adaptabilidade. Paraphrasing Guerra (2000, p. 54), a escola tem “de estar de sobreaviso relativamente aos novos contextos sociais e às novas exigências da sociedade”. Deste modo e comparando com outras organizações, Antunez (1993, p. 21), refere mesmo que “poucas ou talvez nenhuma têm tantos propósitos e tão diversos, quanto a organização escola”, pelo que é necessário um esforço partilhado, de modo a que todos os elementos da comunidade educativa colaborem para o mesmo fim. Como se sabe, cada vez

mais, são exigidos às escolas elevados padrões de excelência e qualidade que se deverão traduzir no sucesso educativo dos seus alunos.

Neste sentido, a organização de escola que aqui emerge é a de um espaço de produção e ação, que não poderá mais agir isoladamente, mas privilegiará o contacto com a comunidade e parceiros educativos, na prossecução de um Projeto comum.

1.1.1. A cultura organizacional da Escola

De acordo com Gama (2008) a visão de cultura, como conceito organizacional não é consensual, existindo várias visões antagónicas:

Para uns autores a cultura organizacional é vista como um todo da organização, para outros a cultura organizacional é composta pelas várias culturas que existem na organização. Os defensores das “*corporate cultures*”, que utilizam a palavra no singular, argumentam que a cultura é uma variável interna porque é produzida pela própria organização. Os defensores da cultura como resultado de culturas, subculturas ou contraculturas dentro da organização, baseiam-se que a organização é formada por pessoas com papéis diferentes, ideologias e posições, o que origina que se integrem em subculturas ou mesmo em contraculturas. (pp.57-58).

Transportando agora o conceito de cultura organizacional para a área da educação, que surgiu na década de 70, também foi possível constatar várias utilizações, no entanto todas as definições:

permitem distinguir entre cultura interna (conjunto de significados e de quadros de referência partilhados pelos membros de uma organização) e a cultura externa (variáveis culturais existentes no contexto da organização, que interferem na sua própria identidade). Ora a cultura, enquanto elemento unificador e diferenciador de práticas da organização, comporta dimensões de integração das várias subculturas dos seus membros e de adaptação ao meio social envolvente (Nóvoa, 1992, p. 30).

Pode-se então referir que cada escola/ agregação de escolas detém uma cultura organizacional que a particulariza, ou seja, a sua história, os seus ideais, os seus êxitos e fracassos, a sua cultura, e as suas subculturas internas, “... que condicionam tanto a configuração interna, como o estilo de interações que estabelece com a comunidade.” (Nóvoa, 1992, p. 30). Em síntese, a cultura organizacional da escola desenvolve-se no tempo, podendo ser aferida por via dos costumes, dos hábitos, das rotinas e rituais enraizados pelos atores no seu contexto de trabalho (Torres, 2013).

Finalmente e por outro lado, não podemos falar de cultura organizacional sem falar dos projetos de escolas, agora designados como Projetos Educativos (PE) na medida em que são estes que norteiam toda a ação educativa de uma determinada escola/ agrupamento de escolas.

Antes porém de abordar concretamente os PE, é importante ressaltar que nas últimas duas décadas, e de acordo com Torres:

o modelo de gestão escolar constituiu uma das trave-mestras das reformas educativas, a par do desenvolvimento de modelos de avaliação (das escolas, dos professores, dos alunos), ambas as preocupações, aliás, profundamente articuladas com o paradigma de gestão neoliberal que tem marcado, nos últimos anos, a agenda educativa (2013, p. 54).

Começa então a proliferar a ideia de que os problemas educativos se podem resolver por meio da implementação de um modelo eficaz de gestão escolar. Testaram-se várias hipóteses, desde a substituição dos Conselhos Diretivos (órgão colegial instituído desde 1975) por mudanças de designação para Diretor Executivo (1991) ou Conselho Executivo (1998) até à recente designação de Diretor, desde 2008 que foram sempre acompanhadas por alterações na sua composição, competências e modos de funcionamento. Importa referir ainda, que em todos estes modelos, com exceção do último, o qual se encontra em vigor “a colegialidade da gestão baseada em equipas democraticamente eleitas constituiu um princípio estruturante do modelo de “gestão democrática” que vigorou por mais de três décadas”. Atualmente com modelo instituído pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril assiste-se à implementação de uma liderança unipessoal, centrada na figura do Diretor de escola/agrupamento, que “veio instituir novas dinâmicas de gestão, impulsionadas igualmente por novas lógicas de regulação da educação em curso na sociedade portuguesa” (Torres, 2013, p. 54).

Face do exposto, a cultura organizacional está intimamente ligada ao conceito de liderança que, por seu turno, a literatura reconhece como sendo uma “força” poderosa nos processos de mudança educacional.

1.1.1.1. O Projeto Educativo

O Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, consagra o Projeto Educativo como sendo um dos instrumentos de autonomia da Escola, onde deverão ser explicitados os princípios, os valores, as metas e as estratégias que a escola se propõe cumprir.

Cada PE é único, na medida em que pretende responder às várias questões que, no momento, se colocam à Escola/ agrupamento de escolas, sobretudo as que se relacionam com a sua missão de prestar um serviço público e uma preparação cultural e cívica de qualidade aos seus alunos.

Assim sendo, a escola deve ser encarada como uma comunidade educativa de forma a mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum. Para isso é necessário realizar um esforço de demarcação dos espaços próprios de

ação, na medida em que só com uma clarificação clara desses limites se pode cimentar uma colaboração efetiva (Nóvoa, 1992, p. 35).

Uma Escola que se pretende autónoma, criativa, dinâmica e reflexiva, é aquela em que o contributo de todos se constitui como o caminho a seguir para alcançar metas, construindo e edificando o seu próprio PE. Por seu turno, é o PE que pode responder ao modo como toda uma Comunidade Educativa toma consciência de si, depois de uma diagnose da situação escolar e da identificação dos seus problemas e aspirações. O sucesso dos alunos será sempre o objetivo estratégico de topo e aquele para que todos os esforços devem apontar; todos os outros objetivos, todas as estratégias e todas as metas só fazem sentido se contribuírem para a concretização desse primeiro desígnio.

Neste paradigma de escola, os alunos serão agentes participativos na construção do saber e respeitados no seu desenvolvimento individual; os pais considerar-se-ão importante elo de ligação com a escola, participantes e co-educadores ativos; os professores distanciar-se-ão do perfil de professores transmissor, assumindo-se como o orientador, o companheiro, aquele que ajuda, integra e organiza as aprendizagens em função das necessidades de cada aluno; privilegiadores das relações humanas, sempre com a ideia de que todos aprendemos e que a aprendizagem e a relação pressupõem afetividade e erupção de valores; o meio será fator de inter-relação, indispensável no desenvolvimento deste modelo de escola.

Pelo atrás exposto se depreende que na organização escola se desenvolvem diversas ações, levadas a cabo pelas pessoas que mais diretamente nela interagem – alunos, professores, funcionários e pais, pelo que é necessário fomentar um trabalho em equipa que implique uma reflexão sobre a realidade, que identifique problemas comuns e que construa soluções coletivas.

Em suma, na atualidade as pessoas têm de ser consideradas o recurso mais preciso dentro das organizações e a forma como são geridas tem grande impacto no sucesso organizacional.

1.1.2. Educação Especial – definição e enquadramento

Em Portugal a organização da Educação Especial no sistema de educação público está definido sob o Dec. Lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro que revogou o Dec. Lei nº 319/91, de 23 de Agosto. Este decreto pretende garantir a qualidade do ensino, orientada para o sucesso de todos os alunos.

Sob a orientação da referida legislação, define-se o enquadramento das respostas educativas a desenvolver no âmbito da adequação do processo educativo às NEE dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e participação, num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente e das quais resultam dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

De acordo com o decreto-lei nº 13-A/2012, de 5 de junho, cabe à escola a organização das respostas educativas que melhor respondam às necessidades da população escolar.

Para uma flexibilização da organização escolar e o bom funcionamento da educação especial, devem as escolas ou agrupamentos de escola(s) contemplar as adequações necessárias relativas ao processo de ensino aprendizagem dos alunos que se enquadram na educação especial.

A avaliação das NEE das crianças e jovens que frequentam o sistema regular de ensino é então um processo de grande complexidade que envolve diferentes dimensões, e não se centra exclusivamente nos problemas das crianças e jovens, mas sim em todos os fatores que lhe são externos e que podem constituir a principal causa das suas dificuldades.

A CIF-CJ dá resposta às exigências consequentes de uma avaliação dinâmica, interativa e multidimensional das NEE, uma vez que pela sua organização e objetivos permite classificar tanto os níveis de funcionalidade e incapacidade do indivíduo, como também os fatores ambientais que podem funcionar como barreiras ou facilitadores dessa funcionalidade, implicando ao longo de todo o processo o envolvimento e o contributo de profissionais de diferentes áreas. Através dos seus objetivos, estrutura e forma de aplicação, a CIF surge como um documento facilitador de todo o processo de avaliação e compreensão das NEE, pois permite, por um lado, uma linguagem unificada e padronizada, bem como uma estrutura de trabalho comum para a descrição da saúde e dos estados relacionados com a saúde e, por outro, vai considerar uma série de elementos (funções e estrutura do corpo, atividade e participação e fatores contextuais) que envolvem, numa perspetiva ativa, todas as dimensões relacionadas com as NEE.

No Dec. Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, no seu artigo 5º, é descrita a forma como se deve proceder à referenciação de situações que possam indicar a existência de Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente. Diz este artigo, no seu ponto dois, que a referenciação pode partir da iniciativa dos pais ou encarregados de educação, serviços de intervenção precoce dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou jovem ou que tenham conhecimento da eventual existência de necessidades

educativas especiais. Esta referenciação é feita aos órgãos de gestão e administração das escolas ou agrupamentos de escolas da área de residência, mediante o preenchimento de documento próprio para o efeito e disponível na escola. A este documento deve ser anexada toda a informação que se considere relevante para o processo de avaliação. Após a referenciação, compete ao órgão de Gestão da escola ou agrupamento de escolas desencadear os procedimentos necessários para levar a cabo a avaliação da criança/jovem, que passam por, numa primeira instância, em articulação como os serviços especializados de apoio educativo, analisar a informação disponível e aferir se a situação requer ou não uma avaliação especializada por técnicos de diferentes formações. Caso se verifique esta premissa, é necessário proceder-se à constituição da equipa, pluridisciplinar, que fará a avaliação. Esta equipa pluridisciplinar deve ser constituída de acordo com as necessidades específicas de cada criança/jovem que vai ser avaliada, devendo recorrer-se aos profissionais que interagem com a criança e a outros profissionais que intervêm na escola/comunidade (Direcção- Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2008). A equipa deve então ser constituída pela família (pais e outros familiares), pela escola (Órgãos de Administração e Gestão, Educador, Professor Ensino Regular/Educação Especial, Psicólogo e /ou Orientador), pela Segurança Social (Técnico do Serviço Social), e pelos Serviços de Saúde (Médicos de Clínica Geral e Especialistas e Enfermeiros). Pertencem ainda a esta equipa Terapeutas que podem pertencer à Escola, à Segurança Social e /ou aos Serviços de Saúde (Correia, 2008). É importante referir que a família deve ser contactada para autorizar o início do processo de avaliação (Direcção- Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2008). Após o processo de referenciação e a constituição da equipa pluridisciplinar, inicia-se o processo de avaliação.

A avaliação das NEE envolve três fases distintas que se complementam: (1) Recolha da informação diferenciada; (2) Análise conjunta da informação e (3) Tomada de decisão (em que se decide sobre as medidas especiais a adotar).

O objetivo da avaliação é recolher informação que permita determinar se se está perante uma situação de NEE de Carácter Permanente (NEECP) e, se for esse o caso, dar orientações para a posterior elaboração do Programa Educativo Individual (PEI) do aluno, bem como identificar os recursos adicionais a disponibilizar (Direcção- Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2008). Caso se verifique que não se está perante uma situação de NEECP, e que portanto não exige a intervenção no âmbito da educação especial, encaminha-se o aluno para os Apoios disponibilizados pela escola, que mais se adequem à situação. Em qualquer uma das situações anteriormente descritas é necessária a elaboração do

Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) (Direcção- Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2008).

Na primeira fase da avaliação, a equipa pluridisciplinar analisa toda a informação já existente do aluno. A avaliação, que tem a CIF-CJ como quadro de referência, deve contemplar fatores como as componentes da funcionalidade e da incapacidade e fatores contextuais, e as interações que se estabelecem entre ele (Direcção- Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2008). Assim, se for o caso de já haver informação suficiente, devem desde logo seleccionar-se as categorias relativas a cada componente da CIF que irão ser objeto de classificação. Se não existe ainda informação suficiente, então é necessário definir qual a informação que cada elemento da equipa deve procurar responder, para que se possa dar resposta ao documento “Roteiro de Avaliação”, documento de trabalho que pretende ser uma planificação do processo de recolha de informação. Este documento “contempla a descrição da situação actual do aluno, bem como, a identificação dos elementos da equipa pluridisciplinar que irá proceder à avaliação e, ainda, a selecção das categorias relativas a cada componente da CIF que irão ser objecto de classificação e aspectos relativos ao modo como cada elemento da equipa pluridisciplinar irá proceder à recolha da informação necessária a essa mesma classificação” (Direcção–Geral de Inovação e do Desenvolvimento Curricular, (s.d.), p. 17). Para a preparação desta primeira fase, é sugerido, no Manual de Apoio à Prática do Ministério da Educação o preenchimento prévio do documento “*Preparação individual de reunião de equipa*”.

Após a recolha da informação, é feita a sua análise conjunta – 2ª fase do processo de avaliação (Direcção–Geral de Inovação e do Desenvolvimento Curricular, (s.d.)). Com base na análise da informação recolhida, é definido o perfil de funcionalidade do aluno, que é composto por duas componentes que se complementam: perfil intraindividual do aluno, com um carácter mais descritivo e perfil interindividual, de carácter mais normativo. O primeiro permite conhecer com alguma exatidão o que o aluno já sabe e que é capaz de fazer, em determinadas condições. Permite também definir o que se pode fazer para estimular um maior desempenho. O segundo perfil permite calcular a discrepância ao nível de desempenho entre o que é esperado para um aluno daquela faixa etária, sem problemáticas, e o que o aluno apresenta. Permite ainda conhecer as barreiras que o aluno enfrenta quer na aprendizagem, quer na participação, propondo-se possibilidades de minimização (Direcção–Geral de Inovação e do Desenvolvimento Curricular, (s.d.)). Para a definição do perfil de funcionalidade atribuem-se qualificadores, utilizando a *checklist*, a cada uma das categorias de CIF-CJ seleccionadas anteriormente. “A atribuição dos qualificadores deverá ter por base,

consoante as categorias a classificar, as etapas de desenvolvimento da criança ou jovem ou a integridade do funcionamento das funções do corpo, as competências definidas para cada ano de escolaridade e as condições ambientais consideradas mais adequadas para a funcionalidade do aluno. A atribuição dos qualificadores deve resultar do consenso entre os elementos da equipa.” (Direcção- Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2008, p. 56).

Na última fase da avaliação, 3ª fase – Tomada de decisão, a equipa pluridisciplinar, tendo por base o perfil de funcionalidade, elabora o relatório de resultados de avaliação – Relatório Técnico-Pedagógico (RTP). Neste relatório deve estar identificado o perfil de funcionalidade do aluno, tendo em conta a atividade e participação, as funções e estruturas do corpo e a descrição dos facilitadores e barreiras que, ao nível do ambiente, influenciam a funcionalidade. No relatório devem ainda constar as razões que determinam as necessidades educativas especiais, a sua tipologia, e as respostas e medidas educativas a adotar. É então feita a planificação da intervenção educativa, que servirá de base à posterior elaboração do PEI.

O RTP elaborado pela equipa pluridisciplinar deve ser dado a conhecer ao encarregado de educação e, após a sua anuência, homologado pelo órgão de gestão da escola/agrupamento de escolas (Direcção- Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2008).

A partir da homologação do RTP, será elaborado o PEI. O Dec. Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, no seu artigo 6º, ponto 5, obriga a que todo o processo de avaliação, desde a referenciação, até à aprovação do PEI, deve decorrer num prazo máximo de 60 dias, dando-se início à sua implementação.

De acordo com a legislação em vigor o PEI ”... é um documento formal que garante o direito à equidade educativa dos alunos com NEE de carácter permanente, desenhado para responder à especificidade das necessidades de cada aluno”.

Desta forma o PEI constitui um documento da maior importância para os alunos, bem como para todos os intervenientes neste processo educativo, na medida em que é único documento válido que contempla as adequações a serem efetuadas no processo de ensino e de aprendizagem, permitindo aos alunos concluir a sua escolaridade com maiores níveis de sucesso. Trata-se portanto de um documento que responsabiliza a escola e os encarregados de educação pela implementação de medidas educativas promotoras da aprendizagem e da participação destes alunos.

O coordenador do PEI é o educador de infância, o professor titular de turma ou diretor de turma a quem esteja atribuído o grupo ou a turma que o aluno integra, elaborado em conjunto pela equipa pluridisciplinar.

Trata-se de um instrumento dinâmico que deve ser regularmente revisto e reformulado (através de Adenda ou Revisão do PEI), uma vez que se fundamenta numa avaliação compreensiva e integrada do funcionamento do aluno, passível de sofrer alterações. Tal como todos os outros alunos, a avaliação dos que usufruem de um PEI, deve assumir um carácter de continuidade de modo a monitorizar-se a eficácia das medidas educativas e, se necessário, alterá-las.

A avaliação dos resultados obtidos pelo aluno com a aplicação das medidas estabelecidas no seu PEI deve, obrigatoriamente, ser realizada em cada um dos momentos de avaliação sumativa interna da escola e consubstanciada no relatório circunstanciado no final do ano letivo. Decorrente desta avaliação e caso exista necessidade deve proceder-se à revisão do PEI, o que pode ser feito a qualquer momento. No entanto, assume carácter obrigatório no final de cada nível de educação e ensino e no final de cada ciclo do ensino básico.

1.2. Educação inclusiva

Efetivamente, para que de facto os alunos com NEE possam ter uma educação de qualidade é necessário termos presente o conceito de educação inclusiva, pelo que faremos uma breve abordagem.

O conceito de educação inclusiva começa a surgir com a Declaração de Salamanca, de 1994. Esta Declaração sustenta que as escolas regulares com uma orientação inclusiva são o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, de edificar uma sociedade inclusiva e de conseguir educação para todos. Além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo (UNESCO, 1994).

O princípio da escola inclusiva foi definido pelos autores da Declaração de Salamanca como:

(...) O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais da escola. (...) A pedagogia inclusiva é a melhor forma de promover a solidariedade entre os alunos com necessidades educativas especiais e os seus colegas (UNESCO, 1994, p. 15).

De acordo com Correia (2008, p. 7) “ Uma escola inclusiva é uma escola onde toda a criança é respeitada e encorajada a aprender até ao limite das suas capacidades”.

Assim a inclusão deve ser entendida como um processo que responde à diversidade das necessidades de todas as crianças, jovens e adultos, aumentando a participação nas aprendizagens, nas culturas e nas comunidades, reduzindo e eliminando a exclusão da educação dentro desta. Trata-se portanto de melhorar os processos e ambientes de forma a facilitar a aprendizagem. Assim, para que a inclusão seja possível, são necessárias mudanças e modificações nos conteúdos, nas abordagens, nas estruturas e nas estratégias pedagógicas (UNESCO, 2009).

Segundo Correia:

todos os alunos, (...) têm direito a ser educados em ambientes inclusivos; (...) são capazes de aprender e de contribuir para a sociedade onde estão inseridos; (...) devem ter oportunidades iguais de acesso a serviços de apoio especializados (...), que se traduzam em práticas educativas ajustadas às suas capacidades e necessidades; (...) devem ter a oportunidade de trabalhar em grupo e de participar em atividades e eventos (...) comunitários, sociais e recreativos e todos os alunos devem ser ensinados a apreciar as diferenças e similaridades do ser humano (2008, p. 16).

Assim, uma escola inclusiva reconhece as diferenças, respeita a diversidade, é flexível e crítica, não promove a igualdade, mas a equidade, e tem especial preocupação na promoção da participação e das aprendizagens dos seus alunos (Sanches, 2011).

O modelo da escola inclusiva, tem suporte nas perspectivas teóricas da ativação do desenvolvimento preconizadas por vários autores, entre eles Vygotsky (1977), Bruner (1983) e Bronfenbrenner (1979). Para estes três autores o contexto social e cultural em que a criança está inserida, é a base para o seu processo de desenvolvimento, sendo esta relação do sujeito com o meio, comum aos três autores. Considera-se que quanto mais rico em estímulos for o ambiente que rodeia a criança, maior será o sucesso para o seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, e que suporta a importância dos alunos com NEE partilharem o espaço e as vivências com os seus pares.

Bronfenbrenner (1979), surge com a perspectiva ecológica do desenvolvimento humano, o que implica o estudo da relação entre o sujeito ativo e os vários contextos em que este se integra. Segundo Sousa (2006), esta perspectiva ecológica é definida como um conjunto de estruturas concêntricas, cada uma associada a um tipo de contexto. Ainda segundo a mesma autora, neste modelo ecológico, as estruturas concêntricas referidas são designadas por microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. É neste modelo de estruturas concêntricas que podemos perspetivar uma escola verdadeiramente inclusiva, em que a relação entre estruturas dos vários sistemas que envolvem o aluno com NEE, contribui para o seu pleno desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento descrito, que assenta na interação do sujeito com o meio envolvente, sendo influenciado por este e influenciando-o, não deve ser visto apenas na perspectiva dos alunos com NEE, pois todos os outros alunos recolhem benefícios para o desenvolvimento das suas competências sociais, precisamente, devido à sua interação - em contextos escolares inclusivos - com os seus pares. Assim, não são apenas os alunos com NEE que ganham em estar incluídos. Ainda a respeito da interação entre alunos com e sem NEE, agora em ambiente de sala de aula, refere Silva (2011, p. 123) que “A interação que está subjacente à aprendizagem cooperativa é fundamental para o desenvolvimento de todos”, e os alunos sem NEE, por exemplo ao ajudar os colegas com mais dificuldades estão a sistematizar as suas aprendizagens.

1.2.1. Papel do Educador Especial

Hoje fala-se muito de inclusão educativa mas, na prática, nem sempre a inclusão acontece verdadeiramente. Cabe, portanto aos professores e técnicos de educação a responsabilidade de educar todas as crianças, o que acarreta compreendê-las, adaptar-se às suas necessidades e potencializar o seu desenvolvimento, sendo necessário conhecer como a criança se desenvolve, como aprende, quando e como o faz. Assim, o professor obtém um papel fundamental em relação ao novo paradigma da escola inclusiva, sendo também importante conhecer as suas atitudes e práticas na sala de aula.

A legislação atual contempla a educação como um direito para todos, sem qualquer exceção. No entanto, uma resposta “às necessidades educativas de todos os alunos com equidade é uma tarefa muito difícil” (Miranda, Almeida, & Almeida, 2010, p. 73), pelo que alguns pedagogos têm indicado a “diferenciação pedagógica” como medida a adotar. Todavia, o ambiente educacional típico, segundo Alencar (2003, citado em Miranda, Almeida, & Almeida, 2010) não está preparado para dar resposta às necessidades da diversidade dos alunos, facto que ocorre, na sua opinião, pela falta de preparação dos professores para trabalhar com este tipo de aluno.

De acordo com a *Agency for Development in Special Needs Education* (AEDEE, 2009) “a inclusão educativa depende das atitudes dos professores” acrescentando também que a formação de professores é um fator imprescindível para atender as diferenças na sala de aula. No mesmo sentido Yewchuk & Lupart (2000, citado em Antunes & Almeida, 2009, p. 73) referem que para se efetivar o conceito de escola inclusiva na prática é necessário dispor de algumas condições, nomeadamente a formação especializada dos professores, educadores e

outros técnicos, recursos materiais e diretrizes legais. Os autores acrescentam ainda o comprometimento e a colaboração de toda a comunidade educativa, dando destaque ao papel que a família pode vir a desenvolver em todo o processo.

Vários são os autores que consideram os docentes de educação especial como um recurso valioso dos agrupamentos de escolas. A eficiência da sua intervenção está estreitamente relacionada com o desenvolvimento organizacional dos estabelecimentos de ensino e a política de Inclusão nos princípios que norteiam os Projetos Educativos. De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 cabe aos docentes de educação especial e apoio educativo, e outros técnicos assegurar a existência de condições de Inclusão para alunos com NEE que frequentam os estabelecimentos de ensino regular.

Aos docentes de educação especial compete:

- ✓ Colaborar com os professores titulares de turma e diretores de turma, educadores, professores, Pais/Encarregados de Educação e outros elementos da comunidade.
- ✓ Lecionar as áreas curriculares específicas;
- ✓ Lecionar os conteúdos conducentes à autonomia pessoal e social dos alunos, definidos no currículo específico individual, (CEI);
- ✓ Apoiar a utilização de materiais didáticos adaptados e de tecnologias de apoio;
- ✓ Participar no processo de avaliação dos alunos.

2. Apresentação e descrição do projeto

Antes de iniciar a apresentação e descrição do projeto, bem como a planificação e respetiva calendarização das ações levadas a cabo ao longo da investigação, considerei pertinente apresentar, embora de forma breve, a metodologia escolhida e a sua justificação.

2.1. Metodologia da investigação

Tendo em vista a problemática que irei abordar, pretendo agora apresentar o desenho global da investigação, expondo a metodologia adotada, que Fortin define como “ (...) um conjunto de técnicas ou meios que permitem realizar a investigação (2009, p.19)” ou seja que nos conduzem à elaboração do processo de investigação científica.

Desta forma, começo por apresentar o tipo de estudo e os sujeitos da investigação, para de seguida apresentar os procedimentos metodológicos que irão sustentar a investigação. É essencial nesta fase descrever e explicar cada uma das etapas a percorrer e as técnicas a utilizar, assim como a posição do investigador face à investigação.

Cada investigação é uma experiência única, que utiliza caminhos próprios, cuja escolha está ligada a numerosos critérios, como sejam a questão de partida, a formação do investigador, os meios de que dispõe ou o contexto institucional em que se inscreve o seu trabalho (Campenhout & Quivy, 1992).

Como referem alguns autores (Bogdan & Biklen, 1994; Fortin, 1999, 2009), não há métodos melhores do que outros, tudo depende dos objetivos, do modelo de análise e das características do campo de análise.

Procura-se neste estudo aliar o modelo de investigação à experiência social do investigador que observando (no contexto da sua atividade profissional) as dificuldades que os professores se deparam com a aplicação da lei que regula a EE, despertou para a pertinência social deste trabalho de investigação.

2.1.1. Tipo de Estudo

“Como contribuir para um melhor entendimento sobre a aplicação do Decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro, encarando-o como o reflexo de um novo paradigma de intervenção e avaliação das NEE?” Para responder a esta questão, e após a análise dos métodos de investigação existentes, considerei que o método investigação-ação (IA) é aquele que melhor pode contribuir para responder à pergunta de partida.

Neste sentido, esta é uma investigação qualitativa que, enquanto tal, privilegia essencialmente o trabalho em contexto natural e a descrição dos dados recolhidos relativamente aos sujeitos em estudo, que seriam de tratamento estatístico muito complexo.

De acordo com Bogdan e Biklen:

as questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. Ainda que os indivíduos que fazem investigação qualitativa possam vir a selecionar questões específicas à medida que recolhem os dados, privilegiam essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspetiva dos sujeitos da investigação... Recolhem normalmente os dados em função de um contacto aprofundado com os indivíduos, nos seus contextos ecológicos naturais (1994, p. 16).

A opção por esta vertente da investigação emergiu também do facto do estudo ser conduzido por mim, interveniente diretamente envolvido na situação, desempenhando em simultâneo o papel de investigador e participante, uma vez que na prática profissional senti as mesmas dificuldades (Coutinho, et al., 2009). Portanto a investigação levada a cabo, decorreu no contexto de trabalho do investigador e emergiu da prática profissional do mesmo, tendo como base o trabalho colaborativo entre todos os intervenientes. Pode-se então afirmar que estamos, pois, perante uma investigação partilhada, dado que o investigador foi motor de ação, promotor de auto e hétero-reflexão sobre a situação vivida no agrupamento de escolas, bem como, sobre os produtos da investigação. Procurei compreender a situação vivida, inovar em termos de práticas e ações, e provocar mudanças futuras ao nível do microssistema – em cada elemento do grupo de EE e ao nível do macrossistema – na organização do agrupamento de escolas onde realizei o projeto de intervenção.

Segundo Fernandes (2009) a IA mostra-se bastante eficaz a nível educacional, permitindo o envolvimento de todos os intervenientes da comunidade educativa, numa dinâmica de ação-reflexão-ação. Este método, segundo o mesmo autor, auxilia o professor no desenvolvimento de estratégias e metodologias que lhe permitam atuar eficazmente, e permite uma reflexão sistemática sobre a prática educativa, tendo como principal objetivo a sua transformação e melhoramento.

A idealização do plano de IA, parte do pressuposto que o professor pretende desencadear um processo educativo dinâmico, inovador, motivador e acima de tudo inclusivo. A aplicação de um plano de IA como o que se pretendeu colocar em prática irá, no meu entender, contribuir, para uma melhor compreensão e aplicação da lei que regula a EE, visando a uniformização de procedimentos entre todos os elementos da comunidade do agrupamento, conseguindo-se deste modo respostas mais pertinentes, oportunas e adequadas à realidade e ao contexto escolar, tal como refere Sanches (2005).

O método da investigação-ação, tem como objetivo produzir mudanças na realidade estudada, de forma a se chegar a conclusões de carácter teórico. Esta investigação preocupa-se mais com a melhoria no contexto de trabalho do que com o aumento de conhecimentos (Bisquerra, 1989).

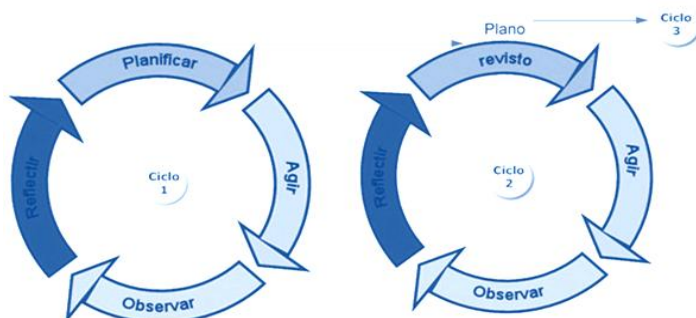
Segundo Kemmis & McTaggart (1988) a investigação-ação, é uma forma de introspeção coletiva realizada em situações sociais, com o objetivo de compreender e melhorar as práticas sociais e educativas. O pioneiro deste método de investigação foi Kurt Lewin, que a definiu com uma “ação de nível realista sempre seguida por uma reflexão autocrítica objetiva e uma avaliação dos resultados” (Lewin citado por Sanches, 2005, p. 129).

De uma forma simplificada, pode-se definir IA como o “aprender fazendo”, ou seja, é identificado um problema e arranja-se um plano de ação para resolver esse mesmo problema. No final é feita uma avaliação, e caso se verifique que os esforços não resultaram, define-se um novo plano de ação. A investigação-ação é um método que permite introduzir alterações no sistema que se está a estudar, implica uma aprendizagem conjunta entre os investigadores e os participantes e foca-se em problemas reais identificados pelos participantes, numa tentativa de os alterar, combinando sempre o diagnóstico com a reflexão (Lourenço, Oliveira, & Monteiro, 2005).

Segundo Kemmis & McTaggart (1988), existem alguns pontos que são importantes considerar na IA, sobre os quais tentei não descurar:

- ✓ Promove mudanças na educação de forma a melhorá-la, aprendendo-se sempre com essas mudanças;
- ✓ É um método participativo, os intervenientes trabalham em conjunto para melhorar as suas práticas;
- ✓ Desenvolve-se seguindo uma espiral introspetiva ou auto-reflexiva: uma espiral de ciclos de planificação, ação, observação e reflexão.
 - Este conjunto de fases dá início a um novo ciclo que irá desencadear novas espirais de experiências de ação reflexiva. A principal qualidade da investigação-ação é a sua natureza cíclica. Os ciclos obrigam a investigação-ação a ser rigorosa mas ao mesmo tempo flexível. Cada ciclo da ação implica uma reflexão crítica, e consiste num planeamento e uma conseqüente ação (Silva, 2002).

Figura nº 2.1 - Espiral de ciclos da Investigação-Ação (Coutinho, 2008, p.336)



- ✓ É colaborativa, todas as opiniões dos participantes são tidas em consideração. Os elementos participantes são co-investigadores;
- ✓ Estabelece comunidades autocriticas de sujeitos que participam e colaboram em todas as fases do processo de investigação;
- ✓ É um processo de aprendizagem sistemática, as pessoas atuam conscientemente de forma a desenvolver a ação;
- ✓ Permite às pessoas teorizarem as suas práticas e questionarem sobre circunstâncias, ações e consequências. Desta forma conseguem compreender as circunstâncias, as ações e as consequências da sua própria vida;
- ✓ É uma procura constante de provas que são constantemente testadas;
- ✓ Exige a manutenção de um diário pessoal, em que são registados os progressos, as reflexões e as reações sobre o que está a acontecer;
- ✓ É um processo político, pois as mudanças realizadas afetam todos;
- ✓ Permite a realização de análises críticas sobre situações que envolvam os investigadores;
- ✓ Começa com pequenas mudanças na prática de uma única pessoa, que depois pode ser amplificada para mudanças a larga escala;
- ✓ Pode começar com um pequeno grupo de colaboradores, que depressa se pode estender a uma comunidade maior;
- ✓ Fornece uma justificação razoável sobre o trabalho educacional desenvolvido, pois implica a apresentação das análises sobre o projeto.

A IA, à semelhança de outras metodologias, pode ser desenvolvida de diversas formas. Segundo Coutinho (2008, p.364), esta diversidade baseia-se em diferentes critérios, tais como: os objetivos, o papel do investigador, o tipo de conhecimento que gera, as formas de

ação e o nível de participação. Assim, consideram-se quatro modalidades fundamentais na investigação-ação: técnica, prática e emancipatória ou crítica.

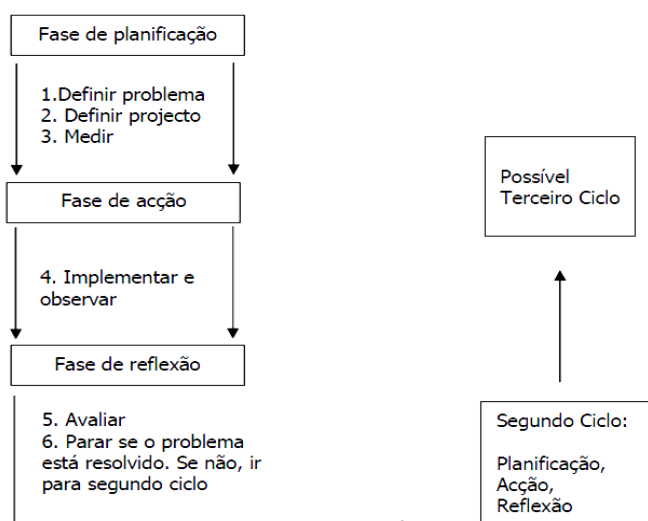
Na investigação-ação técnica, os objetivos e as metodologias estão predefinidas pelo especialista externo, e só têm que ser colocadas em prática. Esta modalidade pode ser utilizada como aprendizagem inicial de investigação, onde se procura somente obter resultados já prefixados.

Na investigação-ação prática, o investigador assume um papel ativo e autónomo, conduzindo sozinho o processo de investigação. Os outros participantes têm uma relação de cooperação com ele, ajudando-o a planificar, a detetar problemas e a refletir sobre as mudanças já efetuadas. Esta modalidade ajuda a desenvolver o raciocínio e o juízo prático. O investigador assume um papel socrático, não intervindo no processo, nem questionando o seu rumo.

Por último, a investigação-ação emancipatória, atravessa fronteiras e intervém na reformulação de todo o sistema, procurando facilitar a implementação de soluções, que possibilitem a melhoria da ação. O desenvolvimento e a transformação da prática são efetuados coletivamente por todo o grupo. O investigador deve assumir, temporariamente, um papel de moderador. As responsabilidades pela mudança são assumidas em conjunto (Coutinho, et al., 2009).

Relativamente às fases da IA, estas devem ser definidas num plano, recorrendo para tal a um conjunto de métodos e regras, que constituem o processo metodológico (Fernandes, 2009). Para Kuhne e Quigley (1997, citado por Fernandes, 2009, p.6) as fases da investigação-ação podem ser apresentadas como o esquema da figura nº 2.2:

Figura nº 2.2 - Fases da Investigação-ação apresentada por Kuhne & Quigley (1997) (Fernandes, 2009, p.6)



Para estes autores, a IA é um processo cíclico e envolve três fases: planificação, ação e reflexão. A fase de planificação corresponde à definição do problema, do projeto e o processo de medição. A fase de ação envolve a implementação do projeto e sua observação. Por último, a fase de reflexão corresponde ao processo de avaliação. Se o problema não ficar resolvido quando se chega a esta fase, parte-se para um segundo ciclo e, se houver necessidade, haverá ainda um outro ciclo, até se encontrar uma solução para o problema (Fernandes, 2009).

Por fim, para realizar uma IA, assim como para outras metodologias, é necessário um conjunto de técnicas, que permitam a recolha de informação que a própria investigação vai proporcionando (Coutinho, et al., 2009). Assim, existe um conjunto de técnicas e de instrumentos de recolha de dados que Latorre (2003, citado por Coutinho, C. et. al., 2009) divide em três categorias: técnicas baseadas na observação, técnicas baseadas na conversação e análise de documentos. As primeiras são centradas na perspetiva do investigador, em que o fenómeno em estudo é observado em direto. Como exemplo temos o diário do investigador, notas de campo, observação participante, entre outras. As técnicas baseadas na conversação enquadram-se nos ambientes de diálogo e de interação e são centradas na perspetiva dos participantes, tais como questionários, entrevistas e grupos de discussão. As últimas implicam uma pesquisa e uma leitura de documentos, que fornecem um grande número de informações, tais como documentos pessoais e oficiais. São centradas na perspetiva do investigador.

No terreno educativo é muito frequente ouvir ou ler alguma expressão relacionada com a IA. Na verdade, a escola é a instituição indicada para o aparecimento de incertezas, problemas, anseios, conflitos a nível da comunicação e toda uma série de situações, que envolvem toda a comunidade escolar (Coutinho, et al., 2009). Assim, o método de IA encontra na escola, um meio favorável para estabelecer uma relação de simbiose com a educação, e permitir que o professor ocupe a posição de investigador, valorizando a prática e tornando-a o seu elemento chave durante o processo.

Os professores do século XXI, devem adotar esta atitude de melhoramento e de transformação, de forma a puderem dar resposta à diversidade de alunos que existem, e aos grandes desafios que uma escola inclusiva, promotora do sucesso de todos e de cada um, implica (Sanches, 2005).

2.1.2. Sujeitos do Estudo

Os sujeitos de estudo são Educadores e Professores do ensino básico e secundário que no ano letivo 2013/2014, exerciam funções no Agrupamento de Escola Pinheiro em Rosa em Faro (AEPRosa) o que corresponde a 185 elementos.

2.1.3. Procedimentos Metodológicos

“ Um procedimento é uma forma de progredir em direção a um objetivo. Expor o procedimento científico consiste, portanto, em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação” (Campenhout & Quivy, 1992, p. 25).

2.1.3.1. Recolha de Dados

Qualquer que seja a investigação requer um trabalho de preparação cuidado, considerando todas as condições e meios que contribuem para uma correta realização do mesmo.

Assim será necessário recolher dados, para tentar encontrar respostas para o objetivo do projeto que se pretende desenvolver, dados esses “designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos (...)” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 16) e que permita compreender de forma mais detalhada e precisa as dificuldades individuais a propósito da temática abordada por este estudo.

Para os dois autores anteriormente referidos:

O termo *dados*, refere-se aos materiais em bruto que os investigadores recolhem do mundo que se encontram a estudar; são os elementos que formam a base da análise. Os dados incluem matérias que os investigadores registam activamente, tais como transcrições de entrevista e notas de campo referentes a observações participantes. (...) Os dados são simultaneamente dados e pistas (Bogdan & Biklen, 1994, p. 149).

Assim, a primeira fase da investigação consistiu na **recolha e análise de documentação bibliográfica** com o objetivo de “abrir pistas de reflexão, alargar e precisar os horizontes de leitura, tomar consciência das dimensões e dos aspetos” (Hermano & Ferreira, 1998, p. 59) que me permitiu uma imagem de conjunto da temática em estudo. No âmbito desta pesquisa, o recurso a suportes telemáticos e bibliografia especializada, assim como Legislação específica permitiu o acesso a dados especializados e atualizados, dentro do possível.

De seguida, tomei decisão sobre métodos e procedimentos de recolha de dados. Assim, optei pela observação participante, embora tenha recorrido, por vezes, à observação não participante. Recorri fundamentalmente à análise de conteúdo dos normativos de referência do agrupamento de escolas – o Projeto Educativo, Regulamento Interno e Regimento Interno do Grupo de EE. Foi levada a cabo a análise documental dos PEI dos alunos, atas do grupo EE, assim como dos modelos dos documentos de EE em vigor, de modo a complementar o diagnóstico do objeto em estudo.

Ao mesmo tempo efetuei a primeira de várias reuniões realizadas com o Diretor da escola e com o Professor Coordenador do grupo de Educação Especial e procedi à planificação do projeto a implementar.

Há ainda que referir que o recurso à análise da documentação interna, que a escola me facultou, permitiu um aprofundamento e a solidificação do conhecimento interno da mesma.

De seguida e com vista à construção do projeto de investigação, tinha inicialmente pensado em realizar entrevistas exploratórias de acordo com o guião previamente elaborado, nomeadamente ao Professor Coordenador do grupo de Educação Especial, assim como aos Professores Diretores de Turma. No entanto com o decorrer da investigação considerei que os dados obtidos nas várias reuniões que se iriam efetuar seriam suficientes para o decorrer da investigação. Assim toda a informação recolhida (formal e informal) foi sendo registada no meu “diário de campo”.

Numa fase posterior e tendo por base o fulcro da investigação: “aferir quais as dificuldades que os professores se deparam com a aplicação da lei que regula a EE”, optei por realizar também a técnica – **inquérito por questionário**, de modo a que todos os que quisessem colaborar neste projeto tivessem essa oportunidade. De acordo com Quivy & Campenhoudt, a utilização deste método, consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar... ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores. Para estes autores, as principais vantagens da utilização deste método são: “ possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder a numerosas análises de correlação. A satisfação de exigência da representatividade” (Campenhout & Quivy, 1992, p. 21). Ou seja através deste método foi possível interrogar um determinado número de indivíduos tendo em vista a generalização o que garante a comparabilidade das respostas de todos participantes no estudo, assim como permite analisar e interpretar os resultados obtidos em comparação com outros dados e resultados verificados em estudos de âmbito semelhante.

Foram elaborados dois questionários, um destinado aos docentes do ensino regular (Apêndice IV) e outro para os docentes de educação especial (Apêndice V), em virtude de querer recolher dados mais específicos em relação a estes sujeitos. Os questionários são idênticos com exceção da parte relativa aos dados profissionais.

O questionário foi estruturado em **quatro partes** distintas. Uma **primeira parte** constituída por perguntas de caracterização sociodemográfica, respeitando sempre a confidencialidade do indivíduo, uma vez que não era solicitado o nome, nem observado o seu preenchimento. Uma **segunda parte** com perguntas no sentido de recolher dados

profissionais relativos ao ano letivo em curso. A **terceira parte** está relacionada com a política educativa existente em Portugal de forma a tentar compreender o conhecimento dos professores acerca da legislação e se a consideram ou não adequada. Finalmente, a **quarta** e última parte apresenta questões relacionadas com a organização da escola no sentido de perceber a sua dinâmica e aferir eventuais dificuldades na organização e funcionamento do agrupamento. O tempo médio de preenchimento do questionário foi cerca de dez minutos, o qual foi efetuado *on-line* através do *link*¹ disponibilizado para o efeito.

2.1.3.2. Aplicação do questionário

Depois de devidamente testado² (Apêndice III) o questionário foi enviado via correio eletrónico institucional um *e-mail* (Anexo I) com uma breve explicitação e enquadramento da investigação a desenvolver, pelo Subdiretor do agrupamento a todos os docentes, com o link para o preenchimento do questionário, que esteve ativo durante o período compreendido entre 14 a 20 de julho de 2014 prorrogado até ao dia 27 de julho, por minha iniciativa através de e-mail enviado (Apêndice II) de modo a conseguir obter um maior número de respostas, o que veio a verificar-se.

Com estes procedimentos consegui obter oitenta e quatro (84) questionários devidamente preenchidos (81 relativos aos docentes do ensino regular e 3 referentes a docentes de educação especial), cujos dados foram utilizados na realização deste estudo, o que corresponde a uma taxa de respostas de 45,4% (N=185) da população em estudo.

Após recolha dos questionários validados, procedi à quantificação do número de respostas por questão e parâmetro. Essa quantificação foi feita questão a questão, com recurso a quadros com o número de respostas por parâmetro, seguida de apresentação de gráfico com a percentagem das respostas obtidas.

2.1.4. Procedimentos Éticos

Qualquer investigador, independentemente do tipo de investigação a desenvolver, deve ter sempre presente determinados procedimentos éticos, uma vez que implica uma responsabilidade pessoal e profissional que deve ser assegurada.

Como a realização deste trabalho assenta num paradigma interpretativo, onde existe uma relação estreita com os participantes, todos os princípios éticos e deontológicos devem

¹https://docs.google.com/forms/d/1YVohnSbsvFLVoA336Vn0y33Se9FeFCPm6vCv6bHp58/viewform?usp=sen_d_form

² Foram aplicados 5 questionários piloto na população em estudo, de forma a verificar possíveis erros.

ser respeitados e postos em prática e nunca poderão ser esquecidos. Assim sendo, a população que contribuiu para este estudo foi informada pela direção do agrupamento do protocolo estabelecido entre a mestranda e a instituição para o desenvolvimento deste projeto, com o intuito de aferir a disponibilidade e interesse em participar e contribuir para o desenvolvimento da investigação, assim como garantir a aceitação do mesmo. Neste sentido e segundo Fontana & Frey (1994) é essencial a questão do “consentimento informado” por parte dos participantes envolvidos no estudo, explicitando o porquê da sua necessidade, pois quando uma pessoa aceita participar numa determinada investigação, isto não significa que esteja a autorizar que se invada a sua privacidade.

Desta forma, comprometi-me assim, a cumprir e respeitar os princípios éticos ao longo do trabalho. É importante ainda ressaltar que apesar de fazer parte do corpo docente da escola em estudo, por ser investigadora neste projeto não participei no estudo.

2.2. Apresentação e descrição do Projeto

Em primeiro lugar torna-se importante fazer uma breve caracterização do agrupamento de escolas onde foi desenvolvido este estudo.

Antes porém é importante ressaltar que qualquer que seja o projeto deve ter, *a priori*, um escalonamento no tempo, ou calendarização de todas as fases e tarefas da pesquisa a serem desenvolvidas pelo que elaborei o respetivo cronograma (Apêndice I), onde estão contempladas as diversas fases de toda a investigação.

2.2.1. Caracterização do Agrupamento

O presente estudo decorreu ao longo do ano letivo 2013/2014 no Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa (AEPRosa) no concelho de Faro. O AEPRosa resultou da fusão de dois agrupamentos de escolas e uma escola secundária, existentes até abril de 2013, designadamente o Agrupamento Vertical de Escolas Dr. José Neves Júnior e o Agrupamento Vertical de Escolas de Estói com a Escola Secundária Pinheiro e Rosa, tornando-se assim, no maior agrupamento de escolas do concelho, englobando três jardim-de-infância, cinco escolas básicas de 1º ciclo, duas escolas básicas de 2º e 3º ciclos e uma escola secundária, a saber:

- Jardim de Infância e Escola Básica de 1º Ciclo de Bordeira;
- Jardim de Infância e Escola Básica de 1º Ciclo de Conceição de Faro;
- Jardim de Infância e Escola Básica de 1º Ciclo Santa Bárbara de Nexe;
- Escola Básica de 1º Ciclo de Estói;

- Escola Básica de 1º Ciclo nº 5 de Faro;
- Escola Básica de 2º e 3º Ciclos Poeta Emiliano da Costa;
- Escola Básica de 2º e 3º Ciclos Dr. José de Jesus Neves Júnior;
- Escola Secundária Pinheiro e Rosa.

Desta forma, o agrupamento encontra-se disperso por três das quatro freguesias existentes no concelho e por seis localidades, que distam entre si alguns quilómetros. Assim sendo, as Escolas deste Agrupamento encontram, no seu dia-a-dia, um constrangimento à sua efetiva articulação no âmbito do Agrupamento, dada a dispersão geográfica. Caracteriza-se ainda, pela diversidade de contextos sócio – económicos e culturais e, conseqüentemente por diversos códigos e diferentes expectativas quanto ao futuro, com reflexos nos índices de sucesso escolar, sendo por isso, necessário ter em conta as questões de motivação, integração, inclusão e diálogo intercultural.

A comunidade educativa é constituída por cento e oitenta e cinco (185) docentes distribuídos pelos diferentes graus de ensino, dos quais, cento e setenta e dois (172) pertencem ao quadro de agrupamento e ao quadro de zona pedagógica e treze (13) são professores contratados, sendo que seis (6) são professores de educação especial. Ao nível do pessoal não docente encontram-se adstritos 103 funcionários: 2 técnicos superiores (psicólogos), 19 assistentes técnicos, 6 animadoras e 76 assistentes operacionais. No que diz respeito aos alunos, no final do 1º período encontravam-se matriculados dois mil duzentos e vinte e três (2223) alunos, dos quais oitenta e três (83) apresentam NEECP e portanto beneficiam de um PEI (1 no pré – escolar, 25 no 1º ciclo, 19 no 2º ciclo, 25 no 3º ciclo e 13 no ensino secundário).

No AEPRosa funcionam duas Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de alunos com Perturbações do Espectro do Autismo (uma na EB 1 J/I Conceição Faro e outra na EB 2/3 Dr José Neves Júnior). No próximo ano letivo irá ser alargada para mais uma unidade, que irá funcionar na Escola Secundária Pinheiro e Rosa e será também criada a primeira unidade no concelho de Faro para alunos com Multideficiência, a funcionar na nova escola que irá integrar o agrupamento (EB1 J/I da Lejana).

Importa ainda referir, que no dia 2 de julho do corrente ano tomou posse uma nova direção, cujo mandato se prolongará durante quatro anos letivos, substituindo assim a Comissão Instaladora Provisória em funções durante aproximadamente um ano.

2.2.2. Caracterização, planificação e orientação da ação

O desempenho das funções de docente exige, atualmente, a participação numa equipa de trabalho constituída com o objetivo de avaliar e classificar as necessidades educativas das crianças/jovens referenciadas no agrupamento ou escola a que se pertence e após a sua entrada na educação especial dar continuidade a esse trabalho. Deste modo, da sua prática profissional emerge um conjunto de questões-problema que, no meu entender, deverão estar muito presentes na mente de quem participa neste processo.

Assim sendo é fundamental que os intervenientes neste processo desempenhem um papel de rigor e eficácia que permita dar a melhor resposta a estes alunos.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que, apesar de já terem passados seis anos da nova lei que regula a EE, esta ainda continua a suscitar várias dúvidas. É neste contexto que surge o problema que motivou este projeto de investigação: Como se pode minimizar as dificuldades sentidas pelos professores que se deparam com a aplicação burocrática da Educação Especial? Ou seja, o que é que se pode fazer neste agrupamento de modo a ir ao encontro das necessidades dos professores?

Encontrar a resposta para este problema conduz a uma equidade real no tratamento destas questões no seio do agrupamento de escolas.

Desta forma surgiu logo a ideia de organizar um documento orientador de normas e procedimentos para a EE com o objetivo de facilitar a leitura, compreensão e aplicação do Decreto-Lei nº3/2008, de 7 de janeiro, assim como uniformizar todos os documentos obrigatórios.

2.2.2.1. Planificação e orientação da ação

O projeto foi desenvolvido de acordo com as seguintes fases:

Figura nº 2.3 - Fases de desenvolvimento do projeto



Em primeiro lugar foi feito o diagnóstico inicial da situação em estudo através da realização da primeira reunião com a Diretora da escola e com a professora do grupo de EE e procedeu-se à planificação do projeto a implementar.

Como se pode constatar através da leitura do quadro nº 2.1:

Quadro nº 2.1 - Fase de diagnóstico

Fase	Ações	Resultados
Diagnóstico	Análise documental (dossiers de EE, processos dos alunos) Reuniões com órgão de gestão e coordenadora dos diretores de turma e coordenadores de estabelecimento das diferentes escolas Entrevistas informais com a coordenadora do grupo de EE Reuniões do grupo de EE Reuniões pluridisciplinares	Recolha de dados sobre os procedimentos seguidos no agrupamento no que diz respeito aos alunos com NEE Levantamento dos documentos de referência obrigatórios para EE no AEProsa, assim como dos instrumentos utilizados para recolha de informação sobre os alunos com NEE

A **fase de diagnóstico** para além do referido anteriormente, incluiu análise documental (dossiers de EE, processos dos alunos), reuniões com diferentes estruturas educativas do agrupamento, e entrevistas informais com os vários elementos do órgão de gestão, com a coordenadora do grupo de EE e professores de EE e do ensino regular, tendo como principal objetivo o levantamento e a recolha de dados específicos sobre a dinâmica da aplicação do DL 3/2008 no que respeita ao objeto de estudo.

As reuniões com os elementos do órgão de gestão do agrupamento de escolas decorreram durante o mês de abril e maio e permitiram recolher dados significativos sobre a dinâmica da EE no agrupamento.

Deste modo, foi possível constatar que:

- ✓ Por se tratar de uma comissão administrativa provisória (CAP), não existe projeto educativo (PE), mas sim três PE referentes a cada um dos agrupamentos, o que resulta numa dificuldade, que dentro do possível se tenta ultrapassar.
- ✓ Salientou-se o facto de ser necessário mudanças em virtude da recente junção dos três agrupamentos que agora perfazem um só. Cada um dos anteriores agrupamentos procedia de forma própria, tanto em relação aos procedimentos como documentos pelo que foi necessário proceder-se a uma unificação. No

entanto consideram a necessidade de se efetuar uma revisão de todo o processo em virtude do mesmo ter sido efetuado num curto espaço de tempo de modo a responder às necessidades do sistema, sem que se tenha efetuado um estudo pormenorizado das reais dificuldades. Apenas foram reestruturados os modelos dos documentos de referência a aplicar;

- ✓ De uma forma geral, o órgão de gestão delega na coordenadora do grupo de EE o desenvolvimento de toda burocracia inerente à EE, em conjunto com os dois subcoordenadores e restante equipa.

Estabeleci também reuniões com a professora coordenadora do grupo disciplinar da EE, de modo a realizar um levantamento dos procedimentos implementados. Posteriormente também realizei reuniões formais e informais com o grupo de professores de EE e outros professores do ensino regular, assim como com os diferentes coordenadores.

É de ressaltar que como investigadora, para além desse papel fazia parte do grupo de EE, o que veio a privilegiar a recolha de informação.

Dos vários contactos estabelecidos, resultaram informações pertinentes sobre a organização e funcionamento da EE no AEPRosa, as quais permitiram uma análise conjunta das dificuldades e constrangimentos.

Daqui resultaram informações sobre a organização e funcionamento da EE no agrupamento:

- ✓ Não existe nenhum documento que contemple os procedimentos a efetuar em cada uma das etapas para o desenvolvimento da Educação Especial no agrupamento, tanto a nível organizativo como de funcionamento. As informações são dadas oralmente à medida que os intervenientes solicitam.
- ✓ Os modelos dos documentos de referência da EE utilizados no agrupamento, apresentados no quadro nº 2.2 (Anexo II), são disponibilizados aos docentes de EE em suporte digital no início do ano letivo, pela respetiva coordenadora. Os documentos não estão disponíveis para os outros docentes do agrupamento, que só a eles têm acesso caso o solicitem.
 - Não existem quaisquer orientações para o preenchimento dos documentos de referência em termos de conteúdo, nem mesmo ao nível de pormenores como tipo e tamanho de letra a utilizar;

No quadro nº 2.2 estão descritos os modelos de documentos de EE utilizados no AEPRosa:

Quadro nº 2.2 - Modelo de documentos da EE utilizados no agrupamento

MODELOS DE DOCUMENTOS DE EE
⇒ Ficha de Referenciação
⇒ Roteiro de Avaliação
⇒ Relatório Técnico Pedagógico - RTP
⇒ Programa Educativo Individual- PEI
⇒ Adequações Curriculares Individuais
⇒ Currículo Específico Individual (CEI) – 1º Ciclo e Avaliação CEI
⇒ Currículo Específico Individual (CEI) – 2º - 3º Ciclo e Sec. Avaliação CEI
⇒ Critérios de Avaliação Ed. Especial
⇒ Registos de Avaliação de alunos com CEI- Descritiva por período
⇒ Relatório de Avaliação Final
⇒ Adenda ao PEI
⇒ Revisão do PEI
⇒ Ficha de Sinalização para Serviço de Psicologia e Orientação (SPO)

Ao nível do circuito documental foi possível registar os seguintes procedimentos:

- ✓ A referenciação de uma criança/jovem é realizada através de documento próprio, que apenas está disponível no grupo de EE. Os outros professores e/ou técnicos tem de o solicitar;
- ✓ Após preenchimento, este dá entrada na secretaria e encaminhado para o órgão de gestão do agrupamento que por sua vez é entregue à coordenadora da EE;
- ✓ Constitui-se, então, a Equipa Pluridisciplinar (EP) para uma análise preliminar da referenciação, cuja constituição depende dos casos;
- ✓ Caso se trate de um aluno elegível para EE forma-se novamente a EP de modo a proceder-se a uma Avaliação Especializada por referência à CIF-CJ, constituída por um docente de EE, o docente titular do grupo ou diretor de turma e o psicólogo a exercer funções no estabelecimento de ensino e/ou outros técnicos envolvidos no processo;

- ✓ A equipa desenvolve a sua avaliação sem apresentar os instrumentos utilizados, preenchendo apenas a checklist; Deste preenchimento resulta o relatório técnico-pedagógico (RTP) que determina a elegibilidade ou não da criança/jovem para a EE;
- ✓ Por fim, se for esse o entendimento, elabora-se o Programa Educativo Individual (PEI), aprovado em Conselho Pedagógico e homologado pelo órgão de gestão.
- ✓ A avaliação dos resultados obtidos pelos alunos com a aplicação das medidas estabelecidas no PEI é realizada em cada um dos momentos de avaliação sumativa interna, não havendo no entanto documento próprio para o efeito. Cada docente de EE elabora a sua síntese, sem que haja indicações precisas sobre o que se deva referir. Em alguns casos essa síntese é incluída no corpo da ata, noutros em anexo.
- ✓ No final do ano letivo é elaborado o Relatório Circunstanciado que é aprovado em Conselho Pedagógico e homologado pelo órgão de gestão.

2.2.2.2. Planeamento

Concluído o diagnóstico, organizei a fase de planeamento com a finalidade de operar a mudança em duas frentes que se revelaram prioritárias:

- ⇒ Elaborar um guia de normas e procedimentos para a EE, de modo a incluir as linhas orientadoras do funcionamento e organização da EE no AEProsa com o objetivo de garantir que a informação constante nos diferentes documentos, espelha a utilização de uma linguagem comum a todo o agrupamento;
- ⇒ Reformular todos os modelos de documentos existentes no agrupamento com a finalidade de os tornar mais simplificados, tanto ao nível do preenchimento como da sua leitura.

Assim sendo, tornou-se pertinente auscultar a opinião de todos os professores do agrupamento sobre o tema de forma a ir de encontro às suas necessidades, pelo que decidi proceder à recolha de informação, através da técnica de inquérito por questionário e em simultâneo fiz uma pesquisa bibliográfica, onde o recurso à internet me permitiu ter acesso a uma panóplia de documentos em vigor noutros agrupamentos, assim como os procedimentos adotados em cada uma das fases.

Foi necessário efetuar um planejamento rigoroso das ações a desenvolver, conforme ilustra o quadro nº 2.3:

Quadro nº 2.3 - Fase de Planejamento e Resultados esperados

Fase	Ações	Resultados Esperados
Planeamento	Construção dos instrumentos e sua validação	Construção da base de dados e análise dos dados obtidos
	Aplicação dos inquéritos por questionário	Elaboração do guia de normas e procedimentos a seguir
	Recolha dos questionários aplicados e construção da base de dados	Reformulação de documentos de referência: - Doc. de referenciação - Roteiro de avaliação - Relatório Técnico-Pedagógico - Programa Educativo Individual (PEI) - Adenda ao PEI - Revisão do PEI - Relatório Circunstanciado
	Recolha de informação: bibliográfica, pesquisas e análise das recolhas efetuadas	
	Construção do Guia de normas e procedimentos	Elaboração de novos documentos modelo: - Relatório Técnico-Pedagógico RTP_0 para alunos não elegíveis na EE - Conteúdos e objetivos - Adequações Curriculares Individuais para cada nível de ensino - Currículo específico individual (CEI) para cada nível de ensino - Plano Individual de Transição (PIT) - Relatório de Avaliação trimestral
	Reformulação dos diferentes documentos e introdução de novos	

3. Descrição e análise do trabalho desenvolvido e resultados obtidos

3.1. Descrição global do projeto

Tendo por base o tema deste trabalho “(Re)pensar a burocracia na Educação Especial: normas, procedimentos e documentos organizadores das respostas educativas” foi necessário constituir uma base de orientação para todos os docentes do agrupamento.

Assim sendo o projeto foi desenvolvido em torno da construção de um manual que incluisse os princípios orientadores, organização e funcionamento da EE no AEPRosa (Apêndice VI), com o objetivo de facilitar a leitura, compreensão e aplicação do Decreto-Lei nº3/2008, de 7 de janeiro, de modo ser um suporte de apoio para todos os docentes que nas suas turmas tenham alunos com necessidades educativas especiais e constituir-se como um guia orientador de todos os procedimentos e tramitação inerentes ao processo de referenciação e avaliação das necessidades educativas especiais dos alunos do Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa.

Deste modo o manual apresenta as várias etapas que têm de ser seguidas, bem como os documentos necessários à elaboração do respetivo processo educativo individual dos alunos, a utilizar por toda a comunidade educativa.

Este documento é constituído por cinco partes organizadas de acordo com as necessidades apuradas ao longo do trabalho de projeto. Deste modo, a sua principal finalidade é contribuir para a uniformização e clarificação de procedimentos, critérios e formulários a aplicar em todos os níveis de ensino, enquadrando-os na dinâmica organizacional do Agrupamento, de acordo com a legislação em vigor para o desenvolvimento da EE em Portugal.

O manual inicia-se com uma breve nota introdutória, onde é explicado o seu objetivo e de seguida é apresentada uma listagem com a principal legislação de referência para a EE em vigor, antes de terminar porém, foi feita uma curta explicação sobre o que é a EE e o seu enquadramento, assim como os critérios de elegibilidade a ter em conta.

Na primeira parte, são apresentadas orientações e explicações sobre o processo de referenciação de uma criança/jovem que possa indicar a existência de NEE de carácter permanente, cujo perfil se enquadre nos critérios estabelecidos. Este capítulo inclui todas as etapas que devem ser seguidas, assim como os documentos necessários para a formalização do processo e outros que podem ser utilizados pelos diversos profissionais como apoio ao desenvolvimento do seu trabalho.

O segundo capítulo diz respeito ao Programa Educativo Individual (PEI), que constitui o documento de maior importância para os alunos com NEE, bem como para todos os intervenientes no seu processo educativo, na medida que é o documento formal que responsabiliza a escola e os encarregados de educação pela implementação das medidas educativas promotoras da aprendizagem e da participação destes alunos. Este capítulo contém todas as informações e procedimentos necessárias para o processo de elaboração e implementação deste documento, ou seja, é dada uma explicação pormenorizada em relação a todas as medidas educativas especiais possíveis e para cada uma é indicado qual o papel que o docente do ensino regular e docente de EE devem desempenhar, assim como os documentos que são necessários preencher. Faz-se também uma referência às Adendas e/ou Revisões ao PEI, assim como uma alusão acerca do processo de acompanhamento e/ ou avaliação do PEI com todos os procedimentos que devem ser seguidos, em cada um dos períodos e no final do ano letivo.

O terceiro capítulo é dedicado exclusivamente ao Currículo Específico Individual (CEI), dada sua particularidade, uma vez que se trata de uma medida que prevê alterações significativas ao currículo comum, impedindo os alunos de prosseguir estudos a nível académico. Assim considere necessário proceder-se a uma explicação sucinta sobre esta medida, alertando para as suas implicações. Incluí também orientações para a elaboração do Plano Individual de Transição (PIT) uma vez que o mesmo apenas se aplica aos alunos que beneficiam de um CEI.

O quarto capítulo faz referência a como se deve proceder no processo de avaliação dos alunos com NEE, desde a terminologia a utilizar na avaliação sumativa, aos procedimentos a ter em caso de retenção repetida, assim como a indicações gerais sobre os exames nacionais.

O quinto capítulo diz respeito à organização e funcionamento do núcleo de educação especial. E por fim é apresentado um resumo dos procedimentos a ter em conta no preenchimento dos documentos de referência.

No final e em anexo são apresentados todos os modelos de documentos a serem utilizados, assim como um quadro resumo sobre os mesmos (Apêndice VII e VIII).

3.2. Apresentação dos resultados do questionário

Antes de passar à análise do trabalho desenvolvido considere importante apresentar os resultados dos dados obtidos no inquérito por questionário, seguindo a ordem das diferentes partes que constituem o questionário. Porém gostaria de ressaltar que devido à fraca participação neste estudo dos docentes de educação especial, três de um universo de nove

tomei a opção de incluir as suas respostas juntamente com as dos outros professores. Assim, o total do número de respostas é de 84, sendo que 3 são dos docentes de Educação Especial. Desta forma, na apresentação podemos encontrar inquiridos em nº 84 (total), em nº 3 (Docentes de EE) e em nº 81 (Docentes Ensino Regular).

3.2.1. Caracterização sociodemográfica dos inquiridos

Nesta fase inicial da análise e processamento da informação obtida pela aplicação dos inquéritos por questionário, a caracterização social da população sobre a qual o mesmo incidiu é algo que se afigura como imperativo. De seguida irei então traçar o retrato sociodemográfico dos docentes do AEPRosa.

O quadro nº 3.1 diz respeito ao género e à idade dos inquiridos:

Quadro nº 3.1 - Características sociodemográficas dos sujeitos em estudo (A)

Variável	Característica	Frequência	%
Género	Feminino	64	76,2%
	Masculino	18	21,4%
	NS/NR	2	2,4%
	Freq.	84	100,0%
Idade	20-35	0	0,0%
	26-30	0	0,0%
	31-35	1	1,2%
	36-40	17	20,2%
	41-45	15	17,9%
	> que 45 anos	49	58,3%
	NS/NR	2	2,4%
	Freq.	84	100,0%

No que concerne ao género dos sujeitos, verifica-se a existência de uma supremacia do sexo feminino (76,2% vs 21,4%).

Relativamente aos escalões etários constata-se serem os sujeitos com idade superior a 45 anos, aqueles que registam maior índice percentual – 58,3% (N=49). Percentagens muito semelhantes foram registadas no escalão etário entre os 36 e os 40 anos (20,2% - N=17) e os sujeitos que têm entre 41 a 45 anos (17,9 – N=15). Ora, estes números não deixam qualquer dúvida quanto ao perfil etário dos professores, ou seja estamos perante um tipo de população adulta com idade superior a 36 anos, onde a grande parcela incide em mais de 45 anos e onde os professores mais jovens praticamente não estão representados.

De modo a facilitar a leitura, foi construído um quadro síntese (Quadro nº 3.2) com mais alguns resultados provenientes da caracterização sociodemográfica, pelo que serão apenas explanados os dados considerados de maior relevância.

O quadro nº 3.2 contempla os dados referentes às habilitações literárias, nível de ensino, situação profissional, tempo de serviço e titularidade de cargo:

Quadro nº 3.2 - Características sociodemográficas dos sujeitos em estudo (B)

Variável	Característica	Frequência	%
Habilitações Literárias	Bacharelato	1	1,2%
	Licenciatura	54	64,3%
	Pós-Graduação	15	17,9%
	Mestrado	13	15,5%
	Doutoramento	0	0,0%
	NR	1	1,2%
	Freq.	84	100,0%
Nível de Ensino	Pré-Escolar	3	3,6%
	1ºCiclo	16	19,0%
	1ºCiclo/2ºCiclo	19	22,6%
	3ºCiclo/Secundário	44	52,4%
	NR	2	2,4%
	Freq.	84	100,0%
Situação Profissional	QA	68	81,0%
	QZP	10	11,9%
	Contratado	4	4,8%
	NS/NR	2	2,4%
	Freq.	84	100,0%
Tempo de Serviço	Foi o 1º ano	0	0,0%
	Entre 2 a 5	1	1,2%
	Entre 6 a 10	0	0,0%
	Entre 11 a 15	14	16,7%
	Entre 16 a 20	19	22,6%
	Mais de 20 anos	46	54,8%
	NS/NR	4	4,8%
	Freq.	84	100,0%
Tempo de Serviço na EE	Foi o 1º ano	1	33,3%
	Entre 2 a 5	1	33,3%
	Entre 6 a 10	1	33,3%
	Entre 11 a 15	0	0,0%
	Entre 16 a 20	0	0,0%
	Mais de 20 anos	0	0,0%
	NS/NR	0	0,0%
	Freq.	3	100,0%
Cargo (titular de turma ou Diretor de turma)	Sim	55	67,9%
	Não	22	27,2%
	NS/NR	4	4,9%
	Freq.	81	100,0%

Quanto às habilitações literárias, existe uma predominância do grau acadêmico licenciatura pois abrange 64,3% (N=54) do total de inquiridos. Seguem-se os professores com pós-graduação (17,9% - N=15) e de seguida os que detêm habilitações ao nível do mestrado (15,5% - N=13).

No que diz respeito ao nível de ensino a maioria dos professores (52,4% - N=44) pertence ao 3º ciclo e secundário.

Em termos de situação profissional, se juntarmos os docentes que pertencem ao quadro do agrupamento (QA) com os docentes do quadro de zona pedagógica (QZP) verifica-se que estes representam quase a totalidade dos inquiridos (81% + 11,9% - N=78), contrariamente aos docentes contratados, os quais representam apenas 4,8% (N=4). Importa ressaltar, que enquanto professora contratada fiquei um pouco surpreendida pela fraca participação dos meus colegas mais novos em participar neste estudo.

No que diz respeito ao tempo de serviço, a análise dos dados revela uma predominância dos professores com mais de 20 anos de serviço, que representam 54,8% (N=46) do total dos inquiridos. Logo a seguir, surgem os docentes com tempo de serviço de 16 a 20 anos (22,6% - N=19), seguindo-se a categoria que engloba os sujeitos com tempo de serviço compreendido entre os 11 e os 15 anos (16,7% - N=14).

No entanto em relação ao tempo de serviço na EE verifica-se uma fraca experiência neste pequeno grupo de professores (N=3), na medida em que um dos professores foi o primeiro ano que lecionou neste grupo de recrutamento e outro tem experiência entre 2 a 5 anos. Apenas um refere que tem como tempo de serviço de 6 a 10 anos e todos eles são especializados no mesmo domínio – Cognitivo e Motor. É importante frisar que para os docentes de EE termina esta parte do questionário.

Quanto à caracterização dos inquiridos de acordo com a titularidade de um cargo, os dados revelam que 67,9% (N=55) é titular de um grupo ou turma (Educador de infância ou professor titular de uma turma de 1º ciclo) ou foi-lhe atribuído o cargo de diretor de turma (no 2º, 3º ciclo ou secundário), enquanto 27,2% (N=22) este ano letivo não exerce essa função. Estes dados são importantes na medida em que são estes profissionais os coordenadores dos programas educativos dos alunos (PEI) com necessidades educativas especiais, daí a relevância desta questão.

Ainda no que diz respeito à caracterização sociodemográfica falta referir mais alguns dados que dizem respeito à formação específica na área da educação especial (Quadro nº 3.3), pelo que foi separado do quadro anterior. É importante ressaltar que estes dados referem-se apenas aos inquiridos do ensino regular (N=81).

O quadro nº 3.3 refere-se à formação específica em EE:

Quadro nº 3.3 - Características sociodemográficas dos sujeitos em estudo (C)

Variável	Característica	Frequência	%
Disciplina (s) NEE (formação inicial)	Sim	14	17%
	Não	63	78%
	NS/NR	4	5%
	Freq.	81	100%
Formação contínua NEE	Sim	44	54%
	Não	36	44%
	NS/NR	1	1%
	Freq.	81	100%
Formação Especializada EE	Sim	8	10%
	Não	71	88%
	NS/NR	2	2%
	Freq.	81	100%
Domínio da Especialização	Cognitivo e motor	6	7%
	Emocional e da personalidade	1	1%
	Comunicação e linguagem	1	1%
	Visual	0	0%
	NS/NR	0	0%
	Freq.	8	100%

Pode-se observar, que a maioria dos professores (78% - N=63) não teve qualquer disciplina na sua formação inicial que o preparasse para a intervenção com alunos com NEE, apenas 17% (N=14) referem ter tido. No entanto 54% (N=44) dos inquiridos referem que já frequentaram ações de formação continua relacionada com a temática, enquanto 44% (N=36), durante o seu percurso profissional nunca frequentou. Sendo que apenas 10% (N=8) destes professores tem formação especializada em EE, dos quais 7% (N=6) no domínio cognitivo e motor e 1% respetivamente no domínio emocional e da personalidade e no domínio da comunicação e linguagem.

3.2.1.1. Dados Profissionais – Experiência com alunos com NEE (Professores do Ensino Regular)

Tomando, agora por análise o gráfico nº 3.1, podemos verificar se os inquiridos tiveram nas suas turmas alunos com NEE. De seguida o Gráfico nº 3.2 permite-nos aferir a experiência com estes alunos.

Gráfico nº 3.1 – Teve alunos com NEE?

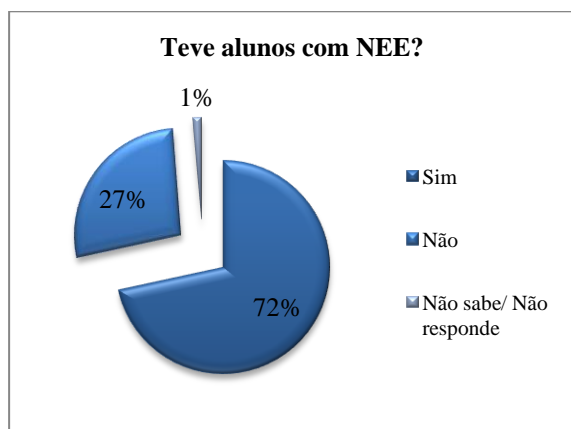
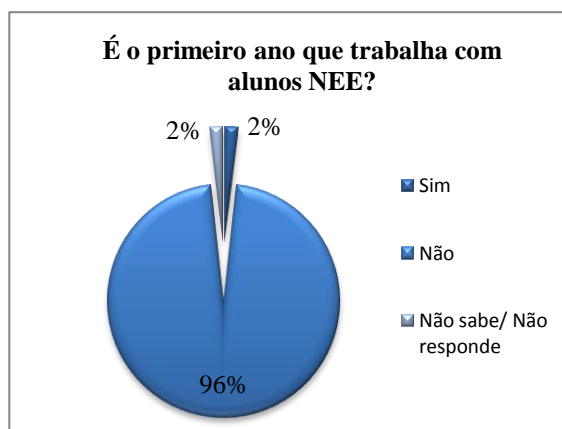


Gráfico nº 3.2 – É o primeiro ano que trabalha com NEE?



Conforme se pode constatar pela análise do gráfico nº 3.1 a grande maioria dos professores (72%) teve na(s) sua(s) turma(s) alunos com NEE neste ano letivo, assim como nos anos anteriores (gráfico nº 3.2), sendo que apenas 27% afirmou não ter tido. Isto quer dizer que estamos perante uma população com experiência na lecionação a alunos com estas características.

Relativamente às problemáticas, é interessante observar uma grande heterogeneidade. Desde dificuldades visuais a défices cognitivos, dislexia, hiperatividade, daltonismo, síndrome de asperger, autismo e trissomia21, todas estão representadas. A destacar apenas a dislexia e o síndrome de asperger que são referidos em maior número (Anexo III).

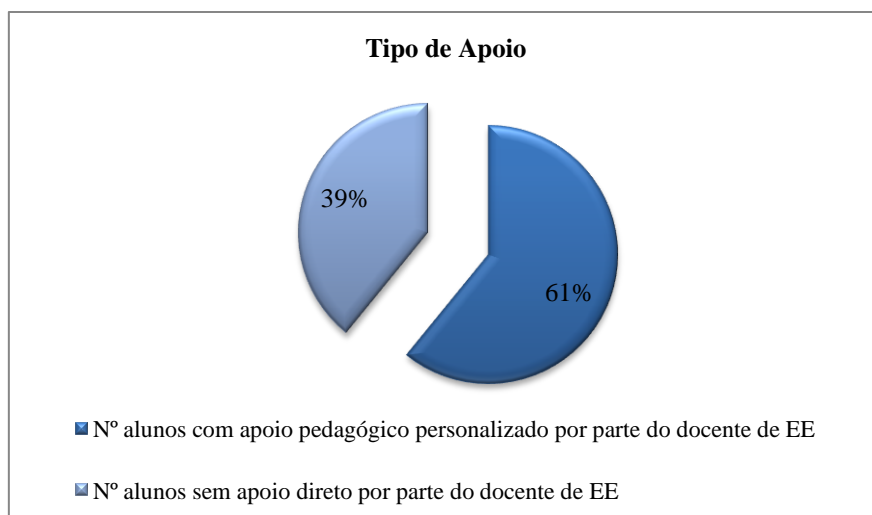
3.2.1.2. Dados Profissionais – Experiência com alunos com NEE (Professores de EE)

De acordo com os dados apurados verificou-se que um dos docentes tinha a seu cargo 4 alunos, outro 7 e o outro 17, o que perfaz um universo de 28 alunos. Destes apenas 6 beneficiam de um CEI, ou seja alunos cujo seu perfil de funcionalidade indica maior

gravidade. Constatou-se também que ao longo do ano letivo foram referenciados para a EE 6 alunos (Anexo IV).

De seguida é apresentado o gráfico n° 3.3 que se refere ao tipo de apoio prestado aos alunos pelos docentes de EE.

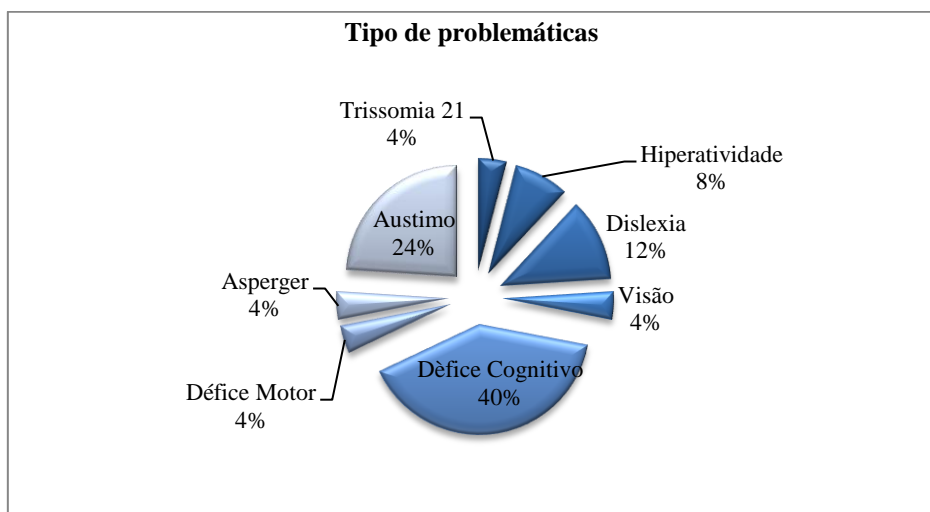
Gráfico n° 3.3 – Tipo de Apoio



Através da análise do gráfico n° 3.3, pode-se constatar que 61% dos alunos beneficiaram da medida “apoio pedagógico personalizado” para reforço de competências específicas por parte do docente de EE e cerca de 39% beneficiou apenas de apoio indireto.

Para finalizar este ponto é apresentado o gráfico n° 3.4 que diz respeito ao tipo de problemáticas dos alunos.

Gráfico n° 3.4 – Tipo de problemáticas



No que diz respeito às problemáticas, a leitura do Gráfico nº 3.4 permite-nos afirmar que a que aparece em maior representação é o “Défice Cognitivo” (40%), seguido do “Autismo”(24%).

3.2.2. Políticas Educativas

Em conformidade com o que já foi feito anteriormente, serão apresentados três quadros síntese com os resultados, pelo que serão apenas expostos os dados considerados de maior relevância.

Assim sendo o quadro nº 3.4 refere-se ao conhecimento, clareza e adequação da legislação em vigor para EE.

Quadro nº 3.4 - Políticas Educativas (A)

Questões	Característica	Frequência	%
Conhece o Decreto-lei nº 3/2008?	Sim	71	88%
	Não	4	5%
	NS/NR	6	7%
	Freq.	81	100%
A Legislação Portuguesa é clara no que diz respeito ao atendimento educativo para alunos com NEE?	Sim	28	33%
	Não	36	43%
	NS/NR	20	24%
	Freq.	84	100%
A Legislação Portuguesa está adequada ao atendimento das necessidades educativas destes alunos?	Sim	11	13%
	Não	54	64%
	NS/NR	19	23%
	Freq.	84	100%

Conforme se pode constatar pela análise do quadro nº 3.4 a esmagadora maioria dos professores (88% - N=71) conhece a legislação que regula a EE (DL 3/2008) no entanto apenas 33% (N=28) considera-a clara no que diz respeito ao atendimento educativo dos alunos com NEE, enquanto 43% (N=36) discorda dessa opinião, referindo que a mesma não é suficientemente clara. Note-se também que 24% (N=20) dos professores não respondeu a esta questão.

Relativamente à adequação da legislação em relação ao atendimento dos alunos com NEE, a maioria dos professores (64% - N=54) é da opinião que a mesma não está adequada, apenas 13% (N=11) não é dessa opinião e mais uma vez 23% (N=19) não sabe ou não responde a esta questão.

É de ressaltar a existência significativa de não respostas no grupo de questões sobre a legislação, razão que pode estar relacionada pela falta de conhecimento concreto da mesma, daí não terem uma opinião formada acerca do assunto.

De seguida o quadro nº 3.5 diz respeito à autonomia face às políticas educativas.

Quadro nº 3.5 - Políticas Educativas (B)

Questões	Característica	Frequência	%
Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões que consideram importantes para os alunos NEE?	Sim	9	11%
	Não	53	63%
	NS/NR	22	26%
	Freq.	84	100%
Considera que as escolas têm autonomia para as aplicar?	Sim	17	20%
	Não	46	55%
	NS/NR	21	25%
	Freq.	84	100%
Considera que a lei favorece o aspeto de se tomarem essas decisões na escola?	Sim	14	17%
	Não	48	57%
	NS/NR	22	26%
	Freq.	84	100%

Tendo agora em conta os dados do quadro nº 3.5 e no que respeita à autonomia legal para aplicação de tomadas de decisão que os docentes consideram importantes para os alunos com NEE, verifica-se que 63% (N=53) dos inquiridos refere que os docentes de EE estão de algum modo limitados quanto à possibilidade de aplicarem decisões pertinentes no que refere aos seus alunos, enquanto apenas 11% (N=9) é de opinião contrária e 26% (N=22) não tem parecer sobre a questão.

Ainda no campo da autonomia legal, e da aplicação de medidas avulsas e individualizadas nas escolas, verifica-se que apenas 20% (N=17) dos inquiridos afirmam que existe alguma autonomia nesta matéria, contudo, 55% (N=46) dos docentes demonstram alguma dificuldade neste campo e 25% (N=21) mais uma vez não manifestou opinião. Pelo que se pode inferir a existência de dificuldades quanto à aplicação de medidas que os professores consideram relevantes para os alunos com NEE. Assim sendo, podemos ainda concluir que tanto os professores, assim como as respetivas escolas não possuem flexibilidade, autonomia e capacidade para implementarem estratégias ou tomadas de decisão que se revelam importantes em determinados casos particulares, na medida em que a lei se revela omissa ou não é suficientemente clara em várias situações.

Na questão seguinte e confirmando o atrás referido, 57% (N=48) dos inquiridos consideram, que a lei no que concerne às políticas educativas é demasiado rígida, não permitindo flexibilização e adaptação em casos mais específicos, contrapondo com a opinião de 17% (N=14) dos professores que responderam afirmativamente quanto ao facto de acharem que a lei permite às escolas tomarem decisões. No entanto ficámos novamente sem saber a opinião de 26% (N=22) dos inquiridos sobre esta matéria.

Para terminar a análise em relação às políticas educativas é apresentado o quadro nº 3.7 que se refere ao trabalho burocrático e às dificuldades que os professores sentem em atender à diversidade de NEE, assim como a opinião em relação aos guias publicados pelo Ministério da Educação.

Quadro nº 3.6 - Políticas Educativas (C)

Questões	Característica	Frequência	%
Considera que desempenha demasiado trabalho burocrático?	Sim	75	89%
	Não	4	5%
	NS/NR	5	6%
	Freq.	84	100%
Considera que o trabalho burocrático dificulta a sua intervenção com os alunos com NEE?	Sim	66	78%
	Não	14	17%
	NS/NR	4	5%
	Freq.	84	100%
Considera que os professores do ensino regular têm dificuldade em atender à diversidade de NEE?	Sim	79	94%
	Não	2	2%
	NS/NR	3	4%
	Freq.	84	100%
Considera que os professores da Educação Especial têm dificuldade em atender à diversidade de NEE?	Sim	59	71%
	Não	13	15%
	NS/NR	12	14%
	Freq.	84	100%
Considera que os guias publicados pelo Ministério da Educação são suficientes para o esclarecimento de dúvidas existentes nos procedimentos a tomar ao nível dos documentos de referência?	Sim	8	10%
	Não	35	41%
	NS/NR	41	49%
	Freq.	84	100%

No que concerne ao trabalho burocrático, o mesmo tem sido nos últimos tempos, um dos principais descontentamentos dos docentes, sendo referido que a burocracia dificulta muitas vezes o seu desempenho, o que é confirmado também pela população em estudo.

Neste caso 89% (N=75) dos professores consideram existir demasiada burocracia e desperdício de tempo em tarefas não diretamente relacionadas com o ministrar dos conteúdos programáticos. Aliando esta questão à correta distribuição dos alunos por professor e dos tempos disponíveis para cada aluno, pode concluir-se que esta é uma das grandes dificuldades sentidas pelos professores no desempenho das suas funções. Apenas 5% (N=4) dos inquiridos não considera o trabalho burocrático um entrave ao cabal exercício das suas funções.

De acordo com a análise dos dados e relacionando com a questão anterior, pode verificar-se que o trabalho burocrático não só é uma dificuldade no que toca à gestão do tempo, como interfere mesmo com a prática letiva. Neste caso, 78% (N=66) dos docentes consideram que determinados tipos de burocracia limitam a sua intervenção junto dos alunos, reforçando a ideia de que muito do tempo disponível para cada aluno é passado a desempenhar tarefas que nada têm a ver com o desenvolvimento cognitivo do discente. Somente 17% (N=14) dos inquiridos não consideram que o trabalho burocrático interfira com a prática letiva, apesar de reconhecerem que existe demasiada burocracia envolvendo todo o processo educativo no campo das NEE.

Relativamente às dificuldades que os professores sentem no atendimento à diversidade de NEE, a esmagadora maioria dos inquiridos 94% (N=79) foi unânime em revelar ter dificuldade em atender à multiplicidade de NEE. Apenas 2% (N=2) dos professores não parecem sentir grandes dificuldades nesta questão. Consideram também que os professores de EE têm essa mesma dificuldade (71% - N=59) e que apenas 15% (N=13) são da opinião que estes professores não sentem qualquer dificuldade, no entanto 14% (N=12) dos inquiridos não revelou a sua opinião. Estes dados revela-nos que é necessário identificar profundamente as razões desta dificuldade, que condiciona não só os professores na sua atividade diária, assim como o aluno, ao não usufruir de todo o potencial do professor em dificuldade, face à problemática exposta.

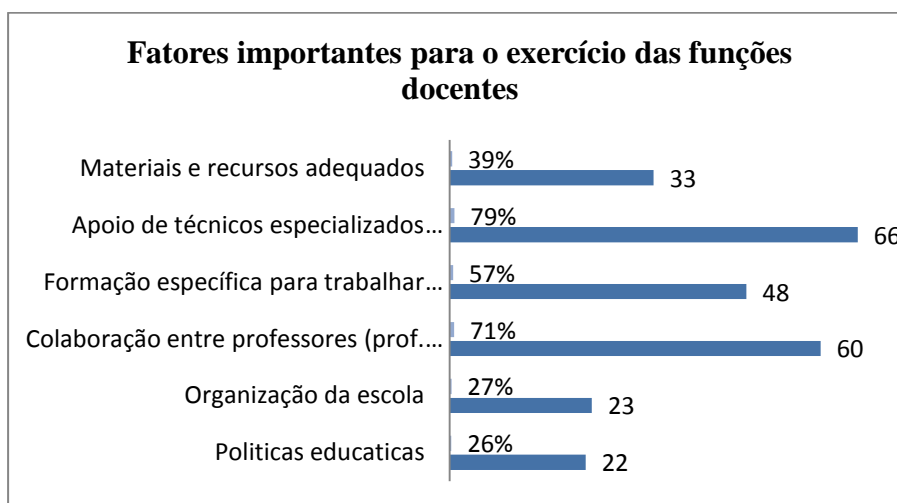
Uma análise atenta a estes resultados que são transversais e proporcionais às respostas obtidas em outros pontos poderá estar diretamente relacionada com a própria formação dos professores no que respeita a especializações, à formação contínua, às tarefas adjacentes ao processo de ensino, aos recursos materiais e humanos, entre outras.

Sobre os guias publicados pelo MEC no que diz respeito ao esclarecimento de eventuais dúvidas, pode-se constatar que 41% (N=35) dos professores é da opinião que os mesmos não são suficientemente esclarecedores nos procedimentos a tomar, ao nível dos documentos de referência, enquanto apenas 10% (N=8) dos inquiridos contrapõe essa opinião.

No entanto quase a maioria dos inquiridos (49% - N=41) não manifestou opinião, mais uma vez essa decisão pode ter acontecido por desconhecimento dos referidos documentos.

Finalmente, o gráfico nº 3.5 refere-se à relevância que cada docente atribui aos diversos aspetos da sua profissão.

Gráfico nº 3.5 – Fatores importantes para o exercício das funções docentes

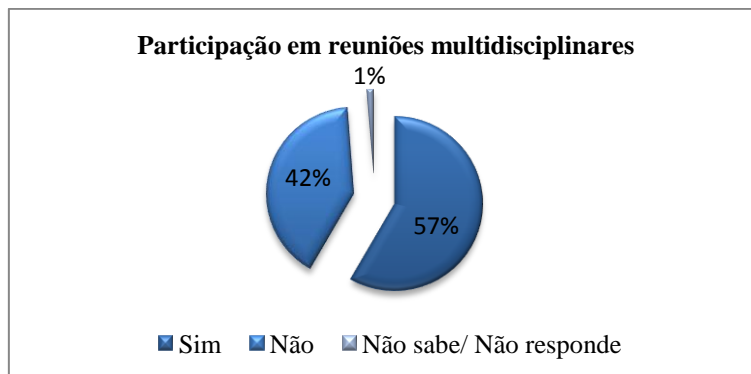


Pela análise do gráfico nº 3.5 pode verificar-se que o Apoio de técnicos especializados (psicólogos, terapeutas...) é um dos fatores que tem maior interferência na atividade de docência (79% - N=66), seguida da colaboração entre professores (prof. regular vs prof. EE) (71% - N=60) e a formação específica para trabalhar com alunos com NEE (57% - N=48). A análise destes resultados é interessante na medida em que os professores consideram que se houver um apoio efetivo de técnicos especializados aliado a um trabalho de equipa, assim como formação específica na área das NEE é possível conseguirem ultrapassar eventuais dificuldades no que concerne às políticas educativas ou até à própria organização da escola.

3.2.3. Organização da Escola

O gráfico nº 3.6. refere-se à participação em reuniões multidisciplinares.

Gráfico nº 3.6 – Participação em reuniões multidisciplinares



Tendo em conta o gráfico nº 3.6, pode-se referir que 57% (N=49) dos inquiridos durante este ano letivo participou em reuniões multidisciplinares, enquanto 42% (N=34) afirma não ter participado. Estes dados são relevantes na medida em que uma parcela significativa dos professores em estudo tem experiência neste tipo de reuniões pelo que a sua opinião deve ser tida em conta.

O quadro nº 3.7 diz respeito à avaliação das relações interpessoais.

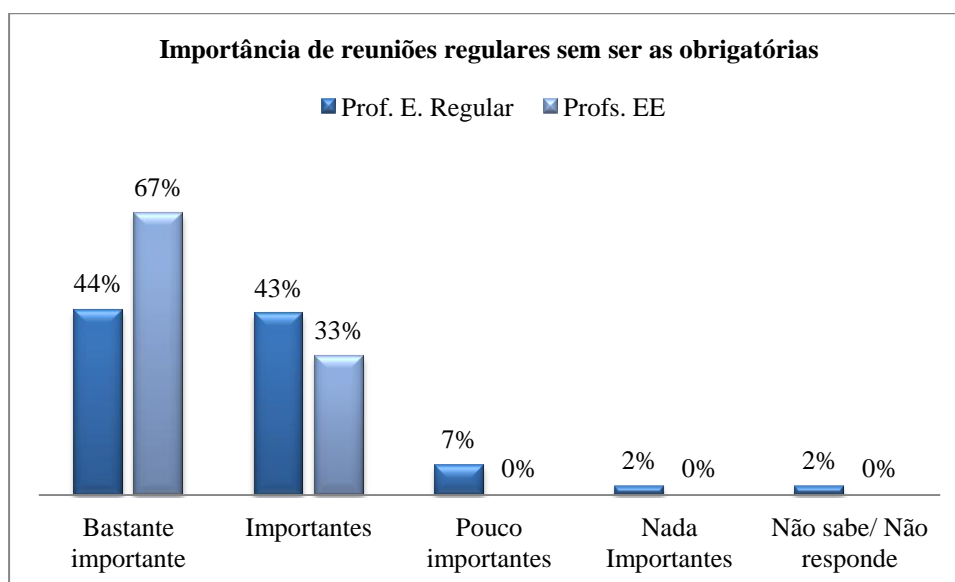
Quadro nº 3.7 - Avaliação das relações interpessoais

Variável	Característica	Frequência	%
Docentes EE	Muito Boa	22	27%
	Boa	15	19%
	Suficiente	6	7%
	Insuficiente	2	2%
	NS/NR	1	1%
	Freq.	81	100%
Docentes Ensino Regular	Muito Boa	1	33%
	Boa	1	33%
	Suficiente	1	33%
	Insuficiente	0	0%
	NS/NR	0	0%
	Freq.	3	100%
Técnicos	Muito Boa	22	26%
	Boa	19	23%
	Suficiente	3	4%
	Insuficiente	2	2%
	NS/NR	3	4%
	Freq.	84	100%
Enc. Educação	Muito Boa	9	11%
	Boa	16	20%
	Suficiente	8	10%
	Insuficiente	5	6%
	NS/NR	8	10%
	Freq.	84	100%

Como se pode verificar através da leitura do quadro nº 3.7, 45% (N=37) dos professores do ensino regular considera “boa” ou mesmo “muito boa” a qualidade das relações interpessoais com os docentes de educação especial, assim como entre os técnicos (49% - N=41). No entanto por parte dos professores de educação especial apesar de ser positiva a avaliação atribuída à “qualidade das relações interpessoais com os docentes do ensino regular a mesma é variável, sendo que cada um atribui uma menção. No que diz respeito aos encarregados de educação a avaliação também é positiva, no entanto ligeiramente abaixo da anterior uma vez que os itens “muito boa” e “boa” perfazem 31% (N=25) das respostas, sendo que 6% (N=5) fazem mesmo uma avaliação insuficiente.

O gráfico nº 3.7 refere-se à importância de reuniões regulares sem ser as obrigatórias.

Gráfico nº 3.7 – Importância de reuniões regulares sem ser as obrigatórias



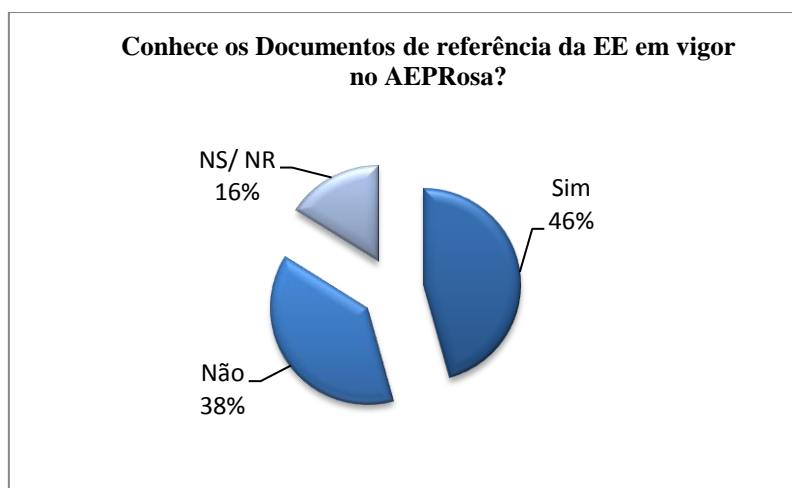
Pela análise do gráfico nº 3.7, no que diz respeito à opinião dos professores relativamente à importância de reuniões regulares para tratar de assuntos específicos em relação aos alunos com NEE, sem ser as obrigatórias, tanto os professores de educação especial como os professores do ensino regular, encontram-se em sintonia na medida em que consideram “bastante importante” ou “importante” a existência deste tipo de reuniões. Apenas 7% (N=6) é da opinião que são “pouco importantes” e 2% (N=2) “nada importantes”.

De seguida e de forma a conhecer qual a opinião, conhecimento e eventuais dificuldades que os professores sentem em relação aos documentos de referência relativos à

EE em vigor no agrupamento e de modo a se tentar conseguir ir de encontro às suas necessidades, foram elaboradas várias questões.

De seguida é apresentado o gráfico nº 3.8 que se refere ao conhecimento acerca dos documentos de referência em vigor no agrupamento.

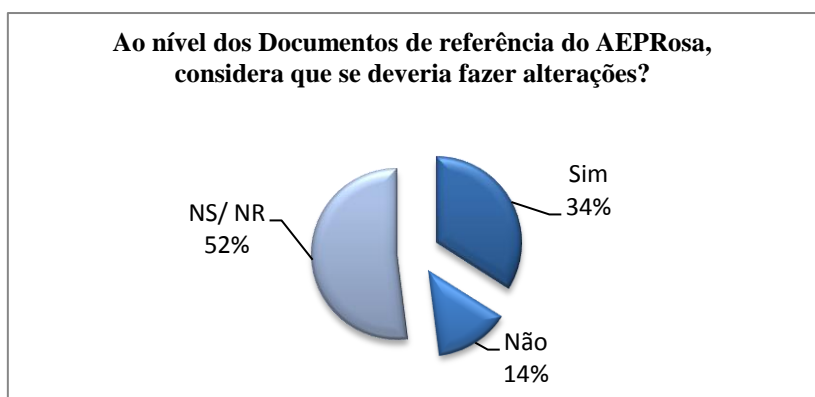
Gráfico nº 3.8 – Conhece os documentos de referência da EE em vigor no AEPRosa?



Assim sendo, através da leitura do gráfico nº 3.8, pode-se constatar que 46% dos professores (N=37) conhece os documentos de referência, 38% (N=31) afirma não conhecer e 16% (N=13) não respondeu a esta questão. Logo com os dados obtidos, não nos é possível aferir com certeza o conhecimento dos docentes do ensino regular acerca destes documentos, que são fundamentais na EE.

O gráfico nº 3.9 refere-se à opinião sobre possíveis alterações a fazer nos documentos de referência.

Gráfico nº 3.9 – Ao nível dos documentos de referência do AEPRosa, considera que se deveria fazer alterações?



De seguida e excluindo os 31 professores que referiram não conhecer os documentos de referência ao se analisar as 50 respostas dadas, conclui-se que 34% (N=17) são da opinião que os documentos deveriam ser reformulados, enquanto 14% (N=7) são de opinião contrária, no entanto 52% (N=26) dos professores não manifestou opinião, talvez por desconhecimento, mas não é possível saber as reais motivação para a não resposta, a única certeza é os dados apurados no “sim” e no “não” (gráfico nº 3.9).

Dos 17 inquiridos, que são da opinião que os documentos deveriam ser reformulados, referiram que:

- ⇒ Os documentos deveriam ser simplificados;
- ⇒ Os documentos são complexos;
- ⇒ Deveria haver uniformização dos documentos;
- ⇒ Deveria haver uniformização de grelhas e fichas;
- ⇒ Há repetição de informação em vários documentos.
- ⇒ Por vezes, nos processos devido ao excesso de relatórios e averbamentos não se consegue fazer uma leitura rápida e eficaz da situação do aluno.
- ⇒ Porque os documentos são muito vagos e não abrangem todas as situações e sendo esta escola uma escola com autonomia deveria ser mais precisa em relação a esta e outras problemáticas.
- ⇒ Todos os documentos devem ser aprovados em reunião multidisciplinar, de forma a que no preenchimento e objetivos dos mesmos sejam claros para todos os intervenientes no processo;

É importante ressaltar que foram dadas outras sugestões, que não se enquadravam nesta questão propriamente dita, uma vez que se tratam de sugestões de cariz mais global a nível organizacional, pelo que serão descritas no final da análise dos dados.

Relativamente aos professores de EE (Anexo IV), os mesmos foram unânimes em considerar que os mesmos deveriam sofrer alterações, pelo que especificaram as razões/sugestões a seguir apresentadas:

- ⇒ “Documentos muito longos e pouco práticos”;
- ⇒ “De forma a tornar o processo mais célere e evitar duplicação de informação. Simplificar o processo”.
- ⇒ “Simplificar os procedimentos e as estruturas dos documentos, uma vez que já está tudo previsto na legislação e é fácil enquadrar em cada documento. De

forma a simplificar esta parte do trabalho de um docente de Educação Especial.”.

Relativamente à parte do questionário referente à avaliação do grau de dificuldades e constrangimentos que os professores tiveram no exercício das suas funções, no decorrer deste ano letivo, foram elaborados quatro quadros resumo, designadamente dois referentes ao trabalho burocrático, outro relativo aos recursos humanos e materiais e por fim um relativo ao relacionamento interpessoal, de modo a facilitar a leitura e a análise dos dados.

O quadro nº 3.8 diz respeito à avaliação de dificuldades ao nível do trabalho burocrático, no que diz respeito ao preenchimento e organização dos documentos.

Quadro nº 3.8 - Avaliação de dificuldades ao nível do trabalho burocrático (A)

Dificuldades ao nível:	N %	Muitas dificuldades	Algumas dificuldades	Poucas dificuldades	Nenhuma dificuldade	Não se aplica	NS/ NR	Total
Preenchimento dos documentos obrigatórios.	Freq. 2 % 2%	34 42%	25 31%	14 17%	2 2%	4 5%	84 100%	
Organização dos Processos individuais dos alunos.	Freq. 5 % 6%	19 23%	21 26%	19 23%	9 11%	8 10%	84 100%	
Falta de tempo para efetivar o trabalho burocrático	Freq. 32 % 40%	29 36%	8 10%	5 6%	1 1%	6 7%	84 100%	

A análise do quadro nº 3.8. revela que 42% (N=34) dos professores sentiram algumas dificuldades no preenchimento dos documentos obrigatórios, enquanto 31% (N=25) afirmou que teve poucas dificuldades e cerca de 17% (N=14) assegurou não ter sentido nenhuma dificuldade.

No que concerne à organização dos processos individuais dos alunos também se registam dificuldades, na medida em que 23% (N=19) refere ter tido algumas dificuldades e 26% (N=21) poucas dificuldades, no entanto 6% (N=5) revela ter tido muitas dificuldades neste âmbito. Apenas 23% (N=19) dos inquiridos revelou não ter sentido qualquer dificuldade neste âmbito.

No que diz respeito à falta de tempo para efetivar o trabalho burocrático, 40% (N=32) dos professores confessa ter muitas dificuldades na gestão de tempo e 36% (N=29) revela alguma dificuldade. Como se sabe existe muita burocracia no sistema que só prejudica o desenvolvimento da atividade letiva em si, conforme já foi referido anteriormente este é um dos principais descontentamentos dos docentes, o que é confirmado também pela população em estudo.

O quadro nº 3.9 diz respeito à avaliação de dificuldades ao nível do trabalho burocrático relativamente a todo o processo de referenciação, avaliação e planificação do trabalho a desenvolver.

Quadro nº 3.9 - Avaliação de dificuldades ao nível do trabalho burocrático (B)

Dificuldades ao nível:		Muitas dificuldades	Algumas dificuldades	Poucas dificuldades	Nenhuma dificuldade	Não se aplica	NS/NR	Total
Processo de referenciação de novos alunos	Freq.	14	35	14	7	7	7	84
	%	17%	43%	17%	9%	9%	9%	100%
Processo de avaliação das medidas implementadas nos PEI	Freq.	11	38	21	8	3	3	84
	%	14%	47%	26%	10%	4%	4%	100%
Planificação do trabalho a desenvolver com os alunos	Freq.	13	37	20	9	3	2	84
	%	16%	46%	25%	11%	4%	2%	100%
Elaboração de Adequações curriculares individuais	Freq.	18	32	18	7	6	3	84
	%	22%	40%	22%	9%	7%	4%	100%
Elaboração de Adequações no processo de avaliação	Freq.	9	36	21	9	5	4	84
	%	11%	44%	26%	11%	6%	5%	100%
Elaboração dos CEI	Freq.	22	26	7	7	12	10	84
	%	27%	32%	9%	9%	15%	12%	100%

Tendo agora por base o quadro nº 3.9, a análise dos dados confirma que existem dificuldades a vários níveis, desde do processo de referenciação e de avaliação das medidas implementadas nos PEI dos alunos e planificação do trabalho a desenvolver, até a dificuldades na elaboração das adequações curriculares individuais e adequações no processo de avaliação dos alunos, assim como na elaboração de currículos específicos individuais (CEI). Procedimentos essenciais que têm de ser definidos em função do perfil de funcionalidade de cada aluno com NEE. Constata-se que a maioria dos professores considera ter algumas ou muitas dificuldades a este nível, inclusive os professores de EE.

O quadro nº 3.10 diz respeito à avaliação de dificuldades ao nível do trabalho burocrático ao nível dos recursos humanos e materiais e gestão da sala de aula.

Quadro nº 3.10 – Avaliação de dificuldades ao nível de recursos materiais e humanos

Dificuldades ao nível:		Muitas dificuldades	Algumas dificuldades	Poucas dificuldades	Nenhuma dificuldade	Não se aplica	NS/NR	Total
Falta de Recursos educativos/ tecnológicos específicos	Freq. %	24 30%	34 42%	8 10%	6 7%	6 7%	6 7%	84 100%
Falta de Recursos materiais adaptados	Freq. %	26 32%	37 46%	5 6%	5 6%	6 7%	5 6%	84 100%
Gestão da sala de aula no atendimento personalizado aos alunos com NEE (nº elevado alunos, diferentes problemáticas...)	Freq. %	28 35%	25 31%	14 17%	4 5%	6 7%	4 5%	81 100%
Gestão do nº alunos atribuído para apoio pedagógico personalizado para reforço de competências específicas (nº elevado de alunos, diferentes problemáticas...)	Freq. %	1 33,3%	0 0%	1 33,3%	1 33,3%	0 0%	0 0%	3 100%
Número de Técnicos insuficientes face às necessidades (psicólogo, terapeutas...)	Freq. %	39 48%	23 28%	9 11%	3 4%	4 5%	6 7%	84 100%

Tal como é demonstrado no quadro nº 3.10, quanto às dificuldades ao nível dos recursos materiais (educativos/ tecnológicos específicos e materiais adaptados), as respostas apontam no sentido de a esmagadora maioria dos professores considerarem sentirem muitas (30% - N=24/ 32% - N=26) ou algumas dificuldades (42% - N=34/ 46% - N=37) pela falta destes equipamentos, que podem marcar a diferença entre o sucesso e o insucesso dos alunos.

No que diz respeito à Gestão da sala de aula, no atendimento personalizado aos alunos com NEE, 35% (N=28) dos professores do ensino regular revelam sentir muitas dificuldades e 31% (N=25) algumas dificuldades, devido essencialmente ao elevado de alunos por turma, assim como há existência de diferentes problemáticas, que como sabemos necessitam de estratégias diversificadas. Relativamente aos professores de EE, pela distribuição das respostas dadas (uma em cada: muitas, poucas, nenhuma dificuldades) não é possível fazer uma avaliação concreta.

Relativamente ao número de técnicos afetos ao agrupamento, os professores foram unânimes em considerar que são insuficientes face às necessidades, na medida em que 48% (N=39) afirma sentir muitas dificuldades e 28% (N=23) dos professores afirma ter alguma dificuldade.

O quadro nº 3.11 diz respeito à avaliação de dificuldades ao nível do relacionamento interpessoal com os professores de EE, técnicos e encarregados de educação.

Quadro nº 3. 11 – Avaliação de dificuldades no relacionamento interpessoal com os professores de EE, técnicos e encarregados de educação.

Dificuldades ao nível:		Muitas dificuldades	Algumas dificuldades	Poucas dificuldades	Nenhuma dificuldade	Não se aplica	NS/NR	Total
Relacionamento com os professores do núcleo de Ed. Especial (colaboração, partilha...)	Freq.	2	8	23	46	1	1	81
	%	2%	10%	28%	57%	1%	1%	100%
Relacionamento com os professores do Ensino Regular (colaboração, partilha...)	Freq.	0	0	0	3	0	0	3
	%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	100%
Relacionamento com os diferentes técnicos (psicólogo, terapeutas ...) (colaboração, partilha...)	Freq.	1	11	26	40	2	1	84
	%	1%	14%	32%	49%	2%	1%	100%
Relacionamento com os encarregados de educação (colaboração, partilha informação...)	Freq.	5	20	23	22	7	4	84
	%	6%	25%	28%	27%	9%	5%	100%

Se tivermos agora em conta o quadro nº 3.11, pode-se verificar que uma percentagem muito significativa dos docentes inquiridos afirma que não sentem dificuldades de relacionamento com os professores de EE (57% - N=46), e estes também têm a mesma opinião em relação aos professores do ensino regular (100% - N=3). No que diz respeito ao relacionamento com os diferentes técnicos a maioria dos professores também revela não sentir qualquer dificuldade (49% - N=40), elogiando mesmo a colaboração e partilha que é estabelecida. No entanto, relativamente aos encarregados de educação as opiniões divergem, na medida em que 27% (N=22) considera não ter nenhuma dificuldade, 28% (N=23) poucas dificuldades, e 25% (N=20) algumas dificuldades. É importante frisar que o bom relacionamento entre os elementos das equipas multidisciplinares (professores regular/EE vs técnicos e encarregados de educação) é fulcral para a eficácia de todos os procedimentos que são necessários cumprir.

No final deste grupo de questões, era dado a possibilidade aos professores para referirem mais alguma dificuldade não contemplada ou caso pretendessem especificar algum item em concreto. Da totalidade dos sujeitos inquiridos apenas 6% (N=5) responderam a esta questão, que aqui transcrevo:

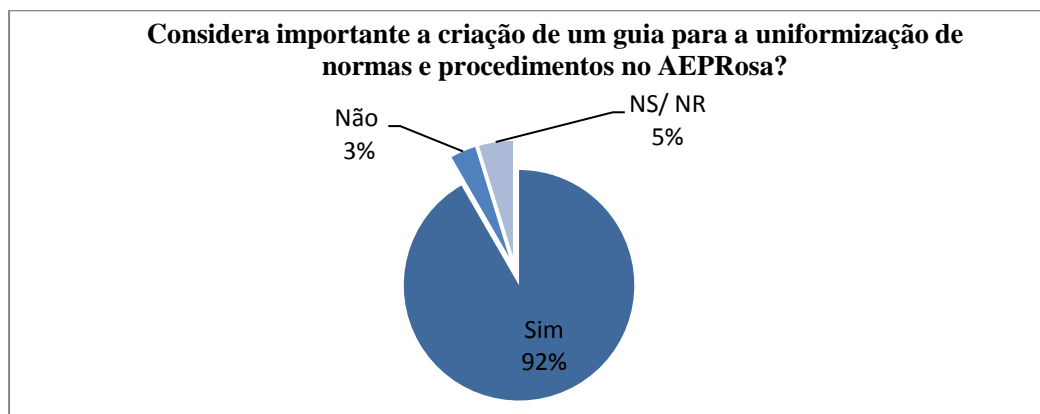
⇒ “Na Educação Pré-Escolar, lamentavelmente, não estão previstos apoios - por exemplo apoio de docente de Educação Especial - só se não tiver alunos do 1º

ciclo, o que é um contra censo, visto que os apoios devem ser o mais precoce possível, assim como, para crianças com deficiência de caráter permanente não está prevista a frequência de qualquer tipo de Unidade (UEE ou UMD), não encontro explicação para este fato”.

- ⇒ “ Não devemos esquecer que temos turmas muito grandes também com alunos com dificuldades que seriam de EE ou não, e que não estão sinalizados e que, também precisam de um trabalho individualizado constante e caso haja alunos com NEE na sala torna-se também muito difícil apoiá-los e para se verificarem resultados efetivos as horas de apoio deveriam ser muito mais”.
- ⇒ “O n.º elevado de alunos por turma, o elevado grau de exigência dos novos programas e o reduzido n.º de professores especializados em EE dificultam as intervenções realizadas nos alunos da EE. A articulação entre os técnicos e os professores titulares são o pilar de uma boa intervenção, o que aconteceu no presente ano letivo, a partir de janeiro, mas verificando-se pouco em anos anteriores”.
- ⇒ “O elevado número de alunos por turma, invalida quase por completo o apoio individualizado a qualquer tipo de aluno, com ou sem NEE”.
- ⇒ “A direção da escola é soberana. Os encarregados de educação não têm conhecimentos curriculares/específicos acerca da problemática dos seus educandos. As limitações de alguns alunos não se adequam às escolas em especial às secundárias”.
- ⇒ “Tudo na escola, é projetado em função de todas as outras áreas ficando a Educação Especial sempre em último lugar”.

Para finalizar passa-se agora a uma outra vertente considerada no questionário, que refere-se ao entendimento sobre a importância da criação de um guia para a uniformização de normas e procedimentos (gráfico nº 3.10).

Gráfico nº 3.10 – Importância da criação de um guia para uniformização de regras e procedimentos no AEPRosa



Assim através da leitura e análise do gráfico nº 3.10, constata-se que a quase totalidade dos professores (92% - N=72) são da opinião que seria importante a criação de um guia, sendo que apenas 3% (N=2) é de opinião contrária e 5% (N=4) não manifestou opinião. Considera-se portanto e de acordo com a esmagadora maioria das respostas dadas, que os professores acham pertinente a criação de um guia no agrupamento, com o objetivo de uniformizar normas e procedimentos, dificuldades que já tinham sido manifestadas em questões anteriores.

O quadro nº 3.12 contempla sugestões a incluir no guia.

Quadro nº 3.12 – Sugestões a incluir no guia

Sugestões		Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	NS/ NR	Total
Circuito Documental bem definido	Freq.	0	4	72	3	2	78
	%	0%	5%	92%	4%	3%	100%
Procedimentos específicos em cada uma das fases	Freq.	0	4	70	5	2	78
	%	0%	5%	90%	6%	3%	100%
Documentos exemplo preenchidos	Freq.	0	4	64	10	3	78
	%	0%	5%	82%	13%	4%	100%
Documentos com indicações claras em cada campo	Freq.	0	4	70	4	3	78
	%	0%	5%	90%	5%	4%	100%

Como se pode facilmente comprovar através do da leitura do quadro nº 3.12, a esmagadora maioria dos professores concorda totalmente com as sugestões propostas a incluir no guia, sendo que nenhum dos professores inquiridos discorda totalmente.

No final deste grupo de questões, era dado a possibilidade aos professores para caso considerassem pertinente tecer outras sugestões. Apenas (2) dois professores responderam a esta questão, um professor do ensino regular e um professor de educação especial, pelo que são apresentadas de seguida:

- ⇒ “Os documentos devem, acima de tudo, ser sucintos e muito fáceis de preencher e ainda de mais fácil leitura e avaliação”
- ⇒ Dever-se-ia criar um mecanismo para que os documentos, depois de assinados e aprovados em instâncias superiores, não sejam alterados”.

Antes de finalizar o questionário os professores poderiam caso pretendessem manifestar a sua opinião sobre qualquer assunto relacionado com a Educação Especial. Da totalidade dos sujeitos inquiridos muitos foram os que disponibilizaram-se a responder a esta questão, ou para fazer sugestões, revelar dificuldades ou simplesmente dar a sua opinião, pelo que foram selecionadas algumas respostas a título exemplificativo, de modo a dar uma visão geral das suas opiniões ³. Deste modo as respostas foram agrupadas em duas temáticas: necessidade de formação e organização e funcionamento da EE no agrupamento, tanto no que diz respeito a dificuldades como sugestões.

No cômputo geral, 30% (N=24) dos docentes consideram muito importante a dinamização de ações de formação relacionadas com a EE. Nas suas opiniões referem essa necessidade e sugerem que sejam criadas condições para que as mesmas possam ser desenvolvidas no seio do agrupamento, como pode ser demonstrado pelas respostas a seguir apresentadas:

- ✓ “Considero bastante importante frequentar todas as formações que possam contribuir para melhorar as aprendizagens dos alunos ou que nos clarifiquem sobre os trâmites a seguir para os alunos com Necessidades Educativas Especiais”.
- ✓ “O desenvolvimento de ações de formação específicas é crucial para ampliar a visão educativa da criança/aluno e deveriam ser facultadas gratuitamente à

³ No entanto todas as respostas podem ser consultadas no *Anexo nº III* (pp.246-247) e *Anexo nº IV* (p.256)

equipa que tem a responsabilidade do percurso educativo da criança/aluno, incluindo a família”.

- ✓ “É importante a criação de ações de formação específicas que ensine os docentes a trabalhar com o universo das necessidades educativas especiais”.
- ✓ “(...) Acho útil que se promovam porque só com informação/ formação adequada poderemos ser uma mais-valia para os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- ✓ “ (...) será uma mais valia para os intervenientes que nelas participarem. A ações serão mais produtivas se tiverem uma vertente prática”.
- ✓ “ (...) bem como a partilha de práticas e a adequação das mesmas às diversas situações com que nos deparamos, em função da individualidade de cada aluno e da(s) sua(s) dificuldade(s)”.

No que diz respeito a dificuldades de âmbito geral, as opiniões dos docentes focam essencialmente o número elevado de alunos por turma, o pouco tempo disponibilizado no acompanhamento direto em sala de aula por parte de um docente de EE, assim como a falta de tempo disponível para um efetivo trabalho de articulação entre os diferentes professores e técnicos, como se pode confirmar por algumas das respostas dadas:

- ✓ “ Seria aconselhável haver coadjuvação em sala de aula, principalmente em turmas com dois ou mais anos de escolaridade ou com muitos alunos que apresentem muitas dificuldades de aprendizagem. É inconcebível que existam turmas com quase trinta alunos, dois anos de escolaridade e ainda alunos com NEE (que necessitam de constante apoio e não de apenas umas horas)”.
- ✓ “(...) A diminuição do n.º de alunos por turma.
- ✓ “ (...) será também necessário uma maior consciencialização da importância da participação dos professores titulares de turma, assim como, uma maior articulação com os professores de educação especial e técnicos envolvidos.
- ✓ “(...) é muito importante que todos os envolvidos tenha tempo de horário disponível para este trabalho de articulação, o que não tem acontecido nos últimos ano letivos, o que leva a que o trabalho por vezes não seja elaborado e organizado da melhor forma possível, principalmente para os alunos.
- ✓ “ Maior disponibilidade para fazer acompanhamento individual aos alunos em sessões individuais”.

- ✓ “ Maior acompanhamento por parte da equipa da educação especial aos alunos NEE que estão em sala e conseqüentemente, um maior apoio ao professor da disciplina (...)”.
- ✓ “ É de salientar todo o esforço revelado por os docentes do agrupamento, apesar de por vezes o trabalho burocrático ser elevado. (...) operacionalizar da melhor forma possível os documentos exigidos por lei. É fundamental estar previsto no horário do docente e técnicos tempo disponível para reunir, (...)”

Por fim foram apresentadas várias sugestões ao nível da organização e funcionamento. Nas suas opiniões referem a importância da clarificação dos procedimentos a ter em conta, assim como a utilidade de disponibilizar os documentos *on-line* e criar um espaço de partilha de informações, as quais encontram-se apresentadas de seguida:

- ✓ “ Que sejam bem definidos todos os procedimentos a realizar com os vários casos de dificuldades e patologias, no sentido de não se alterarem procedimentos cada vez que se muda de titular da educação especial”.
- ✓ “ Todos os documentos devem ser aprovados em reunião multidisciplinar, para que o preenchimento e objetivos dos mesmos sejam claros para todos os intervenientes no processo”.
- ✓ “ É primordial haver uma boa coordenação do núcleo, com regras claras e objetivas para que não surjam dúvidas na aplicação prática das mesmas. Também deverá imperar o consenso nas decisões a tomar, entre coordenadora e professores da Educação Especial. O núcleo deverá também preocupar-se mais em apoiar os professores titulares de turma na forma de trabalhar com os alunos que apresentam problemáticas mais graves, a nível da planificação de estratégias e aplicação de atividades apropriadas”.
- ✓ “ Informatização e disponibilização on-line dos documentos”.
- ✓ “ Dever-se-ia criar um espaço próprio na internet afeto ao site da escola para partilha de informações: documentos, conhecimentos, formações...”.
- ✓ “ Criação de respostas na Escola de integração dos alunos: criação de mais clubes (desporto escolar por exemplo), incorporação dos alunos com NEE nas atividades dos cursos profissionais e regulares) - procura de novos parceiros fora da escola para apoio à inserção na vida ativa (através do PIT)”.

3.3. Intervenção

Terminada a análise e apresentação dos resultados do questionário e de modo a perceber-se todo o trabalho desenvolvido em torno deste projeto, considerei necessário explicitar todas as etapas seguidas e que levaram à concretização do manual e dos seus documentos.

Na fase de diagnóstico e através da informação resultante das reuniões efetuadas com o órgão de gestão e com a professora coordenadora da EE, assim como com os professores do grupo de EE, foi possível apurar:

- ✓ A não existência de um PE, não por falha mas por estar em funções uma CAP. É importante frisar que o PE contempla as adequações relativas ao processo de ensino e de aprendizagem, de carácter organizativo e de funcionamento, necessárias à resposta educativa dos alunos que se enquadram na EE, entre outros aspetos que já foram descritos no primeiro capítulo.
- ✓ A falta de um documento com os procedimentos a efetuar em cada uma das etapas, tanto a nível organizativo como de funcionamento;
- ✓ Que apesar da existência de documentação específica para a EE era necessário uma reformulação e orientações para o seu preenchimento;
- ✓ Os modelos dos documentos apenas são disponibilizados aos docentes de EE e aos outros professores apenas quando solicitados;
- ✓ Ao nível do circuito documental foi possível registar os procedimentos efetuados, conforme descritos no capítulo anterior.
- ✓ Que apesar da legislação o prever, não existe uma prática instituída de elaboração dos documentos em equipa, normalmente é o professor de EE que os faz e posteriormente dá a assinar ao titular de turma e/ou diretor de turma;
- ✓ Para além do que consta da legislação, que por vezes não é clara, não existem procedimentos uniformes no preenchimento de toda a documentação o que leva a que os documentos sejam preenchidos de formas diferentes consoante o elemento que os efetuou.

Assim sendo e após o apuramento das principais dificuldades foram apresentados por mim, enquanto investigadora, as primeiras soluções que depois de serem objeto de reflexão foram sendo elaboradas, a saber:

- ⇒ Reformulação dos documentos de referência
 - Ficha de Referenciação
 - Roteiro de Avaliação
 - Relatório Técnico-Pedagógico
 - Programa Educativo Individual (PEI)
 - Adequações Curriculares Individuais
 - Currículo específico Individual (CEI) – 1º ciclo e Avaliação CEI
 - Currículo específico Individual (CEI) – 2º,3º ciclo e Sec. e Avaliação CEI
 - Registo de avaliação de alunos com CEI – Descritiva por período
 - Relatório de Avaliação Final
 - Adenda ao PEI
 - Revisão do PEI
 - Ficha de Sinalização SPO

Para a reformulação dos documentos de referência, em primeiro lugar, houve a preocupação de elaborar um modelo único de forma a uniformizar o tamanho e o tipo de letra, assim como o respetivo cabeçalho e rodapé, que após aprovação do subdiretor do agrupamento ficou definido que a letra a utilizar seria a *Calibri* tamanho 16 para os títulos dos diferentes documentos e tamanho 10 para o corpo do texto. De seguida, foi necessário decidir qual seria a melhor maneira para que os mesmos fossem organizados, pelo que surgiu a ideia de os construir em modo de formulário no processador de texto *word*, que permite restringir a edição e formatação dos mesmos a determinadas pessoas, especificando uma palavra-passe, sendo apenas possível a sua edição nos campos previsto para o efeito. Através desta medida ficou assegurado que os diferentes documentos não fossem alterados por qualquer utilizador. Por fim e não menos importante houve um especial cuidado em tentar simplificar cada um dos documentos, de modo a facilitar tanto o seu preenchimento como a sua leitura, pelo que, sempre que foi possível, foram criados campos com caixas de verificação e listas pendentes.

Após estas decisões foi feita uma pesquisa exaustiva através da internet, com o intuito de conhecer e recolher ideias acerca dos documentos utilizados em diferentes agrupamentos, os quais foram sendo comparados com cada um dos documentos em vigor no AEPRosa. De

seguida foram começando a esboçar-se os primeiros documentos e só após uma longa jornada foram dados por concluídos. É importante frisar, que apesar de haver indicações por parte da tutela sobre os dados que devem obrigatoriamente de estar incluídos, existem muitos outros, que caso se pretenda se pode contemplar.

Posteriormente, percebeu-se que para além dos documentos já existentes, poder-se-ia construir outros de forma a facilitar por um lado o trabalho dos docentes e por outro, uniformizar também o modo como essa informação era transmitida. Assim sendo foram elaborados os seguintes modelo de documentos:

- ⇒ Análise preliminar da referenciação
- ⇒ Preparação Reunião de Equipa
- ⇒ Relatório Técnico-Pedagógico_0 para alunos não elegíveis na EE
- ⇒ Adequações Curriculares Individuais para o 1º ciclo
- ⇒ Adequações Curriculares Individuais para o 2º,3º ciclo e Secundário
- ⇒ Plano Individual de Transição
- ⇒ Relatório de Avaliação Trimestral, para alunos sem CEI
- ⇒ Relatório de Avaliação Trimestral, para alunos com CEI
- ⇒ Organização do processo individual do aluno (separadores)
- ⇒ Autorização do Encarregado de Educação, para avaliação ou acompanhamento do SPO.

É importante ainda frisar que a cada um dos documentos foi dada uma determinada referência de forma a os identificar e facilitar os procedimentos.

Para a elaboração do manual existiu sempre a preocupação de conseguir de forma clara e sucinta construir um guia de clarificação de procedimentos para cada uma das fases inerentes a todo o processo que é desenvolvido na EE. Houve o cuidado em cada um das etapas indicar também, quais os documentos que devem ser utilizados, assim como incluir indicações precisas no modo de atuação.

Finalmente é importante referir que para a construção do manual, assim como na reformulação dos diferentes documentos foi sempre solicitada a colaboração da direção do agrupamento de forma a monitorizar os procedimentos em curso, que sempre se mostrou disponível e colaborante em todo o processo.

3.4. Análise do trabalho desenvolvido

Em primeiro lugar importa referir que do diagnóstico efetuado foi logo possível recolher as primeiras informações, que possibilitaram começar desde logo a delinear o projeto, o que permitiu proceder à planificação minuciosa do mesmo. Com o decorrer da investigação foram surgindo sempre novos dados que depois foram consubstanciados à informação resultante da aplicação do inquérito por questionário.

Assim sendo foi possível aferir que os professores de EE e os professores do ensino regular procuraram sempre cumprir o estipulado na lei. No entanto, não existe uma linha condutora da ação no que respeita à organização de todo o processo burocrático, aos instrumentos de avaliação utilizados, à articulação entre docentes, técnicos e encarregados de educação, e no modo como se finaliza o processo.

Ao longo do projeto, foi elaborado um registo escrito e sistemático de tudo o que foi observado e, posteriormente, complementado com os dados recolhidos, nomeadamente, através das reuniões efetuadas, da análise dos registos documentais e dos dados do questionário. Toda a investigação incidiu na recolha de evidências que permitiram aferir quais as dificuldades de modo a tentar suprimi-las.

No decorrer do desenvolvimento do processo de intervenção procedi à monitorização constante do trabalho realizado com a direção do agrupamento o que permitiu aferir procedimentos e perceber o que deveria ser alterado. Nas reuniões mensais do grupo de educação especial foi sempre agendado um ponto de monitorização do desenvolvimento do trabalho que teve por objetivo, detetar aspetos menos positivos para posteriormente corrigir e implicar de forma mais eficaz os docentes nestes ventos de mudança.

Foi também implementado o recurso ao “amigo crítico”, que contribuiu eficazmente para o processo de auto e hetero-reflexão ao longo de toda a investigação. Foram sendo apresentadas sugestões tanto ao nível do circuito documental, como dos próprios documentos de modo a encontrar a melhor solução.

Assistiu-se a um envolvimento efetivo do órgão de gestão na implementação deste projeto que se pôde observar pelas sugestões dadas e pela disponibilidade demonstrada. Numa perspetiva de franco trabalho colaborativo, foi possível ter acesso a toda a documentação e informação solicitada.

4. Considerações Finais

Sendo a educação especial um setor específico da educação, as decisões políticas e os normativos legais produzidos e respetiva implementação são, sem dúvida alguma, os responsáveis pelos resultados que a história reflete ao longo dos tempos. Tal com refere Marchesi (2001, p. 101) “cada país tem uma história, uma cultura e uma tradição educativas próprias que condicionam a incidência das mudanças e a resposta que lhes é dada no sistema educativo.”

Em termos gerais, para Walby (2000), trata-se de políticas baseadas numa tradição de igualdade de direitos que deriva da tradição política liberal. Como tal, preocupam-se mais com a igualdade nos processos do que nos resultados finais, isto é, com a igualdade de tratamento mais do que com a igualdade de resultados. Podem ser descritas como oferecendo igualdade formal, mais do que igualdade real. Isto porque apesar de todas as iniciativas promovidas no âmbito internacional e nacional, continuam a existir discriminações que comprometem sem dúvida o desenvolvimento integral e social do jovem ou adulto com deficiência, pondo em risco a inclusão que tanto se fala hoje e como algo já assumido e verdadeiramente cumprido.

Ainda que se verifique um conjunto de dispositivos legais que enquadram uma prática mais inclusiva, o processo de implementação não é linear nem automático, requer tempo de reflexão e disponibilidade para a experimentação e para a mudança, bem como uma gestão escolar com desígnios claramente inclusivos. Lima (2007) refere a este propósito, no estudo que coordenou face aos percursos da Escola Inclusiva em Portugal “a falta de clareza em relação às políticas centrais registando-se sobreposição de diplomas legais, cuja interpretação se tem tornado dúbia” (p. 180). A autora reforça esta ideia quando escreve que “é a falta de regras precisas, o que origina uma grande multiplicidade de situações e um fosso entre as orientações legislativas e a prática” (p. 181).

A esta situação acresce, ainda, a diversidade de agentes envolvidos no processo com formas e ritmos de consecução diversos. A realidade é complexa e as mudanças não ocorrem com a rapidez desejada, pelo que se verificam as referidas especificidades nas diferentes organizações. Efetivamente apesar de já terem decorrido seis anos após a entrada em vigor da legislação regula a EE no nosso país, continuam a subsistir dúvidas e dificuldades por parte dos agentes envolvidos, na medida em que, no meu entender, os normativos legais indicam de forma incompleta, o caminho que é necessário que as escolas sigam.

Neste âmbito, o presente projeto procurou responder às necessidades decorrentes da aplicação da legislação, tendo como objetivo contribuir para um melhor entendimento do normativo em vigor, encarando-o como o reflexo de um novo paradigma de intervenção e avaliação das NEE baseado na investigação séria, na evidência e na autorreflexão da sua responsável.

Assim sendo e tendo em conta o produto final: o manual e os documentos, resultantes do trabalho desenvolvido, considero que foram atingidos os objetivos fixados inicialmente e que vão ao encontro das dificuldades apuradas ao longo da investigação.

Foi evidente a não existência de uma linha condutora de ação no que respeita à organização de todo o processo burocrático o que consubstancia dificuldades a vários níveis, assim como a falta de uniformização tanto ao nível documental como de procedimentos.

Deste modo, considero que o trabalho desenvolvido irá permitir uma melhor compreensão da aplicação da legislação em vigor, assim como a uniformização de normas, procedimentos e documentos organizadores das respostas educativas. Uma vez que tive como principal preocupação que o Manual contemplasse todos os procedimentos para cada uma das etapas a desenvolver, de forma clara e objetiva para que não surjam dúvidas na aplicação prática dos mesmos, este foi elaborado numa linguagem simples e sempre acompanhado de esquemas síntese de modo a facilitar a leitura e a sua compreensão. No que diz respeito aos documentos, também houve um especial cuidado na sua construção de modo a que os mesmos fossem de fácil preenchimento e com indicações claras do que se pretende em cada um dos campos.

Comparando com o que existia para o que a partir do momento que seja implementado, considero que se irá assistir a grandes mudanças de fundo no seio desta organização, pelo que sinto um grande privilégio de poder dar este pequeno contributo para a melhoria da Educação Especial neste agrupamento.

Ao fazer uma reflexão sobre aquilo que aqui deixo escrito, posso desde já afirmar que a realização deste projeto, em muito contribuiu para o meu crescimento, tanto ao nível pessoal, como profissional.

Estou convicta que o sucesso da inclusão, passa sobretudo por uma mudança de atitudes de todos nós, professores, pais, alunos, políticos e toda a comunidade. A nós, professores e cidadãos participativos de uma sociedade em mudança, cabe-nos contribuir e exigir aos responsáveis governamentais e às entidades locais que sejam criadas todas as condições para que o Sistema Educativo Português caminhe a passos largos para o sucesso e

para a inclusão real de todas as crianças e jovens, é este o caminho que ainda temos de percorrer... porque o caminho percorrido de alguma forma já nos trouxe alguns frutos!

Efetivamente a Educação Inclusiva é o grande desafio de todos os que trabalham em educação. Deste modo a estratégia mais eficaz para que ocorram as necessárias mudanças na comunidade educativa será o envolvimento de todos os intervenientes, numa dinâmica de ação-reflexão-ação. Neste sentido, a Investigação-ação surge como uma metodologia eficaz, pela extraordinária capacidade de ativar a consciência crítica dos professores. Como podemos constatar ao longo deste trabalho, a investigação-ação aplicada no campo educativo, numa perspectiva de educação inclusiva, pode trazer inúmeras vantagens à situação em particular, ao sistema e aos implicados no geral. O seu contributo irá permitir uma reflexão sistemática sobre a prática educativa com o objetivo de a transformar e melhorar, ou seja “a chave para nos tornarmos profissionais autónomos reside na disposição e capacidade do professor para se dedicar ao estudo do seu próprio modo de ensino e para testar a eficácia das suas práticas educativas” (Stenhouse citado por Arends, 1995, p. 526).

E este é o grande desafio que se impõe a todos nós, atores empenhados e envolvidos nesta dinâmica de ação na intervenção educativa.

Atualmente o papel do professor já não corresponde àquele que foi desempenhado no passado. Vivemos em permanente contato com o desafio. Por esta razão é importante conhecer e perceber quais são os fatores que estão envolvidos no processo de mudança para que de algum modo possamos usar estratégias que nos ajudem a contrariar a nossa tendência natural para a “rejeição à mudança”. Quero com isto dizer que a “mudança” é um processo natural e normal, mas que pode ocorrer com maior rapidez ou lentidão, consoante os obstáculos com que cada um de nós se confronta e se defronta ao longo da vida profissional e pessoal.

Estou consciente que novos desafios estão a chegar, até pela situação que o nosso País atravessa, e muitos obstáculos terei de continuar a enfrentar, “não baixarei os braços” e sinto-me preparada para lutar pela profissão que sempre desejei ter.

Como limitação a este estudo estive sujeita à colaboração de todos os elementos da comunidade educativa que pretendi contactar. Os constrangimentos de horários, as deslocações à sede do agrupamento e respetivas escolas, a disponibilidade dos vários elementos da direção da escola e demais funcionários (docentes e não docentes), implicaram esperas e demoras que tiveram de ser previstas. Gostaria de ressaltar que esperava uma participação mais ativa dos meus colegas de Educação Especial, que com exceção de três, todos os outros não se mostraram muito participativos no processo, no entanto por estranho

que pareça houve um maior envolvimento dos outros colegas pertencentes ao ensino regular, o que ficou também demonstrado pela colaboração dada na resposta aos inquéritos por questionário. Outra das limitações, teve a ver com as limitações temporais – aproximadamente nove meses – o que implicou uma correta gestão do tempo e das oportunidades.

No entanto é importante ressaltar a vantagem de ser professora neste agrupamento, o que facilitou a interação com os vários elementos da instituição o que foi fundamental para a realização deste projeto.

Certa de que persiste muito a fazer, dada a complexidade do assunto abordado, a realização deste projeto representa um marco de viragem na minha ação enquanto profissional de educação. A opção pela vertente da investigação em que o estudo foi conduzido por alguém diretamente envolvido como interveniente, fizeram do investigador um elemento ativo que questionou permanentemente os resultados que foi alcançando, contribuindo em muito para a sua eficácia.

Espero sinceramente que, no final, este trabalho de investigação possa contribuir para uma melhor organização da educação especial neste agrupamento e trazer os respetivos benefícios aos seus alunos. Estou convicta que se trata de um projeto inacabado, no entanto foi dado um pequeno passo que pode ser alvo de reformulação após a sua implementação, na medida em que só após a sua aplicação se poderá efetivamente proceder-se a uma avaliação.

Estou segura que o trabalho desenvolvido, irá permitir certamente uma organização mais rigorosa e fidedigna do projeto de vida das crianças e jovens com NEE do nosso agrupamento e, conseqüentemente, uma maior aproximação da educação para a inclusão, na medida em que “São os indivíduos e os pequenos grupos de professores e de diretores que terão de criar as escolas e as culturas profissionais que desejam.” (Fullan & Hargreaves, 2001, p. 180).

A finalizar, destaco a pertinência deste estudo ao abrir portas para a necessidade de aperfeiçoar os resultados alcançados, mas, principalmente, pelo facto do mesmo poder vir a ser aplicado em qualquer agrupamento de escolas do nosso país. No entanto e numa altura em que surgem rumores sobre a introdução de nova legislação sobre a Educação Especial, fica desde já a sugestão de adaptar o projeto desenvolvido para a nova realidade que possa surgir.

Gostaria apenas de referir que pretendo após a defesa pública deste projeto, apresentá-lo no agrupamento com vista a que possa ser implementado (Apêndice nº IX) o que já está devidamente combinado com a direção do mesmo, conforme planificação em anexo.

Referências Bibliográficas

- Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Especial. (2009). *Princípios-chave para a Promoção da Qualidade na Educação Inclusiva - Recomendações para Decisores Políticos*. Odense: European Agency for Development in Special Needs Education.
- Ainscow, M. (1998). *Necessidades Especiais na Sala de Aula: um Guia para a Formação de Professores*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Antunez, S. (1993). *Claves para la Organización de centros escolares*. Barcelona: Editorial Horsori.
- Arends, R. (1995). *Aprender a Ensinar*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Bisquerra, R. (1989). *Metodos de investigacion educativa*. Barcelona: Ceac, S.A.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development*. Cambridge MA, Harvard University Press, 1979.
- Campenhout, L. V., & Quivy, R. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Centro Português para a Criatividade, Inovação e Liderança. (Acedido em 10 de junho de 2013 em <http://sobredotados.com.sapo.pt/>).
- Correia, L. M. (1999) - Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares. Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M. (2008). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: Um guia para educadores e professores*. Porto: Porto Editora.
- Costa, J. A. (2003). *Imagens organizacionais da escola* (3ª ed.). Porto: Edições ASA.
- Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M., & Vieira, S. (2009). Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas educativas. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, 455-479.
- Coutinho, C. (2008). Métodos de investigação em educação. (U. Minho, Ed.) Obtido em 29 de agosto de 2014, de <file:///C:/Users/utilizador/Desktop/Mestrado/disciplinas/Investiga%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o/trabalho%20de%20grupo/trabalho/investiga%C3%A7%C3%A3o-importante/Investiga%C3%A7%C3%A3o-Ac%C3%A7%C3%A3o.htm>
- Denzin, N. K. (1998). *Entering the Field of Qualitative Research*. In Norman K. Denzin & Yvonna S. Lincoln (eds.), *Collecting and Interpreting Qualitative Materials* (pp. 1-34). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Departamento de Educação Básica, D. (1998). *Crianças e Jovens Sobredotados - Intervenção Educativa*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Direção- Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular. (2008). *Educação Especial Manual de Apoio à Prática*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Fernandes, A. M. (2009). *Projeto SER MAIS - educação para a sexualidade online*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- Fontana, A., & Frey, J. (1994). (1994). *The Interview: From Structured Questions to Negotiated Text*. In Norman K. Denzin & Yvonna S. Lincoln (eds.), *Qualitative Research* (pp. 645- 672). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Formozinho, J. (2005). *Administração da educação. Lógicas burocráticas e lógicas de mediação*. Porto: Edições ASA.
- Fortin, M. F. (1999). *O Processo de investigação: da concepção à realidade*. Loures: Lusociência –Edições Técnicas e Científicas, Lda.

- Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Fullan, M., & Hargreaves, A. (2001). *Porque é que Vale a Pena Lutar?* Porto: Porto Editora.
- Gama, A. (2008). Mudanças organizacionais, culturais e pedagógicas nas escolas do 1o ciclo: *novos percursos da autonomia e de avaliação das escolas. Um estudo de caso*. [Versão eletrónica]. Dissertação de Mestrado. LISBOA: Universidade Aberta. Acedido em 30 setembro de 2014, em: <http://hdl.handle.net/10400.2/665>
- Guerra, M. Á. (2000). *A escola que aprende (2ª ed.)*. Lisboa: ASA Editores. (2ª ed.). Lisboa: ASA: Editores.
- Hermano, C., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação*. Lisboa. Universidade Aberta.
- Kemmis, S., & McTaggart, R. (1988). *Cómo planificar la investigación-acción*. Barcelona: LAERTES.
- Leitão, F. R. (2010). *Valores Educativos, Cooperação e Inclusão*. . Salamanca: : Luso-Espanhola de Ediciones.
- Lima, R. (2007). *Modelos, Processos e Perturbações do Desenvolvimento Cognitivo*. Vila Nova de Gaia: Instituto Piaget.
- Lopes, J. (2000). Gestão da Sala de Aula. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Série Didática (2ª edição), 22.
- Lourenço, J. M., Oliveira, M., & Monteiro, S. (2005). *Investigação-ação: princípios gerais*. Lisboa: Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Marchesi, Á. (2001). Educação e Diferença – Valores e Práticas para uma Educação Inclusiva. In D. Rodrigues, *A Prática das Escolas Inclusivas* (pp. 93-108). Porto: Porto Editora.
- Ministério da Educação. (2005). *A Avaliação dos Alunos do Ensino Básico. Despacho n.º 1/2005, de 4/1*.
- Ministério da Educação. (2005). *Despacho Normativo n.º 50/2005, de 20/10*.
- Ministério da Educação. (2008). *Decreto-Lei n.º3/2008, de 7 de Janeiro - Regime Educativo Especial*.
- Miranda, L., Almeida, L., & Almeida, A. (2010). O Aluno Sobredotado na Escola Portuguesa. Que apoios Educativos? *Sonhar*, pp. n. V, v.1, p.67-82.
- Musgrave, P. W. (1979). *Sociologia da Educação (2ª ed.)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nóvoa, A. (1992). *As Organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Sanches, I. (2005). Compreender, agir, mudar, incluir . *Da investigação-ação à educação inclusiva. Revista Lusófona*, 5, pp. 127-142.
- Sanches, I. (2011). Do “aprender para fazer” ao “aprender fazendo”: as práticas de Educação inclusiva na escola. *Revista Lusófona*, 19, pp. 135-156.
- Silva, J. F. (2002). *Design.intro: um documento hipermédia - uma investigação-ação*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- Silva, M. (2011). Educação inclusiva - um novo paradigma de Escola. *Revista Lusófona de Educação*, 19, pp. 119-134.
- Sousa, C. (2006). Activação da aprendizagem no aluno. *Educação, ano XXIX(3)*, pp. 567-579. Acedido em 22 de julho de 2013 em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84806008>
- Teixeira, M. (1995). *O Professor e a escola*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Teodoro, A. (2005). Políticas educativas: um campo de estudo no cruzamento de vários campos científicos e metodológicos. *Métodos e técnicas de investigação científica em educação*, pp. 673,682. Acedido em 20 de junho de 2013

http://www.uidopece.net/modules.php?name=Producoes_Cientificas&op=ViewItems&vid=18.

- Torres, L. L. (2013). Liderança singular na escola plural: as culturas da escola perante o processo de avaliação externa. *Revista Lusófona da Educação*, pp. 51-76.
- UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca: UNESCO.
- UNESCO. (2009). *Policy guidelines on inclusion in education*. Paris: UNESCO.
- Walby, S. (2000). Beyond the politics of location: the power of argument in a global era. *Feminist Theory*, 1(2), pp. 173-190 .

APÊNDICES

APÊNDICE I - Proposta de Cronograma

FASES		2014								
		abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1	Reunião com a Orientadora para validação do projeto (fazer os ajustes necessários)									
2	Recolha de informação: bibliográfica, pesquisas e análise das recolhas efetuadas									
3	Enquadramento teórico e metodologia									
4	Diagnóstico inicial da situação em estudo (análise documental interna e reuniões – direção do agrupamento, coordenadora EE, professores)									
5	Construção dos instrumentos e sua validação									
6	Reunião com a Orientadora para validação dos instrumentos de validação (inquéritos)									
7	Aplicação dos inquéritos									
8	Planeamento e intervenção do projeto: construção do guia de normas e procedimentos e reformulação dos documentos									
9	Recolha dos questionários aplicados e construção da base de dados									
10	Análise e discussão dos resultados obtidos									
11	Revisão (metodológica e teórica)									
12	Reunião com a Orientadora (fazer os ajustes necessários)									
13	Conclusão, impressão e revisão final									
14	Correção e reimpressão e entrega da dissertação									

APÊNDICE II

E-mail enviado aos docentes do AEP Rosa (prolongamento de prazo)

[Doc - 106] Colaboração no preenchimento de inquérito.

Marília Martins <mcmartins@aeprsa.pt>
Para: Nelson JP Brito <nbrito@aeprsa.pt>
Cc: Docentes <docentes@aeprsa.pt>

21 de Julho de 2014 às 22:18

Caros Colegas,

Serve o presente para agradecer a todos (e que foram muitos) os que se disponibilizaram no preenchimento do inquérito, Muito Obrigada!

Apesar de já ter conseguido uma amostra bastante significativa, informo que o inquérito continuará disponível até ao final desta semana (dia 27/07), para os que ainda não participaram e gostariam de o fazer, terem ainda essa oportunidade:

link: https://docs.google.com/forms/d/1YVohnSbsvFLVoA33-6Vn0y33Se9FeFCpm6vCv6bHp58/viewform?usp=send_form

Mais uma vez Muito Obrigada pela preciosa colaboração!
Bem Haja!
Umás Boas Férias
Marília Martins

APÊNDICE III

Pré-inquérito por questionário

INQUÉRITO AOS DOCENTES DO ENSINO REGULAR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PINHEIRO E ROSA

“(Re)Pensar a burocracia na Educação Especial: normas, procedimentos e documentos organizadores das respostas educativas”

O seguinte questionário destina-se ao desenvolvimento de um projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa, integrado no Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor da Universidade do Algarve.

Pretende-se elaborar um manual de normas e procedimentos que tem por objetivo facilitar a leitura, compreensão e aplicação do Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro, visando a uniformização de procedimentos entre todos os elementos da comunidade do agrupamento, a aplicar em todos os níveis de ensino. Assim sendo, pretende-se conhecer a opinião dos professores relativamente a este tema de forma a ir de encontro às suas necessidades.

Fica, desde já, garantida a confidencialidade dos dados registados uma vez que se destinam exclusivamente ao projeto referido.

Desta forma, para que possa levar a bom termo esta investigação, careço da sua preciosa colaboração, a qual agradeço desde já!

Marília Martins

A. DADOS BIOGRÁFICOS - *selecione cada uma das respostas com uma cruz (X):*

1. Sexo:

Feminino	
Masculino	

2. Idade:

20-25	
26-30	
31-35	
36-40	
41-45	
>que 45	

3. Habilitações literárias:

Bacharelato	
Licenciatura	
Pós-graduação	
Mestrado	
Doutoramento	

4. Qual o nível de ensino a que pertence (formação inicial):

Pré-Escolar	
1º Ciclo	
1º Ciclo/ 2º Ciclo	
3º Ciclo/ Secundário	

4.1. Refira o seu grupo de recrutamento: _____

5. Refira a sua situação profissional:

QA	
QZP	
Contratado	

6. Há quanto tempo de leciona (experiência profissional total):

Foi o primeiro ano	
Entre 2 a 5 anos	
Entre 6 e 10 anos	
Entre 11 a 15 anos	
Entre 16 a 20 anos	
Mais de 20 anos	

7. Habilitações literárias:

Bacharelato	
Licenciatura	
Pós-graduação	
Mestrado	
Doutoramento	

8. É Professor Titular de Turma ou Diretor de Turma?

Sim	
Não	

9. Na sua **formação inicial** teve alguma(s) disciplina(s) que o **preparasse para a intervenção com alunos com necessidades educativas especiais?**

Sim		(passar à questão 9.1.)
Não		(passar à questão 10.)

9.1. Especifique: _____

10. Após o seu curso de formação inicial frequentou ações de **formação contínua**, relacionadas com a **intervenção com alunos com necessidades educativas especiais?**

Sim		(passar à questão 10.)
Não		(passar à questão 11.)

B. DADOS PROFISSIONAIS RELATIVOS AO PRESENTE ANO LETIVO

13. N° alunos apoiados (total: final do ano letivo) _____

13.1. N° alunos **referenciados** no decorrer do ano letivo _____

13.2. N° alunos com **apoio pedagógico personalizado** e/ou outras medidas (sem Currículo Específico Individual - CEI) _____

13.3. N° alunos com **CEI** _____

13.4. Refira as **problemáticas** mencionado o **n° alunos** (exemplo: dislexia (3); hiperatividade (2))

--

14. É o **primeiro ano** que trabalha com **alunos com NEE?**

Sim	
Não	
Não Sabe/ Não responde	

11. Tem **formação especializada em Educação Especial?**

Sim		(passar à questão 12.)
Não		(passar à questão 13. do ponto B.)

12. Indique o **domínio da sua especialização:**

Cognitivo e motor	
Emocional e da personalidade	
Comunicação e linguagem	
Visual	

C. POLÍTICAS EDUCATIVAS

15. No quadro seguinte **indique apenas uma hipótese** (Sim/ Não/ Não Sabe ou Não Responde – Ns/Nr) para **cada questão**, escolhendo aquela que mais se identifica **com a sua opinião**:

Questões	Sim	Não	Ns/ Nr
a. Conhece o Decreto-lei nº 3/2008?			
b. A Legislação Portuguesa é clara no que diz respeito ao atendimento educativo para alunos com NEE?			
c. A Legislação Portuguesa está adequada ao atendimento das necessidades educativas destes alunos?			
d. Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões que consideram importantes para os alunos NEE?			
e. Considera que as escolas têm autonomia para as aplicar?			
f. Considera que a lei favorece o aspeto de se tomarem essas decisões na escola?			
g. Considera que desempenha demasiado trabalho burocrático?			
h. Considera que o trabalho burocrático dificulta a sua intervenção com os alunos com NEE?			
i. Considera que os professores do ensino regular têm dificuldade em atender à diversidade de NEE?			
j. Considera que os professores da Educação Especial têm dificuldade em atender à diversidade de NEE?			
k. Considera que os guias publicados pelo Ministério da Educação são suficientes para o esclarecimento de dúvidas existentes nos procedimentos a tomar ao nível dos documentos de referência?			

16. De acordo com o **grau de importância** (1º, 2º, 3º, 4º, 5º 6º) diga qual destes campos considera **mais importante para o exercício das suas funções**

Políticas Educativas	
Organização da escola	
Colaboração entre professores (prof. regular vs prof E. Especial)	
Formação específica para trabalhar com alunos com NEE's	
Apoio de Técnicos especializados (psicólogos, terapeutas ...)	
Materiais e Recursos Adequados	

D. ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

De acordo com a experiência que teve ao longo do ano letivo como Professor neste agrupamento, responda de forma clara às questões seguintes:

17. Participou em **reuniões multidisciplinares**? (assinale com uma cruz (X) apenas uma das opções)

Sim		(passar à questão 18.1)
Não		(passar à questão 19)
Não sabe/ Não responde		

17.1. Como caracteriza a **qualidade das relações interpessoais** entre os elementos da(s) equipa(s) multidisciplinares em que participou? (assinale com uma cruz (X) apenas uma das opções em cada linha)

Sugestões	Muito Boa	Boa	Suficiente	Insuficiente	Não Sabe/ Não Responde
a) Com o(s) docente(s) de Educação Especial					
b) Com os técnicos (psicólogo, terapeutas ...)					
c) Com os Encarregados de Educação					

18. Considera importante a **existência de reuniões regulares** com os **professores de Educação Especial**, para tratar de **assuntos específicos** em relação aos alunos com NEE, **sem ser as obrigatórias?** (por exemplo para esclarecimento de dúvidas, partilha de materiais, experiências, etc...) (assinale com uma cruz (X) apenas uma das opções)

Bastante Importantes	
Importantes	
Pouco Importantes	
Nada Importantes	
Não sabe/ Não responde	

19. **Conhece e utilizou os Documentos de Referência**, relativos à **Educação Especial** em vigor no agrupamento? (assinale com uma cruz (X) apenas uma das opções)

Sim		(passar à questão 20.1)
Não		(passar à questão 21)
Não sabe/ Não responde		

20.1 Ao nível dos **Documentos de Referência** em vigor no agrupamento de escolas, considera que se deveria fazer **alguma(s) alteração(ões)**: (assinale com uma cruz (X) apenas uma das opções)

Sim		(passar à questão 18.1)
Não		(passar à questão 21)
Não sabe/ Não responde		

19.1. **Porquê?** Especifique as **principais dificuldades** que se deparou.

--

19.2. Como é que as **superou?**

--

20. Considera importante a criação de um **guia para uniformização de normas e procedimentos no agrupamento**: (assinale com uma cruz (X) apenas uma das opções)

Sim		(passar à questão 20.1)
Não		(passar à questão 21)
Não sabe/ Não responde		

20.1. Para cada uma das **sugestões apresentadas a incluir no guia, indique a sua opinião**: (assinale com uma cruz (X) apenas uma das opções em cada linha)

Sugestões	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não Conhece/ Não Responde	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
a. Circuito documental bem definido					
b. Procedimentos específicos em cada uma das fases (desde da referência, à avaliação dos PEI)					
c. Documentos exemplos preenchidos					
d. Documentos com indicações claras em cada um dos campos					

20.2. Se considerar pertinente tecer **outras sugestões** (por exemplo documentos a incluir/ excluir...), faça-o no espaço abaixo, por favor:

21. Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o **grau de dificuldade** que teve no exercício das suas funções no decorrer deste ano letivo, assinalando **apenas uma das hipóteses indicadas**:
(assinale com uma cruz (X) apenas uma das opções em cada linha)

Dificuldades ao nível:	Muitas dificuldades	Algumas dificuldades	Poucas dificuldades	Nenhuma dificuldade	Não se aplica	Não sabe/ Não responde
a) Preenchimento dos documentos obrigatórios.						
b) Organização dos Processos individuais dos alunos.						
c) Falta de tempo para efetivar o trabalho burocrático						
d) Processo de referenciação de novos alunos						
e) Processo de avaliação das medidas implementadas nos PEI						
f) Planificação do trabalho a desenvolver com os alunos						
g) Elaboração de Adequações curriculares individuais						
h) Elaboração dos CEI						
i) Falta de Recursos educativos/ tecnológicos específicos						
j) Falta de Recursos materiais adaptados						
k) Elaboração de Adequações no processo de avaliação						
l) Relacionamento com os professores do núcleo de Ed. Especial (colaboração, partilha...)						
m) Relacionamento com os diferentes técnicos (psicólogo, terapeutas ...) (colaboração, partilha...)						
n) Relacionamento com os encarregados de educação (colaboração, partilha informação...)						
o) Gestão da sala de aula no atendimento personalizado aos alunos com NEE (nº elevado alunos, diferentes problemáticas...)						
p) Número de Técnicos insuficientes face às necessidades (psicólogo, terapeutas...)						

21.1. Caso pretenda **referir mais alguma dificuldade ou especificar alguma** (neste caso indique a alínea, por ex. l) ...), indique no espaço abaixo:

22. Com vista a uma melhor **organização do núcleo de Educação Especial** deste agrupamento, refira algumas **sugestões**.

Pode utilizar este espaço também, para **dar a sua opinião** sobre qualquer assunto relacionado com a Educação Especial (por exemplo poderá referir se considera importante a dinamização de ações de formação específicas a desenvolver no agrupamento...)

Muito Obrigada pela sua Colaboração

APÊNDICE IV

Inquérito por questionário – Docentes do Ensino Regular



“(Re)Pensar a burocracia na Educação Especial: normas, procedimentos e documentos organizadores das respostas educativas”

https://docs.google.com/forms/d/1YVohnSbsvFLVoA336Vn0y33Se9FeFCPm6vCv6bHp58/viewform?usp=s_end_form

Inquérito aos Docentes do Ensino Regular do Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa

“(Re)Pensar a burocracia na Educação Especial: normas, procedimentos e documentos organizadores das respostas educativas”

O seguinte questionário destina-se ao desenvolvimento de um projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa, integrado no Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor da Universidade do Algarve.

Pretende-se elaborar um manual de normas e procedimentos que tem por objetivo facilitar a leitura, compreensão e aplicação do Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro, visando a uniformização de procedimentos entre todos os elementos da comunidade do agrupamento, a aplicar em todos os níveis de ensino. Assim sendo, pretende-se conhecer a opinião dos professores relativamente a este tema de forma a ir de encontro às suas necessidades.

Fica, desde já, garantida a confidencialidade dos dados registados uma vez que se destinam exclusivamente ao projeto referido.

Desta forma, para que possa levar a bom termo esta investigação, careço da sua preciosa colaboração, a qual agradeço desde já!

Marília Martins

*Obrigatório

A- DADOS BIOGRÁFICOS

Selecione cada uma das respostas com uma cruz (X)

1. Género *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Não sabe/ Não responde

2. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- 20-25
- 26-30
- 31-35
- 36-40
- 41-45
- > que 45 anos
- Não sabe/ Não responde

3. Habilitações literárias *

Marcar apenas uma oval.

- Bacharelato
- Licenciatura
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento
- Não sabe/ Não responde

4. Qual o nível de ensino a que pertence? *

Deve indicar a sua formação inicial

Marcar apenas uma oval.

- Pré-Escolar
- 1º Ciclo
- 1º Ciclo/ 2º Ciclo
- 3º Ciclo/ Secundário
- Não sabe/ Não responde

5. Refira o seu grupo de recrutamento: *

Deve indicar o código e a descrição (Exemplo:
530 - Ed. Tecnológica)

.....

6. Refira a sua situação profissional: *

Marcar apenas uma oval.

- Docente do Quadro de Agrupamento (QA)
- Docente do Quadro de Zona Pedagógica (QZP)
- Docente Contratado
- Não sabe/ Não responde

7. Há quanto tempo leciona? *

Deve indicar o seu tempo de serviço total, tendo em conta o início do ano letivo 13/14.

Marcar apenas uma oval.

- Foi o primeiro ano
- Entre 2 a 5
- Entre 6 a 10
- Entre 11 a 15
- Entre 16 a 20
- Mais de 20 anos
- Não sabe/ Não responde

8. É Educador de Infância, Professor Titular de Turma ou Diretor de Turma? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

9. Na sua formação inicial teve alguma(s) disciplina(s) que o preparasse para a intervenção com alunos com necessidades educativas especiais (NEE)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Passe para a pergunta 10.*
- Não *Passe para a pergunta 11.*
- Não sabe/ Não responde *Passe para a pergunta 11.*

10. Especifique:

.....

.....

.....

.....

.....

11. Após o seu curso de formação inicial frequentou ações de formação continua, relacionadas com a intervenção com alunos com necessidades educativas especiais? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

12. Tem formação especializada em Educação Especial? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Passe para a pergunta 13.*
- Não *Passe para a pergunta 14.*
- Não sabe/ Não responde *Passe para a pergunta 14.*

13. Indique o domínio da sua especialização? *

Marcar apenas uma oval.

- Cognitivo e motor
- Emocional e da personalidade
- Comunicação e Linguagem
- Visual
- Não sabe/ Não responde

B. DADOS PROFISSIONAIS

Relativos ao presente ano letivo (13/14)

14. Teve alunos com necessidades educativas especiais, neste ano letivo? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Passe para a pergunta 21.*
- Não sabe/ Não responde *Passe para a pergunta 21.*

15. Nº de alunos apoiados? *

(nº total de alunos NEE: final do ano letivo)

.....

16. Nº alunos referenciados no decorrer do ano letivo? *

.....

17. Nº alunos com apoio pedagógico personalizado e/ou outras medidas? *

(não considerar alunos com Currículo Específico Individual - CEI)

.....

18. Nº alunos com CEI? *

.....

19. Refira as problemáticas mencionando o nº de alunos?

(por exemplo: Dislexia - 3; Hiperatividade - 2)

.....

.....

.....

.....

.....

20. É o primeiro ano que trabalha com alunos com NEE? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

C - POLÍTICAS EDUCATIVAS

Para cada uma das questões, indique apenas uma hipótese (Sim/ Não/ Não Sabe ou Não Responde), escolhendo aquela que mais se identifica com a sua opinião:

21. Conhece o Decreto-lei nº 3/2008? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

22. A Legislação Portuguesa é clara no que diz respeito ao atendimento educativo para alunos com NEE? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

23. A Legislação Portuguesa está adequada ao atendimento das necessidades educativas destes alunos? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

24. Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões que consideram importantes para os alunos NEE? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

25. Considera que as escolas têm autonomia para as aplicar? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

26. Considera que a lei favorece o aspeto de se tomarem essas decisões na escola? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

27. Considera que desempenha demasiado trabalho burocrático? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

28. Considera que o trabalho burocrático dificulta a sua intervenção com os alunos com NEE? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

29. Considera que os professores do ensino regular têm dificuldade em atender à diversidade de NEE? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

30. Considera que os professores da Educação Especial têm dificuldade em atender à diversidade de NEE? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

31. Considera que os guias publicados pelo Ministério da Educação são suficientes para o esclarecimento de dúvidas existentes nos procedimentos a tomar ao nível dos documentos de referência? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

32. Tendo em conta o grau de importância que atribui, assinale os três campos que considera mais importantes para o exercício das suas funções. **Marcar tudo o que for aplicável.*

- Políticas educativas
- Apoio de técnicos especializados (psicólogo, terapeuta, ...)
- Materiais e recursos adequados
- Formação específica para trabalhar com alunos com NEE
- Organização da escola
- Colaboração entre professores (prof. regular vs prof. ed. especial)

D - ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

De acordo com a experiência que teve ao longo do ano letivo como Professor neste agrupamento, responda de forma clara às questões seguintes:

33. Participou em reuniões multidisciplinares? *

Reuniões de equipa (referenciação, revisão de PEI) com o professor de Ed. Especial, técnicos e Enc. Educação

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Passe para a pergunta 35.*
- Não sabe/ Não responde *Passe para a pergunta 35.*

34. Como caracteriza a qualidade das relações interpessoais entre os elementos da(s) equipa(s) multidisciplinares em que participou? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito Boa	Boa	Suficiente	Insuficiente	Não sabe/ Não responde
a) Com o(s) docente(s) de Ed. Especial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b) Com os técnicos (psicólogo, terapeuta ...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
c) Com os Enc. Educação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

35. Considera importante a existência de reuniões regulares com os professores de Educação Especial, para tratar de assuntos específicos em relação aos alunos com NEE, sem ser as obrigatórias? *

(por exemplo para esclarecimento de dúvidas, partilha de materiais, experiências, etc...)

Marcar apenas uma oval.

- Bastante importante
- Importantes
- Pouco importantes
- Nada Importantes
- Não sabe/ Não responde

36. Conhece os Documentos de Referência, relativos à Educação Especial em vigor no agrupamento? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Passe para a pergunta 39.*
- Não sabe/ Não responde

37. Ao nível dos Documentos de Referência em vigor no agrupamento de escolas, considera que se deveria fazer alguma(s) alteração(ões): *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Passe para a pergunta 39.*
- Não sabe/ Não responde *Passe para a pergunta 39.*

38. **Porquê? Especifique.**

.....

.....

.....

.....

.....

39. **Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções: ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muitas Dificuldades	Algumas dificuldades	Poucas dificuldades	Nenhuma dificuldade	Não se aplica	Não sabe/ Não responde
a. Preenchimento dos documentos obrigatórios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b. Organização dos processos individuais dos alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
c. Tempo para efetivar o trabalho burocrático	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
d. Processo de referenciação de novos alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
e. Processo de avaliação das medidas implementadas nos PEI	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
f. Planificação a desenvolver com os alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
g. Elaboração de adequações curriculares individuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
h) Elaboração de adequações no processo de avaliação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
i. Elaboração dos CEI (currículo específico individual)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

40. **(Continuação): ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muitas Dificuldades	Algumas dificuldades	Poucas dificuldades	Nenhuma dificuldade	Não se aplica	Não sabe/ Não responde
j. Falta de recursos educativos/ tecnológicos específicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
k. Falta de recursos materiais adaptados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
l. Relacionamento com os professores do núcleo de Ed. Especial (colaboração, partilha...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
m. Relacionamento com os diferentes técnicos - psicólogo, terapeutas...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
n. Relacionamento com os encarregados de educação (colaboração, partilha de informação...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
o. Gestão da sala de aula no atendimento personalizado aos alunos om NEE (nº elevado de alunos, diferentes problemáticas...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
p. Número de técnicos insuficientes face às necessidades (psicólogo, terapeuta...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

41. **Caso pretenda referir mais alguma dificuldade ou especificar alguma (neste caso indique a alínea, por ex. l) ...), indique no espaço abaixo:**

.....

.....

.....

.....

.....

42. **Considera importante a criação de um guia para uniformização de normas e procedimentos no agrupamento: ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Passe para a pergunta 45.*
- Não sabe/ Não responde

43. **Para cada uma das sugestões apresentadas a incluir no guia, indique a sua opinião: ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não sabe/ Não responde
a. Circuito documental bem definido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b. Procedimentos específicos em cada uma das fases	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
c. Documentos exemplos preenchidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
d. Documentos com indicações claras em cada um dos campos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

44. **Se considerar pertinente tecer outras sugestões (por exemplo documentos a incluir/excluir...), faça-o no espaço abaixo, por favor:**

.....

.....

.....

.....

.....

45. **Com vista a uma melhor organização do núcleo de Educação Especial deste agrupamento, refira algumas sugestões. Pode utilizar este espaço também, para dar a sua opinião sobre qualquer assunto relacionado com a Educação Especial (por exemplo poderá referir se considera importante a dinamização de ações de formação específicas a desenvolver no agrupamento...)**

.....

.....

.....

.....

.....

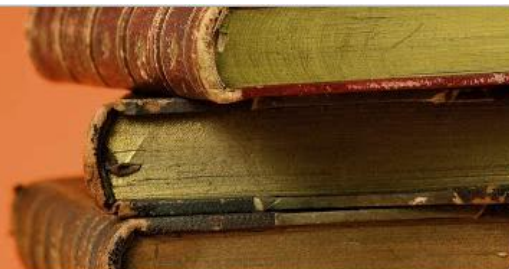
Pare de preencher este formulário.

Muito Obrigada pela sua Colaboração!

APÊNDICE V

Inquérito por questionário – Docentes de Educação Especial

**Inquérito aos Docentes de
Educação Especial do
Agrupamento de Escolas
Pinheiro e Rosa**



“(Re)Pensar a burocracia na Educação Especial: normas, procedimentos e documentos organizadores das respostas educativas”

https://docs.google.com/forms/d/1pOdC8cPgcAZvs8BSMzHpczAsiBHvOVUAMJv9PBg4P6M/viewform?usp=send_form

Inquérito aos Docentes de Educação Especial do Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa

“(Re)Pensar a burocracia na Educação Especial: normas, procedimentos e documentos organizadores das respostas educativas”

O seguinte questionário destina-se ao desenvolvimento de um projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa, integrado no Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor da Universidade do Algarve.

Pretende-se elaborar um manual de normas e procedimentos que tem por objetivo facilitar a leitura, compreensão e aplicação do Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro, visando a uniformização de procedimentos entre todos os elementos da comunidade do agrupamento, a aplicar em todos os níveis de ensino. Assim sendo, pretende-se conhecer a opinião dos professores relativamente a este tema de forma a ir de encontro às suas necessidades.

Fica, desde já, garantida a confidencialidade dos dados registados uma vez que se destinam exclusivamente ao projeto referido.

Desta forma, para que possa levar a bom termo esta investigação, careço da sua preciosa colaboração, a qual agradeço desde já!

Marília Martins

*Obrigatório

A- DADOS BIOGRÁFICOS

Selecione cada uma das respostas com uma cruz (X)

1. Género *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Não sabe/ Não responde

2. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- 20-25
- 26-30
- 31-35
- 36-40
- 41-45
- > que 45 anos
- Não sabe/ Não responde

3. Habilitações literárias *

Marcar apenas uma oval.

- Bacharelato
- Licenciatura
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento
- Não sabe/ Não responde

4. Qual o nível de ensino a que pertence? *

Deve indicar a sua formação inicial

Marcar apenas uma oval.

- Pré-Escolar
- 1º Ciclo
- 1º Ciclo/ 2º Ciclo
- 3º Ciclo/ Secundário
- Não sabe/ Não responde

5. Refira o seu grupo de recrutamento: *

Deve indicar o código e a descrição do grupo de recrutamento da formação inicial (Exemplo: 530 - Ed. Tecnológica)

.....

6. Refira a sua situação profissional: *

Marcar apenas uma oval.

- Docente do Quadro de Agrupamento (QA)
- Docente do Quadro de Zona Pedagógica (QZP)
- Docente Contratado
- Não sabe/ Não responde

7. Há quanto tempo leciona? *

Deve indicar o seu tempo de serviço total, tendo em conta o início do ano letivo 13/14.

Marcar apenas uma oval.

- Foi o primeiro ano
- Entre 2 a 5
- Entre 6 a 10
- Entre 11 a 15
- Entre 16 a 20
- Mais de 20 anos
- Não sabe/ Não responde

8. Há quanto tempo leciona na Educação Especial? *

Deve indicar o seu tempo de serviço total, tendo em conta o início do ano letivo 13/14.

Marcar apenas uma oval.

- Foi o primeiro ano
- Entre 2 a 5
- Entre 6 a 10
- Entre 11 a 15
- Entre 16 a 20
- Mais de 20 anos
- Não sabe/ Não responde

9. Indique o domínio da sua especialização? *

Marcar apenas uma oval.

- Cognitivo e motor
- Emocional e da personalidade
- Comunicação e Linguagem
- Visual
- Não sabe/ Não responde

B. DADOS PROFISSIONAIS

Relativos ao presente ano letivo (13/14)

10. Nº de alunos atribuídos? *

(nº total: final do ano letivo)

.....

11. Nº alunos referenciados no decorrer do ano letivo? *

.....

12. Nº alunos com apoio pedagógico personalizado com o Prof. EE? *

(não considerar alunos com Currículo Específico Individual - CEI)

.....

13. Nº alunos sem apoio direto do Prof. EE? *

(trabalho do Profº EE ao nível de processos - considerar os alunos abrangidos pela EE com outras medidas)

.....

14. Nº alunos com CEI? *

.....

15. Refira as problemáticas mencionando o nº de alunos?

(por exemplo: Dislexia - 3; Hiperatividade - 2)

.....

.....

.....

.....

.....

C - POLÍTICAS EDUCATIVAS

Para cada uma das questões, indique apenas uma hipótese (Sim/ Não/ Não Sabe ou Não Responde), escolhendo aquela que mais se identifica com a sua opinião:

16. A Legislação Portuguesa é clara no que diz respeito ao atendimento educativo para alunos com NEE? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

17. A Legislação Portuguesa está adequada ao atendimento das necessidades educativas destes alunos? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

18. Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões que consideram importantes para os alunos NEE? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

19. Considera que as escolas têm autonomia para as aplicar? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

20. Considera que a lei favorece o aspeto de se tomarem essas decisões na escola? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

21. Considera que desempenha demasiado trabalho burocrático? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

22. Considera que o trabalho burocrático dificulta a sua intervenção com os alunos com NEE? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

23. Considera que os professores do ensino regular têm dificuldade em atender à diversidade de NEE? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

24. Considera que os professores da Educação Especial têm dificuldade em atender à diversidade de NEE? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

25. Considera que os guias publicados pelo Ministério da Educação são suficientes para o esclarecimento de dúvidas existentes nos procedimentos a tomar ao nível dos documentos de referência? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não responde

26. **Tendo em conta o grau de importância que atribui, assinale os três campos que considera mais importantes para o exercício das suas funções. ***

Marcar tudo o que for aplicável.

- Políticas educativas
- Apoio de técnicos especializados (psicólogo, terapeuta, ...)
- Materiais e recursos adequados
- Formação específica para trabalhar com alunos com NEE
- Organização da escola
- Colaboração entre professores (prof. regular vs prof. ed. especial)

D - ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

De acordo com a experiência que teve ao longo do ano letivo como Professor de Educação Especial neste agrupamento, responda de forma clara às questões seguintes:

27. **Participou em reuniões multidisciplinares? ***

Reuniões de equipa (referenciação, revisão de PEI) com o professor de Ed. Especial, técnicos e Enc. Educação

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Passe para a pergunta 29.*
- Não sabe/ Não responde *Passe para a pergunta 29.*

28. **Como caracteriza a qualidade das relações interpessoais entre os elementos da(s) equipa(s) multidisciplinares em que participou? ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito Boa	Boa	Suficiente	Insuficiente	Não sabe/ Não responde
a) Com o(s) docente(s) do ensino regular	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b) Com os técnicos (psicólogo, terapeuta ...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
c) Com os Enc. Educação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

29. **Considera importante a existência de reuniões regulares com os professores do ensino regular, para tratar de assuntos específicos em relação aos alunos com NEE, sem ser as obrigatórias? ***

(por exemplo para esclarecimento de dúvidas, partilha de materiais, experiências, etc...)

Marcar apenas uma oval.

- Bastante importante
- Importantes
- Pouco importantes
- Nada Importantes
- Não sabe/ Não responde

30. **Ao nível dos Documentos de Referência em vigor no agrupamento de escolas, considera que se deveria fazer alguma(s) alteração(ões): ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não *Passe para a pergunta 32.*

Não sabe/ Não responde *Passe para a pergunta 32.*

31. **Porquê? Especifique.**

.....

.....

.....

.....

.....

32. Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muitas Dificuldades	Algumas dificuldades	Poucas dificuldades	Nenhuma dificuldade	Não se aplica	Não sabe/ Não responde
a. Preenchimento dos documentos obrigatórios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b. Organização dos processos individuais dos alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
c. Tempo para efetivar o trabalho burocrático	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
d. Processo de referenciação de novos alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
e. Processo de avaliação das medidas implementadas nos PEI	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
f. Elaboração das competências específicas a desenvolver a desenvolver com os alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
g. Elaboração de adequações curriculares individuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
h) Elaboração de adequações no processo de avaliação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
i. Elaboração dos CEI (currículo específico individual)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

33. (Continuação): *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muitas Dificuldades	Algumas dificuldades	Poucas dificuldades	Nenhuma dificuldade	Não se aplica	Não sabe/ Não responde
j. Falta de recursos educativos/ tecnológicos específicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
k. Falta de recursos materiais adaptados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
l. Relacionamento com os outros professores do núcleo de Ed. Especial (colaboração, partilha...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
m. Relacionamento com os diferentes técnicos - psicólogo, terapeutas...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
n. Relacionamento com os encarregados de educação (colaboração, partilha de informação...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
o. Relacionamento com os professores do ensino regular (colaboração, partilha...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
p. Número de técnicos insuficientes face às necessidades (psicólogo, terapeuta...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
o. Gestão do número de alunos atribuídos para apoio pedagógico personalizado para reforço de competências específicas (nº elevado de alunos, diferentes problemáticas...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

34. **Caso pretenda referir mais alguma dificuldade ou especificar alguma (neste caso indique a alínea, por ex. I) ...), indique no espaço abaixo:**

.....

.....

.....

.....

.....

35. **Considera importante a criação de um guia para uniformização de normas e procedimentos no agrupamento: ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Passe para a pergunta 38.*
- Não sabe/ Não responde

36. **Para cada uma das sugestões apresentadas a incluir no guia, indique a sua opinião: ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não sabe/ Não responde
a. Circuito documental bem definido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b. Procedimentos específicos em cada uma das fases	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
c. Documentos exemplos preenchidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
d. Documentos com indicações claras em cada um dos campos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

37. **Se considerar pertinente tecer outras sugestões (por exemplo documentos a incluir/excluir...), faça-o no espaço abaixo, por favor:**

.....

.....

.....

.....

.....

38. **Com vista a uma melhor organização do núcleo de Educação Especial deste agrupamento, refira algumas sugestões. Pode utilizar este espaço também, para dar a sua opinião sobre qualquer assunto relacionado com a Educação Especial.**

.....

.....

.....

.....

.....

Pare de preencher este formulário.

Muito Obrigada pela sua Colaboração!

Com tecnologia



APÊNDICE VI

Manual de normas e procedimentos





EDUCAÇÃO ESPECIAL

MANUAL

PRINCÍPIOS ORIENTADORES, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Dedico este trabalho à Ana Rita, ao André, à Beatriz, ao Bruno, ao Francisco, à Ivone, ao Jaime, ao João, à Laura, à Maria Inês, ao Miquelino, à Natália, à Sofia, ao Rodrigo e ao Sérgio, os meus primeiros alunos na Educação Especial no ano letivo 2013/2014.

Dedico-o, com muito carinho, a todos os que fazem da educação, uma das suas paixões!

Nota Abertura:

Este manual resulta de um plano de investigação-ação realizado no âmbito da minha dissertação de mestrado com o tema “(Re)pensar a burocracia na Educação Especial”.

A entrada em vigor do Decreto-Lei 3/2008, de 7 de Janeiro, acarretou mudanças significativas no âmbito da Educação Especial e apesar de já terem decorrido seis anos após a sua introdução, continuam a subsistir dúvidas e dificuldades.

Este manual pretende ser um pequeno contributo nesse sentido.

Finalmente enquanto autora, não queria deixar de agradecer ao órgão de gestão e a cada um dos professores, a sua disponibilidade e contribuição para que a realização deste manual fosse uma realidade.

A todos, reconheço a disponibilidade, o profissionalismo e a dedicação que despenderam em todo este processo.

Bem hajam!

Marília Martins

Professora de Educação Especial

Índice

Nota Abertura:	3
SIGLAS	5
Introdução	6
Legislação de Referência	7
Definição de Educação Especial (EE)	8
Enquadramento da Educação Especial	8
Critérios de Elegibilidade para a Educação Especial	9
1. PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO	10
1.1. Processo de Avaliação da Referenciação.....	11
1.2. Planificação do Roteiro de Avaliação.....	11
1.3. Procedimentos (Esquema- Resumo)	12
1.4. RTP – Relatório Técnico-Pedagógico.....	13
2. PEI – Programa Educativo Individual	13
2.1. Medidas Educativas.....	14
2.1.1. Adendas/ Revisão	16
2.1.2. Acompanhamento/ Avaliação do PEI.....	17
3. CEI – Currículo Específico Individual	18
3.1. PIT.....	19
4. AVALIAÇÃO	20
4.1. Terminologia de Classificação Sumativa para Todos os Alunos Abrangidos pelo Decreto-Lei 3/2008.....	21
4.2. Pautas.....	21
4.3. Retenção Repetida	22
4.4. Exames Nacionais.....	22
5. ORGANIZAÇÃO DO NUCLEO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:	23
5.1. Serviço Docente.....	23
5.1.1. Sumários	24
5.1.2. Processo dos Alunos	24
5.2. Serviço Não Docente	25
5.3. Distribuição do Serviço.....	25
5.4. Horários.....	25
5.5. Reuniões.....	26
5.5.1. Conselho de Docentes/Conselhos de Turma.....	26
6. MODELOS DE DOCUMENTOS (Resumo Procedimentos)	27
6.1. Informações gerais	27
Nota final	28

SIGLAS

CEI – Currículo Específico Individual

EAE – Equipa de Avaliação Especializada

EE – Educação Especial

NEE – Necessidades Educativas Especiais

PEI – Programa Educativo Individual

PIA – Processo Individual do Aluno

PIT/TVPE – Plano Individual de Transição e ou Transição para a Vida Pós Escolar

RC – Relatório Final ou Circunstanciado

RTP – Relatório Técnico-Pedagógico

SPO – Serviço de Psicologia e Orientação

Introdução

O Decreto-Lei n.º 3/2008 constitui o enquadramento legal para o desenvolvimento da educação especial, define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, tendo em vista a criação de condições para a adequação do processo educativo destes alunos.

Assim e na sequência das dificuldades sentidas pelos professores que se deparam com a aplicação da Educação Especial, elaborou-se o presente manual com o objetivo de facilitar a leitura, compreensão e aplicação do Decreto-Lei nº3/2008, de 7 de janeiro.

Este documento pretende ser um suporte de apoio para todos os docentes que nas suas turmas tenham alunos com necessidades educativas especiais e constituir-se como um **guia orientador de todos os procedimentos e tramitação inerentes ao processo de referenciação e avaliação das necessidades educativas especiais** dos alunos do Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa.

O manual apresenta as várias etapas que têm de ser seguidas, bem como os documentos necessários à elaboração do respetivo processo educativo individual dos alunos, a utilizar por toda a comunidade educativa. **Visa a uniformização e clarificação de procedimentos, critérios e formulários a aplicar em todos os níveis de ensino, enquadrando-os na dinâmica organizacional do Agrupamento.**

O manual inicia-se com uma **breve nota introdutória**, onde é explicado o seu objetivo e de seguida é apresentada uma listagem com a principal legislação de referência para a EE em vigor, antes de terminar porém, foi feita uma curta explicação sobre o que é a EE e o seu enquadramento, assim como os critérios de elegibilidade a ter em conta.

No primeiro capítulo, são apresentadas orientações e explicações sobre o **processo de referenciação** de uma criança/jovem que possa indicar a existência de NEE de caráter permanente, cujo perfil se enquadre nos critérios estabelecidos. Este capítulo inclui todas as etapas que devem ser seguidas, assim como os documentos necessários para a formalização do processo e outros que podem ser utilizados pelos diversos profissionais como apoio ao desenvolvimento do seu trabalho.

O segundo capítulo diz respeito ao **Programa Educativo Individual (PEI)**, que constitui o documento de maior importância para os alunos com NEE, bem como para todos os intervenientes no seu processo educativo, na medida que é o documento formal que responsabiliza a escola e os encarregados de educação pela implementação das medidas educativas promotoras da aprendizagem e da participação destes alunos. Este capítulo contém todas as informações e procedimentos necessárias para o processo de elaboração e implementação deste documento, ou seja, é dada uma explicação pormenorizada em relação a todas as medidas educativas especiais possíveis e para cada uma é indicado qual o papel que o docente do ensino regular e docente de EE devem desempenhar, assim como os documentos que são necessários preencher. Faz-se também uma referência às Adendas e/ou Revisões ao PEI, assim como uma alusão acerca do processo de acompanhamento e/ ou avaliação do PEI com

todos os procedimentos que devem ser seguidos, em cada um dos períodos e no final do ano letivo.

O terceiro capítulo é dedicado exclusivamente ao **Currículo Específico Individual (CEI)**, dada sua particularidade, uma vez que se trata de uma medida que prevê alterações significativas ao currículo comum, impedindo os alunos de prosseguir estudos a nível académico. Assim considere necessário proceder-se a uma explicação sucinta sobre esta medida, alertando para as suas implicações. Incluí também orientações para a elaboração do Plano Individual de Transição (PIT) uma vez que o mesmo apenas se aplica aos alunos que beneficiam de um CEI.

O quarto capítulo faz referência a como se deve proceder no **processo de avaliação dos alunos com NEE**, desde a terminologia a utilizar na avaliação sumativa, aos procedimentos a ter em caso de retenção repetida, assim como a indicações gerais sobre os exames nacionais.

O quinto capítulo diz respeito à **organização e funcionamento do núcleo de educação especial**. E por fim é apresentado um **resumo dos procedimentos** a ter em conta no preenchimento dos **documentos de referência**.

No final e em **anexo** são apresentados todos os **modelos de documentos** a serem utilizados, assim como um quadro resumo sobre os mesmos (Apêndice I).

Legislação de Referência

- Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro (define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais destes alunos).
- Lei nº 21/2008, de 12 de maio (primeira alteração, por apreciação parlamentar ao decreto-lei 3/2008);
- Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro (o presente decreto-lei tem por objeto a criação de um Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI));
- Despacho normativo nº 24-A/2012, de 6 de dezembro (regulamenta a avaliação e certificação dos conhecimentos e capacidades desenvolvidas pelos alunos aplicáveis às diversas ofertas curriculares do ensino básico e secundário);
- Despacho normativo nº 5106-A/2012, (define no ponto 5.4, o máximo de 20 alunos por turma e dois alunos com NEE);
- Portaria nº 275-A/2012, de 11 de setembro (matriz curricular para alunos com CEI no Ensino Secundário).

Definição de Educação Especial (EE)

A Educação Especial é um conjunto de recursos específicos, metodologias de ensino, currículos adaptados, apoio de materiais ou de serviços de pessoal docente especializado, que pretende adequar as respostas educativas às necessidades dos alunos e promover o acesso e o sucesso dos alunos elegíveis para a Educação Especial.

De acordo com Dec. Lei nº 3/2008, a EE tem como premissa a qualidade de ensino orientada para o sucesso educativo de todos os alunos, sendo o aspeto determinante dessa qualidade o desenvolvimento de uma Escola Inclusiva, consagrando princípios, valores e instrumentos fundamentais para a igualdade de oportunidades.

Enquadramento da Educação Especial

O Dec. Lei 3/2008, vem enquadrar as respostas educativas a desenvolver no âmbito da adequação do processo educativo às NEE dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente e das quais resultam dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

A sua aplicação está alicerçada numa lógica de trabalho colaborativo com toda a comunidade educativa, (Direção; diretores de turma; docentes responsáveis por grupo/turma; docentes das diferentes disciplinas; psicólogos e terapeutas; pais/encarregados de educação; assistentes operacionais e recursos da comunidade).

O Dec. Lei nº 3/2008 estabelece medidas que visam permitir o acesso e o sucesso educativo dos alunos com NEE elevando o seu nível de participação e as taxas de conclusão do ensino secundário e de acesso ao ensino superior, nomeadamente um conjunto de medidas educativas especiais de adequação ao processo de ensino e de aprendizagem (Capítulo IV, Artigo 16º):

- a) Apoio pedagógico personalizado
- b) Adequações curriculares individuais
- c) Adequações no processo de matrícula
- d) Adequações no processo de avaliação
- e) Tecnologias de apoio

Notas: - As medidas acima descritas podem ser aplicadas cumulativamente, com exceção das medidas previstas nas alíneas b) e e); - A aplicação de qualquer destas medidas implica a autorização do encarregado de educação; - As medidas a aplicar devem ser definidas e clarificadas no PEI (Programa Educativo Individual) - documento obrigatório para qualquer aluno abrangido pelo Dec. Lei 3/2008, sendo parte integrante do processo do aluno.

Critérios de Elegibilidade para a Educação Especial

O Decreto-Lei 3/2008 desvincula claramente os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem decorrentes de fatores económicos, sociais e ambientais daqueles que necessitam de medidas educativas especiais e de uma intervenção especializada.

Assim, são elegíveis para a educação especial os alunos que:

- Apresentem limitações significativas ao nível da atividade e participação num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de caráter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e participação social;
- Apresentem um problema de caráter permanente ao nível das funções do corpo em que a atividade e participação se apresentem gravemente comprometidas;
- Apresentem um distanciamento acentuado em termos de desempenho entre a sua idade cronológica e a sua prestação efetiva, quando comparado com os seus pares;
- Tenham uma condição (deficiência ao nível da função do corpo) que afete de modo adverso o seu desempenho educacional, pondo em causa o seu potencial biopsicossocial;
- Apresentem um problema que limita/restringa as tarefas académicas, afetando de forma significativa o desempenho educacional, com extensão tal que necessite de intervenção especializada;
- Tenham beneficiado de outras medidas educativas, que não da educação especial, e estas não se tenham revelado eficazes;
- Numa grande parte ou na totalidade do seu percurso educativo apresentam limitações acentuadas num ou mais domínios da vida, nomeadamente ao nível da aprendizagem e da participação social nos diferentes contextos
- Apresentem um atraso significativo de desenvolvimento de etiologia desconhecida, abrangendo uma ou várias áreas (motora, física, cognitiva, linguagem e comunicação, emocional, social e adaptativa), validada por avaliação fundamentada, feita por profissional competente para o efeito.

1. PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

O processo de referenciação, consiste na comunicação/formalização de situações que possam indicar a existência de necessidades educativas especiais de carácter permanente, cujo perfil da criança ou jovem se enquadre nos critérios estabelecidos. Neste primeiro momento, devem ser indicados quais os problemas detetados devendo este documento espelhar o conjunto de preocupações relativas à criança ou jovem referenciado.

Nota: Para se proceder à referenciação e dar início ao processo de avaliação, a família ou o encarregado de educação deve obrigatoriamente ser contactada para autorizar o início deste processo.

Sempre que um docente ou qualquer outra pessoa/entidade suspeite estar perante uma criança/aluno que necessita de apoios especializados, no âmbito da educação especial, deve expressar essa necessidade, através do preenchimento da **Ficha Referenciação** (Mod. EE_001A), que se encontra disponível no *Modle* do Agrupamento.

REFERENCIAÇÃO (Capítulo II, artº 5 do DEC.LEI 3/2008)		
"1 - A educação especial pressupõe a referenciação das crianças e jovens que eventualmente dela necessitem, a qual deve ocorrer o mais precocemente possível, detetando os fatores de risco associados às limitações ou incapacidades."		
Quem pode efetuar?	Conteúdo	Procedimentos (1ª Etapa)
<ul style="list-style-type: none"> • Pais ou encarregados de educação; • Equipa de Intervenção Precoce na Infância (IPI); • Educadores, Titular de turma ou Diretores de turma, Docentes; • Psicólogos; Terapeutas; • Serviços da comunidade: tais como Serviços de Saúde; Serviços de Segurança Social; • Outros. 	<p>A referenciação deve espelhar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Razões de referenciação; • Informações sumárias acerca da criança/aluno; • Preocupações acerca do futuro da criança/aluno. • Sempre que a referenciação seja feita por um docente, deve ainda conter: <ul style="list-style-type: none"> - Evidências que sustentam a referenciação; - Ações já implementadas para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. 	<p>Encaminhamento da Referenciação: O processo deverá obrigatoriamente que dar <u>entrada nos Serviços Administrativos</u> na sede do Agrupamento, competindo à Direção desencadear os procedimentos necessários que levarão à tomada de decisão no âmbito do processo de avaliação:</p> <p>1º O diretor, na posse do formulário, verifica a conformidade do formulário, nomeadamente o motivo de referenciação, a informação disponibilizada, bem como anexos, e a autorização da família.</p> <p>2º Solicita ao Subdepartamento de Educação Especial e ao SPO que analisem a informação disponível e decidam sobre a necessidade de uma avaliação especializada com referência à CIF.</p>
OBS: Devem ser anexados todos os documentos que se considerem importantes para o processo de avaliação do aluno, por exemplo: relatório médico/ psicológico, informações terapêuticas, relatório pedagógico, PAPI, entre outros.		
ANÁLISE PRELIMINAR - Referenciação		
Entidade	Analisam em conjunto toda informação disponível e decidem: (preenchimento do Documento Análise Preliminar da Ficha de Referenciação (Mod. EE_001B))	
EE e SPO	<p>A criança/aluno não necessita de uma avaliação especializada:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentação da decisão (Mod. EE_001B); 2. Elaboração do <u>Relatório Técnico-Pedagógico RTP 0</u> (Mod.EE_004A) com encaminhamento para as respostas educativas que a escola disponibiliza (previstas no PE) ou outros apoios mais adequados à situação. 3. Entrega dos documentos ao Diretor. 	<p>A criança/aluno necessita de uma avaliação especializada:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentação da decisão (Mod. EE_001B); 2. Entrega ao Diretor para constituição da equipa de avaliação.
Diretor	Arquiva o processo ou solicita mais informações. Todos os documentos referentes a este processo devem ser arquivados no respetivo PIA.	Nomeia a equipa pluridisciplinar que irá analisar o caso referenciado.

1.1. Processo de Avaliação da Referenciação

Cabe à direção ativar os mecanismos necessários para a constituição das equipas de avaliação (que deve ser pluridisciplinar, de geometria variável, consoante a criança/aluno referenciado).

No início de cada ano letivo a Direção nomeia para cada escola/ ciclo as equipas respetivas.

A avaliação especializada pressupõe um trabalho colaborativo entre todos os intervenientes.

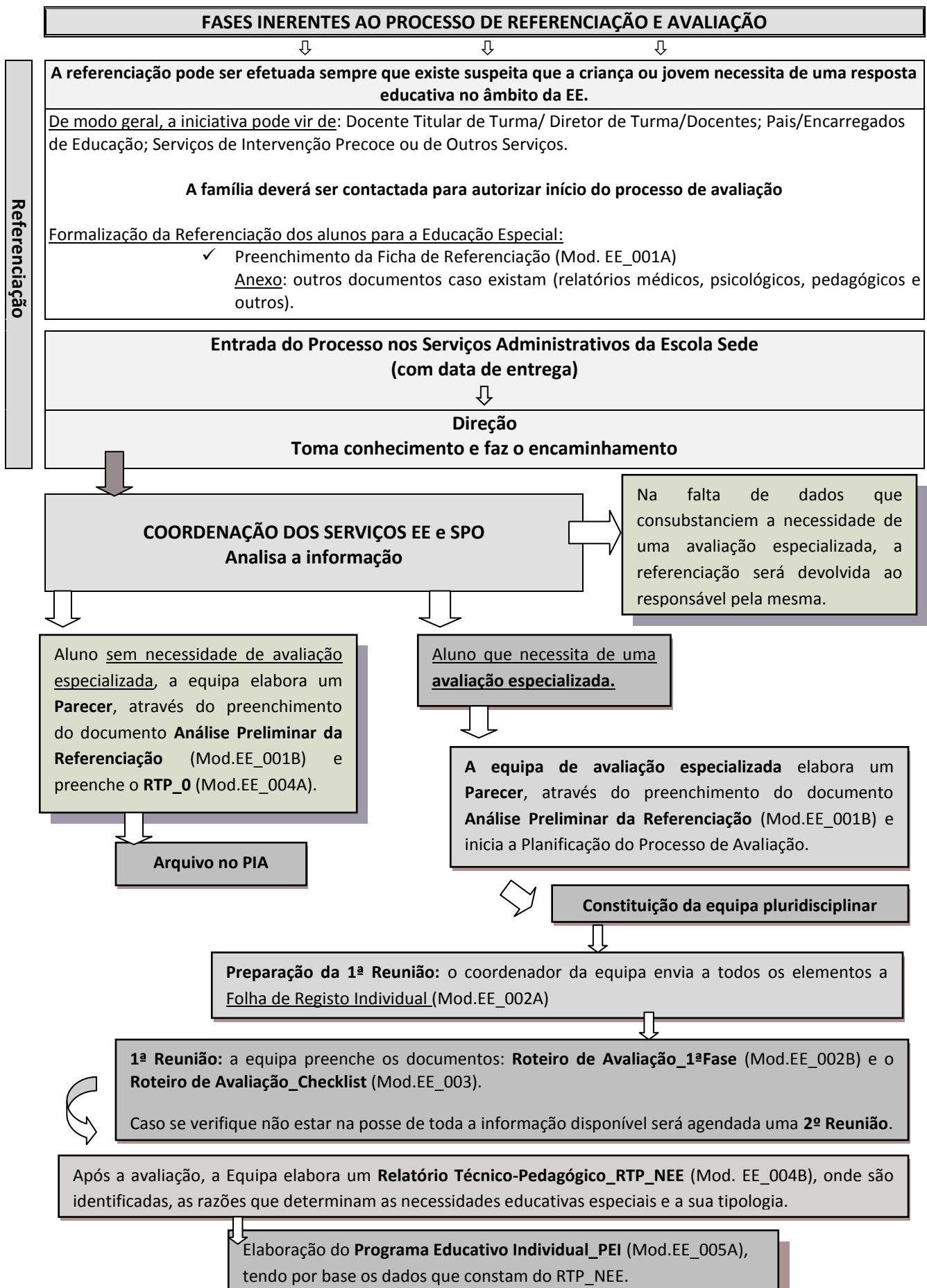
Compete à Equipa de Avaliação Especializada:

- Analisar toda a informação disponível;
- Recolher mais informação específica e se necessário, elaboração de relatório de observação ou outro documento que se considere adequado;
- Verificar se a situação exige uma avaliação especializada por referência à CIF-CJ e em caso afirmativo:
 - Registrar e Planificar o Processo de Avaliação (Roteiro, Checklist, Relatório Técnico-Pedagógico);
 - Elaboração do Programa Educativo Individual (PEI)

1.2. Planificação do Roteiro de Avaliação

Reuniões	Quem?	Ação	Documentos a utilizar
Preparação da 1ª Reunião	Coordenador da equipa	• Elabora convocatória para a 1ª reunião a todos os elementos da equipa (CC. à Direção) e envia a <u>Folha de Registo Individual</u> .	Mod.EE_002A
	Todos os elementos da equipa	• Preenchem, em 5 ou 10 minutos a <u>Folha de Registo Individual</u> .	
1ª Reunião	Equipa pluridisciplinar	• Confronta as diferentes perspetivas sobre o aluno; • Partilha e analisa toda a informação disponível; • Preenche o documento <u>Roteiro de Avaliação 1ª Fase</u> com a informação disponível e determina, caso necessário, a recolha de informação adicional. • Distribuição de tarefas	Mod.EE_002B
	Coordenador da equipa	• Elabora convocatória para a 2ª reunião a todos os elementos da equipa (CC. à Direção)	
2ª Reunião	Equipa pluridisciplinar	• Proceda à avaliação do aluno por referência à CIF-CJ • Preenche o documento <u>Roteiro de Avaliação Checklist</u> • Toma a decisão: <ul style="list-style-type: none"> • no caso de confirmar-se a necessidade de aplicação de medidas no âmbito da EE elabora o RTP_NEE; • No caso de não se confirmar a necessidade de aplicação de medidas no âmbito da EE elabora o RTP_0; 	Mod.EE_003 Mod.EE_004B Mod.EE_004A
Nota: Confirmada a anuência do Encarregado de Educação, o RTP deverá ser homologado pelo Diretor. Para cada uma das reuniões, deve ser lavrada a respetiva ata e entregues na Direção.			
Estas reuniões possibilitam que se partilhem pontos de vista, que em conjunto se procurem soluções e se definam prioridades; Caso se verifique que a informação disponível é suficiente para uma tomada de decisão deve elaborar-se o RTP, dispensando a realização da 2ª Reunião.			
O Encarregado de Educação deve participar nestas reuniões.			

1.3. Procedimentos (Esquema- Resumo)



1.4. RTP – Relatório Técnico-Pedagógico

- Análise conjunta de dados da avaliação, com a ajuda da Checklist.
- Identifica o perfil de funcionalidade do aluno, tendo em conta a atividade e participação, as funções e estruturas do corpo e a descrição dos facilitadores e barreiras ao nível dos fatores ambientais que influenciam essa mesma funcionalidade;
- Indica as razões que determinam as NEE e a sua tipologia, bem como as respostas e medidas educativas a adotar, que servirão de base à elaboração do PEI.
- Confirmada a anuência do Encarregado de Educação, o RTP será homologado pelo Diretor.

2. PEI – Programa Educativo Individual

O Programa Educativo Individual (PEI) "... é um documento **formal** que garante o direito à equidade educativa dos alunos com NEE de carácter permanente, desenhado para responder à **especificidade** das necessidades de cada aluno".

Constitui um documento da maior importância para os alunos, bem como para todos os intervenientes neste processo educativo.

Responsabiliza a escola e os encarregados de educação pela implementação de medidas educativas promotoras da aprendizagem e da participação destes alunos.

O PEI é um **instrumento dinâmico** que deve ser regularmente revisto e reformulado (através de Adenda ou Revisão do PEI), uma vez que se fundamenta numa avaliação compreensiva e integrada do funcionamento do aluno, passível de sofrer alterações.

Não é:

- ✗ um plano diário de aula ou de trabalho;
- ✗ apenas uma lista de estratégias de ensino/aprendizagem a desenvolver na sala de aula;
- ✗ uma declaração de intenções.

Elaboração do PEI

- ✓ É elaborado, **conjunta e obrigatoriamente, pelo docente responsável pelo grupo/turma ou diretor de turma**, dependendo do nível de educação e ensino, **pelo docente de educação especial e pelo encarregado de educação**.

Sempre que se considere necessário, poderá ser solicitada a participação de outros elementos da educação especial, serviço psicologia e orientação ou outros serviços técnico-pedagógicos, serviços sociais, unidades de respostas específicas, entre outros.

- ✓ O **coordenador do PEI** de cada aluno é da responsabilidade do **Educador de Infância, do Professor Titular de Turma ou do Diretor de Turma** a quem esteja atribuído o grupo ou a turma que o aluno integra.

Para que o PEI possa ser **implementado** tem necessariamente que:

- ✓ Constar a **autorização expressa do Encarregado de Educação** e respetiva assinatura de concordância, efetuada antes da deliberação do Conselho Pedagógico.
- ✓ Ser **aprovado** por deliberação do **Conselho Pedagógico** e **homologado pelo Diretor** do Agrupamento.
- ✓ Ser elaborado segundo o **modelo (Mod.EE_005A) aprovado** por deliberação do Conselho Pedagógico.

“A elaboração do programa educativo individual deve decorrer no **prazo máximo de 60 dias após a referenciação** dos alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente”

(Dec. Lei 3/2008, art.12º, ponto 1)

2.1. Medidas Educativas

Medidas Educativas a definir no PEI (Dec. Lei 3/2008, art.9º, alínea e)			
Medidas Educativas Especiais	Papel do Docente	Papel do Docente EE	Doc.
<p>Art. 17º Apoio Pedagógico Personalizado a) reforço das estratégias utilizadas no grupo/turma, ao nível da organização, do espaço e das actividades; b) estímulo e reforço das competências /aptidões da aprendizagem; c) antecipação e reforço da aprendizagem de conteúdos leccionados no seio do grupo/turma; d) reforço e desenvolvimento de competências específicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O apoio definido nas alíneas a), b) e c) é prestado pelo educador de infância, professor da turma ou de disciplina. • O apoio definido na alínea d) é prestado consoante a gravidade da situação dos alunos e da especificidade das competências a desenvolver pelo professor de educação especial e/ou pelo educador de infância, professor da turma ou de disciplina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar o apoio definido na alínea d), quando a gravidade e a especificidade das competências a desenvolver. 	<p>-----</p>
<p>Art. 18º Adequações Curriculares Individuais Têm como padrão o currículo comum: - na educação pré-escolar as adequações que respeitem as orientações curriculares; - no ensino básico as que não põem em causa a aquisição de competências terminais de ciclo; - no Ens. Secundário as que não põem em causa as competências essenciais das disciplinas. Consiste: - introdução de áreas curriculares específicas, (leitura e escrita em Braille, orientação e mobilidade, treino de visão e atividade motora adaptada, etc.); adequação do currículo dos alunos surdos; - introdução de objetivos/conteúdos intermédios, em função das competências terminais de ciclo ou de curso, das características de aprendizagem e dificuldades específicas dos alunos; -dispensa das atividades de difícil execução em função da incapacidade do aluno (só se aplicam quando o recurso a tecnologias de apoio não é suficiente)</p>	<p>Tendo sempre em conta a aquisição das competências terminais de final de ciclo (ensino básico) ou das competências essenciais das disciplinas (ensino secundário):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Selecionar estratégias/atividades diversificadas; • Selecionar material pedagógico adequado; • Diferenciar tempos de aprendizagem; 	<ul style="list-style-type: none"> • elencar os conteúdos e competências específicas para o aluno em questão. • aplicar os conteúdos específicos elencados; • colaborar na adequação do currículo aos alunos surdos; 	<p>Mod. EE_005A1 (1ºCiclo)</p> <p>Mod. EE_005A2 (2º3ºSec)</p>

Medidas Educativas a definir no PEI (Dec. Lei 3/2008, art.9º, alínea e)			
Medidas Educativas Especiais	Papel do Docente	Papel do Docente EE	Doc.
Art. 19º Adequações no Processo de Matrícula - podem beneficiar (em situações excepcionais e devidamente fundamentadas) do adiamento de matrícula no 1º ano (por um ano, não renovável) - podem efetuar a matrícula por disciplina, nos 2º e 3º ciclos do ens. básico e no ens. secundário, desde que se assegure a sequencialidade do regime educativo comum; - podem matricular-se e frequentar escolas com unidades especializadas à sua problemática.	<ul style="list-style-type: none"> Organizar o processo de aplicação de adequações no processo de matrícula. 	<ul style="list-style-type: none"> Colaborar na organização do processo de aplicação de adequações no processo de matrícula. 	-----
Art. 20º Adequações no Processo de Avaliação Consiste na alteração: - do tipo de provas e instrumentos de avaliação diversificados. - da(s) modalidade (s) de avaliação a valorizar; - dos momentos e período de tempo necessários para a respetiva realização.	Definir as adequações no processo de avaliação a aplicar, tendo em conta o perfil de funcionalidade da criança/aluno, devidamente inscritas no seu PEI. <ul style="list-style-type: none"> Aplicar as adequações definidas. 	Colaborar na definição das adequações no processo de avaliação a aplicar, tendo em conta o perfil de funcionalidade da criança/aluno, devidamente inscritas no seu PEI e na aplicação das adequações definidas.	Mod. EE_006C (1ºCiclo) Mod. EE_006D (2º3ºSec)
Art. 21º Currículo Específico Individual Substitui: - competências definidas para cada nível de educação e ensino. Pressupõe: - alterações significativas no currículo comum (introdução, substituição e/ou eliminação de objetivos e conteúdos) de acordo com a funcionalidade do aluno. Inclui: - atividades de cariz funcional centradas nos contextos de vida, comunicação e organização do processo de transição para a vida pós-escolar (prioritário); - conteúdos conducentes à autonomia pessoal e social do aluno.	Definir um currículo funcional para o aluno, de acordo com as suas necessidades específicas; <ul style="list-style-type: none"> Participar na elaboração do PIT, no caso dos alunos que estejam a três anos de atingir o limite da escolaridade obrigatória. 	<ul style="list-style-type: none"> Colaborar na definição de um currículo funcional para o aluno, de acordo com as suas necessidades específicas; Orientar e assegurar o desenvolvimento dos currículos específicos individuais; Elaborar, implementar e acompanhar o PIT dos alunos. 	Mod. EE_005A3 (1ºCiclo) Mod. EE_005A4 (2º3ºSec)
Art. 22 Tecnologias de Apoio Consideram-se os dispositivos facilitadores que se destinam a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade do aluno (ex. cadeira rodas, equipamento informático adaptado, adaptações materiais – mobiliário, ...).	Definir e aplicar as tecnologias de apoio de que o aluno deve beneficiar, de acordo com o seu perfil de funcionalidade.	Colaborar na definição e aplicação das tecnologias de apoio de que o aluno deve beneficiar, de acordo com o seu perfil de funcionalidade.	-----
<ul style="list-style-type: none"> As medidas acima descritas podem ser aplicadas cumulativamente, com exceção das medidas previstas nas alíneas b) e e); A aplicação de qualquer destas medidas implica a autorização do encarregado de educação; As medidas a aplicar devem ser definidas e clarificadas no PEI 			

Os **alunos elegíveis para a educação especial** podem usufruir de **outras medidas educativas criadas na escola** para melhoria do desempenho e sucesso de todos alunos.

Podem integrar turmas de Percurso Curricular Alternativo, (PCA) Cursos de Educação e Formação, (CEF) ou Cursos Profissionais (PC), PIEF e Vocacionais não podendo usufruir de currículo específico individual.

Os apoios disponibilizados pela escola **podem ser acumulados** às medidas previstas no PEI do aluno.

A avaliação destas medidas ficará expressa no relatório circunstanciado de final de ano.

2.1.1. Adendas/ Revisão

A informação a incluir na **Adenda ao PEI** (Mod.EE_005C) incide em toda a informação que é alterável todos os anos letivos (por ex. Corpo docente, horário, alteração na especificação de medidas e/ou alteração de medidas que não sejam significativas ou seja ...).

As **Adendas ao PEI** são **homologadas pelo Diretor** e não carecem de aprovação por parte do Conselho Pedagógico.

NOTA: Devem ser elaboradas, obrigatoriamente, até um mês após o início do ano letivo. Sempre que se justifique poderá ser elaborada Adendas, não sendo permitido que as mesmas sejam efetuadas próximas de cada um dos momentos de avaliação sumativa interna. No 3º Período não são autorizadas.

Na **Adenda Revisão** (Mod.EE_005D) são feitos os mesmos procedimentos, no entanto aplica-se quando o aluno transita de ciclo ou quando o aluno é sujeito a uma reavaliação que implique alterações no seu perfil de funcionalidade e/ou alterações significativas nas medidas educativas a aplicar.

⇒ **Transição de ciclo (sem reavaliação)**

- Atualização dos dados do aluno (história escolar e familiar)
- Informações atuais dos fatores ambientais e da atividade e participação (caso existam)

⇒ **Transição de ciclo (com reavaliação)**

- Deve-se reiniciar todo processo de avaliação (roteiro, checklist, RTP e novo PEI revisto)

As **Adendas Revisão** carecem de **aprovação** por parte do **Conselho Pedagógico** e **homologação do Diretor**, após **anuência do Encarregado de Educação**.

NOTA: Devem ser elaboradas, **obrigatoriamente, no final de cada ciclo ou ensino** ou a qualquer momento sempre que se justifique.

As reavaliações devem ser solicitadas atempadamente (início do 2º período) de modo a poder-se concluir o processo no decorrer do 3º Período.

Não são autorizadas Revisões que impliquem alterações significativas nas medidas educativas a aplicar, próximas de cada um dos momentos de avaliação sumativa interna. No entanto podem ser feitas, desde que a sua implementação surta efeito no período de avaliação seguinte, com exceção do 3º Período.

2.1.2. Acompanhamento/ Avaliação do PEI

A avaliação dos resultados obtidos pelo aluno com a aplicação das medidas educativas no PEI, tem, obrigatoriamente, de ser realizada em cada um dos momentos de avaliação sumativa interna na escola e é consubstanciada num relatório no final do ano letivo.

Momento Avaliação	Enquadramento Dec. Lei 3/2008	Intervenientes	Aprovação	Doc.
Final do 1º, 2º e 3º Período	Registo de avaliação sumativa (art 13º, ponto 2)	Docente do grupo/turma ou diretor de turma e conselho de turma, docente de educação especial e técnicos que acompanham o processo educativo do aluno.	Conselho de docentes/ Conselho de turma	Mod. EE_006A Ou Mod. EE_006B (alunos c/CEI)
<p>O documento deve ser anexado às atas de avaliação.</p> <p>Conforme as medidas aplicadas ao aluno, deve-se anexar ao Mod.EE_006A, os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mod.EE_005A1 (1ºCiclo) ou Mod.EE_005A2 (2º,3º,Sec) no caso do aluno usufruir de <u>Adequações Curriculares Individuais</u> e/ou • Mod.EE_006C (1ºCiclo) ou Mod.EE_006D (2º,3º,Sec) no caso do aluno usufruir de <u>Adequações no Processo de Avaliação.</u> <p>Ao Mod.EE_006B deve ser anexado o Mod.EE_005A3 (Ensino Básico) ou Mod.EE_005A4 (Sec), conforme o caso.</p> <p>Os anexos apenas são imprimidos no final do 3º Período.</p>				
Final do Ano	Relatório Circunstanciado de Avaliação Final (art 13º, ponto 3)	Docente do grupo/turma ou diretor de turma, docente de educação especial, psicólogo e outros docentes ou técnicos que acompanham o processo educativo do aluno.	Conselho Pedagógico; Encarregado de educação	Mod. EE_007
<p>O relatório circunstanciado é um documento de balanço final onde se procede à avaliação das medidas previstas no PEI de cada aluno.</p> <p>Este documento deve conter, entre outros elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a avaliação dos resultados escolares obtidos pelos alunos sujeitos a um PEI; • uma síntese descritiva das medidas adotadas; • propostas de intervenção e/ou alterações das medidas definidas para o ano letivo seguinte. <p>Este documento deve ser elaborado e assinado por todos os <u>intervenientes no processo educativo do aluno</u> e tem que ser obrigatoriamente aprovado pelo Conselho Pedagógico e homologado pelo Diretor após a anuência do Encarregado de Educação.</p>				

3. CEI – Currículo Específico Individual

O Currículo Específico Individual (CEI), é uma medida educativa que prevê alterações significativas no currículo comum, **impedindo os alunos** a quem foi aplicado de **prosseguir estudos de nível académico**.

É o nível de funcionalidade do aluno que determina o tipo de modificações a realizar no currículo e deverá dar resposta às necessidades mais específicas deste. Este tipo de currículos assenta numa **perspetiva curricular funcional**, e tem por objetivo **facilitar o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e de autonomia**.

Estas alterações podem traduzir-se:

- ✓ na priorização de áreas curriculares ou determinados conteúdos em detrimento de outros;
- ✓ na eliminação de objetivos e conteúdos;
- ✓ na introdução de conteúdos e objetivos complementares referentes a aspetos bastante específicos, (comunicação não verbal; utilização de tecnologias de apoio no âmbito da comunicação, mobilidade e acessibilidade);
- ✓ na eliminação de áreas curriculares.

Pretende-se que estes currículos:

- ✓ tenham um **caráter funcional** e as atividades propostas sejam úteis para a vida presente e futura (pós-escolar) do aluno;
- ✓ a seleção das **competências** a desenvolver devem ter como critério a sua aplicabilidade nos diferentes contextos de vida do aluno;
- ✓ a **aprendizagem** das competências definidas deve ser, sempre que possível, realizada nos contextos reais por forma a dar-lhes significado;
- ✓ as **atividades** devem estar relacionadas, sempre que possível, com a idade cronológica e interesses do aluno.

Os alunos com CEI/PIT, **não estão sujeitos às matrizes curriculares definidas para os restantes alunos**. Podem usufruir de disciplinas com conteúdos programáticos, objetivos gerais, objetivos específicos e desenvolver atividades, que se afastam do currículo comum, denominadas disciplinas não curriculares que melhor se adequem ao perfil de funcionalidade do aluno.

Estes currículos substituem ou complementam as metas/objetivos definidos para cada nível de educação e ensino e a sua **elaboração é da responsabilidade do docente de educação especial**. Deve ser respeitada a carga horária definida para os outros alunos sempre que o perfil do aluno o permita.

Pelas suas implicações, tanto ao nível do tipo de aprendizagens como da certificação, a opção por este tipo de currículo **deve ser muito bem ponderada, exigindo uma avaliação rigorosa**, competindo ao Diretor e ao Subdepartamento da Educação Especial orientar e assegurar o seu desenvolvimento.

3.1. PIT

O Plano Individual de Transição aplica-se a alunos que apresentem necessidades educativas especiais de **caráter permanente impeditivas de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo comum**, devendo a escola, três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória, complementar o PEI com um PIT (Mod.EE_005B).

A **elaboração do PIT**, passa numa primeira fase, por conhecer os desejos, interesses, aspirações e competências do jovem

Na posse destes dados e para alunos com capacidade para exercer uma atividade profissional, deverá ser feito o **levantamento das necessidades do mercado de trabalho** na comunidade onde o jovem está inserido e a procura de oportunidades de formação ou de experiências de trabalho em contexto real.

Inventariadas as possibilidades de formação ou estágios, devem ser identificadas as competências requeridas (competências académicas, pessoais e sociais).

Após este levantamento devem ser **estabelecidos protocolos** com os serviços ou instituições onde o jovem vai realizar:

- ✓ formação ou estágios;
- ✓ definir as tarefas que vai desenvolver;
- ✓ as competências a adquirir;
- ✓ o suporte a disponibilizar, quando necessário, para a realização das tarefas.

Para os **jovens com incapacidades** que não permitam, no futuro exercer uma atividade profissional, a resposta passa por **centros de atividade ocupacional**, (CAO).

Os **instrumentos de certificação da escolaridade** devem adequar-se às necessidades especiais dos alunos. Para este efeito devem ser seguidas as normas de emissão e utilizados os **formulários legalmente fixados** para o sistema de ensino.

4. AVALIAÇÃO

Os **critérios de avaliação** dos alunos abrangidos pela Educação Especial encontram-se definidos em documento próprio, **aprovado em Conselho Pedagógico**.

A avaliação dos alunos abrangidos pelas medidas previstas no Decreto-Lei 3/2008, têm por base o definido no Programa Educativo Individual (PEI) de cada aluno, e o previsto no Despacho Normativo nº 24 -A/2012, de 6 de dezembro.

O processo de avaliação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, tem como finalidade:

- ✓ Responder ao perfil de funcionalidade de cada aluno;
- ✓ Desenvolver capacidades em todas as áreas curriculares e não curriculares ou de enriquecimento curricular definidas no PEI;
- ✓ Desenvolver capacidades funcionais nas áreas da Língua Portuguesa e Matemática, (alunos com CEI);
- ✓ Desenvolver capacidades tendo em vista a transição para a vida pós-escolar; (alunos com CEI);
- ✓ Desenvolver atitudes, comportamentos e autonomia, visando o desenvolvimento individual com reflexos positivos na sociedade; (alunos com CEI);
- ✓ Desenvolver capacidades em todas as áreas de desenvolvimento;
- ✓ A conclusão da escolaridade obrigatória.

A **avaliação a atribuir a cada aluno** depende dos resultados obtidos ao longo do ano letivo tendo por base o definido no Programa Educativo Individual (PEI), e resultam de um trabalho colaborativo entre o docente de educação especial, o diretor de turma e os docentes da disciplina.

Os fatores de ponderação a discutir em conselho de turma e cuja decisão é sempre justificada em ata, deverão assentar no desenvolvimento das metas e objetivos gerais, tendo sempre em linha de conta o previsto no Programa Educativo Individual de cada aluno.

Os momentos de avaliação dos alunos abrangidos por medidas do decreto-lei 3/2008 são determinados no respetivo PEI.

Os critérios de avaliação são definidos de acordo com as medidas educativas a que o aluno está sujeito sendo que:

- ✓ os alunos sujeitos à medida **Adequações no Processo de Avaliação**, são avaliados nos termos definidos no Programa Educativo Individual.
- ✓ A avaliação dos alunos sujeitos à medida **Currículo Específico Individual (CEI), Plano Individual de Transição (PIT) e Transição para a Vida Pós – Escolar (TVPE)**, não está sujeita ao regime de avaliação do currículo comum e são avaliados de acordo com o definido no seu CEI.

Para estes alunos, nas disciplinas curriculares e não curriculares a avaliação é efetuada face aos critérios definidos no PEI/CEI, sendo que terão igual peso na determinação da menção qualitativa.

- 30% aquisições académicas funcionais;
- 70% atitudes e comportamentos.

4.1. Terminologia de Classificação Sumativa para Todos os Alunos Abrangidos pelo Decreto-Lei 3/2008

No **Pré-Escolar**, assume uma forma descritiva em todas as áreas previstas nas orientações curriculares.

No **1º Ciclo**, assume uma forma descritiva em todas as áreas Curriculares, com exceção do 4º ano de escolaridade, de acordo com as ponderações definidas a nível de escola:

Ponderação Qualitativa	Ponderação quantitativa no 4º ano de escolaridade
Muito Insuficiente	1
Insuficiente	2
Suficiente	3
Bom	4
Muito Bom	5

Nos **2º, 3º Ciclos**, de acordo com as ponderações definidas a nível de escola, assume a seguinte classificação:

- ✓ Quantitativa - de 1 a 5 em todas as disciplinas
- ✓ Qualitativa - Não satisfaz, Satisfaz e Satisfaz Bem, nas áreas não curriculares.

Aos alunos abrangidos pela medida **Currículo Específico Individual (CEI)**, a informação resultante da avaliação expressa-se:

- ✓ **Qualitativa** – Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom em todas as áreas.

Por áreas não curriculares, entendem-se, todas aquelas cujos conteúdos e objetivos estabelecidos se afastam substancialmente dos definidos a nível nacional. São áreas com conteúdos programáticos e objetivos desenhados especificamente para um determinado aluno, independentemente do contexto onde são desenvolvidas. Esta avaliação é acompanhada por uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno, em documento próprio.

4.2. Pautas

A classificação resultante da avaliação sumativa de todos os alunos abrangidos pelas medidas de educação especial é expressa nas folhas de pauta em consonância com o estabelecido para os outros alunos.

No caso dos alunos avaliados no âmbito do seu CEI, deverá esta situação ser sinalizada através da colocação de uma alínea.

Nas pautas do final do 3º período deve constar o resultado da avaliação – Transita/não transita ou aprovado/não aprovado

4.3. Retenção Repetida

Os alunos abrangidos pelas medidas definidas no PEI não estão sujeitos aos procedimentos definidos para os restantes alunos.

Para os alunos com PEI, devem ser explicitadas nas atas das reuniões do 3º período e nos relatórios circunstanciados as razões que determinam a retenção repetida. Nestas situações o conselho de turma deverá refletir se as medidas previstas no Programa educativo Individual são as adequadas ao perfil do aluno, e caso se considere necessário alterar o determinado, deverá ser solicitada uma **reavaliação à equipa de avaliação especializada**.

Casos pontuais ou **mais complexos** de proposta de dupla retenção poderá ser solicitado que o Conselho pedagógico se pronuncie.

4.4. Exames Nacionais

Todos os alunos que não estão abrangidos pela medida CEI, estão sujeitos aos exames nacionais de final de ciclo podendo contudo usufruir de adequações no processo de avaliação previstas no PEI.

A autorização destas adequações nos exames finais de ciclo depende das deliberações do Júri Nacional de Exames expressas nas normas e carecem de autorização prévia do Órgão de Gestão.

Deve o diretor de turma e o docente de educação especial efetuar uma leitura rigorosa do documento para que não sejam pedidas alterações que não possam ser aprovadas por contrariarem as normas previstas e elaborar em conjunto com o diretor de turma a proposta de alteração, devendo o Conselho de Docentes ou Conselho de Turma pronunciar-se, ficando registado em ata as adequações de avaliação deliberadas.

Contudo, em casos muito excecionais, pode o diretor autorizar adequações não previstas para o perfil do aluno, nas normas, desde que devidamente fundamentadas e autorizadas pelo Júri.

O documento carece de aprovação por parte do Encarregado de Educação, deve ser entregue à Coordenadora dos serviços de educação Especial não sendo o pedido vinculativo.

O Diretor de turma é o responsável em conjunto com o docente de educação especial pelo preenchimento da documentação inerente ao processo que deverá ser entregue à Direção do Agrupamento para aprovação.

5. ORGANIZAÇÃO DO NUCLEO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:

De acordo com o decreto-lei nº 13-A/2012, de 5 de junho, cabe à escola a organização das respostas educativas que melhor respondam às necessidades da população escolar.

Para uma flexibilização da organização escolar e o bom funcionamento da educação especial, devem as escolas ou agrupamentos de escola contemplar as adequações necessárias relativas ao processo de ensino aprendizagem dos alunos que se enquadram na educação especial e dos que apesar de apresentarem dificuldades de aprendizagem não são enquadráveis no regime especial de educação.

5.1. Serviço Docente

Aos **docentes de educação especial** compete:

- ✓ Colaborar com os DT's, educadores, professores, Pais/Encarregados de Educação e outros elementos da comunidade.
- ✓ Lecionar as áreas curriculares específicas;
- ✓ Lecionar os conteúdos conducentes à autonomia pessoal e social dos alunos, definidos no currículo específico individual, (CEI);
- ✓ Apoiar a utilização de materiais didáticos adaptados e de tecnologias de apoio;
- ✓ Participar no processo de avaliação dos alunos

Apoio Pedagógico Personalizado – esta medida **apenas requer a intervenção direta do docente de educação especial**, quando no PEI do aluno, se preveja a necessidade de realizar atividades que se destinam ao **reforço e desenvolvimento de competências específicas**, não passíveis de serem realizadas pelo docente responsável pelo grupo, turma ou disciplina.

As **competências específicas** são desenvolvidas no âmbito:

- ✓ da aprendizagem do Braille;
- ✓ da orientação e mobilidade;
- ✓ do treino de visão;
- ✓ da leitura e escrita para alunos surdos;
- ✓ da comunicação aumentativa e alternativa;
- ✓ da reeducação da leitura e da escrita;
- ✓ o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social; atividades de cariz funcional (ex: utilizar o cartão da escola nas diferentes situações, utilizar os serviços de forma autónoma, aceder aos serviços da comunidade envolvente).

O apoio a prestar aos alunos com NEE pode ser prestado tendo em conta o definido no PEI:

- ✓ **Apoio direto** (prestado, dentro ou fora da sala de aula, individualmente ou em pequenos grupos);

- ✓ **Indireto** (prestado ao docente titular de grupo/docente titular de turma/docentes da turma.

5.1.1. Sumários

Os **sumários** devem ser realizados, **obrigatoriamente** e com **regularidade** no *Infonto*.

No início do ano letivo deve-se solicitar/ informar os Serviços Administrativos (área de alunos) dos alunos (turmas) que foram atribuídos a cada docente. No caso dos alunos com CEI deve-se informar as disciplinas e o docente responsável.

Os sumários, devem:

- ✓ Descrever as atividades realizadas com o aluno;
- ✓ No caso do 1º Ciclo ou quando não for possível deve-se efetuar o registo no separador “Atividades não letivas” e acrescentar:
 - Nome do aluno, ano e turma (atividades não letivas)

5.1.2. Processo dos Alunos

O docente de educação especial deve juntamente com o responsável pelo grupo/ turma **organizar o processo** de cada um dos alunos abrangidos pelo regime educativo especial.

O dossier do aluno deve ser organizado por separadores, na seguinte ordem (Mod.EE_008):

0 – Folha inicial com os dados biográficos

1 - Processo de Referenciação

2 - Relatórios Médicos, Terapêuticos e Pedagógicos (da referenciação)

3 – PEI (+ Adendas/revisão)

4 - Ano letivo (documentos elaborados ao longo do ano: por ex. adequações curriculares individuais, avaliações trimestrais, relatório circunstanciado, ...)

O processo dos alunos deve também encontrar-se em **formato digital**:

- ✓ Pasta com o nome do aluno_escola: *“Bernardo Martins Vale Carneiros”*
- ✓ Pasta: *“Processo”* – inclui PEI e os documentos do Processo de Referenciação;
- ✓ Subpastas por ano letivo: Ex: *“2013_2014”* – inclui todos os documentos elaborados ao longo do ano;

Nota: Após aprovação do PEI pelo Conselho pedagógico, o documento deve ser digitalizado e colocado na pasta do aluno.

No final de cada ano letivo, os docentes devem entregar à coordenadora de Educação Especial a pasta com todos os ficheiros dos seus alunos.

5.2. Serviço Não Docente

As atividades de serviço não docente, devem ser desenvolvidas por técnicos com formação profissional e perfil adequados e sempre que os quadros dos recursos humanos do agrupamento não disponham dos técnicos necessários, poderá, o agrupamento, recorrer à aquisição desses serviços nos termos da lei.

5.3. Distribuição do Serviço

A distribuição do serviço aos docentes de educação especial depende do número de alunos e do número de escolas a apoiar.

5.4. Horários

A componente letiva dos docentes de educação especial é igual à definida para os docentes do 2º e 3º ciclo e Ensino Secundário.

A componente não letiva é definida pelo órgão de gestão do agrupamento de escolas.

De acordo com o decreto-lei 3/2008, “os processos de referenciação e avaliação assumem um caráter prioritário e obrigatório, devendo os docentes priorizar a sua execução sobre toda a sua atividade docente, integrando-a na componente não letiva do seu horário de trabalho”.

Após a distribuição de serviço, cabe aos docentes de educação especial organizar, no início do ano letivo, o seu horário de trabalho, respeitando, se possível, as propostas constantes no Relatório Circunstanciado e tendo em conta o seguinte:

- ✓ O perfil de funcionalidade e as medidas previstas no PEI, sendo prioritários os alunos que necessitem de um maior número de horas para apoio;
- ✓ Ser distribuído pelos 5 dias da semana;
- ✓ Os apoios prestados a alunos não sujeitos à medida CEI, sempre que possível, devem ser dados na componente não letiva do aluno ou na componente letiva quando o apoio é prestado em contexto de sala de aula, excecionalmente e caso se justifique o apoio pode ser dado fora da sala aula;
- ✓ O **horário pode ser alterado** no decorrer do ano letivo para responder a necessidades pontuais dos alunos, alteração de medidas e por transferência ou entrada de novos casos na educação especial (carece de autorização do Diretor).

O horário deverá ser elaborado segundo o modelo em vigor e entregue ao Coordenador que por sua vez dará conhecimento ao Diretor para aprovação.

5.5. Reuniões

Os docentes de educação especial **estão obrigados** a participar nas reuniões dos serviços especializados, nas reuniões da equipa de avaliação, reuniões com os encarregados de educação de alunos com NEE e em todas as reuniões para as quais forem convocados pelo Órgão de Gestão.

5.5.1. Conselho de Docentes/Conselhos de Turma

A participação dos docentes de educação especial no conselho de docentes do pré-escolar, no 1º ciclo, conselhos de turma no 2º, 3º ciclo e Secundário **não é obrigatória** podendo os **docentes ser convocados** para estas reuniões sempre que se **considere pertinente a sua presença**. A sua participação nestes conselhos terminará após a análise dos casos especiais.

A participação dos docentes de educação especial no conselho de docentes e nos conselhos de turma **é obrigatória** nas **reuniões de avaliação sumativa**, e no **início do ano letivo** não tendo estes docentes direito a voto nas decisões de avaliação.

Os alunos abrangidos pela medida CEI não estão sujeitos à avaliação intercalar salvo quando tal estiver expresso no seu PEI não sendo necessária a presença do docente de educação especial nestes Conselhos de turma.

6. MODELOS DE DOCUMENTOS (Resumo Procedimentos)

6.1. Informações gerais

Todos os documentos modelo, assim como o presente manual estão disponíveis no Moodle do AEPRosa na **pasta Educação Especial** e em anexo a este manual em suporte digital.

Os documentos encontram-se elaborados em modo de formulário no processador de texto *word*, pelo que apenas é possível a sua edição nos campos previsto para o efeito.

Houve um especial cuidado em tentar simplificar cada um dos documentos, de modo a facilitar tanto o seu preenchimento como a sua leitura, pelo que, sempre que foi possível, foram criados campos com caixas de verificação e listas pendentes.

Ao longo do manual foram sendo sempre referenciados qual ou quais o(s) modelo(s) a utilizar, no entanto através do quadro resumo (Apêndice I) podemos ter acesso à listagem de todos os documentos, com indicações úteis na coluna das observações.

Nota final

Este manual tem como objetivo ser um suporte orientador às nossas práticas, e surge pela necessidade de facilitar e uniformizar a comunicação na partilha.

Estou segura que o trabalho desenvolvido, irá permitir certamente uma organização mais rigorosa e fidedigna do projeto de vida das crianças e jovens com NEE do nosso agrupamento e, conseqüentemente, uma maior aproximação da educação para a inclusão. Espero sinceramente que seja um pequeno contributo nesse sentido.

Estou ciente que não é um processo fácil, mas com o esforço de todos conseguiremos!

“O que não é porém possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projecto. As puras ilusões são os sonhos falsos de quem, não importa que pleno ou plena de boas intenções, faz a proposta de quimeras que, por isso mesmo, não podem realizar-se. A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador. (...) Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. (...) Implica luta.” (Freire, 2000)

Para todos votos de boas práticas,

Marília Martins

APÊNDICE I

QUADRO RESUMO
Modelos dos Documentos de Referência

Referência	Designação do Documento	OBS
Mod.EE_001A	Ficha de Referenciação	Entrega nos Serv. Adm. da escola sede.
Mod.EE_001B	Análise Preliminar da referenciação	Avaliação Especializada (reunião equipa)
Mod.EE_002A	Preparação Reunião de Equipa_Básico e Sec.	Folha de registo individual (enviar antes 1ª R)
Mod.EE_002B	Roteiro de Avaliação_1ªFase	Preenchimento na 1ª Reunião equipa
Mod.EE_003	Roteiro de Avaliação_Cheklist	Preenchimento na 1ª Reunião equipa
Mod.EE_004A	Relatório Técnico-Pedagógico_RTP_0	Alunos referenciados <u>não elegíveis</u> na EE
Mod.EE_004B	Relatório Técnico-Pedagógico_RTP_NEE	Alunos referenciados <u>elegíveis</u> na EE
Mod.EE_005A	Programa Educativo Individual_PEI	
Mod.EE_005A1	ACI_Adequações Curriculares Individuais_1ºCiclo	Anexo PEI
Mod.EE_005A2	ACI_Adequações Curriculares Individuais_2º3ºSec	Anexo PEI
Mod.EE_005A3	CEI_Currículo Específico Individual_EnsinoBásico	Anexo PEI
Mod.EE_005A4	CEI_Currículo Específico Individual_Sec	Anexo PEI
Mod.EE_005B	PIT_Plano Individual de Transição	Anexo PEI
Mod.EE_005C	Adenda ao Programa Educativo Individual_PEI	Informação que é alterável todos os anos (elaborada no início de cada ano letivo)
Mod.EE_005D	Revisão do Programa Educativo Individual_PEI	Transição de ciclo/ reavaliação
Mod.EE_006A	Relatório de Avaliação Trimestral_NEE	Alunos NEE sem CEI (Anexo ao registo de avaliação sumativa)
Mod.EE_006B	Relatório de Avaliação Trimestral_NEE_CEI	Síntese descritiva
Mod.EE_006C	AnexoAPA_Rel. Avaliação Trimestral_1ºCiclo	Adequações no Processo de Avaliação (APA)
Mod.EE_006D	AnexoAPA_Rel. Avaliação Trimestral_2º3ºSec	
Mod.EE_007	Relatório Circunstanciado de Avaliação Final	Elaborado no final do ano letivo
Mod.EE_008	Organização_Processo individual do aluno	Capa e separadores
Mod.SPO_001	Ficha de Sinalização SPO	Pedido de Avaliação
Mod.SPO_002	Autorização Encarregado de Educação	Avaliado/Acompanhado

APÊNDICE VII

Modelos de Documentos de Referência Reformulados

Referência	Designação do Documento
Mod.EE_001A	Ficha de Referenciação
Mod.EE_001B	Análise Preliminar da referenciação
Mod.EE_002B	Roteiro de Avaliação_1ªFase
Mod.EE_003	Roteiro de Avaliação_Cheklis
Mod.EE_004B	Relatório Técnico-Pedagógico_RTP_NEE
Mod.EE_005A	Programa Educativo Individual_PEI
Mod.EE_005A1	ACI_Adequações Curriculares Individuais_1ºCiclo
Mod.EE_005A2	ACI_Adequações Curriculares Individuais_2º3ºSec
Mod.EE_005A3	CEI_Currículo Específico Individual_EnsinoBásico
Mod.EE_005A4	CEI_Currículo Específico Individual_Sec
Mod.EE_005C	Adenda ao Programa Educativo Individual_PEI
Mod.EE_005D	Revisão do Programa Educativo Individual_PEI
Mod.EE_007	Relatório Circunstanciado de Avaliação Final
Mod.SPO_001	Ficha de Sinalização SPO
Mod.SPO_002	Autorização Encarregado de Educação

Ficha de Referênciação

DECRETO – LEI Nº 3/2008 DE 7 DE JANEIRO
(Capítulo II, artigo 5º, pontos 1 a 3)

ANO LETIVO 2014/2015

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola Secundária Pinheiro e Rosa

GRAU DE ENSINO: Pré-Escolar 1º CEB 2º CEB 3º CEB E. Secundário

GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA: (Titular de Turma)

RESPONSÁVEL PELA REFERENCIAÇÃO:

ENC. DE EDUCAÇÃO DOCENTE TÉCNICO OUTRA SITUAÇÃO (especifique)

DATA DA REFERENCIAÇÃO: / /

1. DADOS PESSOAIS

NOME DO(A) ALUNO(A):

DATA NASC.: / / IDADE:

MORADA: CÓD.POSTAL: LOCALIDADE:

FILIAÇÃO: (pai) E (mãe)

ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO:

CONTATO TELEFÓNICO: ENDEREÇO E-MAIL:

2. MOTIVOS DA REFERENCIAÇÃO

Ao abrigo do artigo 1º, do capítulo I, do Decreto – Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro, são referenciáveis todos os “alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.”

2.1. O(A) ALUNO(A) AQUI REFERENCIADO REVELA:

- dificuldades continuadas ao nível da comunicação -----
- dificuldades continuadas ao nível da aprendizagem -----
- dificuldades continuadas ao nível da mobilidade -----
- dificuldades continuadas ao nível da autonomia -----
- dificuldades continuadas ao nível do relacionamento interpessoal -----
- dificuldades continuadas ao nível da participação social -----
- Outras -----
Quais?

2.2. DESCRIÇÃO SUCINTA DO(S) PROBLEMA(S) (assinalado(s) em 2.1.; quando necessário, por áreas):

2.3. ALUNO NO CONTEXTO DA FAMÍLIA: (Agregado familiar, família alargada, interações familiares, idade e profissão dos pais, ...)

2.4. ALUNO NO CONTEXTO DA ESCOLA: (Ama, creche, Jardim de Infância, (in)sucesso educativo (nº de retenções por ano), comportamento, relação com colegas e adultos, ...)

2.4.1. MEDIDAS EDUCATIVAS / ESTRATÉGIAS DIFERENCIADAS / RECURSOS / OUTROS PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS JÁ ADOPTADOS (Referir quais, quando, por quem, resultados obtidos):

3. ATENDENDO ÀS INFORMAÇÕES ANTERIORES ASSINALE COM (X) QUAL O DOMÍNIO QUE, NA SUA OPINIÃO, O CASO REFERENCIADO SE PODE ENQUADRAR (assinale apenas o mais relevante):

Tipologia – alterações de carácter permanente nas funções do corpo									
Sensoriais		Mentais				Neuromusculo-esqueléticas e relacionadas com o movimento	Voz e fala	Aparelho cardiovascular, sistemas hematológicos e imunológicos e do aparelho respiratório	Aparelho digestivo e sistemas metabólico e endócrino
Visão	Audição	Intelectuais	Linguagem	Emocionais	Psicossociais				
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. O(A) RESPONSÁVEL PELA REFERENCIAÇÃO ENTREGOU OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

5. DECLARAÇÃO DO ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO

Declaro que **tomei conhecimento e concordo** com as informações contidas neste documento e **autorizo a realização da referenciação solicitada.**

ASSINATURA: _____

DATA: ____/____/201__

6. DATAS e ASSINATURAS:

O(A) RESPONSÁVEL PELA REFERENCIAÇÃO: _____

ENTREGUE EM: ____/____/201__

O DIRETOR DO AEPRosa: _____

RECEBIDO EM: ____/____/201__

SUBDEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

ASSINATURA: _____ RECEBIDO EM: ____/____/201__

Referenciação_Parecer

DECRETO – LEI Nº 3/2008 DE 7 DE JANEIRO
(Capítulo II, artigo 5º, pontos 1 a 3)

ANO LETIVO 2014/2015

SUBDEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL / SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO

DADOS DO ALUNO REFERENCIADO

NOME: GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA: (Titular de Turma)

DATA DA FICHA DE REFERENCIAÇÃO: / /

1. ANÁLISE PRELIMINAR

Após termos tomado conhecimento do teor da ficha de referenciação do aluno em epígrafe e pela análise dos dados fornecidos, foi decisão unânime destes serviços:

- Que o aluno(a) **não configura um quadro de necessidades educativas especiais** que justifique a intervenção dos serviços de Educação Especial, pelo que irá ser elaborado o Relatório Técnico-Pedagógico que fundamenta esta decisão, assim como o encaminhamento para as respostas educativas propostas, disponibilizadas pelo Agrupamento.
- Que **se encaminhe** o caso para uma **avaliação especializada**, em **referência à CIF-CJ**, a realizar pelo subdepartamento de educação especial, em conjunto com os serviços de psicologia e orientação.
- Que **se solicitem** outras entidades/serviços, documentos e/ou outras informações que ajudem a uma **análise mais correta e objetiva**.
Especificar:

Faro, ____ de _____ de 201__

Coordenadora de Educação Especial: _____

Serviço de Psicologia: _____

Roteiro de Avaliação

(Recolha de informação por referência à CIF –CJ)

ANO LETIVO 2014/2015

1. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

NOME DO(A) ALUNO(A):

DATA NASC.: / / IDADE:

GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

2. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO DO ALUNO

2.1.

2.2. INFORMAÇÕES EXISTENTES SOBRE O ALUNO (assinale os itens que existe informação e especifique)

Relatório Médico	<input type="checkbox"/>	Nome(s)/ Área clínica: Identificação da entidade(s) de saúde: Data da Informação/ relatório: / /
Relatório de avaliação psicológica	<input type="checkbox"/>	Nome do(a) Psicólogo(a): Identificação da entidade a que pertence: Data da Informação/ relatório: / /
Outros documentos existentes no processo	<input type="checkbox"/>	•

OBS:

3. EQUIPA PLURIDISCIPLINAR

FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
Docente de Educação Especial		
Titular de Turma		
Téc. Serviço do SPO (Psicólogo)		
Enc. de Educação		

- Coordenador do processo de avaliação a cargo do: Docente de Educação Especial

/ /

4. PLANIFICAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

4.1. 1ª FASE: RECOLHA DE INFORMAÇÃO

<u>Informação que é necessário recolher</u> (em caso afirmativo, especifique: instrumento (s) a usar)	Sim	Não
<ul style="list-style-type: none"> • Ao nível das funções do corpo <ul style="list-style-type: none"> ○ 	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> • Ao nível da atividade e participação <ul style="list-style-type: none"> ○ 	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> • Ao nível dos fatores ambientais <ul style="list-style-type: none"> ○ 	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> • Ao nível de outros fatores contextuais/pessoais <ul style="list-style-type: none"> ○ 	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> • Outra informação (em caso afirmativo, especifique): <ul style="list-style-type: none"> ○ 	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.2. 2ª FASE: O QUE AVALIAR?

FUNCIONALIDADE E INCAPACIDADE							
COMPONENTES	Capítulo	Código	Categoria	Inf. existente	Inf. a recolher	Instrumentos a usar/ Fonte de Inf.	Profissional responsável
	Funções do Corpo						
	Atividade e Participação						
	Fatores Ambientais						
	Fatores Pessoais						

Checklist

(CIF - CI)

ANO LETIVO 2014/2015

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

NOME DO(A) ALUNO(A):

GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

FUNÇÕES DO CORPO

Nota: Assinale com uma cruz (X) à frente de cada categoria o valor que considera mais adequado à situação, de acordo com os seguintes qualificadores:

0- Nenhuma deficiência; 1- Deficiência ligeira; 2- Deficiência moderada; 3 – Deficiência grave; 4- Deficiência completa; 8- Não especificada¹; 9- Não aplicável²

Qualificadores	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 1 – Funções mentais							
(Funções Mentais Globais)							
b110 Funções da consciência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b114 Funções da orientação no espaço e no tempo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b117 Funções intelectuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b122 Funções psicossociais globais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b125 Funções intrapessoais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b126 Funções do temperamento e da personalidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b134 Funções do sono	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(Funções Mentais Específicas)							
b140 Funções da atenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b144 Funções da memória	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b147 Funções psicomotoras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b152 Funções emocionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b156 Funções da percepção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b160 Funções do pensamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b163 Funções cognitivas básicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b164 Funções cognitivas de nível superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b167 Funções mentais da linguagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b172 Funções do cálculo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 2 – Funções sensoriais e dor							
b210 Funções da visão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b215 Funções dos anexos do olho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b230 Funções auditivas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b235 Funções vestibulares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b250 Função gustativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b255 Funções olfactiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b260 Função proprioceptiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

¹ Este qualificador deve ser utilizado sempre que não houver informação suficiente para especificar a gravidade da deficiência.

² Este qualificador deve ser utilizado nas situações em que seja inadequado aplicar um código específico.

Qualificadores	0	1	2	3	4	8	9
b265 Função tátil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b280 Sensação de dor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 3 – Funções da voz e da fala							
b310 Funções da voz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b320 Funções de articulação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b330 Funções da fluência e do ritmo da fala	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 4 – Funções do aparelho cardiovascular, dos sistemas hematológico e imunológico e do aparelho respiratório							
b410 Funções cardíacas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b420 Funções da pressão arterial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b429 Funções cardiovasculares, não especificadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b430 Funções do sistema hematológico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b435 Funções do sistema imunológico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b440 Funções da respiração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 5 – Funções do aparelho digestivo e dos sistemas metabólicos e endócrino							
b515 Funções digestivas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b525 Funções de defecção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b530 Funções de manutenção do peso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b555 Funções das glândulas endócrinas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 6 – Funções genitourinárias e reprodutivas							
b620 Funções miccionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 7 – Funções neuromusculares e funções relacionadas com o movimento							
b710 Funções relacionadas com a mobilidade das articulações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b715 Estabilidade das funções das articulações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b730 Funções relacionadas com a força muscular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b735 Funções relacionadas com o tónus muscular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b740 Funções relacionadas com a resistência muscular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b750 Funções relacionadas com reflexos motores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b755 Funções relacionadas com reacções motoras involuntárias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b760 Funções relacionadas com o controlo do mov. voluntário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b765 Funções relacionadas com o controlo do mov. involuntário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b770 Funções relacionadas com o padrão de marcha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b780 Funções relacionadas com os músculos e funções do mov.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras funções do corpo a considerar							
b15555 Funções	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

RESPONSÁVEIS PELO PREENCHIMENTO

NOME: FUNÇÃO:

ASSINATURA: _____ DATA: / /

ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO

Nota: Assinale com uma cruz (X) à frente de cada categoria o valor que considera mais adequado à situação, de acordo com os seguintes qualificadores:
 0- Nenhuma dificuldade; 1- Dificuldade ligeira; 2- Dificuldade moderada; 3 – Dificuldade grave; 4- Dificuldade completa; 8- Não especificada³; 9- Não aplicável⁴

Qualificadores	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 1 – Aprendizagem e aplicação de conhecimentos							
d110 Observar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d115 Ouvir	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d130 Imitar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d131 Aprendizagem através de acções/manipulação de objectos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d132 Aquisição da informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d133 Aquisição da linguagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d134 Desenvolvimento da linguagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d137 Aquisição de conceitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d140 Aprender a ler	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d145 Aprender a escrever	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d150 Aprender a calcular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d155 Adquirir competências	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d160 Concentrar a atenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d161 Direcção da atenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d163 Pensar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d166 Ler	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d170 Escrever	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d172 Calcular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d175 Resolver problemas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d1751 Resolver problemas complexos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d177 Tomar decisões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 2 – Tarefas e exigências gerais							
d210 Levar a cabo uma tarefa única	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d220 Levar a cabo tarefas múltiplas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d230 Levar a cabo a rotina diária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d250 Controlar o seu próprio comportamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 3 – Comunicação							
d310 Comunicar e receber mensagens orais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d315 Comunicar e receber mensagens não verbais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d325 Comunicar e receber mensagens escritas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d330 Falar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d331 Pré-conversa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d132 Cantar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d335 Produzir mensagens não verbais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d340 Produzir mensagens na linguagem formal dos sinais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d345 Escrever mensagens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d350 Conversação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d355 Discussão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d360 Utilização de dispositivos e de técnicas de comunicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

³ Este qualificador deve ser utilizado sempre que não houver informação suficiente para especificar a gravidade da deficiência.

⁴ Este qualificador deve ser utilizado nas situações em que seja inadequado aplicar um código específico.

Qualificadores	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 4 – Mobilidade							
d410 Mudar as posições básicas do corpo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d415 Manter a posição do corpo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d420 Auto-transferências	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d430 Levantar e transportar objectos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d435 Mover objectos com os membros inferiores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d440 Actividades de motricidade fina da mão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d445 Utilização da mão e do braço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d450 Andar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d455 Deslocar-se	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 5 – Auto-cuidados							
d510 Lavar-se	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d520 Cuidar de partes do corpo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d530 Higiene pessoal relacionada com as excreções	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d540 Vestir-se	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d550 Comer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d560 Beber	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d571 Cuidar da sua própria auto-segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 6 – Vida doméstica							
d620 Adquirir bens e serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d630 Preparar refeições	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d640 Realizar o trabalho doméstico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d650 Cuidar dos objectos domésticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 7 – Interações e relacionamentos interpessoais							
d710 Interações interpessoais básicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d720 Interações interpessoais complexas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d730 Relacionamento com estranhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d740 Relacionamento formal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d750 Relacionamentos sociais informais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 8 – Áreas principais da vida							
d815 Educação pré-escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d816 Vida pré-escolar e actividades relacionadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d820 Educação escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d825 Formação profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d816 Vida escolar e actividades relacionadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d880 Envolvimento nas brincadeiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 9 – Vida comunitária, social e cívica							
d910 Vida comunitária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d920 Recreação e lazer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras aspetos da Atividade e Participação a considerar							
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

FATORES AMBIENTAIS

Nota: Podem ser tidas em consideração todas as categorias ou apenas aquelas que se considerem mais pertinentes em função da condição específica da criança/jovem. As diferentes categorias podem ser consideradas enquanto barreiras ou facilitadores. Assinale, para cada categoria, com (.) se a está a considerar como uma barreira, ou com o sinal (+) se a está a considerar como facilitador. Assinale com uma cruz (X) à frente de cada categoria o valor que considera mais adequado à situação, de acordo com os seguintes qualificadores:
 0- Nenhum facilitador/barreira; 1- Facilitador/barreira ligeiro; 2- Facilitador/barreira moderado; 3 – Facilitador substancial/barreira grave; 4- Facilitador/barreira completo; 8- Não especificada⁵; 9- Não aplicável⁶

Qualificadores	Barreira ou facilitador	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 1 – Produtos e Tecnologia								
e110 Para consumo pessoal (alimentos, medicamentos)		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e115 Para uso pessoal na vida diária		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e120 Para facilitar a mobilidade e o transporte pessoal		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e125 Para a comunicação		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e130 Para a educação		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e135 Para o trabalho		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e140 Para a cultura, a recreação e o desporto		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e150 Arquitectura, construção e acabamentos de prédios de utilização pública		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e155 Arquitectura, construção e acabamentos de prédios para uso privado		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 2 – Ambiente natural e mudanças ambientais feitas pelo Homem								
e225 Clima		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e240 Luz		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e250 Som		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 3 – Apoio e relacionamentos								
e310 Família próxima		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e320 Amigos		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e325 Conhecidos, pares, colegas, vizinhos e membros da comunidade		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e330 Pessoas em posição de autoridade		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e340 Prestadores de cuidados pessoais e assistentes pessoais		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e360 Outros profissionais		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 4 – Atitudes								
e410 Atitudes individuais dos membros da família próxima		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e420 Atitudes individuais dos amigos		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e425 Atitudes individuais de conhecidos, pares, colegas e membros da comunidade		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e440 Atitudes individuais de prestadores de cuidados pessoais e assistentes pessoais		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e450 Atitudes individuais de profissionais de saúde		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e465 Normas, práticas e ideologias sociais		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capítulo 5 – Serviços, sistemas e políticas								
e515 Relacionados com a arquitectura e a construção		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e540 Relacionados com os transportes		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e570 Relacionados com a segurança social		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e575 Relacionados com o apoio social geral		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e580 Relacionados com a saúde		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e590 Relacionados com o trabalho e o emprego		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e595 Relacionados com o sistema político		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

⁵ Este qualificador deve ser utilizado sempre que não houver informação suficiente para especificar a gravidade da deficiência.

⁶ Este qualificador deve ser utilizado nas situações em que seja inadequado aplicar um código específico.

Qualificadores	Barreira ou facilitador	0	1	2	3	4	8	9
Outras fatores ambientais a considerar								
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

RESPONSÁVEIS PELO PREENCHIMENTO EM: / /		
FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
Docente de Educação Especial		
Titular de Turma		

Relatório Técnico-Pedagógico

DECRETO – LEI Nº 3/2008, DE 7 DE JANEIRO
Capítulo II, artigo 6º

ANO LETIVO 2014/2015

GRAU DE ENSINO: Pré-Escolar 1º CEB 2º CEB 3º CEB E. Secundário

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA: (Titular de Turma)

1. DADOS PESSOAIS

NOME DO(A) ALUNO(A):

DATA NASC.: / / IDADE:

MORADA: CÓD.POSTAL: LOCALIDADE:

FILIAÇÃO: E

ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO:

CONTATO TELEFÓNICO: ENDEREÇO E-MAIL:

2. RAZÕES QUE DETERMINAM AS NECESSIDADES EDUCATIVAS

2.1. O(A) ALUNO(A) AQUI REFERENCIADO REVELA:

- dificuldades continuadas ao nível da comunicação -----
 - dificuldades continuadas ao nível da aprendizagem -----
 - dificuldades continuadas ao nível da mobilidade -----
 - dificuldades continuadas ao nível da autonomia -----
 - dificuldades continuadas ao nível do relacionamento interpessoal -----
 - dificuldades continuadas ao nível da participação social -----
 - Outras -----
- Quais?

3. TIPOLOGIA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Tipologia – alterações de carácter permanente nas funções do corpo									
Sensoriais		Mentais				Neuromusculo-esqueléticas e relacionadas com o movimento	Voz e fala	Aparelho cardiovascular, sistemas hematológicos e imunológicos e do aparelho respiratório	Aparelho digestivo e sistemas metabólico e endócrino
Visão	Audição	Intelectuais	Linguagem	Emocionais	Psicossociais				
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO POR REFERÊNCIA À CIF: (Referir cada uma das categorias... justificando. Ex: apresenta um défice grave ao nível manutenção da atenção (b1400.3))		
PERFIL DE FUNCIONALIDADE – RESUMO		
FUNÇÕES DO CORPO (ex: b142.2 - Aprender a escrever)	ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO (ex: d145.3 - Aprender a escrever)	FATORES AMBIENTAIS (ex: e310+4/.2 - Família próxima)
PERFIL DE FUNCIONALIDADE – SÍNTESE DESCRITIVA (Nome do capítulo/designação/qualificador/justificação) <small>(Por exemplo: Ao nível da aprendizagem e aplicação de conhecimentos, o aluno apresenta dificuldades em resolver problemas complexos (d1751.2) devido a dificuldade na compreensão de enunciados pela necessidade de abstração e generalização de conceitos)</small>		
<p>4.1. FUNÇÕES DO CORPO</p> <p>4.2. ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO</p> <p>4.3. FATORES AMBIENTAIS</p>		

5. TOMADA DE DECISÃO	
5.1. JUSTIFICA-SE A INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL?	
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO (passe para o ponto 5.3.)
<p>5.2. Em caso afirmativo, refira as respostas e medidas educativas a adotar:</p> <p>5.2.1. De forma a se adequar o processo ensino aprendizagem, o(a) aluno(a) deve beneficiar das seguintes medidas (Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro):</p> <p style="margin-left: 40px;">a) Apoio Pedagógico Personalizado ----- <input type="checkbox"/></p> <p style="margin-left: 40px;">b) Adequações Curriculares ----- <input type="checkbox"/></p> <p style="margin-left: 40px;">c) Adequações no Processo da matrícula ----- <input type="checkbox"/></p> <p style="margin-left: 40px;">d) Adequações no Processo de Avaliação ----- <input type="checkbox"/></p> <p style="margin-left: 40px;">e) Currículo Específico Individual ----- <input type="checkbox"/></p> <p style="margin-left: 40px;">f) Tecnologias de Apoio ----- <input type="checkbox"/></p> <p>5.2.2. Outras (especifique):</p>	<p>5.3. Encaminhamento para os apoios disponibilizados pela escola. Especifique:</p>
OBSERVAÇÕES:	

6. DATAS e ASSINATURAS:

Faro,

OS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:

FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
Docente de Educação Especial		
Titular de Turma		

TOMEI CONHECIMENTO DAS DECISÕES TOMADAS:

Concordo

Discordo

O ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO: _____ DATA: __/__/20__

HOMOLOGAÇÃO PELO DIRETOR DO AGRUPAMENTO (Artº 6º do D.L. nº3/2008)

ASSINATURA: _____ DATA: __/__/201__

MATEMÁTICA

DOMÍNIO/ SUBDOMÍNIO	CONTEÚDOS

- OBJETIVO GERAL	AVALIAÇÃO ¹														
	1º PERÍODO					2º PERÍODO					3º PERÍODO				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

ESTRATÉGIAS / METODOLOGIAS	RECURSOS
	<p>Recursos Humanos:</p> <p>Recursos Materiais:</p>

OBS:

AVALIAÇÃO

A avaliação será formalizada, conforme o legalmente estabelecido.
Serão tomados em consideração o interesse, a participação, o espírito de iniciativa, a assiduidade e o esforço demonstrados na realização das tarefas.
Sempre que se revelar necessário, far-se-ão reuniões com a professora titular de turma e a encarregada de educação, a fim de monitorizar o processo de ensino aprendizagem do aluno.

O Docente de Educação Especial,

O Professor da turma / Diretor de Turma,

ESTRATÉGIAS GERAIS	RECURSOS
	<p><u>Recursos Humanos:</u></p> <p><u>Recursos Materiais:</u></p>

OBS:

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO/AVALIAÇÃO

A avaliação será formalizada, conforme o legalmente estabelecido.
Serão tomados em consideração o interesse, a participação, o espírito de iniciativa, a assiduidade e o esforço demonstrados na realização das tarefas.
Sempre que se revelar necessário, far-se-ão reuniões com a professora titular de turma e a encarregada de educação, a fim de monitorizar o processo de ensino aprendizagem do aluno.

O Docente da disciplina,

Diretor de Turma,

O Docente Educação Especial

Currículo Específico Individual_1ºCiclo (CEI)

DECRETO – LEI Nº 3/2008 DE 7 DE JANEIRO
 Capítulo II, artigo 5º, pontos 1 a 3

ANO LETIVO 2014/2015

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola Secundária Pinheiro e Rosa

NOME DO(A) ALUNO(A): GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA: (Titular de Turma)

ÁREA: Formação Pessoal, Social e Autonomia

Conteúdos	Competências específicas	1º Período	2º Período	3º Período
Relacionamento interpessoal				
Autocontrolo do comportamento				
Autocontrolo da atenção e concentração				
Alimentação				
Higiene				

ÁREA: Português

Domínio de referência	Metas/Objetivos e Descritores de Desempenho	1º Período	2º Período	3º Período
Oralidade				
Leitura e Escrita				

OBS:

ÁREA: Matemática				
Domínio de referência	Metas/Objetivos e Descritores de Desempenho	1º Período	2º Período	3º Período
Números e Operações				

OBS:

ESTRATÉGIAS

RECURSOS	
MATERIAIS	HUMANOS

3. RESPONSÁVEIS PELAS RESPOSTAS EDUCATIVAS (alínea i) do nº 3 do artº 9º)

Identificação dos Intervenientes	Funções	Área			
		Formação Pessoal, social e autonomia	Português	Matemática	
•	•				
•	•				
•	•				
•	•				

4. IMPLEMENTAÇÃO DO CEI

INÍCIO DA IMPLEMENTAÇÃO DO CEI:
 Pretende-se que o CEI seja implementado a partir de: / /

5. INTERVENIENTES

FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
Docente de Educação Especial		
Diretor de Turma		

Psicólogo		
Encarregado de Educação		
Aluno(a)		

DATA: / /

Currículo Específico Individual_ Ensino Secundário

(Portaria 275-A/2012, de 11 de setembro)

Anexo ao PEI

ANO LETIVO 2014/2015

NOME DO(A) ALUNO(A): ANO: TURMA: Nº:

DOCENTE RESPONSÁVEL PELA TURMA: (Diretor(a) de Turma) ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola Secundária Pinheiro e Rosa

Componente Curricular	Comunicação			Matemática para a Vida	Desenvolvimento Pessoal, Social e Laboral			Desporto e Saúde			Organização do Mundo Laboral			Cidadania			
	Português	Inglês (Sensibilização)	TIC		Atividades Social/Úteis	Atividades Laborais	Atividades de Expressão	Desporto	Bem-Estar e Qualidade de Vida	Atividades de lazer e tempo livre	Higiene e Segurança no trabalho	Conhecimento do mundo laboral	Competências socio profissionais	Cooperação e Associativismo	Vivência democrática	Participação cívica	Solidariedade (voluntariado)
Docentes/ Responsáveis																	
Marília Martins (Docente Educ. Especial)																	

COMPONENTE CURRICULAR: _____ **PROFESSOR:** _____

Conteúdos Programáticos	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Avaliação ¹		
			1ºP	2ºP	3ºP

ESTRATÉGIAS/ATIVIDADES	RECURSOS MATERIAIS

AVALIAÇÃO

OBS: _____

¹Legenda: MB – Muito Bom B – Bom S – Suficiente I – Insuficiente
 Mod.EE_005A4_Rev.0

Programa Educativo Individual

DECRETO – LEI Nº 3/2008, DE 7 DE JANEIRO
(Capítulo III e IV)

ANO LETIVO 2014/2015

GRAU DE ENSINO: Pré-Escolar 1º CEB 2º CEB 3º CEB E. Secundário

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA: (Titular de Turma)

DOCENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:

APROVAÇÃO PELO CONSELHO PEDAGÓGICO

(Artº 10º do D.L. nº3/2008)

Cargo: Presidente do Conselho Pedagógico

Assinatura: _____

Data: ___/___/201___

HOMOLOGAÇÃO PELO DIRETOR

(Artº 10º do D.L. nº3/2008)

Assinatura: _____

Data: ___/___/201___

1. DADOS PESSOAIS (alínea a) do nº3 do artº 9º)

NOME DO(A) ALUNO(A):

NACIONALIDADE: DATA NASC.: / / IDADE:

MORADA: CÓD.POSTAL: LOCALIDADE:

FILIAÇÃO: E

ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO:

CONTATO TELEFÓNICO: ENDEREÇO E-MAIL:

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DECORRENTES DE:

DATA DA REFERENCIAÇÃO: / /

2. HISTÓRIA ESCOLAR E PESSOAL (alínea b) do nº 3 do artº 9º)

2.1. RESUMO DA HISTÓRIA ESCOLAR (Data da primeira matrícula no pré-escolar, no 1º ciclo; retenções; apoios fora do âmbito da Educação Especial; inserção no DL 319/91 e alíneas aplicadas; ...)

2.2. OUTROS ANTECEDENTES RELEVANTES (Agregado Familiar; contexto socioeconómico; aspetos clínicos; acompanhamento terapêutico:...)

3. PERFIL DE FUNCIONALIDADE DO ALUNO POR REFERÊNCIA À CIF-CJ (alíneas c) e d) do nº 3 do artº 9º)

PERFIL DE FUNCIONALIDADE – RESUMO

FUNÇÕES DO CORPO (ex: b142.2 - Aprender a escrever)	ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO (ex: d145.3 - Aprender a escrever)	FATORES AMBIENTAIS (ex: e310+4/.2 - Família próxima)

PERFIL DE FUNCIONALIDADE – SÍNTESE DESCRITIVA

(Nome do capítulo/designação/qualificador/justificação)

(Por exemplo: Ao nível da **aprendizagem e aplicação de conhecimentos**, o aluno apresenta dificuldades em **resolver problemas complexos (d1751.2)** devido a dificuldade na compreensão de enunciados pela necessidade de abstração e generalização de conceitos)

Caracterização dos indicadores de Funcionalidade, do nível de aquisição e dificuldades da criança. Fatores ambientais (facilitadores ou barreiras à participação e à aprendizagem).

3.1. FUNÇÕES DO CORPO

3.2. ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO

3.3. FATORES AMBIENTAIS

4. ADEQUAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM (alínea e) do nº 3 do artº 9º)

4.1. MEDIDAS EDUCATIVAS A IMPLEMENTAR (assinalar com um X as medidas educativas definidas para o aluno)

a) Apoio Pedagógico Personalizado -----	<input type="checkbox"/>
b) Adequações Curriculares Individuais -----	<input type="checkbox"/>
c) Adequações no Processo de Matrícula -----	<input type="checkbox"/>
d) Adequações no Processo de Avaliação -----	<input type="checkbox"/>
e) Currículo Específico Individual -----	<input type="checkbox"/>
f) Tecnologias de Apoio -----	<input type="checkbox"/>

4.1.1. ESPECIFICAÇÃO DAS MEDIDAS EDUCATIVAS EM 4.1. (assinalar com um X apenas as medidas indicadas no ponto 4.1.)

Apoio Pedagógico Personalizado

- a) Reforço das estratégias utilizadas no grupo ou turma aos níveis da organização, do espaço e das atividades
- b) Estímulo e reforço das competências e aptidões envolvidas na aprendizagem;
- c) Antecipação e reforço da aprendizagem de conteúdos lecionados no seio do grupo ou da turma;
Apoio prestado pelo: Profº Titular de Turma
- d) Reforço e desenvolvimento de competências específicas.
Apoio prestado pelo: Profº Educação Especial

Adequações Curriculares Individuais (Anexo 1)

Áreas Curriculares/Disciplinas:

- Introduções de áreas curriculares específicas que não façam parte da estrutura curricular comum, nomeadamente leitura e escrita em braille, orientação e mobilidade; treino de visão e a atividade motora adaptada, entre outras;
- Introdução de objetivos e conteúdos intermédios em função das competências terminais do ciclo ou de curso, das características de aprendizagem e dificuldades específicas dos alunos;
- Dispensas das atividades que se revelem de difícil execução em função da incapacidade do aluno

Adequações no Processo de Matrícula

- Escola fora da sua área de residência;
- Escola de referência;
- Escola com unidade especializada de apoio a alunos com multideficiência ou surdocegueira;
- Adiamento de matrícula – no 1º ciclo;
- Matrícula por disciplinas no 2º/3º ciclo;
- Matrícula por disciplinas no Ensino secundário;

Adequações no Processo de Avaliação

- Alteração no tipo de provas
- Alteração dos instrumentos de avaliação e certificação
- Alteração das condições de avaliação: formas e meios de comunicação; periodicidade; duração e local.

Currículo Específico Individual (Anexo 2)

- Introdução, substituição e ou eliminação de objetivos e conteúdos, em função do nível de funcionalidade.
- Incluir conteúdos conducentes à autonomia pessoal e social e organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

Tecnologias de Apoio (indicar as tecnologias de apoio a utilizar para melhorar o desempenho)

4.2. OUTRAS INFORMAÇÕES (indicar os serviços não docentes propostos)

- | | | | | |
|---|--|--|---------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Serv. Psicologia | <input type="checkbox"/> Terapia da fala | <input type="checkbox"/> Terapia ocupacional | <input type="checkbox"/> Tarefa | <input type="checkbox"/> Outro(s) (especifique): |
|---|--|--|---------------------------------|--|

4.3. REDUÇÃO DE TURMA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

SIM

NÃO

5. DISCRIMINAÇÃO DOS CONTEÚDOS, DOS OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS A ATINGIR, DAS ESTRATÉGIAS E RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS A UTILIZAR (art.9º, alínea f))

6. NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO (alínea g) do nº 3 do artº 9º)

7. HORÁRIO DO ALUNO (alínea h) do nº 3 do artº 9º)

Horário estabelecido para o aluno, as disciplinas e as modalidades de apoio:

Hora \ Dia	SEGUNDA	M*	TERÇA	M*	QUARTA	M*	QUINTA	M*	SEXTA	M*

Legenda: (M *) – Modalidade: T – Contexto de Turma; G – Pequeno Grupo; I – Individual

8. RESPONSÁVEIS PELAS RESPOSTAS EDUCATIVAS (alínea i) do nº 3 do artº 9º)

Identificação dos Intervenientes	Funções	Apoio direto (Sim/Não)	Outro (especifique)	Horário
•	•	•	•	•

9. TRANSIÇÃO ENTRE CICLOS (artº 14º)

9.1. Indicar estratégias que promovam uma adequada transição entre ciclos:

9.2. Plano Individual de Transição (Anexar PIT, sempre que exista)

SIM

NÃO

10. IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PEI

10.1. INÍCIO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PEI:

Pretende-se que o PEI seja implementado a partir de: / /

10.2. AVALIAÇÃO DO PEI:

- **Critérios:** a avaliação do PEI será feita com base nos resultados apresentados pelo aluno, relativamente às competências que for adquirindo. Serão realizadas avaliações periódicas, sendo a do final do ano de caráter descritivo.
 No final do ano letivo, será elaborado um relatório circunstanciado dos resultados obtidos pelo aluno com a aplicação do PEI; deverá ser explicitada a necessidade de o aluno continuar a beneficiar das medidas de apoio ou propor as necessárias alterações ao PEI.
- **Instrumentos:** deverão ser feitos registos sistemáticos dos progressos do aluno, de acordo com o que for estipulado no currículo; os registos formais serão os relatórios trimestrais e o relatório de final de ano letivo.
- **Intervenientes:** responsáveis pelas respostas educativas.
- **Momentos de avaliação:** trimestralmente.
- **Data de revisão:** na mudança de ciclo ou se houver necessidade de proceder a alterações.

11. ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO:

11.1. PEI elaborado por:

FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
Docente de Educação Especial		
Titular de Turma		

11.2. Coordenação do PEI a cargo do: Titular de Turma

NOME: ASSINATURA: _____

ANUÊNCIA DO(A) ENCARREGADO(A) DE EDUCAÇÃO

Concordo com as Medidas Educativas definidas:

Assinatura: _____ DATA: ___/___/20___

Adenda ao Programa Educativo Individual

DECRETO – LEI Nº 3/2008, DE 7 DE JANEIRO

ANO LETIVO 2014/2015

ADENDA AO PEI DATADO DE: / /

1. DADOS PESSOAIS (alínea a) do nº3 do artº 9º)

NOME DO(A) ALUNO(A):

GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

GRAU DE ENSINO: Pré-Escolar 1º CEB 2º CEB 3º CEB E. Secundário

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA: (Titular de Turma)

DOCENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:

APROVAÇÃO PELO CONSELHO PEDAGÓGICO

(Artº 10º do D.L. nº3/2008)

Cargo: Presidente do Conselho Pedagógico

Assinatura: _____

Data: ___/___/201___

HOMOLOGAÇÃO PELO DIRETOR

(Artº 10º do D.L. nº3/2008)

Assinatura: _____

Data: ___/___/201___

2. ALTERAÇÕES AO PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL (PEI)

2.1. De acordo com o PEI do(a) aluno(a) registam-se as seguintes alterações:

- a) Adequações no processo ensino-aprendizagem
- b) Outras Informações (serviços não docentes – terapias, psicologia...)
- c) Responsáveis pelas respostas educativas
- d) Plano Individual de Transição (Anexo)
- e) Adequações Curriculares Individuais (Anexo)
- f) Currículo Específico Individual (Anexo)
- g) Outra(s) situação (especifique):

2.2. Explícite as alterações e justifique:

•

3. IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PEI

3.1. INÍCIO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PEI:

Pretende-se que o PEI seja implementado a partir de: / /

3.2. AVALIAÇÃO DO PEI:

- **Critérios:** a avaliação do PEI será feita com base nos resultados apresentados pelo aluno, relativamente às competências que for adquirindo. Serão realizadas avaliações periódicas, sendo a do final do ano de carácter descritivo.
 No final do ano letivo, será elaborado um relatório circunstanciado dos resultados obtidos pelo aluno com a aplicação do PEI; deverá ser explicitada a necessidade de o aluno continuar a beneficiar das medidas de apoio ou propor as necessárias alterações ao PEI.
- **Instrumentos:** deverão ser feitos registos sistemáticos dos progressos do aluno, de acordo com o que for estipulado no currículo; os registos formais serão os relatórios trimestrais e o relatório de final de ano letivo.
- **Intervenientes:** responsáveis pelas respostas educativas.
- **Momentos de avaliação:** trimestralmente.
- **Data de revisão:** na mudança de ciclo ou se houver necessidade de proceder a alterações.

4. ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO:

4.1. PEI elaborado por:

FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
Docente de Educação Especial		
Titular de Turma		

4.2. Coordenação do PEI a cargo do: Titular de Turma

NOME: ASSINATURA: _____

ANUÊNCIA DO(A) ENCARREGADO(A) DE EDUCAÇÃO

Concordo com as Medidas Educativas definidas:

Assinatura: _____ DATA: ___/___/20___

Revisão do Programa Educativo Individual

DECRETO – LEI Nº 3/2008, DE 7 DE JANEIRO
 (Capítulo III e IV)

ANO LETIVO 2014/2015

GRAU DE ENSINO: Pré-Escolar 1º CEB 2º CEB 3º CEB E. Secundário

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

NOME DO ALUNO: GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO: CONTATO TELEFÓNICO: ENDEREÇO E-MAIL:

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA: (Titular de Turma)

DOCENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:

APROVAÇÃO PELO CONSELHO PEDAGÓGICO

(Artº 10º do D.L. nº3/2008)

Cargo: Presidente do Conselho Pedagógico

Assinatura: _____

Data: ___/___/201___

HOMOLOGAÇÃO PELO DIRETOR

(Artº 10º do D.L. nº3/2008)

Assinatura: _____

Data: ___/___/201___

1. MOTIVO DA REVISÃO DO PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL (PEI)

1.1. Revisão do PEI datado de: / /

- a) Mudança para o º Ciclo (ponto 1 do artº13)
- b) Mudança para o Ensino Secundário/ Ensino Profissional/vocacional (ponto 1 do artº13)
- c) Reavaliação do(a) aluno(a)
- d) Outra(s) situação (especifique):

1.2. Pretende-se que o PEI seja implementado a partir de: / /

1.3. Previsão da validade desta revisão: Final de ciclo ou a qualquer momento se justificável (ponto 1 e 5 do artº 13º)

2. ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO DESTA REVISÃO:

2.2. PEI elaborado por:

FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
Docente de Educação Especial		
Titular de Turma		

2.3. Coordenação do PEI a cargo do: Titular de Turma

NOME: ASSINATURA: _____

Programa Educativo Individual (Revisto)

1. HISTÓRIA ESCOLAR E PESSOAL (alínea b) do nº 3 do artº 9º)

1.1. RESUMO DA HISTÓRIA ESCOLAR (Data da primeira matrícula no pré-escolar, no 1º ciclo; retenções; apoios fora do âmbito da Educação Especial; inserção no DL 319/91 e alíneas aplicadas; ...)

1.2. OUTROS ANTECEDENTES RELEVANTES (Agregado Familiar; contexto socioeconómico; aspetos clínicos; acompanhamento terapêutico:...)

2. PERFIL DE FUNCIONALIDADE DO ALUNO POR REFERÊNCIA À CIF-CJ (alíneas c) e d) do nº 3 do artº 9º)

Caracterização dos indicadores de Funcionalidade, do nível de aquisição e dificuldades da criança. Fatores ambientais (facilitadores ou barreiras à participação e à aprendizagem).

2.1. FUNCÕES DO CORPO

2.2. ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO

2.3. FATORES AMBIENTAIS

3. ADEQUAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM (alínea e) do nº 3 do artº 9º)

3.1. MEDIDAS EDUCATIVAS A IMPLEMENTAR (assinalar com um X as medidas educativas definidas para o aluno)

a) Apoio Pedagógico Personalizado -----	<input type="checkbox"/>
b) Adequações Curriculares Individuais -----	<input type="checkbox"/>
c) Adequações no Processo de Matrícula -----	<input type="checkbox"/>
d) Adequações no Processo de Avaliação -----	<input type="checkbox"/>
e) Currículo Específico Individual -----	<input type="checkbox"/>
f) Tecnologias de Apoio -----	<input type="checkbox"/>

3.1.1. ESPECIFICAÇÃO DAS MEDIDAS EDUCATIVAS (medidas indicadas no ponto 4.1.)

3.2. OUTRAS INFORMAÇÕES (indicar os serviços não docentes propostos)

<input type="checkbox"/> Serv. Psicologia	<input type="checkbox"/> Terapia da fala	<input type="checkbox"/> Terapia ocupacional	<input type="checkbox"/> Tarefaira	<input type="checkbox"/> Outro(s) (especifique):
---	--	--	------------------------------------	--

3.3. REDUÇÃO DE TURMA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
------------------------------	------------------------------

4. DISCRIMINAÇÃO DOS CONTEÚDOS, DOS OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS A ATINGIR, DAS ESTRATÉGIAS E RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS A UTILIZAR (art.9º, alínea f))

5. NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO (alínea g) do nº 3 do artº 9º)

6. HORÁRIO DO ALUNO (alínea h) do nº 3 do artº 9º)

Horário estabelecido para o aluno, as disciplinas e as modalidades de apoio:

Hora	Dia		SEGUNDA		TERÇA		QUARTA		QUINTA		SEXTA	
		M*		M*		M*		M*		M*		M*

Legenda: (M *) – Modalidade: T – Contexto de Turma; G – Pequeno Grupo; I – Individual

7. RESPONSÁVEIS PELAS RESPOSTAS EDUCATIVAS (alínea i) do nº 3 do artº 9º)

Identificação dos Intervenientes	Funções	Apoio direto (Sim/Não)	Outro (especifique)	Horário
•	•	•	•	•

8. PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO (artº 14º) (Anexar PIT, sempre que exista)

SIM

NÃO

9. AVALIAÇÃO DO PEI

- **Critérios:** a avaliação do PEI será feita com base nos resultados apresentados pelo aluno, relativamente às competências que for adquirindo. Serão realizadas avaliações periódicas, sendo a do final do ano de carácter descritivo.
No final do ano letivo, será elaborado um relatório circunstanciado dos resultados obtidos pelo aluno com a aplicação do PEI; deverá ser explicitada a necessidade de o aluno continuar a beneficiar das medidas de apoio ou propor as necessárias alterações ao PEI.
- **Instrumentos:** deverão ser feitos registos sistemáticos dos progressos do aluno, de acordo com o que for estipulado no currículo; os registos formais serão os relatórios trimestrais e o relatório de final de ano letivo.
- **Intervenientes:** responsáveis pelas respostas educativas.
- **Momentos de avaliação:** trimestralmente.
- **Data de revisão:** na mudança de ciclo ou se houver necessidade de proceder a alterações.

Relatório Circunstanciado de Avaliação Final

DECRETO – LEI Nº 3/2008, DE 7 DE JANEIRO
(Capítulo III, artigo 13º, pontos 2,3 e 4)

ANO LETIVO 2014/2015

1. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

NOME DO(A) ALUNO(A):

DATA NASC.: / / IDADE:

GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

2. AVALIAÇÃO DOS PROGRESSOS DOS ALUNOS POR REFERÊNCIA À CIF-CJ

(Ponto 1 do artº 31º-A da Lei nº21/2008 de 12 de maio)

2.1. Avaliação dos <u>Progressos</u> dos alunos		Melhoria			
		Muito Satisfatória	Pouco Satisfatória	Satisfatória	Retrocesso
• A nível da atividade e participação regista-se	• Nos resultados escolares				
	• No desenvolvimento do potencial biopsicossocial				
• A nível dos fatores ambientais regista-se					
2.1.1. É necessária uma reavaliação do perfil de funcionalidade?		<input type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> NÃO	

3. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS EDUCATIVAS APLICADAS

3.1. MEDIDAS EDUCATIVAS APLICADAS

a) Apoio Pedagógico Personalizado -----	<input type="checkbox"/>
b) Adequações Curriculares Individuais -----	<input type="checkbox"/>
c) Adequações no Processo de Matrícula -----	<input type="checkbox"/>
d) Adequações no Processo de Avaliação -----	<input type="checkbox"/>
e) Currículo Específico Individual -----	<input type="checkbox"/>
f) Tecnologias de Apoio -----	<input type="checkbox"/>

3.1.1. ESPECIFICAÇÃO DAS MEDIDAS EDUCATIVAS EM 3.1. E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

(assinalar com um X apenas as medidas indicadas no ponto 3.1.)

Apoio Pedagógico Personalizado

- a) Reforço das estratégias utilizadas no grupo ou turma aos níveis da organização, do espaço e das atividades
- b) Estímulo e reforço das competências e aptidões envolvidas na aprendizagem;
- c) Antecipação e reforço da aprendizagem de conteúdos lecionados no seio do grupo ou da turma;

Apoio prestado pelo: Profº Titular de Turma

<input type="checkbox"/> d) Reforço e desenvolvimento de competências específicas. <u>Apoio prestado pelo:</u> Prof ^o Educação Especial <u>Atividades desenvolvidas:</u>				
Adequações Curriculares Individuais (Anexo 1) <input type="checkbox"/> <p><u>Áreas Curriculares/Disciplinas:</u></p> <input type="checkbox"/> Introduções de áreas curriculares específicas que não façam parte da estrutura curricular comum, nomeadamente leitura e escrita em braille, orientação e mobilidade; treino de visão e a atividade motora adaptada, entre outras; <input type="checkbox"/> Introdução de objetivos e conteúdos intermédios em função das competências terminais do ciclo ou de curso, das características de aprendizagem e dificuldades específicas dos alunos; <input type="checkbox"/> Dispensas das atividades que se revelem de difícil execução em função da incapacidade do aluno				
Adequações no Processo de Matrícula <input type="checkbox"/> <p> <input type="checkbox"/> Escola fora da sua área de residência; <input type="checkbox"/> Escola de referência; <input type="checkbox"/> Escola com unidade especializada de apoio a alunos com multideficiência ou surdocegueira; <input type="checkbox"/> Adiantamento de matrícula – no 1º ciclo; <input type="checkbox"/> Matrícula por disciplinas no 2º/3º ciclo; <input type="checkbox"/> Matrícula por disciplinas no Ensino secundário; </p>				
Adequações no Processo de Avaliação <input type="checkbox"/> <p> <input type="checkbox"/> Alteração no tipo de provas <input type="checkbox"/> Alteração dos instrumentos de avaliação e certificação <input type="checkbox"/> Alteração das condições de avaliação: <input type="checkbox"/> formas e meios de comunicação; <input type="checkbox"/> periodicidade; <input type="checkbox"/> duração e local. </p>				
Currículo Específico Individual (Anexo 2) <input type="checkbox"/> <p> <input type="checkbox"/> Introdução, substituição e ou eliminação de objetivos e conteúdos, em função do nível de funcionalidade. <input type="checkbox"/> Incluir conteúdos conducentes à autonomia pessoal e social e organização do processo de transição para a vida pós-escolar. </p>				
Tecnologias de Apoio <input type="checkbox"/> (indicar as tecnologias de apoio utilizadas)				
3.2. OUTRAS INFORMAÇÕES (indicar os serviços não docentes que o(a) aluno(a) usufruiu)				
<input type="checkbox"/> Serv. Psicologia	<input type="checkbox"/> Terapia da fala	<input type="checkbox"/> Terapia ocupacional	<input type="checkbox"/> Tarefaira	<input type="checkbox"/> Outro(s) (especifique):
3.2.1. Informação dos técnicos que acompanharam o desenvolvimento do processo educativo do aluno:				
3.3. REDUÇÃO DE TURMA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR				
<input type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> NÃO		

3.4. EFICÁCIA DAS MEDIDAS APLICADAS

3.4.1. Resultados/ Av. Global do Aluno

(avaliação dos resultados obtidos pelo aluno, neste ano letivo, com a aplicação das medidas implementadas)

Disciplinas/área do currículo										
1º Período										
2º Período										
3º Período										
Avaliação das medidas										
OBS:										
Legenda: E - Eficaz; PE – Parcialmente Eficaz; NE – Não Eficaz										

3.4.2. Avaliação Sumativa de Final de ano

(Transita/ Não transita: final de ano não terminal 2º, 3º, 5º, 7º e 8º anos; Aprovado/ Não Aprovado: Final de ciclo 4º, 6º e 9º anos)Secundário

- O(A) aluno(a) transita de ano
- No próximo ano letivo o aluno frequentará o ___º de escolaridade

Obs:

3.5. AVALIAÇÃO DO PEI

- Adequado às necessidades educativas da(o) aluna(o): -----
- Adequado mas com necessidade de algum(s) reajuste(s): -
- Desadequado, pelo que deve ser totalmente revisto: -----

4. ADEQUAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

4.1. O aluno deve continuar a beneficiar de adequações no processo de ensino e de aprendizagem?

SIM

NÃO

4.1.1. Justifique:

4.2. Necessita alterar/acrescentar algumas medidas educativas e /ou alíneas do PEI? Se assinalou SIM, coloque as alterações do próximo ano letivo no ponto 4.3.

Se assinalou NÃO, passe para o ponto (5.)

SIM

NÃO

4.3. Proposta de alteração:

Medidas Educativas	
Artigo 17º (Apoio pedagógico personalizado) -----	<input type="checkbox"/>
Artigo 18º (Adequações curriculares individuais) -----	<input type="checkbox"/>
Artigo 19º (Adequações no processo de matrícula) -----	<input type="checkbox"/>
Artigo 20º (Adequações no processo de avaliação) -----	<input type="checkbox"/>
Artigo 21º (Currículo específico individual) -----	<input type="checkbox"/>
Artigo 22º (Tecnologias de apoio) -----	<input type="checkbox"/>

4.3.1. Especificação das medidas educativas (assinaladas no ponto anterior)

-

7. APROVAÇÃO (Ponto 4 do Artº 13º)	
ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO	CONSELHO PEDAGÓGICO
Assinatura: _____ Data: ____/____/201____	Cargo: <u>Presidente do Conselho Pedagógico</u> Assinatura: _____ Data: ____/____/201____

Ficha de Sinalização para o SPO

ANO LETIVO 2014/2015

1. DADOS PESSOAIS

NOME DO(A) ALUNO(A):

DATA NASC.: / / IDADE: NATURALIDADE:

MORADA: CÓD.POSTAL: LOCALIDADE:

FILIAÇÃO: (pai) E (mãe)

ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO:

CONTATO TELEFÓNICO:

ENDEREÇO E-MAIL:

FREQUENTA A ESCOLA: Escola Secundária Pinheiro e Rosa

GRAU DE ENSINO: Pré-Escolar 1º CEB 2º CEB 3º CEB E. Secundário

GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA: (Titular de Turma)

2. AGREGADO FAMILIAR

2.1. Nº elementos do agregado familiar:

2.2. Constituição do agregado familiar (assinale com um x, e/ou indique o nº):

- Pai - Mãe - Irmãos - Avós - Outros:

Descrição:

2.2. Caracterização dos membros do agregado familiar:

Dados	Pai	Mãe	Enc. Educação	Outros		
Idade						
Estado Civil						
Profissão						

2.3. Informação sobre ambiente familiar:

3. CARACTERIZAÇÃO

3.1. Motivo para o encaminhamento do aluno para o serviço de psicologia:

3.2. Caracterização das competências escolares:

3.3. Foram tomadas medidas para resolver a situação? Quais os resultados obtidos?

3.4. Anos e motivo da retenção:

3.5. As dificuldades de aprendizagem identificadas podem dever-se a:

- Falta de Pré-Requisitos anteriores -----
- Lentidão nas aquisições -----

- Compreensão -----
- Expressão Oral -----
- Expressão Escrita -----
- Comportamento -----
- Outras: -----

Especifique:

3.6. Já esteve integrado na Educação Especial ao abrigo do Dec-Lei n.º 3/2008? Se sim, indique porquê?

4. RESPONSÁVEL PELA SINALIZAÇÃO

NOME:

DOCENTE TÉCNICO OUTRA SITUAÇÃO (especifique)

ASSINATURA: _____ DATA: / /

5. DATAS e ASSINATURAS:

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA (Titular de Turma): _____

ENTREGUE EM: ___/___/201__

O DIRETOR DO AEPRosa: _____

RECEBIDO EM: ___/___/201__

SERVIÇO PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO

ASSINATURA: _____ RECEBIDO EM: ___/___/201__

Autorização

Eu, _____ Encarregado de Educação de _____ autorizo que o meu educando seja _____ pelo Serviço de Psicologia do
Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa.

Faro, ____ de _____ de 201__

Assinatura: _____

APÊNDICE VIII

Modelos de Documentos de Referência Propostos

Referência	Designação do Documento
Mod.EE_002A	Preparação Reunião de Equipa_Básico e Sec.
Mod.EE_004A	Relatório Técnico-Pedagógico_RTP_0
Mod.EE_005B	PIT_Plano Individual de Transição
Mod.EE_006A	Relatório de Avaliação Trimestral_NEE
Mod.EE_006B	Relatório de Avaliação Trimestral_NEE_CEI
Mod.EE_006C	AnexoAPA_Rel. Avaliação Trimestral_1ºCiclo
Mod.EE_006D	AnexoAPA_Rel. Avaliação Trimestral_2º3ºSec
Mod.EE_008	Separadores_Processo individual do aluno

Folha de Registo Individual
Preparação Individual de Reunião de Equipa
 (Versão para os Ensinos Básicos e Secundário)

ANO LETIVO 2014/2015

DATA DA REUNIÃO: / /

Todos os que participarem na reunião recebem uma folha como esta e terão que levá-la preenchida para a reunião. Se alguma questão não estiver clara ou for difícil de avaliar, deixe o espaço em branco e passe para a questão seguinte. Esta folha fica na posse de quem a preencheu.

ALUNO(A):	GRUPO / ANO:	TURMA:	Nº:
-----------	--------------	--------	-----

BREVE DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL:

Avaliação	(Palavras especialmente importantes podem ser sublinhadas)	Observações
Pontos Fortes <input type="checkbox"/> ↑ <input type="checkbox"/> ↓ Pontos Fracos	Aprendizagem geral O aluno consegue estar atento; formular ideias com base em conceitos ou imagens; manusear objetos (lápiz, colher, garfo...); participar em jogos; encontrar soluções e colocá-las em prática; planejar e tomar decisões.	
Pontos Fortes <input type="checkbox"/> ↑ <input type="checkbox"/> ↓ Pontos Fracos	Realização de tarefas O aluno consegue realizar de forma autónoma as atividades propostas; realizar atividades em grupo; assumir responsabilidades; planejar e gerir as tarefas do dia-a-dia; lidar com o stress e a frustração.	
Pontos Fortes <input type="checkbox"/> ↑ <input type="checkbox"/> ↓ Pontos Fracos	Movimento e deslocação O aluno consegue manter e mudar a posição do corpo (deitar, ajoelhar, sentar...); deslocar-se (andar, correr, saltar...); utilizar transportes públicos; imitar, planejar e coordenar movimentos (por exemplo, no desporto); imitar, planejar e coordenar movimentos de motricidade fina (usar o lápis, pegar em moedas; girar um botão, chutar	
Pontos Fortes <input type="checkbox"/> ↑ <input type="checkbox"/> ↓ Pontos Fracos	Autocuidados O aluno consegue realizar atividades de higiene corporal; vestir-se; calçar-se; alimentar-se; evitar situações e substâncias perigosas.	
Pontos Fortes <input type="checkbox"/> ↑ <input type="checkbox"/> ↓ Pontos Fracos	Relacionamento com outras pessoas O aluno consegue mostrar respeito e afeto nos relacionamentos, controlar emoções e agir de acordo com regras e convenções sociais.	

Pontos Fortes <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Pontos Fracos	Vida comunitária e lazer O aluno consegue participar em atividades na comunidade (por exemplo, em grupos sociais locais) e ocupar os seus tempos livres com atividades recreativas ou de lazer.	
Pontos Fortes <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Pontos Fracos	Comunicação e linguagem O aluno consegue compreender e exprimir mensagens verbais e não verbais; construir frases corretas e com vocabulário adequado à sua idade; iniciar, manter e terminar uma conversa; discutir assuntos e utilizar argumentos para defender as suas opiniões.	
Pontos Fortes <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Pontos Fracos	Educação escolar O aluno consegue aprender os conteúdos curriculares e participar nas atividades relacionadas com a escola, incluindo ir à escola regularmente, trabalhar em conjunto com os colegas, seguir as orientações dos professores, estudar.	

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

DATA: / /

ASSINATURA: _____

Relatório Técnico-Pedagógico

DECRETO – LEI Nº 3/2008, DE 7 DE JANEIRO
Capítulo II, artigo 6º

ANO LETIVO 2014/2015

GRAU DE ENSINO: Pré-Escolar 1º CEB 2º CEB 3º CEB E. Secundário

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA: (Titular de Turma)

1. DADOS PESSOAIS

NOME DO(A) ALUNO(A): DATA NASC.: / / IDADE:

ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO:

CONTATO TELEFÓNICO: ENDEREÇO E-MAIL:

1. O ALUNO NÃO CONFIGURA UM QUADRO DE NECESSIDADES EDUCATIVAS QUE JUSTIFIQUE A INTERVENÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1. Fundamentação

2. ENCAMINHAMENTO DO ALUNO PARA APOIOS DISPONIBILIZADOS PELO AGRUPAMENTO

2.1. A resolução da sua problemática deverá ser consubstanciada:

Ao nível do Projeto de Turma, recorrendo a:

- Pedagogia diferenciada
- Atividades de enriquecimento
- Ensino individualizado
- Atividades de compensação
- Aulas de recuperação
- Apoio educativo (1º ciclo)
- Projeto de tutoria (2º/ 3º ciclos)
- Aulas de Apoio Pedagógico Acrescido
- Outro(s) (especifique):.....

Ao nível do encaminhamento para:

- Apoio Psicológico
- Percurso alternativo
- Cursos Vocacionais
- Cursos de Educação e Formação
- Cursos Profissionais
- PCA
- PIEF
- Outro (especifique):
- Outro(s) (especifique):

OBS:

2. DATAS e ASSINATURAS:

Faro,

OS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:

FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
Docente de Educação Especial		
Titular de Turma		
Téc. Serviço do SPO (Psicólogo)		

TOMEI CONHECIMENTO DAS DECISÕES TOMADAS:

Concordo

Discordo

O ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO: _____ DATA: __/__/20__

HOMOLOGAÇÃO PELO DIRETOR DO AGRUPAMENTO (Artº 6º do D.L. nº3/2008)

ASSINATURA: _____ DATA: __/__/201__

Plano Individual de Transição (PIT)

DECRETO – LEI Nº 3/2008 DE 7 DE JANEIRO
Capítulo II, artigo 5º, pontos 1 a 3

ANO LETIVO 2014/2015

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola Secundária Pinheiro e Rosa

GRAU DE ENSINO: Pré-Escolar 1º CEB 2º CEB 3º CEB E. Secundário

GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA: (Titular de Turma)

1. DADOS PESSOAIS

NOME DO(A) ALUNO(A): DATA NASC.: / /

ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO:

CONTATO TELEFÓNICO:

ENDEREÇO E-MAIL:

2. CERTIFICAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

(artigo 14º do Decreto-Lei nº 3/2008 e o nº 3 do art.º 19º do Despacho normativo nº 24-A/2012)

3. OBJETIVO DO PIT

4. MOTIVOS PARA A ELABORAÇÃO DO PIT

5. INFORMAÇÕES GERAIS

5.1. DADOS SOBRE A MOTIVAÇÃO, DESEJOS E CAPACIDADES DA ALUNA

5.2. LEVANTAMENTO DAS EXPETATIVAS DA FAMÍLIA

6. FINALIDADES SUBJACENTES À INSERÇÃO NA VIDA ATIVA

6.1. ESTRATÉGIAS A SEREM APLICADAS NA ESCOLA

--

6.2. MEDIDAS A SEREM APLICADAS NO LOCAL DE ESTÁGIO

--

6.2.1. ESTRATÉGIAS A SEREM APLICADAS NO LOCAL DE ESTÁGIO

--

6.3. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS APLICADAS

--

OBS: Anexo: Grelha de Objetivos Gerais e Estratégias Específicas + ANEXOS

7. PARTICIPANTES NO PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO

A transição deve ser baseada no envolvimento e na cooperação de todas as partes envolvidas.

FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
Docente de Educação Especial		
Diretor de Turma		
Psicólogo		
Encarregado de Educação		
Aluno(a)		

DATA: / /

Grelha de Objetivos Gerais e Estratégias Específicas

Anexo ao Plano Individual de Transição

ANO LETIVO 2014/2015

NOME DO(A) ALUNO(A): ANO: TURMA: Nº: ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

Área Vocacional	Objetivos a Atingir	Tarefas	Estratégias/ Metodologias	Recursos	Avaliação

Relatório Avaliação Trimestral - 1º Período

DECRETO – LEI Nº 3/2008, DE 7 DE JANEIRO
(Capítulo III, artigo 13º, ponto 2)

ANO LETIVO 2014/2015

NOME DO(A) ALUNO(A): GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

1. MEDIDAS EDUCATIVAS APLICADAS (Ponto 5 do artº 13º do DL nº3/2008)

Medidas Educativas	Implementadas no 1.º Período	Implementadas no 2.º Período	Implementadas no 3.º Período
a) Apoio pedagógico personalizado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Adequações curriculares individuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) Adequações no processo de matrícula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) Adequações no processo de avaliação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) Tecnologias de apoio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Nota: no caso de assinalar as medidas: b), ou d) deve preencher o(s) respetivo(s) anexo(s): Mod. EE_005A1_Anexo_ACI (1ºciclo) ou Mod. EE_005A2_Anexo_ACI (2º,3º,Sec); Mod. EE_006C_AnexoAPA (1ºciclo) ou Mod.EE_006D_AnexoAPA (2º,3º,Sec); **Imprimir apenas no 3º Período.**

OBS:

1.1. OUTRAS INFORMAÇÕES (indicar os serviços não docentes que o(a) aluno(a) usufruiu)

<input type="checkbox"/> Serv. Psicologia	<input type="checkbox"/> Terapia da fala	<input type="checkbox"/> Terapia ocupacional	<input type="checkbox"/> Tarefaira	<input type="checkbox"/> Outro(s) (especifique):
---	--	--	------------------------------------	--

OBS:

2. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS EDUCATIVAS

2.1. BREVE SÍNTESE DESCRITIVA (Informação dos professores e/ou técnicos que acompanharam o desenvolvimento do processo educativo do aluno: indicar os progressos alcançados, atividades desenvolvidas, assiduidade, comportamento...)

2.2. EFICÁCIA DAS MEDIDAS APLICADAS

2.2.1. Resultados/ Av. Global do Aluno

(avaliação dos resultados obtidos pelo aluno, com a aplicação das medidas implementadas)

Disciplinas/área do currículo										
1º Período										
2º Período										
3º Período										
Avaliação das medidas										

Legenda: E- Eficaz; PE – Parcialmente Eficaz; NE – Não Eficaz

Obs:

2.1. AVALIAÇÃO DO PEI

2.1.1. EFICÁCIA DAS MEDIDAS APLICADAS

De acordo com os resultados obtidos pelo aluno, com a aplicação das medidas implementadas considera-se que o PEI está:

- Adequado às necessidades educativas da(o) aluna(o)
- Adequado mas com necessidade de algum(s) reajuste(s) (justifique no ponto 3.4.2.)
- Desadequado, pelo que deve ser totalmente revisto (justifique no ponto 3.4.3.)

3.4.1.2. Proposta de Alteração

3.4.1.3. Revisão do PEI

Obs:

3. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO: (Ponto 4 do Artº 13º)

FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
Docente de Educação Especial		
Titular de Turma		

Data: / /

4. TOMADA DE CONHECIMENTO PELO ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO

Nome: Assinatura: _____

Data: ___/___/201___

Relatório Avaliação Trimestral - 1º Período

Alunos com Currículo Específico Individual

DECRETO – LEI Nº 3/2008, DE 7 DE JANEIRO
(Capítulo III, artigo 13º, ponto 2)

ANO LETIVO 2014/2015

NOME DO(A) ALUNO(A): GRUPO / ANO: TURMA: Nº:
ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

1. MEDIDAS EDUCATIVAS APLICADAS

Medidas Educativas	Implementadas no 1.º Período	Implementadas no 2.º Período	Implementadas no 3.º Período
a) Apoio pedagógico personalizado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Adequações curriculares individuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) Adequações no processo de matrícula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) Adequações no processo de avaliação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) Currículo específico individual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f) Tecnologias de apoio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.1. OUTRAS INFORMAÇÕES (indicar os serviços não docentes que o(a) aluno(a) usufruiu)

<input type="checkbox"/> Serv. Psicologia	<input type="checkbox"/> Terapia da fala	<input type="checkbox"/> Terapia ocupacional	<input type="checkbox"/> Tarefaira	<input type="checkbox"/> Outro(s) (especifique):
---	--	--	------------------------------------	--

OBS:

3. AVALIAÇÃO DESCRITIVA (Informação dos professores e/ou técnicos que acompanharam o desenvolvimento do processo educativo do aluno: indicar os progressos alcançados, atividades desenvolvidas, assiduidade, comportamento...)

3.1. SÍNTESE DESCRITIVA (PROFESSORES)

ÁREAS/ DISCIPLINAS	SÍNTESE DESCRITIVA	AVALIAÇÃO ¹	ASSINATURA

3.2. SÍNTESE DESCRITIVA (TÉCNICOS)

ÁREAS/ SERVIÇOS	SÍNTESE DESCRITIVA	ASSINATURA

¹ **Observações:** A presente avaliação é qualitativa – ao abrigo do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro – e contínua. Esta tem em consideração a concretização das competências definidas no Currículo Específico Individual do aluno, os registos de trabalhos, a participação e empenho na realização das atividades, a assiduidade, a pontualidade e o cumprimento das regras. Esta avaliação expressa-se numa menção qualitativa de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente.

3.3. AVALIAÇÃO DO PEI

3.3.1. EFICÁCIA DAS MEDIDAS APLICADAS

De acordo com os resultados obtidos pelo aluno, com a aplicação das medidas implementadas considera-se que o PEI está:

- Adequado às necessidades educativas da(o) aluna(o)
- Adequado mas com necessidade de algum(s) reajuste(s) (justifique no ponto 3.4.2.)
- Desadequado, pelo que deve ser totalmente revisto (justifique no ponto 3.4.3.)

3.4.1.2. Proposta de Alteração

3.4.1.3. Revisão do PEI

Obs:

4. RESPONSÁVEIS PELA COORDENAÇÃO DO RELATÓRIO:

FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
Docente de Educação Especial		
Titular de Turma		
		Data: / /

5. TOMADA DE CONHECIMENTO PELO ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO

Nome: Assinatura: _____

Data: ____/____/201__

Adequações no Processo de Avaliação

Anexo ao Relatório Avaliação Trimestral

ANO LETIVO 2014/2015

NOME DO(A) ALUNO(A):

GRUPO / ANO: TURMA: Nº:

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

ÁREAS CURRICULARES/ DISCIPLINAS ⇄		Português			Matemática			Estudo do Meio		
Especificação das medidas ↴		1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP
Tipo de prova ou instrumento	Testes / fichas / trabalhos de avaliação menos extensos									
	Diferente formulação das questões (escolha múltipla, correspondência, espaços, ...)									
	Testes/fichas de avaliação com menor grau de dificuldade *									
	Diferente cotação das questões									
Formas e meios de comunicação	Baseada essencialmente na expressão escrita									
	Sobrevalorização da expressão oral / gestual									
	Utilização de meios informáticos									
	Não consideração dos erros ortográficos ou de sintaxe na expressão escrita #									
	Transmissão oral / gestual dos testes para melhor apreensão									
Periodicidade	Realização de mais momentos de avaliação formal por período									
Duração	Mais tempo para a execução dos testes/fichas/trab. de avaliação									
	Testes / fichas / trabalhos de avaliação mais curtos									
Local	Realização da avaliação em espaço distinto do da turma									
	Conclusão na aula de Estudo Acompanhado / Apoio / ...									
Rubrica do professor										
OBS:										

LEGENDA: * Aplicável apenas nos casos que também usufruem de adequações curriculares individuais; # Somente em casos de dislexia

O Docente de Educação Especial,

O Professor Titular de turma,

Adequações no Processo de Avaliação

Anexo ao Relatório Avaliação Trimestral

ANO LETIVO 2014/2015

NOME DO(A) ALUNO(A): GRUPO / ANO: TURMA: Nº: ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB1 nº5 de Faro (Vale Carneiros)

ÁREAS CURRICULARES/ DISCIPLINAS ↻																						
Especificação das medidas ⤴		1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP
Tipo de prova ou instrumento	Testes / fichas / trabalhos de avaliação menos extensos																					
	Diferente formulação das questões (escolha múltipla, correspondência, espaços, ...)																					
	Testes/fichas de avaliação com menor grau de dificuldade *																					
	Diferente cotação das questões																					
Formas e meios de comunicação	Baseada essencialmente na expressão escrita																					
	Sobrevalorização da expressão oral / gestual																					
	Utilização de meios informáticos																					
	Não consideração dos erros ortográficos ou de sintaxe na expressão escrita #																					
	Transmissão oral / gestual dos testes para melhor apreensão																					
Períodi- cidade	Realização de mais momentos de avaliação formal por período																					
Duração	Mais tempo para a execução dos testes/fichas/trab. de avaliação																					
	Testes / fichas / trabalhos de avaliação mais curtos																					
Local	Realização da avaliação em espaço distinto do da turma																					
	Conclusão na aula de Estudo Acompanhado / Apoio / ...																					
Rubrica do professor																						
Observações:																						

LEGENDA: * Aplicável apenas nos casos que também usufruem de adequações curriculares individuais; # Somente em casos de dislexia

O Docente de Educação Especial,

O Professor da turma / Diretor de Turma,

EDUCAÇÃO ESPECIAL

ALUNO(A)



NECESSIDADES EDUCATIVAS DECORRENTES DE:	MEDIDAS APLICADAS	OBS
	<u>PEI de</u>	

Processo de Referenciação

Ficha de Referenciação
Roteiro de Avaliação
Relatório Técnico-Pedagógico

Relatórios

Médicos, Terapêuticos e Pedagógicos

PEI

Programa Educativo Individual

ANO LETIVO 2014/2015

Adequações no processo de
avaliação
Relatórios de avaliação
(trimestral e final)

APÊNDICE IX

Planificação da apresentação do projeto no AEPRosa

Fases a desenvolver durante o mês de janeiro/ fevereiro 2015	
1	Reunião com o órgão gestão para apresentação do projeto
2	Reunião com o núcleo de EE
3	Reunião com Diretores de turma e coordenadores dos diferentes estabelecimentos
4	Aprovação do guia e respetivos documentos pelo Conselho Pedagógico
5	Apresentação geral do projeto à comunidade escolar
6	Disponibilização <i>online</i> do projeto

ANEXOS

ANEXO I

E-mail enviado aos docentes do AEPRosa

[Doc - 106] Colaboração no preenchimento de inquérito.

Nelson JP Brito <nbrito@aeprrosa.pt>
Para: Docentes <docentes@aeprrosa.pt>

14 de Julho de 2014 às 22:57

Caros professores e educadores,

Conscientes da importância de continuar a uniformização de procedimentos nas diferentes escolas do agrupamento, aproveitamos a proposta da docente Marília Martins, grupo 910 (Educação Especial), para elaborar um manual de normas e procedimentos que tem por objetivo facilitar a leitura, compreensão e aplicação do Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro.

Nesse sentido, torna-se fundamental conhecer a opinião dos professores e educadores relativamente a este tema, de forma a encontrar as melhores soluções para as suas necessidades. Como se compreende, um maior número de respostas possibilitará uma intervenção mais objetiva. Por conseguinte, solicita-se a dispensa de alguns minutos (menos de dez) no preenchimento do inquérito que se encontra no seguinte *link*: https://docs.google.com/forms/d/1YVohnSbsvFLVoA33-6Vn0y33Se9FeFCPm6vCv6bHp58/viewform?usp=send_form

Em face de diversas condicionantes temporais, no dia 20 de julho termina o prazo para preenchimento do mesmo.

Agradecemos a sua preciosa colaboração,

—



ANEXO II

Modelos de Documentos de Referência da EE em vigor no AEP Rosa



EDUCAÇÃO ESPECIAL MODELOS DE DOCUMENTOS A UTILIZAR NO AGRUPAMENTO

DOCUMENTOS
✓ Ficha de Referenciação
✓ Roteiro de Avaliação
✓ Relatório Técnico Pedagógico - RTP
✓ Programa Educativo Individual- PEI
✓ Adequações Curriculares Individuais
✓ Currículo Específico Individual (CEI) – 1º Ciclo e Avaliação CEI
✓ Currículo Específico Individual (CEI) – 2º - 3º Ciclo e Sec. Avaliação CEI
✓ Critérios de Avaliação Ed. Especial
✓ Registos de Avaliação de alunos com CEI- Descritiva por período
✓ Relatório de Avaliação Final
✓ Adenda ao PEI
✓ Revisão do PEI
✓ Ficha de Sinalização para Serviço de Psicologia e Orientação (SPO)

FICHA DE REFERENCIAÇÃO

DECRETO – LEI Nº 3/2008 DE 7 DE JANEIRO

Capítulo II, artigo 5º, pontos 1 a 3

ANO LETIVO: 20___ / 20___ GRAU DE ENSINO: Pré – Escolar 1º CEB 2º CEB 3º CEB Secundário

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: _____

GRUPO / ANO: _____ TURMA: _____ Nº: _____

O(A) EDUCADOR(A) DE INFÂNCIA / O(A) PROFESSOR(A) TITULAR DE TURMA / O(A) DIRETOR(A) DE TURMA:

1. DADOS PESSOAIS:

NOME DO(A) ALUNO(A): _____ DATA NASC.: ___ / ___ / ___ IDADE: ___ a. ___ m.

NACIONALIDADE: _____ MORADA: _____

FILIAÇÃO: _____ E _____

ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO: _____ CONTATO: _____

2. O(A) RESPONSÁVEL PELA REFERENCIAÇÃO: _____

ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO DOCENTE TÉCNICO OUTRA SITUAÇÃO (especifique) _____

3. MOTIVOS DA REFERENCIAÇÃO

Ao abrigo do artigo 1º, do capítulo I, do Decreto – Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro, são referenciáveis todos os “alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.”

3.1. O(A) ALUNO(A) AQUI REFERENCIADO REVELA:

- dificuldades continuadas ao nível da comunicação -----
- dificuldades continuadas ao nível da aprendizagem -----
- dificuldades continuadas ao nível da mobilidade -----
- dificuldades continuadas ao nível da autonomia -----
- dificuldades continuadas ao nível do relacionamento interpessoal -----
- dificuldades continuadas ao nível da participação social -----
- Outras -----

3.2. DESCRIÇÃO SUCINTA DO(S) PROBLEMA(S) (assinalado(s) em 3.1.; quando necessário, por áreas):

4. ATENDENDO ÀS INFORMAÇÕES ANTERIORES ASSINALE COM X QUAL O DOMÍNIO QUE, NA SUA OPINIÃO, O CASO REFERENCIADO SE PODE ENQUADRAR:

Tipologia – alterações de carácter permanente nas funções do corpo									
Sensoriais		Mentais				Neuromusculo-esqueléticas e relacionadas com o movimento	Voz e fala	Aparelho cardiovascular, sistemas hematológicos e imunológicos e do aparelho respiratório	Aparelho digestivo e sistemas metabólico e endócrino
Visão	Audição	Intelectuais	Linguagem	Emocionais	Psicossociais				

5. O(A) RESPONSÁVEL PELA REFERENCIAÇÃO ENTREGOU OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- 1 - _____
- 2 - _____
- 3 - _____

6. DATAS e ASSINATURAS:

- O(A) RESPONSÁVEL PELA REFERENCIAÇÃO: _____ ENTREGUE EM: ____ / ____ / 20 ____
- A PRESIDENTE DA CAP _____ RECEBIDO EM: ____ / ____ / 20 ____

AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS PINHEIRO E ROSA

Departamento de Educação Especial / Serviços Técnico-Pedagógicos – **ANÁLISE PRELIMINAR**

APÓS TERMOS TOMADO CONHECIMENTO DO TEOR DA PRESENTE FICHA DE REFERENCIAÇÃO E PELA ANÁLISE DOS DADOS FORNECIDOS, FOI DECISÃO UNÂNIME DESTES SERVIÇOS:

- QUE SEJAM APLICADAS AO ALUNO MEDIDAS EDUCATIVAS DISPONIBILIZADAS PELA ESCOLA, NOMEADAMENTE NO ÂMBITO DO PCT (PROJECTO CURRICULAR DE TURMA). -----

Especificar: _____

- QUE SE SOLICITEM OUTRAS ENTIDADES/SERVIÇOS, DOCUMENTOS E/OU OUTRAS INFORMAÇÕES QUE AJUDEM A UMA ANÁLISE MAIS CORRECTA E OBJECTIVA. -----

Especificar: _____

- QUE SE ENCAMINHE O CASO PARA UMA AVALIAÇÃO ESPECIALIZADA, EM REFERÊNCIA À CIF-CJ, A REALIZAR PELO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, EM CONJUNTO COM OS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO. --

Faro, ____ de _____ de 20 ____

Departamento de Educação Especial: _____

Serviço de Psicologia: _____

Planificação do Processo de Avaliação

(Recolha de informação por referência à CIF)

Roteiro de Avaliação

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome:

Data de nascimento:

Idade:

Ano de Escolaridade:

Escola:

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO DO/A ALUNO/A

1ª FASE - INFORMAÇÃO QUE É NECESSÁRIO RECOLHER

	Sim	Não
↳ Ao nível das funções do corpo		
↳ Ao nível da atividade e participação		
↳ Ao nível dos fatores ambientais		
↳ Ao nível de outros fatores contextuais (incluindo factores pessoais)		

EQUIPA PLURIDISCIPLINAR

Nome	Função/Serviço a que pertence
	Prof. de Educação Especial Téc. do Serviço de Psicologia Educad. / Prof. / Direct. do Grupo / Turma Encarreg. de Educação

Componente: Actividade e Participação	Capítulos	Categorias						
		Código	Descrição	Info. existente	Info. a recolher	Fonte de informação	Instrumentos a usar	Profissional responsável

Componente: Factores Ambientais	Capítulos	Categorias						
		Código	Descrição	Info. existente	Info. a recolher	Fonte de informação	Instrumentos a usar	Profissional responsável
Factores contextuais/pessoais				Fonte de informação				

2. Checklist

Funções do Corpo

Nota: Assinale com uma cruz (X) à frente de cada categoria o valor que considera mais adequado à situação, de acordo com os seguintes qualificadores:

0- Nenhuma deficiência; 1- Deficiência ligeira; 2- Deficiência moderada; 3 - Deficiência grave; 4- Deficiência completa; 8- Não especificada¹; 9- Não aplicável²

Qualificadores	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 1 - Funções mentais							
(Funções Mentais Globais)							
b110 Funções da consciência							
b114 Funções da orientação no espaço e no tempo							
b117 Funções intelectuais							
b122 Funções psicossociais globais							
b125 Funções intrapessoais							
b126 Funções do temperamento e da personalidade							
b134 Funções do sono							
(Funções mentais específicas)							
b140 Funções da atenção							
b144 Funções da memória							
b147 Funções psicomotoras							
b152 Funções emocionais							
b156 Funções da percepção							
b160 Funções do pensamento							
b163 Funções cognitivas básicas							
b164 Funções cognitivas de nível superior							
b167 Funções mentais da linguagem							
b172 Funções do cálculo							
Capítulo 2 - Funções sensoriais e dor							
b210 Funções da visão							
b215 Funções dos anexos do olho							
b230 Funções auditivas							
b235 Funções vestibulares							
b250 Função gustativa							
b255 Funções olfactiva							
b260 Função proprioceptiva							
b265 Função táctil							
b280 Sensação de dor							
Capítulo 3 - Funções da voz e da fala							
b310 Funções da voz							
b320 Funções de articulação							
b330 Funções da fluência e do ritmo da fala							

¹ Este qualificador deve ser utilizado sempre que não houver informação suficiente para especificar a gravidade da deficiência.

² Este qualificador deve ser utilizado nas situações em que seja inadequado aplicar um código específico.

Capítulo 4 - Funções do aparelho cardiovascular, dos sistemas hematológico e imunológico e do aparelho respiratório							
b410 Funções cardíacas							
b420 Funções da pressão arterial							
b429 Funções cardiovasculares, não especificadas							
b430 Funções do sistema hematológico							
b435 Funções do sistema imunológico							
b440 Funções da respiração							
Capítulo 5 - Funções do aparelho digestivo e dos sistemas metabólicos e endócrino							
b515 Funções digestivas							
b525 Funções de defecção							
b530 Funções de manutenção do peso							
b555 Funções das glândulas endócrinas							
Capítulo 6 - Funções genitourinárias e reprodutivas							
b620 Funções miccionais							
Capítulo 7 - Funções neuromusculoesqueléticas e funções relacionadas com o movimento							
b710 Funções relacionadas com a mobilidade das articulações							
b715 Estabilidade das funções das articulações							
b730 Funções relacionadas com a força muscular							
b735 Funções relacionadas com o tónus muscular							
b740 Funções relacionadas com a resistência muscular							
b750 Funções relacionadas com reflexos motores							
b755 Funções relacionadas com reacções motoras involuntárias							
b760 Funções relacionadas com o controlo do mov. voluntário							
b765 Funções relacionadas com o controlo do mov. involuntário							
b770 Funções relacionadas com o padrão de marcha							
b780 Funções relacionadas com os músculos e funções do mov.							

Actividade e participação

Nota: Assinale com uma cruz (X) à frente de cada categoria o valor que considera mais adequado à situação, de acordo com os seguintes qualificadores:
0- Nenhuma dificuldade; 1- Dificuldade ligeira; 2- Dificuldade moderada; 3 - Dificuldade grave; 4- Dificuldade completa; 8- Não especificada³; 9- Não aplicável⁴

Qualificadores	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 1 - Aprendizagem e aplicação de conhecimentos							
d110 Observar							
d115 Ouvir							
d130 Imitar							
d131 Aprendizagem através de acções/manipulação de objectos							
d132 Aquisição da informação							
d133 Aquisição da linguagem							

³ Este qualificador deve ser utilizado sempre que não houver informação suficiente para especificar a gravidade da deficiência.

⁴ Este qualificador deve ser utilizado nas situações em que seja inadequado aplicar um código específico.

d134	Desenvolvimento da linguagem								
d137	Aquisição de conceitos								
d140	Aprender a ler								
d145	Aprender a escrever								
d150	Aprender a calcular								
d155	Adquirir competências								
d160	Concentrar a atenção								
d161	Direccionar a atenção								
d163	Pensar								
d166	Ler								
d170	Escrever								
d172	Calcular								
d175	Resolver problemas								
d1751	Resolver problemas complexos								
d177	Tomar decisões								
Capítulo 2 - Tarefas e exigências gerais									
d210	Levar a cabo uma tarefa única								
d220	Levar a cabo tarefas múltiplas								
d230	Levar a cabo a rotina diária								
d250	Controlar o seu próprio comportamento								
Capítulo 3 - Comunicação									
d310	Comunicar e receber mensagens orais								
d315	Comunicar e receber mensagens não verbais								
d325	Comunicar e receber mensagens escritas								
d330	Falar								
d331	Pré-conversação								
d132	Cantar								
d335	Produzir mensagens não verbais								
d340	Produzir mensagens na linguagem formal dos sinais								
d345	Escrever mensagens								
d350	Conversação								
d355	Discussão								
d360	Utilização de dispositivos e de técnicas de comunicação								
Capítulo 4 - Mobilidade									
d410	Mudar as posições básicas do corpo								
d415	Manter a posição do corpo								
d420	Auto-transferências								
d430	Levantar e transportar objectos								
d435	Mover objectos com os membros inferiores								
d440	Actividades de motricidade fina da mão								
d445	Utilização da mão e do braço								
d450	Andar								
d455	Deslocar-se								
Capítulo 5 - Auto-cuidados									
d510	Lavar-se								
d520	Cuidar de partes do corpo								
d530	Higiene pessoal relacionada com as excreções								
d540	Vestir-se								

d550 Comer									
d560 Beber									
d571 Cuidar da sua própria auto-segurança									
Capítulo 6 - Vida doméstica									
d620 Adquirir bens e serviços									
d630 Preparar refeições									
d640 Realizar o trabalho doméstico									
d650 Cuidar dos objectos domésticos									
Capítulo 7 - Interações e relacionamentos interpessoais									
d710 Interações interpessoais básicas									
d720 Interações interpessoais complexas									
d730 Relacionamento com estranhos									
d740 Relacionamento formal									
d750 Relacionamentos sociais informais									
Capítulo 8 - Áreas principais da vida									
d815 Educação pré-escolar									
d816 Vida pré-escolar e actividades relacionadas									
d820 Educação escolar									
d825 Formação profissional									
d816 Vida escolar e actividades relacionadas									
d880 Envolvimento nas brincadeiras									
Capítulo 9 - Vida comunitária, social e cívica									
d910 Vida comunitária									
d920 Recreação e lazer									

Factores ambientais

Nota: Podem ser tidas em consideração todas as categorias ou apenas aquelas que se considerem mais pertinentes em função da condição específica da criança/jovem. As diferentes categorias podem ser consideradas enquanto barreiras ou facilitadores. Assinale, para cada categoria, com (.) se a está a considerar como uma barreira, ou com o sinal (+) se a está a considerar como facilitador. Assinale com uma cruz (X) à frente de cada categoria o valor que considera mais adequado à situação, de acordo com os seguintes qualificadores: 0- Nenhum facilitador/barreira; 1- Facilitador/barreira ligeiro; 2- Facilitador/barreira moderado; 3 - Facilitador substancial/barreira grave; 4- Facilitador/barreira completo; 8- Não especificada⁵; 9- Não aplicável⁶

Qualificadores	Barreira ou facilitador	0	1	2	3	4	8	9
Capítulo 1 - Produtos e Tecnologia								
e110 Para consumo pessoal (alimentos, medicamentos)								
e115 Para uso pessoal na vida diária								
e120 Para facilitar a mobilidade e o transporte pessoal								

⁵ Este qualificador deve ser utilizado sempre que não houver informação suficiente para especificar a gravidade da deficiência.

⁶ Este qualificador deve ser utilizado nas situações em que seja inadequado aplicar um código específico.

e125 Para a comunicação									
e130 Para a educação									
e135 Para o trabalho									
e140 Para a cultura, a recreação e o desporto									
e150 Arquitectura, construção e acabamentos de prédios de utilização pública									
e155 Arquitectura, construção e acabamentos de prédios para uso privado									
Capítulo 2 - Ambiente natural e mudanças ambientais feitas pelo Homem									
e225 Clima									
e240 Luz									
e250 Som									
Capítulo 3 - Apoio e relacionamentos									
e310 Família próxima									
e320 Amigos									
e325 Conhecidos, pares, colegas, vizinhos e membros da comunidade									
e330 Pessoas em posição de autoridade									
e340 Prestadores de cuidados pessoais e assistentes pessoais									
e360 Outros profissionais									
Capítulo 4 - Atitudes									
e410 Atitudes individuais dos membros da família próxima									
e420 Atitudes individuais dos amigos									
e425 Atitudes individuais de conhecidos, pares, colegas e membros da comunidade									
e440 Atitudes individuais de prestadores de cuidados pessoais e assistentes pessoais									
e450 Atitudes individuais de profissionais de saúde									
e465 Normas, práticas e ideologias sociais									
Capítulo 5 - Serviços, sistemas e políticas									
e515 Relacionados com a arquitectura e a construção									
e540 Relacionados com os transportes									
e570 Relacionados com a segurança social									
e575 Relacionados com o apoio social geral									
e580 Relacionados com a saúde									
e590 Relacionados com o trabalho e o emprego									
e595 Relacionados com o sistema político									

FACTORES CONTEXTUAIS/PESSOAIS									

TOMADAS DE DECISÃO									
---------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Necessidade de Educação Especial (assinale com uma cruz)

a) Não se confirma a necessidade de uma intervenção especializada de Educação Especial

b) Confirma-se a necessidade de uma intervenção especializada de Educação Especial

Se assinalou a opção **b)** assinale com uma cruz a categoria de NEE, tendo em consideração a limitação mais acentuada ao nível do seu funcionamento nos diferentes domínios.

Tipologia – alterações de carácter permanente nas funções do corpo

Sensoriais		Mentais				Neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o movimento	Voz e fala	Aparelho cardiovascular, sistemas hematológicos e imunológicos e do aparelho respiratório	Aparelho digestivo e sistemas metabólico e endócrino
Visão	Audição	Intelectuais	Linguagem	Emocionais	Psicossociais				

Assinaturas dos intervenientes:

Prof. de Educação Especial	
Téc. do Serviço de Psicologia	
Educad. / Prof. / Direct. do Grupo / Turma	
Encarreg. de Educação	

Data: ____/____/____

RELATÓRIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

ARTIGO 5º DO DECRETO – LEI Nº 3/2008 DE 7 DE JANEIRO

ANO LETIVO: - ----/----/-----

GRAU DE ENSINO: Pré – Escolar - 1º CEB - 2º CEB - 3º CEB - Secundário-

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: ANO: TURMA: N:

1 - DADOS PESSOAIS

NOME DO(A) ALUNO(A): DATA NASC: IDADE:
NACIONALIDADE: MORADA:
FILIAÇÃO: E
ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO CONTATO:

2 – RAZÕES QUE DETERMINAM AS NECESSIDADES EDUCATIVAS:

3 – TIPOLOGIA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAL

Tipologia – alterações de carácter permanente nas funções do corpo

Sensoriais		Mentais				Neuromusculo- Esqueléticas e relacionadas com o movimento	Voz e fala	Aparelho cardiovascular, sistemas hematológicos e imunológicos e do aparelho respiratório	Aparelho digestivo e sistemas metabólico e endócrino
Visão	Audição	Intelectuais	Linguagem	Emocionais	Psicossociais				

4 – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

FUNÇÕES DO CORPO
ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO
FATORES AMBIENTAIS

5 – TOMADA DE DECISÃO				
<p>JUSTIFICA-SE A INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL?</p> <p style="text-align: center;">SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/></p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>Determinação dos Apoios Especializados, Adequações do Processo Ensino/Aprendizagem e Tecnologias de Apoio.</p> </td> <td style="width: 50%; border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>Encaminhamento para os Apoios disponibilizados pela Escola.</p> </td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 50px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 50px;"></td> </tr> </table>	<p>Determinação dos Apoios Especializados, Adequações do Processo Ensino/Aprendizagem e Tecnologias de Apoio.</p>	<p>Encaminhamento para os Apoios disponibilizados pela Escola.</p>		
<p>Determinação dos Apoios Especializados, Adequações do Processo Ensino/Aprendizagem e Tecnologias de Apoio.</p>	<p>Encaminhamento para os Apoios disponibilizados pela Escola.</p>			
OBSERVAÇÕES:				

6 - DATAS e ASSINATURAS:
<p>Faro , de de</p> <p>➤ OS(AS) RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 DIREÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
 DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA REGIÃO DO ALGARVE

ANO LETIVO: 201__ / 201__

NOME: _____

GRAU DE ENSINO: 2º CEB - 3º CEB - Secundário-

ANO: _____

TURMA: _____

Currículo Específico Individual
 Ano Letivo 201 --/201 --

Área/ Disciplina Docentes/ Responsáveis	Desenvolvimento Pessoal, Social e Laboral		Académica	
	Atividades da Vida Diária	Socialização	Português	Matemática
xxxx (Docente de Educação Especial)				
mmm (Psicólogo Educacional)				

Currículo Específico Individual		Ano Letivo 201__ /201__		
Aluno: Ano : ____		Turma : ____		
Desenvolvimento, Pessoal e Laboral				
Áreas Especificações	Competências	1.º Período	2.º Período	3.º Período
Atividades da vida Diária				
Socialização				
Académica				
Língua Portuguesa				
Matemática				
Assiduidade /Pontualidade				
Assiduidade				
Pontualidade				

MB – Muito Bom

B – Bom

S – Suficiente

I - Insuficiente

Faro, ____ de _____, de 20__

(Docente de Educação Especial)

(Psicólogo Educacional)

PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL

Decreto-Lei nº3/2008, de 7 de Janeiro.

Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (OMS, 2001).

ANO LETIVO: 20__ - 20__	
GRAU DE ENSINO: Pré – Escolar - <input type="checkbox"/> 1º CEB - <input type="checkbox"/> 2º CEB - <input type="checkbox"/> 3º CEB - <input type="checkbox"/> Secundário- <input type="checkbox"/>	
ESTABELECIMENTO DE ENSINO: _____ GRUPO/ANO: _____ TURMA: _____ Nº: _____	

APROVAÇÃO PELO CONSELHO PEDAGÓGICO (Artº 10º do D.L. nº 3/2008)
Cargo: Presidente do Conselho Pedagógico
Assinatura: _____
Data: __ / __ / 20 __

HOMOLOGAÇÃO PELA PRESIDENTE DA CAP (Artº 10º do D.L. nº 3/2008)
Cargo: Presidente
Assinatura: _____
Data: __ / __ / 20 __

1 – IDENTIFICAÇÃO (alínea a) do nº 3 do artº 9º do D.L. nº3/2008)
NOME DO(A) ALUNO(A): _____ DATA NASC.: __ / __ / ____ IDADE: __ a. __ m.
NACIONALIDADE: _____
NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DECORRENTES DE: _____
DATA DE REFERENCIAÇÃO: __ / __ / 20 __
FILIAÇÃO: _____ E _____
MORADA: _____ LOCALIDADE: _____
CÓDIGO POSTAL: _____ CONTACTOS: _____ / _____ E-MAIL: _____
ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO: _____

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA / DIRECTOR DE TURMA: _____
DOCENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: _____

2 – RESUMO DA HISTÓRIA ESCOLAR E OUTROS ASPECTOS RELEVANTES (alínea b) do nº 3 do art.º 9º do D.L. nº3/2008)

Resumo da História Escolar (Data da primeira matrícula no pré-escolar, no 1º ciclo; retenções; apoios fora do âmbito da Educação Especial; inserção no DL 319/91 e alíneas aplicadas; ...)

Outros Antecedentes Relevantes (Agregado Familiar; contexto socioeconómico; aspectos clínicos; acompanhamento terapêutico:...)

3 – PERFIL DE FUNCIONALIDADE DO ALUNO POR REFERÊNCIA À CIF– CJ (alíneas c) e d) do nº 3 do artº 9º do D.L. nº3/2008)

Síntese do Perfil de Funcionalidade

4 – ADEQUAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO / APRENDIZAGEM – MEDIDAS EDUCATIVAS

(alínea e) do nº 3 do artº 9º do D.L. nº3/2008)

a) Apoio Pedagógico Personalizado

b) Adequações Curriculares

c) Adequações no Processo de Matrícula

d) Adequações no Processo de Avaliação

e) Currículo Específico Individual

f) Tecnologias de apoio

5 - DISCRIMINAÇÃO DOS CONTEÚDOS, DOS OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS A ATINGIR, DAS ESTRATÉGIAS E RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS A UTILIZAR (art.9º, alínea f) – D.L. nº3/08

--

6 – NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO (alínea g) do nº 3 do artº 9º do D.L. nº3/2008)

--

7 – HORÁRIO DO ALUNO (alínea h) do nº 3 do artº 9º do D.L. nº3/2008)

--

8 – RESPONSÁVEIS PELAS RESPOSTAS EDUCATIVAS (alínea i) do nº 3 do artº 9º do D.L. nº3/2008)

Identificação dos Intervenientes		Tipo de Intervenção	
Identificação	Funções	Intervenção Directa	Consultoria Aconselhamento

9- PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO (Artº 14º, Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro)

--

10 – IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PEI

11 – ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO

PEI elaborado por:

FUNÇÕES

ASSINATURA

Coordenação do PEI

- Educador(a) Infância
- Professor(a) titular de turma (1º ciclo)
- Director(a) de Turma (2º/3º ciclos)

NOME

ASSINATURA

ANUÊNCIA DO(A) ENCARREGADO(A) DE EDUCAÇÃO

Concordo com as Medidas Educativas definidas.

Assinatura: _____

Data: ____ / ____ / 20 ____

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Alunos ao abrigo do decreto-lei 3/2008 de 7 janeiro, artigo 21º

Os alunos ao abrigo do Decreto-lei 3/2008 de 7 de Janeiro e que beneficiam da alínea e) Currículo Específico Individual, são sujeitos a uma avaliação de acordo com o definido nos seus PEI (Programas Educativos Individuais). Tem em consideração a concretização das competências definidas no Currículo Específico Individual do aluno, os registos de trabalhos, a participação e empenho na realização das actividades, a assiduidade, a pontualidade e o cumprimento das regras.
Esta avaliação expressa-se numa menção qualitativa de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente e acompanhada de uma síntese descritiva sobre a evolução, ou não, do aluno conforme a legislação em vigor, Despacho normativo nº 24-A/2012, no ponto 10 do artigo 8º

Alunos ao abrigo do decreto-lei 3/2008 de 7 janeiro, artigo 17º,18º,19º,20º,22º

Todos os alunos que beneficiem das restantes medidas do referido decreto-lei são avaliados de acordo com os critérios de avaliação aplicados na escola.

REGISTO DE AVALIAÇÃO - ----º CICLO

ALUNOS COM CURRÍCULO ESPECÍFICO INDIVIDUAL

Nome: _____

Nº: _____ Turma: _____ Ano: _____ ---º Período

ÁREAS / DISCIPLINAS	SÍNTESE DESCRITIVA	Avaliação ¹
Educação Especial		
ET/		

Observações:

1 - A presente avaliação é qualitativa – ao abrigo do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro – e contínua. Esta tem em consideração a concretização das competências definidas no Currículo Específico Individual do aluno, os registos de trabalhos, a participação e empenho na realização das atividades, a assiduidade, a pontualidade e o cumprimento das regras.

Esta avaliação expressa-se numa menção qualitativa de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente.

O (A) Diretor(a) de Turma

O(A) Encarregado(a) de Educação

____/____/20__

____/____/20__

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DIREÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA REGIÃO DO ALGARVE

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL

ALUNOS COM NEEcp

(Ponto 3 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro)

Ano Letivo de 201 /201

1. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome:

Data de nascimento:

Idade:

Ano de Escolaridade/Turma:

Escola:

2. Avaliação Biopsicossocial:

(Ponto 1 do artigo 31º-A da Lei nº 21/2008)

3. Avaliação das Medidas Educativas Aplicadas:

(Ponto 5 do Art.º13.º do Dec-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro)

3.1. Medidas Aplicadas e Atividades Desenvolvidas

Ao longo do ano letivo a medida preconizada no seu Programa Educativo Individual foi a seguinte:

4. O aluno deve continuar com adequações no processo de ensino e de aprendizagem? (Ponto 5 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 3/2008)

SIM

NÃO

4.1. Justificação/ Eficácia das Medidas Aplicadas:

5. Proposta de alterações necessárias ao Programa Educativo Individual e/ou ao Plano Individual de Transição. (Ponto 5 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 3/2008)

6. Observações

7. Responsáveis pela elaboração do relatório (Ponto 4 do artigo 13º do Dec.Lei nº3/2008)	
Diretor(a) de Turma	
Docente de Educação Especial	
Psicólogo Educacional	
Data / / 2013	

8. Aprovação (Ponto 4 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 3/2008)	
Encarregado(a) de Educação: _____	Conselho Pedagógico:
Data: ____/____/____	Cargo: _____
	Assinatura: _____
	Data: ____/____/____

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DIREÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA REGIÃO DO ALGARVE

ADENDA AO PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL

Decreto-Lei nº3/2008, de 7 de Janeiro.

ANO LECTIVO: 20__ - 20__

GRAU DE ENSINO: Pré – Escolar - 1º CEB - 2º CEB - 3º CEB - Secundário-

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: _____ GRUPO/ANO: _____ TURMA: _____ Nº: _____

APROVAÇÃO PELO CONSELHO PEDAGÓGICO
(Artº 10º do D.L. nº 3/2008)

Cargo: Presidente do Conselho Pedagógico

Assinatura: _____

Data: ___ / ___ / 20__

HOMOLOGAÇÃO PELA PRESIDENTE DA CAP
(Artº 10º do D.L. nº 3/2008)

Cargo: Presidente

Assinatura: _____

Data: ___ / ___ / 20__

- IDENTIFICAÇÃO (alínea a) do nº 3 do artº 9º do D.L. nº3/2008)

NOME DO(A) ALUNO(A): _____ DATA NASC.: ___ / ___ / _____

NACIONALIDADE: _____

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DECORRENTES DE: _____

DATA DE REFERENCIAÇÃO: ___ / ___ / 20__

FILIAÇÃO: _____ E _____

MORADA: _____ LOCALIDADE: _____

CÓDIGO POSTAL: _____ CONTACTOS: _____ / _____ E-MAIL: _____

ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO: _____

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA / DIRETOR DE TURMA: _____

DOCENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: _____

- De acordo com o Programa Educativo do(a) aluno(a), registam-se as seguintes alterações:

1) História escolar e pessoal _____

2) Perfil de funcionalidade _____

3) Adequações no processo de ensino aprendizagem _____

Medidas educativas a implementar

a) Apoio Pedagógico Personalizado _____

b) Adequações Curriculares Individuais _____

c) Adequações no Processo de Matrícula _____

d) Adequações no Processo de Avaliação _____

e) Currículo Especifico Individual _____

f) Tecnologias de apoio _____

4) Outras Informações _____

(horários, terapias; ...)

5) Responsáveis pela resposta educativa _____

Plano Individual de Transição (PIT) _____

• Anexos:

Adequações Curriculares Individuais _____

• Adequações no processo de avaliação _____

Objectivos do docente de Educação Especial _____

Explicita as alterações e justifique.

Início da Implementação e avaliação do PEI

Data do início: ___ / ___ / 2013

Avaliação do PEI

Critérios	Instrumentos	Intervenientes	Momentos de avaliação	Data de revisão

Transição de ciclo

Elaboração e Coordenação

PEI elaborado por:

FUNÇÕES

ASSINATURA

Coordenação:

- Educador(a) Infância
- Professor(a) titular de turma (1º ciclo)
- Director(a) de Turma (2º/3º ciclos)

NOME

ASSINATURA

ANUÊNCIA DO(A) ENCARREGADO(A) DE EDUCAÇÃO

Concordo com as Medidas Educativas definidas.

Assinatura: _____

Data: ____ / ____ / 20____

(Ponto 1 do Artigo 13.º do Decreto-Lei nº 3/2008, de sete de Janeiro)

ANO LETIVO: 20____ - 20____	
GRAU DE ENSINO: Pré – Escolar - <input type="checkbox"/> 1º CEB - <input type="checkbox"/> 2º CEB - <input type="checkbox"/> 3º CEB - <input type="checkbox"/> Secundário- <input type="checkbox"/>	
ESTABELECIMENTO DE ENSINO: _____ GRUPO/ANO: _____ TURMA: _____ Nº: _____	

APROVAÇÃO PELO CONSELHO PEDAGÓGICO (Artº 10º do D.L. nº 3/2008)
Cargo: Presidente do Conselho Pedagógico
Assinatura: _____
Data: ___ / ___ / 20 ___

HOMOLOGAÇÃO PELA PRESIDENTE DA CAP (Artº 10º do D.L. nº 3/2008)
Cargo: Presidente
Assinatura: _____
Data: ___ / ___ / 20 ___

1 – IDENTIFICAÇÃO (alínea a) do nº 3 do artº 9º do D.L. nº3/2008)
NOME DO(A) ALUNO(A): _____ DATA NASC.: ___ / ___ / ____ .
NACIONALIDADE: _____
NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DECORRENTES DE: _____
DATA DE REFERENCIAÇÃO: ___ / ___ / 20 ___
FILIAÇÃO: _____ E _____
MORADA: _____ LOCALIDADE: _____
CÓDIGO POSTAL: _____ CONTACTOS: _____ / _____ E-MAIL: _____
ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO: _____

DOCENTE RESPONSÁVEL PELO GRUPO/TURMA / DIRECTOR DE TURMA: _____
DOCENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: _____

2. MOTIVO DA REVISÃO DO PEI datado de -----/----/-----

Mudança para o ___º Ciclo (Ponto 1 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 3/2008).

Alteração de medidas educativas.

Alteração do Perfil de Funcionalidade.

3. Proposta de alterações necessárias ao Programa Educativo Individual e/ou ao Plano Individual de Transição.

(de acordo com o registado no Relatório de Avaliação Final – Ponto 5 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 3/2008)

Medidas Educativas Aplicadas

Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de sete de Janeiro:

- a) Apoio Pedagógico Personalizado;
- b) Adequações Curriculares;
- c) Adequações no Processo da matrícula;
- d) Adequações no Processo de Avaliação.

Alteração das Medidas Educativas

Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de sete de Janeiro:

Reforço das medidas educativas pela integração do aluno numa turma reduzida.

4. Participantes na elaboração desta revisão:

Professor Titular de Turma

Docente de Educação Especial

Psicólogo

Terapeuta da Fala

Data: ____ - ____ - ____

5. Previsão da validade desta revisão:

Final do 1.º Ciclo ou a qualquer momento se justificável (Pontos 1 e 5 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 3/2008).

6. Observações:

ANUÊNCIA DO(A) ENCARREGADO(A) DE EDUCAÇÃO

Ficha de Sinalização para o SPO

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1) Nome do Aluno:

1.2) Data de Nascimento: ____ / ____ / ____ Idade: _____

1.3) Naturalidade: _____

1.4) Morada:

Concelho: _____ Distrito: _____ Telefone: _____

1.5) Frequenta a escola : _____

1.5.1) Está matriculado no: _____ ano; Turma: _____; com o n.º _____

1.5) Nome da mãe: _____ Idade: _____

1.6) Nome do pai: _____ Idade: _____

1.7) Nome do Encarregado de Educação: _____

2. AGREGADO FAMILIAR

2.1) Constituição do agregado familiar (coloque um X)

2.1.1) Pai _____

2.1.2) Mãe _____

2.1.3) Irmãos _____

2.1.4) Avós _____

2.1.5) Outros _____ Descrição: _____

2.2) Caracterização dos membros do agregado:

	Pai	Mãe	Enc. educação	Outros		
Idade						
Estado Civil						
Profissão						

2.3) Informação sobre ambiente familiar:

3. CARACTERIZAÇÃO:

3.1) Motivo para o encaminhamento do aluno para o serviço de psicologia:

3.2) Caracterização das competências escolares:

3.3) Foram tomadas medidas para resolver a situação? Quais os resultados obtidos?

3.4) Anos e motivo da retenção:

3.5) As dificuldades de aprendizagem identificadas podem dever-se a:

3.5.1) Falta de Pré-Requisitos anteriores

3.5.2) Lentidão nas aquisições

3.5.3) Compreensão

3.5.4) Expressão Oral

3.5.5) Expressão Escrita

3.5.6) Comportamento

3.5.7) Outras: _____

3.6) Já esteve integrado na Educação Especial ao abrigo do Dec.-Lei n.º 319/91? Se sim, indique porquê?

Data: _____

Assinatura do Professor/ Director de Turma:

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ Encarregado de Educação de
_____ autorizo que o meu educando seja
acompanhado pelo Serviço de Psicologia do Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa

Faro, _____ de _____ de 20__.

O Encarregado de Educação,

|

ANEXO III

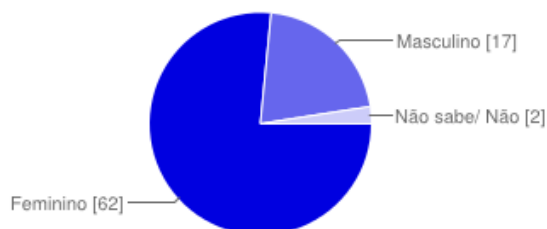
Base de dados (Respostas Docentes do Ensino Regular)

Resumo Dados do Inquérito por questionário

Docentes do Ensino Regular

A- DADOS BIOGRÁFICOS

1. Género



Feminino	62	77%
Masculino	17	21%
Não sabe/ Não responde	2	2%

2. Idade

20-25	0	0%
26-30	0	0%
31-35	1	1%
36-40	15	19%
41-45	14	17%
> que 45 anos	49	60%
Não sabe/ Não responde	2	2%

3. Habilitações literárias

Bacharelato	1	1%
Licenciatura	53	65%
Pós-graduação	13	16%
Mestrado	13	16%
Doutoramento	0	0%
Não sabe/ Não responde	1	1%

4. Qual o nível de ensino a que pertence?

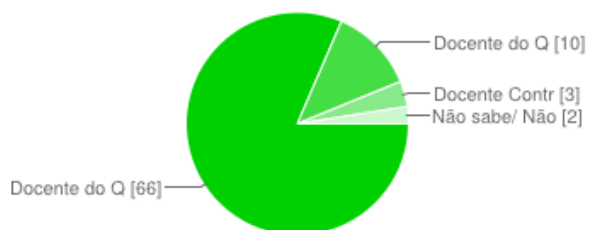
Pré-Escolar	3	4%
1º Ciclo	16	20%
1º Ciclo/ 2º Ciclo	17	21%
3º Ciclo/ Secundário	43	53%
Não sabe/ Não responde	2	2%

5. Refira o seu grupo de recrutamento:

330 - Inglês
 330- Inglês/ Alemão
 230 - Matematica e CN
 330
 530
 620 - Educação Física
 350-Espanhol
 110-1º ciclo
 550 - Informática
 300 - Português
 200
 520 - biologia e geologia
 110 Educação Pré Escolar
 400
 520 - Biologia e Geologia
 110- 1º Ciclo
 000 Psicólogo
 510
 620
 110 - 1º Ciclo
 100
 410 - Filosofia
 110 - 1º ciclo
 910
 110 - 1ciclo
 110 -1º ciclo
 300 - português
 240 - EVT
 620 - Ed Física
 520
 420
 110
 520-biologia e geologia
 300-português
 300- Português
 230 - Mat. CNat
 510 - Física e química
 Educação Física 620
 200 - Português_História

110 - 1º ciclo
 300
 330- Inglês- Alemão
 230
 500
 220- Português-Inglês
 220 - Port, e Inglês
 300-português/Francês
 220 - Português e Inglês (2.º Ciclo)
 620 - Ed. Física
 260 - Educação Física
 100-Educação Pré-Escolar
 Psicólogo
 520 - Biologia eGeologia
 500 - Matemática
 110 e matemática e ciências da natureza
 110 - 1.º Ciclo
 290 - EMRC

6. Refira a sua situação profissional:

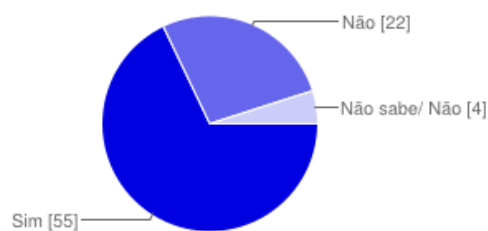


Docente do Quadro de Agrupamento (QA)	6	81%
Docente do Quadro de Zona Pedagógica (QZP)	1	12%
Docente Contratado	3	4%
Não sabe/ Não responde	2	2%

7. Há quanto tempo leciona?

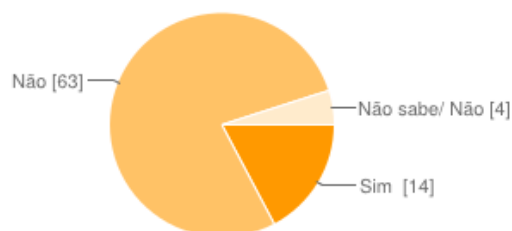
Foi o primeiro ano	0	0%
Entre 2 a 5	1	1%
Entre 6 a 10	0	0%
Entre 11 a 15	13	16%
Entre 16 a 20	17	21%
Mais de 20 anos	46	57%
Não sabe/ Não responde	4	5%

8. É Educador de Infância, Professor Titular de Turma ou Diretor de Turma?



Sim	55	68%
Não	22	27%
Não sabe/ Não responde	4	5%

9. Na sua formação inicial teve alguma(s) disciplina(s) que o preparasse para a intervenção com alunos com necessidades educativas especiais (NEE)?

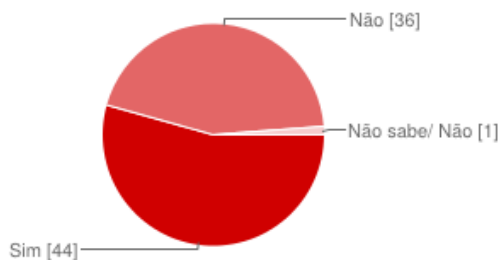


Sim	14	17%
Não	63	78%
Não sabe/ Não responde	4	5%

10. Especifique:

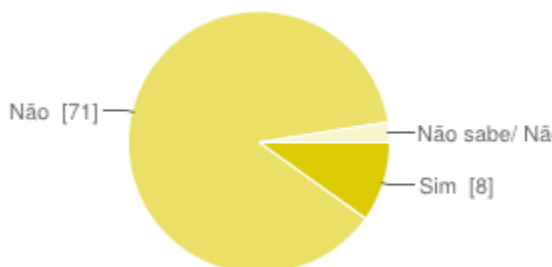
Disciplina específica de NEE, com avaliação.
 2 cadeiras de NEE
 Dislexia, autismo, osteogénese imperfeita...
 Disciplina denominada "Necessidades Educativas Especiais" (Semestral)
 Uma disciplina de Educação Especial.
 Tive algumas disciplinas no currículo que abordavam essa temática mas sucintamente.
 Necessidades Educativas Especiais
 Psicologia da Criança e do Desenvolvimento; Psicologia da Linguagem;
 Psicopedagogia Especial; Psicologia do Desenvolvimento; Handicaps Físicos e Sensoriais; Psicologia do Desenvolvimento I; Qualidade e Educação Inclusiva; Deficiência Desenvolvimento e Educação;
 Desenvolvimento e Educação II.

11. Após o seu curso de formação inicial frequentou ações de formação contínua, relacionada com a intervenção com alunos com necessidades educativas especiais?



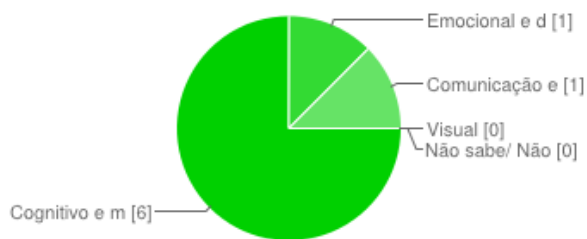
Sim	44	54%
Não	36	44%
Não sabe/ Não responde	1	1%

12. Tem formação especializada em Educação Especial?



Sim	8	10%
Não	71	88%
Não sabe/ Não responde	2	2%

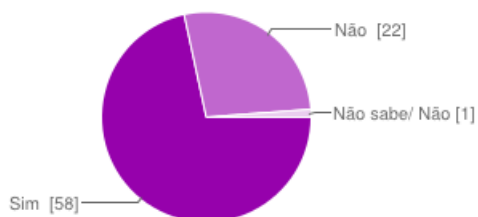
13. Indique o domínio da sua especialização?



Cognitivo e motor	6	7%
Emocional e da personalidade	1	1%
Comunicação e Linguagem	1	1%
Visual	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

B. DADOS PROFISSIONAIS

14. Teve alunos com necessidades educativas especiais, neste ano letivo?



Sim	58	72%
Não	22	27%
Não sabe/ Não responde	1	1%

15
13
11
12
10

16. Nº alunos referenciados no decorrer do ano letivo?

3
2
1
0
7
4
14

15. Nº de alunos apoiados?

3
2
1
7
5
4
9

17. Nº alunos com apoio pedagógico personalizado e/ou outras medidas?

3
2
1
0
7
6
5

4
8
14
12

18. Nº alunos com CEI?

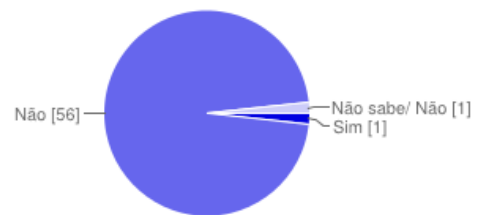
3
2
1
0
7
5
4

19. Refira as problemáticas mencionando o nº de alunos?

Dificuldades visuais-1; Dificuldades cognitivas-3
Dislexia: 7 Hiperatividade:5
Síndrome de Asperger - 1 Dificuldades de aprendizagem -1 Hiperatividade - 2
Asperger
Surdez
1- dislexia 2- problemas cognitivos
Perturbação da linguagem
Dislexia, daltonismo, hiperatividade
Hiperatividade-1
Dislexia,
Hiperatividade
1- atraso mental 2-dificuldades de aprendizagem fruto de fatores ambientais
Autismo 1
DALTONISMO-1
Dislexia - 5 Hiperatividade - 4
Défice cognitivo/Asperger - 1
Dislexia-2 síndrome de Asperger-1
Síndrome de Asperger - 1; Distúrbios emocionais/comportamentais - 1
dislexia , hiperatividade, asperger
Atraso no desenvolvimento.
1 - Dislexia e hiperatividade
Dislexia - 2; Asperger - 1; Hiperatividade - 3; Outras - 4

- Síndrome de Asperger; - Multideficiência
Atraso global de desenvolvimento - 1
Problemas mentais.
Dislexia
Dislexia - 1
2,3
Hiperatividade Dificuldades extremas de aprendizagem
Dislexia - 2
Défice de atenção/concentração; dislexias, défice cognitivo.
Síndrome de Asperger
asperger-1
Trissomia 21 - 1 Dislexia - 1 Outras - 2
Dislexia -4 Síndrome de Asperger-2 CEI- 5
Trissomia 21 -1 não sei -1
Deficit Cognitivo - 1 Dislexia - 1
Dislexia 4 Défice de atencao 1
Síndrome de Asperger-2
mental comunicação
Asperger - 1
dislexia e hiperatividade - 1 dislexia - 1
Dislexia -2 Síndrome de Asperger- 1
Atraso global de desenvolvimento
dislexia -1 asperger-1
Síndrome de Asperger Perturbações do foro emocional

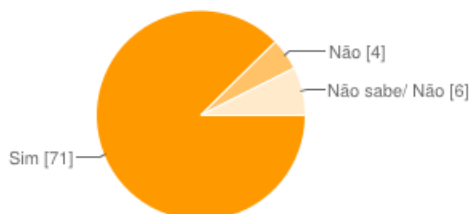
20. É o primeiro ano que trabalha com alunos com NEE?



Sim	1	1%
Não	56	69%
Não sabe/ Não responde	1	1%

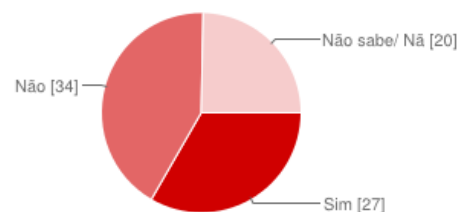
C - POLÍTICAS EDUCATIVAS

21. Conhece o Decreto-lei nº 3/2008?



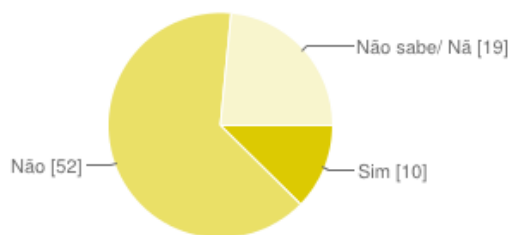
Sim	71	88%
Não	4	5%
Não sabe/ Não responde	6	7%

22. A Legislação Portuguesa é clara no que diz respeito ao atendimento educativo para alunos com NEE?



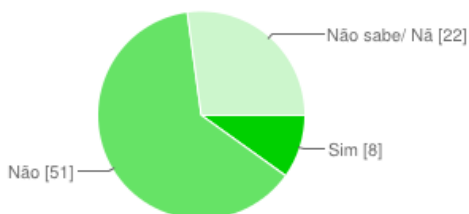
Sim	27	33%
Não	34	42%
Não sabe/ Não responde	20	25%

23. A Legislação Portuguesa está adequada ao atendimento das necessidades educativas destes alunos?



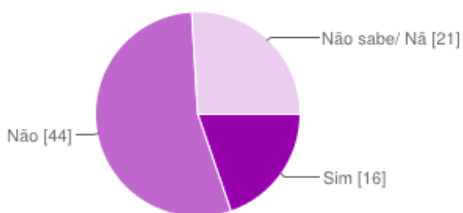
Sim	10	12%
Não	52	64%
Não sabe/ Não responde	19	23%

24. Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões que consideram importantes para os alunos NEE?



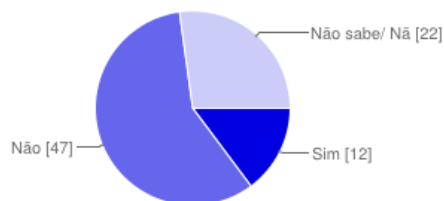
Sim	8	10%
Não	51	63%
Não sabe/ Não responde	22	27%

25. Considera que as escolas têm autonomia para as aplicar?



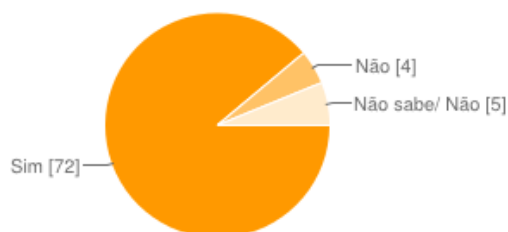
Sim	16	20%
Não	44	54%
Não sabe/ Não responde	21	26%

26. Considera que a lei favorece o aspeto de se tomarem essas decisões na escola?



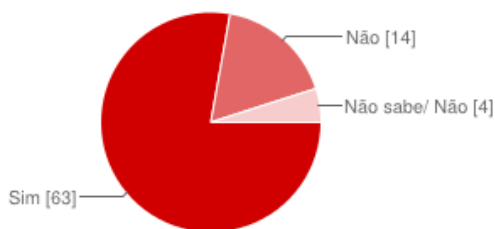
Sim	12	15%
Não	47	58%
Não sabe/ Não responde	22	27%

27. Considera que desempenha demasiado trabalho burocrático?



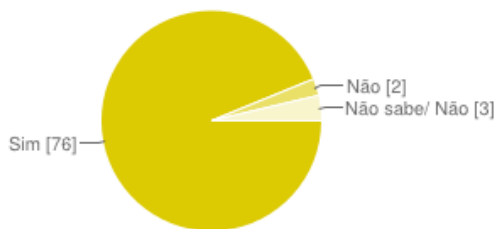
Sim	72	89%
Não	4	5%
Não sabe/ Não responde	5	6%

28. Considera que o trabalho burocrático dificulta a sua intervenção com os alunos com NEE?



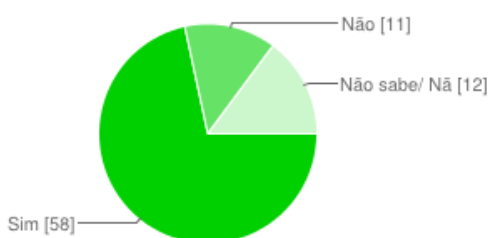
Sim	63	78%
Não	14	17%
Não sabe/ Não responde	4	5%

29. Considera que os professores do ensino regular têm dificuldade em atender à diversidade de NEE?



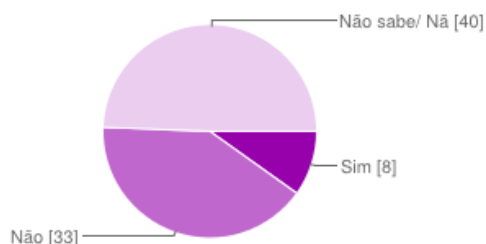
Sim	76	94%
Não	2	2%
Não sabe/ Não responde	3	4%

30. Considera que os professores da Educação Especial têm dificuldade em atender à diversidade de NEE?



Sim	58	72%
Não	11	14%
Não sabe/ Não responde	12	15%

31. Considera que os guias publicados pelo Ministério da Educação são suficientes para o esclarecimento de dúvidas existentes nos procedimentos a tomar ao nível dos documentos de referência?



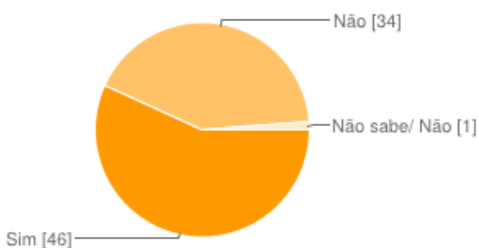
Sim	8	10%
Não	33	41%
Não sabe/ Não responde	40	49%

32. Tendo em conta o grau de importância que atribui, assinale os três campos que considera mais importantes para o exercício das suas funções.

Políticas educativas	2	26%
Organização da escola	2	25%
Colaboração entre professores (prof. regular vs prof. ed. especial)	5	73%
Formação específica para trabalhar com alunos com NEE	4	58%
Apoio de técnicos especializados (psicólogo, terapeuta, ...)	6	80%
Materiais e recursos adequados	3	38%

D - ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

33. Participou em reuniões multidisciplinares?



Sim	46	57%
Não	34	42%
Não sabe/ Não responde	1	1%

34. a) Com o(s) docente(s) de Ed. Especial [Como caracteriza a qualidade das relações interpessoais entre os elementos da(s) equipa(s) multidisciplinares em que participou?]

Muito Boa	22	27%
Boa	15	19%
Suficiente	6	7%
Insuficiente	2	2%
Não sabe/ Não responde	1	1%

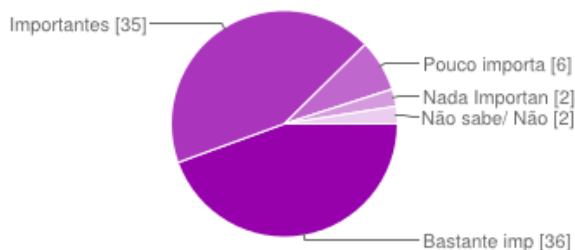
**34. b) Com os técnicos (psicólogo, terapeuta...)
[Como caracteriza a qualidade das relações
interpessoais entre os elementos da(s) equipa(s)
multidisciplinares em que participou?]**

Muito Boa	19	23%
Boa	19	23%
Suficiente	3	4%
Insuficiente	2	2%
Não sabe/ Não responde	3	4%

**34. c) Com os Enc. Educação [Como caracteriza
a qualidade das relações interpessoais entre os
elementos da(s) equipa(s) multidisciplinares em
que participou?]**

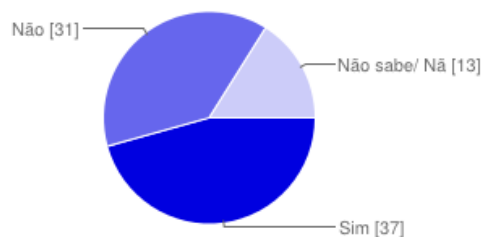
Muito Boa	9	11%
Boa	16	20%
Suficiente	8	10%
Insuficiente	5	6%
Não sabe/ Não responde	8	10%

**35. Considera importante a existência de
reuniões regulares com os professores de
Educação Especial, para tratar de assuntos
específicos em relação aos alunos com NEE,
sem ser as obrigatórias?**



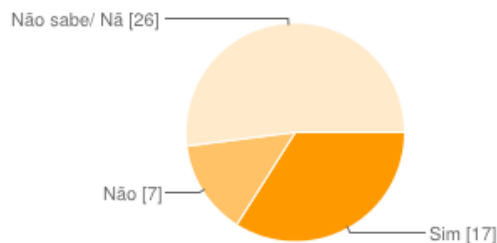
Bastante importante	36	44%
Importantes	35	43%
Pouco importantes	6	7%
Nada Importantes	2	2%
Não sabe/ Não responde	2	2%

**36. Conhece os Documentos de Referência,
relativos à Educação Especial em vigor no
agrupamento?**



Sim	37	46%
Não	31	38%
Não sabe/ Não responde	13	16%

**37. Ao nível dos Documentos de Referência em
vigor no agrupamento de escolas, considera que
se deveria fazer alguma(s) alteração(ões):**



Sim	17	21%
Não	7	9%
Não sabe/ Não responde	26	32%

38. Porquê? Especifique.

O não referiu-se ao passado. Penso que no presente ano letivo foram conseguidas adequações e adaptações que há muito faziam falta. O dec lei 3/2008 é um documento segregador e nao promotor de inclusao de alunos com nee, quando se refere as unidades de apoio. O Conselho de turma, que lida com o aluno diariamente, deveria ter autonomia para exigir relatórios médicos mais atualizados que os que chegam muitas vezes aos conselhos de turma. Uniformização de grelhas, fichas Os documentos deveriam ser simplificados. Todos os documentos devem ser aprovados em reunião multidisciplinar, de forma a que o preenchimento e objectivos do mesmo sejam claros para todos os intervenientes no processo. Penso que será também necessário uma maior consciencialização da importância da participação dos professores titulares de turma, assim como, uma maior articulação com os professores de educação especial e técnicos envolvidos. Para tal é muito importante que todos os envolvidos tenha tempo de horário disponível para este trabalho de articulação, o que não tem acontecido nos últimos ano letivos, o que leva a que o trabalho por vezes não seja elaborado e organizado da melhor forma possível, principalmente para os alunos. Porque se repetem informações em vários documentos. Maior acompanhamento por parte da equipa da educação especial aos alunos NEEs que estão em sala e consequentemente, um maior apoio ao professor da disciplina. Claro que isto não é de todo possível com o número de profs de EEspecial que temos na escola!

Uniformização dos mesmos.

Porque ,por vezes, nos processos devido ao excesso de relatórios e averbamentos não se consegue fazer uma leitura rápida e eficaz da situação do aluno.

Porque os documentos são muito vagos e não abrangem todas as situações e sendo esta escola uma escola com autonomia deveria ser mais precisa em relação a esta e outras problemáticas,

Questão nº39

a. Preenchimento dos documentos obrigatórios [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	2	2%
Algumas dificuldades	34	42%
Poucas dificuldades	25	31%
Nenhuma dificuldade	14	17%
Não se aplica	2	2%
Não sabe/ Não responde	4	5%

b. Organização dos processos individuais dos alunos [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	5	6%
Algumas dificuldades	19	23%
Poucas dificuldades	21	26%
Nenhuma dificuldade	19	23%
Não se aplica	9	11%
Não sabe/ Não responde	8	10%

c. Tempo para efetivar o trabalho burocrático [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	32	40%
Algumas dificuldades	29	36%
Poucas dificuldades	8	10%
Nenhuma dificuldade	5	6%
Não se aplica	1	1%
Não sabe/ Não responde	6	7%

d. Processo de referenciação de novos alunos [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	14	17%
Algumas dificuldades	34	42%
Poucas dificuldades	13	16%
Nenhuma dificuldade	6	7%
Não se aplica	7	9%
Não sabe/ Não responde	7	9%

e. Processo de avaliação das medidas implementadas nos PEI [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	10	12%
Algumas dificuldades	38	47%
Poucas dificuldades	20	25%
Nenhuma dificuldade	7	9%
Não se aplica	3	4%
Não sabe/ Não responde	3	4%

f. Planificação a desenvolver com os alunos [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	12	15%
Algumas dificuldades	36	44%
Poucas dificuldades	19	23%
Nenhuma dificuldade	9	11%
Não se aplica	3	4%
Não sabe/ Não responde	2	2%

g. Elaboração de adequações curriculares individuais [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	18	22%
Algumas dificuldades	31	38%
Poucas dificuldades	17	21%
Nenhuma dificuldade	7	9%
Não se aplica	5	6%
Não sabe/ Não responde	3	4%

h) Elaboração de adequações no processo de avaliação [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	9	11%
Algumas dificuldades	36	44%
Poucas dificuldades	19	23%
Nenhuma dificuldade	8	10%
Não se aplica	5	6%
Não sabe/ Não responde	4	5%

i. Elaboração dos CEI (currículo específico individual) [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	21	26%
Algumas dificuldades	25	31%
Poucas dificuldades	7	9%
Nenhuma dificuldade	6	7%
Não se aplica	12	15%
Não sabe/ Não responde	10	12%

Questão nº 40 (continuação)

j. Falta de recursos educativos/ tecnológicos específicos [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	22	27%
Algumas dificuldades	34	42%
Poucas dificuldades	7	9%
Nenhuma dificuldade	6	7%
Não se aplica	6	7%
Não sabe/ Não responde	6	7%

k. Falta de recursos materiais adaptados [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	25	31%
Algumas dificuldades	36	44%
Poucas dificuldades	4	5%
Nenhuma dificuldade	5	6%
Não se aplica	6	7%
Não sabe/ Não responde	5	6%

l. Relacionamento com os professores do núcleo de Ed. Especial (colaboração, partilha...) [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	2	2%
Algumas dificuldades	8	10%
Poucas dificuldades	23	28%
Nenhuma dificuldade	46	57%
Não se aplica	1	1%
Não sabe/ Não responde	1	1%

m. Relacionamento com os diferentes técnicos - psicólogo, terapeutas... [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	1	1%
Algumas dificuldades	11	14%
Poucas dificuldades	26	32%
Nenhuma dificuldade	40	49%
Não se aplica	2	2%
Não sabe/ Não responde	1	1%

n. Relacionamento com os encarregados de educação (colaboração, partilha de informação...) [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	5	6%
Algumas dificuldades	20	25%
Poucas dificuldades	23	28%
Nenhuma dificuldade	22	27%
Não se aplica	7	9%
Não sabe/ Não responde	4	5%

o. Gestão da sala de aula no atendimento personalizado aos alunos com NEE (nº elevado de alunos, diferentes problemáticas...) [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	28	35%
Algumas dificuldades	25	31%
Poucas dificuldades	14	17%
Nenhuma dificuldade	4	5%
Não se aplica	6	7%
Não sabe/ Não responde	4	5%

**p. Número de técnicos insuficientes face às necessidades (psicólogo, terapeuta...)
[(Continuação):]**

Muitas Dificuldades	38	47%
Algumas dificuldades	22	27%
Poucas dificuldades	8	10%
Nenhuma dificuldade	3	4%
Não se aplica	4	5%
Não sabe/ Não responde	6	7%

41. Caso pretenda referir mais alguma dificuldade ou especificar alguma (neste caso indique a alínea, por ex. I) ...), indique no espaço abaixo:

Ex: a,b,d,i , p

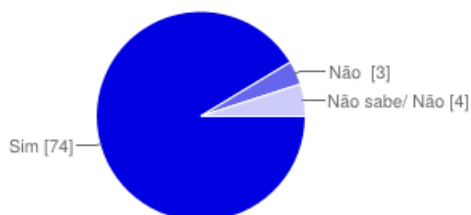
Na Educação Pré-Escolar, lamentavelmente, não estão previstos apoios - por exemplo apoio de docente de Educação Especial - só se não tiver alunos do 1º ciclo, o que é um contra censo, visto que os apoios devem ser o mais precoce possível, assim como, para crianças com deficiência de carácter permanente não está prevista a frequência de qualquer tipo de Unidade (UEE ou UMD), não encontro explicação para este fato.

Não devemos esquecer que temos turmas muito grandes também com alunos com dificuldades que seriam de EE ou não, e que não estão sinalizados e que, também precisam de um trabalho individualizado constante e caso haja alunos com nee na sala torna-se também muito difícil apoiá-los e para se verificarem resultados efetivos as horas de apoio deveriam ser muito mais.

O n.º elevado de alunos por turma, o elevado grau de exigência dos novos programas e o reduzido n.º de professores especializados em EE dificultam as intervenções realizadas nos alunos da EE. A articulação entre os técnicos e os professores titulares são o pilar de uma boa intervenção, o que aconteceu no presente ano letivo, a partir de janeiro, mas verificando-se pouco em anos anteriores.

O) o elevado número de alunos por turma, invalida quase por completo o apoio individualizado a qualquer tipo de aluno, com ou sem NEE. A direção da escola é soberana. Os encarregados de educação não têm conhecimentos curriculares/específicos acerca da problemática dos seus educandos. As limitações de alguns alunos não se adequam às escolas em especial às secundárias.

42. Considera importante a criação de um guia para uniformização de normas e procedimentos no agrupamento:



Sim	74	91%
Não	3	4%

Não sabe/ Não responde **4** 5%

Questão nº 43

a. Circuito documental bem definido [Para cada uma das sugestões apresentadas a incluir no guia, indique a sua opinião:]

Discordo totalmente	0	0%
Discordo parcialmente	4	5%
Concordo totalmente	69	85%
Concordo parcialmente	3	4%
Não sabe/ Não responde	2	2%

b. Procedimentos específicos em cada uma das fases [Para cada uma das sugestões apresentadas a incluir no guia, indique a sua opinião:]

Discordo totalmente	0	0%
Discordo parcialmente	4	5%
Concordo totalmente	68	84%
Concordo parcialmente	4	5%
Não sabe/ Não responde	2	2%

c. Documentos exemplos preenchidos [Para cada uma das sugestões apresentadas a incluir no guia, indique a sua opinião:]

Discordo totalmente	0	0%
Discordo parcialmente	4	5%
Concordo totalmente	63	78%
Concordo parcialmente	8	10%
Não sabe/ Não responde	3	4%

d. Documentos com indicações claras em cada um dos campos [Para cada uma das sugestões apresentadas a incluir no guia, indique a sua opinião:]

Discordo totalmente	0	0%
Discordo parcialmente	4	5%
Concordo totalmente	67	83%
Concordo parcialmente	4	5%
Não sabe/ Não responde	3	4%

44. Se considerar pertinente tecer outras sugestões (por exemplo documentos a incluir/excluir...), faça-o no espaço abaixo, por favor:

Os documentos devem, acima de tudo, serem sucintos e muito fáceis de preencher e ainda de mais fácil leitura e avaliação.
Considero que as minhas respostas tiveram em conta o facto de eu não ter sido DT de alunos com NEE's, apenas professora de disciplina ou Área; julgo que os DT's terão mais dificuldades com burocracia e formulários. Relatórios de outros técnicos que a família tenha consultado, como por exemplo, especialistas, terapeutas, psicólogos; avaliações da educação ou ensino regulares;

45. Com vista a uma melhor organização do núcleo de Educação Especial deste agrupamento, refira algumas sugestões. Pode utilizar este espaço também, para dar a sua opinião sobre qualquer assunto relacionado com a Educação Especial (por exemplo poderá referir se considera importante a dinamização de ações de formação específicas a desenvolver no agrupamento...)

Considero importante a dinamização de ações de formação específicas a desenvolver no agrupamento.
Trabalho de equipa entre docentes da educação especial e dinamização de formações, workshops em período de férias para os docentes e funcionários do agrupamento.
Cada um fez/faz formação onde poderá ter algumas lacunas.
Formação específica por áreas de intervenção
Considero bastante importante frequentar todas as formações que possam contribuir para melhorar as aprendizagens dos alunos ou que nos clarifiquem sobre os trâmites a seguir para os alunos com Necessidades Educativas Especiais. Seria aconselhável haver coadjuvação em sala de aula, principalmente em turmas com dois ou mais anos de escolaridade ou com muitos alunos que apresentem muitas dificuldades de aprendizagem. É inconcebível que existam turmas com quase trinta alunos, dois anos de escolaridade e ainda alunos com NEE (que necessitam de constante apoio e não de apenas umas horas).
Gostaria de frequentar ações de formação na área da dislexia, terapia da fala...
O desenvolvimento de ações de formação específicas é crucial para ampliar a visão educativa da criança/aluno e deveriam ser facultadas gratuitamente à equipa que tem a responsabilidade do percurso educativo da criança/aluno, incluindo a família.
Por ser uma área em que reconheço possuir muitas lacunas, não tenho nada a sugerir
Sim, as ações de formação são importantes; contudo, penso que o Decreto Lei nº 3 não passa de um conjunto de intenções do governo, pois na prática temos cada vez mais a exclusão dos alunos dos apoios e a diminuição das condições necessárias para apoiá-los.
Sem dúvida, a dinamização de ações de formação específica será bastante importante.
Maior disponibilidade para fazer acompanhamento individual aos alunos em sessões individuais.
É primordial haver uma boa coordenação do núcleo, com regras claras e objetivas para que não surjam dúvidas na aplicação prática das mesmas. Também deverá imperar o consenso nas decisões a tomar, entre coordenadora e professores da Educação Especial. O núcleo deverá também preocupar-se mais em apoiar os professores titulares de turma na forma de trabalhar com os alunos que apresentam problemáticas mais

graves, as nível da planificação de estratégias e e aplicação de atividades apropriadas.
É importante a criação de ações de formação específicas que ensine os docentes a trabalhar com o universo das necessidades educativas especiais.
Todas as ações de formação inerentes ao ensino especial são bem necessárias. Acho útil que se promovam porque só com informação/formação adequada poderemos ser uma mais valia para os alunos com dificuldades de aprendizagem.
É importante formação específica nesta área, pelo que devam ser criadas condições ao seu desenvolvimento e prática.
O facto de agora se passar a funcionar com apenas 1 departamento poderá ser um aspeto positivo para a dinâmica deste grupo de docentes. Considero importante a realização de ações de formação específicas na área das necessidades educativas especiais.
Haver mais ações de formação
Ações de formação
A estabilidade do corpo docente no Ensino Especial é muito importante devido à relação afetiva que se estabelece com os alunos.
Seria importante a dinamização de ações de formação específicas a desenvolver no agrupamento.
É importante formação específica nesta área, pelo que devam ser criadas condições ao seu desenvolvimento e prática.
O facto de agora se passar a funcionar com apenas 1 departamento poderá ser um aspeto positivo para a dinâmica deste grupo de docentes. Considero importante a realização de ações de formação específicas na área das necessidades educativas especiais.
Haver mais ações de formação
Ações de formação
A estabilidade do corpo docente no Ensino Especial é muito importante devido à relação afetiva que se estabelece com os alunos.
Seria importante a dinamização de ações de formação específicas a desenvolver no agrupamento.
formação na área da dislexia para alunos com mais de 14 anos
As ações de formação específicas dentro do agrupamento será uma mais valia para os intervenientes que nelas participarem. A ações serão mais produtivas se tiverem uma vertente prática.
É de salientar todo o esforço revelado por os docentes do agrupamento, apesar de por vezes o trabalho burocrático ser elevado. Daí ser fundamental operacionalizar da melhor forma possível os documentos exigidos por lei. É fundamental estar previsto no horário do docente e técnicos tempo disponível para reunir, pois desta forma poderá evitar-se constrangimentos que poderão por em causa o bom funcionamento do ano letivo e obviamente o sucesso dos alunos. Colocação atempada dos docentes de educação especial e restantes técnicos no início do ano letivo, antes de iniciar as aulas. Bom trabalho :D
Considero ter necessidade de mais formação nesta área das NEE.
É importante a dinamização de ações de formação específicas.
Muito importante a dinamização de ações de formação específicas, nomeadamente na área das TIC.
Inscrevi-me numa ação de formação que considero bastante pertinente, para não dizer indispensável à formação de qualquer docente, fora da EEspecial: "Educação Especial e Inclusiva na sala de aula do ensino regular: não há receitas, mas há estratégias" Esta ação poderia ser aplicável a todos os docentes do Agrupamento
Ações de formação são muito importantes nesta área dado que existem muito poucas.
Seria bastante importante existir neste agrupamento formação específica sobre Educação Especial.
Não esquecer o apoio às crianças com NEE que frequentam a Educação Pré-Escolar, em contexto de sala de aula e em apoio individualizado. estas ações já fazem parte do plano de formação do agrupamento

O Agrupamento deve ter um Coordenador que deve ser assessorado por um subcoordenador para cada ciclo / unidade.

A escolha da equipa especializada é fundamental para o bom funcionamento. A diminuição do n.º de alunos por turma.

Que sejam bem definidos todos os procedimentos a realizar com os vários casos de dificuldades e patologias ,no sentido de não se alterarem procedimentos cada vez que se muda de titular da educação especial.

Informatização e disponibilização on-line dos documentos - Criação de respostas na Escola de integração dos alunos: criação de mais clubes

(desporto escolar por exemplo), incorporação dos alunos com NEE nas atividades dos cursos profissionais e regulares) - procura de novos parceiros fora da escola para apoio à inserção na vida ativa (através do PIT)

É sempre importante e pertinente a dinamização de ações de formação dentro do agrupamento, bem como a partilha de práticas e a adequação das mesmas às diversas situações com que nos deparamos, em função da individualidade de cada aluno e da(s) sua(s) dificuldade(s).

ANEXO IV

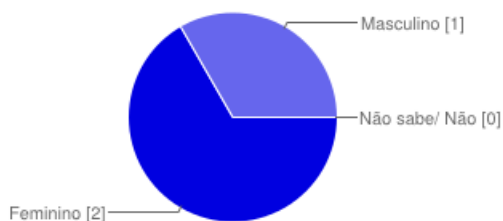
Base de dados (Respostas dos Docentes de Educação Especial)

Resumo Dados do Inquérito por questionário

Docentes de EE

A- DADOS BIOGRÁFICOS

1. Género



Feminino	2	67%
Masculino	1	33%
Não sabe/ Não responde	0	0%

2. Idade

20-25	0	0%
26-30	0	0%
31-35	0	0%
36-40	2	67%
41-45	1	33%
> que 45 anos	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

3. Habilitações literárias

Bacharelato	0	0%
Licenciatura	1	33%
Pós-graduação	2	67%
Mestrado	0	0%
Doutoramento	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

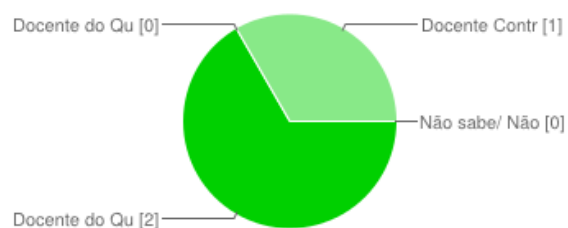
4. Qual o nível de ensino a que pertence?

Pré-Escolar	0	0%
1º Ciclo	0	0%
1º Ciclo/ 2º Ciclo	2	67%
3º Ciclo/ Secundário	1	33%
Não sabe/ Não responde	0	0%

5. Refira o seu grupo de recrutamento:

530 - Educação Tecnológica
260 - Ed. Física
220

6. Refira a sua situação profissional:



Docente do Quadro de Agrupamento (QA)	2	67%
Docente do Quadro de Zona Pedagógica (QZP)	0	0%
Docente Contratado	1	33%
Não sabe/ Não responde	0	0%

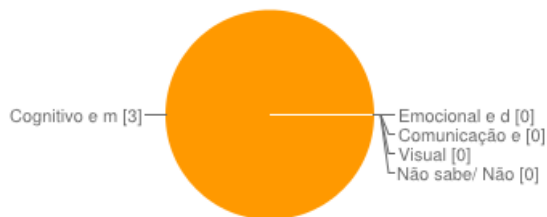
7. Há quanto tempo leciona?

Foi o primeiro ano	0	0%
Entre 2 a 5	0	0%
Entre 6 a 10	0	0%
Entre 11 a 15	1	33%
Entre 16 a 20	2	67%
Mais de 20 anos	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

8. Há quanto tempo leciona na Educação Especial?

Foi o primeiro ano	1	33%
Entre 2 a 5	1	33%
Entre 6 a 10	1	33%
Entre 11 a 15	0	0%
Entre 16 a 20	0	0%
Mais de 20 anos	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

9. Indique o domínio da sua especialização?



Cognitivo e motor	3	100%
Emocional e da personalidade	0	0%
Comunicação e Linguagem	0	0%
Visual	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

B. DADOS PROFISSIONAIS

10. Nº de alunos atribuídos?

7
4
17

13. Nº alunos sem apoio direto do Prof. EE?

0
9

11. Nº alunos referenciados no decorrer do ano letivo?

1
5

14. Nº alunos com CEI?

3
2
1

12. Nº alunos com apoio pedagógico personalizado com o Prof. EE?

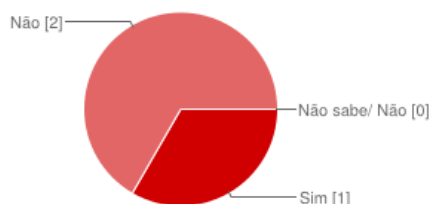
3
7
4

15. Refira as problemáticas mencionando o nº de alunos?

Trissomia - 1 Hiperactividade - 2 Dislexia - 3 Visão - 1 Déficit cognitivo - 5 Déficit motor - 1 Aspergher - 1 Autismo - 3 Atraso Global do Desenvolvimento - 1 Autismo (3); Deficit Cognitivo (4)

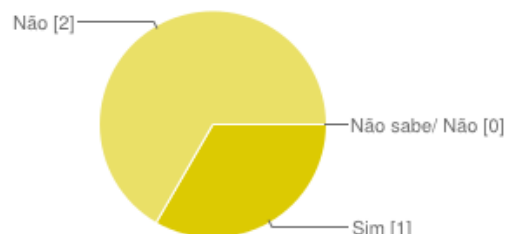
C - POLÍTICAS EDUCATIVAS

16. A Legislação Portuguesa é clara no que diz respeito ao atendimento educativo para alunos com NEE?



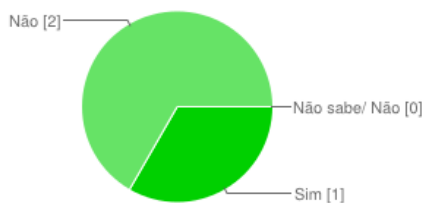
Sim	1	33%
Não	2	67%
Não sabe/ Não responde	0	0%

17. A Legislação Portuguesa está adequada ao atendimento das necessidades educativas destes alunos?



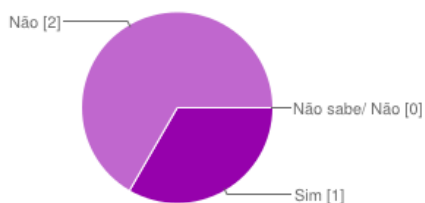
Sim	1	33%
Não	2	67%
Não sabe/ Não responde	0	0%

18. Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões que consideram importantes para os alunos NEE?



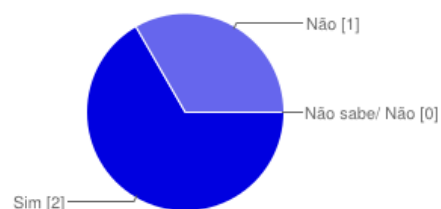
Sim	1	33%
Não	2	67%
Não sabe/ Não responde	0	0%

19. Considera que as escolas têm autonomia para as aplicar?



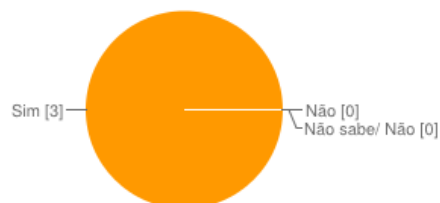
Sim	1	33%
Não	2	67%
Não sabe/ Não responde	0	0%

20. Considera que a lei favorece o aspeto de se tomarem essas decisões na escola?



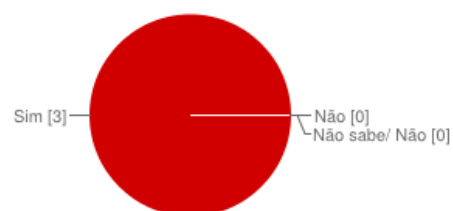
Sim	2	67%
Não	1	33%
Não sabe/ Não responde	0	0%

21. Considera que desempenha demasiado trabalho burocrático?



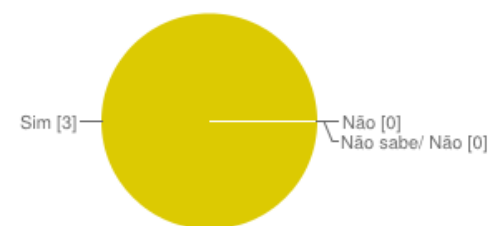
Sim	3	100%
Não	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

22. Considera que o trabalho burocrático dificulta a sua intervenção com os alunos com NEE?

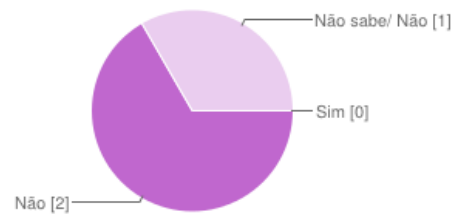


Sim	3	100%
Não	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

23. Considera que os professores do ensino regular têm dificuldade em atender à diversidade de NEE?

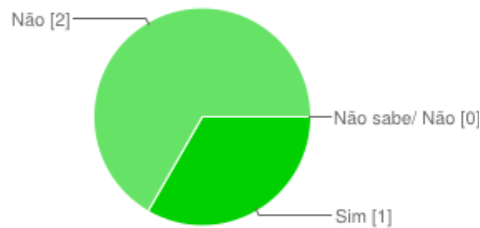


Sim	3	100%
Não	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%



24. Considera que os professores da Educação Especial têm dificuldade em atender à diversidade de NEE?

Sim	0	0%
Não	2	67%
Não sabe/ Não responde	1	33%



Sim	1	33%
Não	2	67%
Não sabe/ Não responde	0	0%

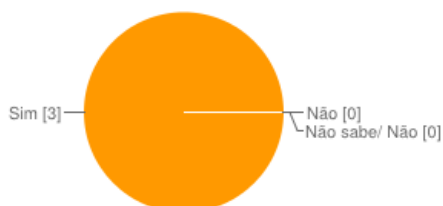
25. Considera que os guias publicados pelo Ministério da Educação são suficientes para o esclarecimento de dúvidas existentes nos procedimentos a tomar ao nível dos documentos de referência?

26. Tendo em conta o grau de importância que atribui, assinale os três campos que considera mais importantes para o exercício das suas funções.

Políticas educativas	1	33%
Organização da escola	3	100%
Colaboração entre professores (prof. regular vs prof. ed. especial)	1	33%
Formação específica para trabalhar com alunos com NEE	1	33%
Apoio de técnicos especializados (psicólogo, terapeuta, ...)	1	33%
Materiais e recursos adequados	2	67%

D - ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

27. Participou em reuniões multidisciplinares?



Sim	3	100%
Não	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

28. a) Com o(s) docente(s) do ensino regular [Como caracteriza a qualidade das relações interpessoais entre os elementos da(s) equipa(s) multidisciplinares em que participou?]

Muito Boa	1	33%
Boa	1	33%
Suficiente	1	33%
Insuficiente	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

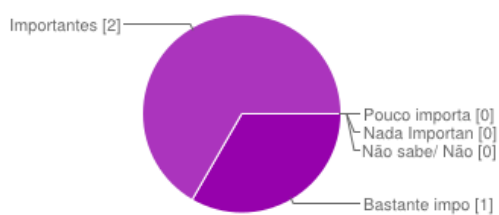
28. b) Com os técnicos (psicólogo, terapeuta ...) [Como caracteriza a qualidade das relações interpessoais entre os elementos da(s) equipa(s) multidisciplinares em que participou?]

Muito Boa	3	100%
Boa	0	0%
Suficiente	0	0%
Insuficiente	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

28. c) Com os Enc. Educação [Como caracteriza a qualidade das relações interpessoais entre os elementos da(s) equipa(s) multidisciplinares em que participou?]

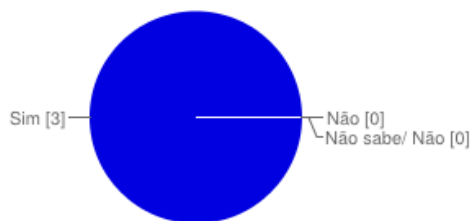
Muito Boa	2	67%
Boa	1	33%
Suficiente	0	0%
Insuficiente	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

29. Considera importante a existência de reuniões regulares com os professores do ensino regular, para tratar de assuntos específicos em relação aos alunos com NEE, sem ser as obrigatórias?



Bastante importante	1	33%
Importantes	2	67%
Pouco importantes	0	0%
Nada Importantes	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

30. Ao nível dos Documentos de Referência em vigor no agrupamento de escolas, considera que se deveria fazer alguma(s) alteração(ões):



Sim	3	100%
Não	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

31. Porquê? Especifique.

Documentos muito longos e pouco práticos; De forma a tornar o processo mais célere e evitar duplicação de informação. Simplificar o processo. Simplificar os procedimentos e as estruturas dos documentos, uma vez que já está tudo previsto na legislação e é fácil enquadrar em cada documento. De forma a simplificar esta parte do trabalho de um docente de Educação Especial.

Questão nº32

a. Preenchimento dos documentos obrigatórios [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	0	0%
Algumas dificuldades	3	100%
Poucas dificuldades	0	0%
Nenhuma dificuldade	0	0%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

b. Organização dos processos individuais dos alunos [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	0	0%
Algumas dificuldades	3	100%
Poucas dificuldades	0	0%
Nenhuma dificuldade	0	0%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

c. Tempo para efetivar o trabalho burocrático [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	3	100%
Algumas dificuldades	0	0%
Poucas dificuldades	0	0%
Nenhuma dificuldade	0	0%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

d. Processo de referenciação de novos alunos [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	0	0%
Algumas dificuldades	1	33%
Poucas dificuldades	1	33%
Nenhuma dificuldade	1	33%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

e. Processo de avaliação das medidas implementadas nos PEI [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	1	33%
Algumas dificuldades	0	0%
Poucas dificuldades	1	33%
Nenhuma dificuldade	1	33%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

f. Elaboração das competências específicas a desenvolver a desenvolver com os alunos [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	1	33%
Algumas dificuldades	1	33%
Poucas dificuldades	1	33%
Nenhuma dificuldade	0	0%

Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

g. Elaboração de adequações curriculares individuais [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	0	0%
Algumas dificuldades	1	33%
Poucas dificuldades	1	33%
Nenhuma dificuldade	0	0%
Não se aplica	1	33%
Não sabe/ Não responde	0	0%

h) Elaboração de adequações no processo de avaliação [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	0	0%
Algumas dificuldades	0	0%
Poucas dificuldades	2	67%
Nenhuma dificuldade	1	33%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

i. Elaboração dos CEI (currículo específico individual) [Para cada uma das afirmações apresentadas, indique o grau de dificuldade que tem no exercício das suas funções:]

Muitas Dificuldades	1	33%
Algumas dificuldades	1	33%
Poucas dificuldades	0	0%
Nenhuma dificuldade	1	33%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

Questão nº33 (continuação)**j. Falta de recursos educativos/ tecnológicos específicos [(Continuação):]**

Muitas Dificuldades	2	67%
Algumas dificuldades	0	0%
Poucas dificuldades	1	33%
Nenhuma dificuldade	0	0%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

k. Falta de recursos materiais adaptados [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	1	33%
Algumas dificuldades	1	33%
Poucas dificuldades	1	33%
Nenhuma dificuldade	0	0%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

l. Relacionamento com os outros professores do núcleo de Ed. Especial (colaboração, partilha...) [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	0	0%
Algumas dificuldades	1	33%
Poucas dificuldades	1	33%
Nenhuma dificuldade	1	33%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

m. Relacionamento com os diferentes técnicos - psicólogo, terapeutas... [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	0	0%
Algumas dificuldades	0	0%
Poucas dificuldades	0	0%
Nenhuma dificuldade	3	100%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

n. Relacionamento com os encarregados de educação (colaboração, partilha de informação...) [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	0	0%
Algumas dificuldades	0	0%
Poucas dificuldades	0	0%
Nenhuma dificuldade	3	100%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

o. Relacionamento com os professores do ensino regular (colaboração, partilha...) [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	0	0%
Algumas dificuldades	0	0%
Poucas dificuldades	0	0%
Nenhuma dificuldade	3	100%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

p. Número de técnicos insuficientes face às necessidades (psicólogo, terapeuta...) [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	1	33%
Algumas dificuldades	1	33%
Poucas dificuldades	1	33%
Nenhuma dificuldade	0	0%
Não se aplica	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

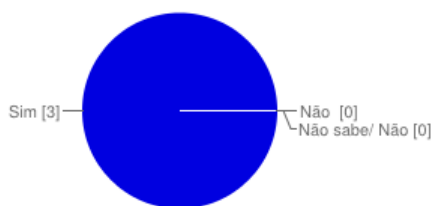
o. Gestão do número de alunos atribuídos para apoio pedagógico personalizado para reforço de competências específicas (nº elevado de alunos, diferentes problemáticas...) [(Continuação):]

Muitas Dificuldades	1	33%
Algumas dificuldades	0	0%
Poucas dificuldades	1	33%
Nenhuma dificuldade	0	0%
Não se aplica	1	33%
Não sabe/ Não responde	0	0%

34. Caso pretenda referir mais alguma dificuldade ou especificar alguma (neste caso indique a alínea, por ex. I) ...), indique no espaço abaixo:

Tudo, na escola, é projectado em função de todas as outras áreas ficando a Educação Especial sempre em último lugar.

35. Considera importante a criação de um guia para uniformização de normas e procedimentos no agrupamento:



Sim	3	100%
Não	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

Questão nº36

a. Circuito documental bem definido [Para cada uma das sugestões apresentadas a incluir no guia, indique a sua opinião:]

Discordo totalmente	0	0%
Discordo parcialmente	0	0%
Concordo totalmente	3	100%
Concordo parcialmente	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

b. Procedimentos específicos em cada uma das fases [Para cada uma das sugestões apresentadas a incluir no guia, indique a sua opinião:]

Discordo totalmente	0	0%
Discordo parcialmente	0	0%
Concordo totalmente	2	67%

Concordo parcialmente	1	33%
Não sabe/ Não responde	0	0%

c. Documentos exemplos preenchidos [Para cada uma das sugestões apresentadas a incluir no guia, indique a sua opinião:]

Discordo totalmente	0	0%
Discordo parcialmente	0	0%
Concordo totalmente	1	33%
Concordo parcialmente	2	67%
Não sabe/ Não responde	0	0%

d. Documentos com indicações claras em cada um dos campos [Para cada uma das sugestões apresentadas a incluir no guia, indique a sua opinião:]

Discordo totalmente	0	0%
Discordo parcialmente	0	0%
Concordo totalmente	3	100%
Concordo parcialmente	0	0%
Não sabe/ Não responde	0	0%

37. Se considerar pertinente tecer outras sugestões (por exemplo documentos a incluir/ excluir...), faça-o no espaço abaixo, por favor:

Deveria-se criar um mecanismo para que os documentos, depois de assinados e aprovados em instâncias superiores, não sejam alterados.

38. Com vista a uma melhor organização do núcleo de Educação Especial deste agrupamento, refira algumas sugestões. Pode utilizar este espaço também, para dar a sua opinião sobre qualquer assunto relacionado com a Educação Especial.

Deveria-se criar uma espaço próprio na internet afecto ao site da escola para partilha de informações, documentos, conhecimentos, formações, etc